

**Megaeventos e Violações dos
Direitos Humanos no Rio de Janeiro**

*Dossiê do Comitê Popular da Copa e
Olimpíadas do Rio de Janeiro*
novembro de 2015

Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão

ÍNDICE DE MAPAS, QUADROS E TABELAS

Moradia

Mapa 1. Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida no município do Rio de Janeiro | 18

Quadro 1. Síntese do número de famílias removidas ou ameaçadas de remoção | 36

Tabela 1. Valorização imobiliária segundo o índice FIPE ZAP de preços de imóveis anunciados | 40

Mobilidade

Quadro 1. Principais projetos de transporte coletivo em andamento no Rio de Janeiro | 44

Esportes

Figura 1. Zoneamento original da APA de Marapendi | 86

Figura 2. O campo de golfe, o terreno reservado às atividades operacionais das competições olímpicas, e a área desafetada do Parque Marapendi. | 86

Segurança Pública

Quadro de mortos e feridos no Complexo do Alemão registrados na UPP local | 113

Informação e Orçamento

Gráfico 1. Orçamento total da Olimpíada segundo a finalidade dos gastos | 140

Tabela 1. Matriz de responsabilidade da Olimpíada, Rio de Janeiro, agosto de 2015 | 144

Quadro 1a. Divisão dos recursos segundo o Governo, setembro de 2015 | 145

Quadro 1b. Divisão dos recursos segundo o Comitê Popular, setembro de 2015 | 145

Quadro 2. Empreiteiras contratadas nas licitações das grandes obras vinculadas às olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro - 2014 | 147

Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro

Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro
novembro de 2015



Sumário

ÍNDICE DE MAPAS, QUADROS E TABELAS | 2

Apresentação | 7

1. Moradia | 19

BOX 1. A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE OLÍMPICA | 40

2. Mobilidade Urbana: revolução nos transportes, para quem? | 43

BOX 2. MOBILIDADE URBANA: REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES PARA QUEM? | 52

3. Trabalho: repressão ao comércio informal e práticas de escravidão no trabalho formal | 55

BOX 3. POPULAÇÃO DE RUA E OLIMPIADAS | 64

4. Esportes: cadê o legado olímpico? | 67

4.1. O complexo do Maracanã | 68

4.2. O Estádio de Atletismo Célió de Barros | 70

4.3. O Parque Aquático Júlio Delamare | 72

4.4. O Parque Olímpico | 73

4.5. A Marina da Glória | 75

4.6. O Estádio de Remo da Lagoa: um estádio para “inglês” ver | 80

4.7. O Campo de Golfe: golfe para quem? | 85

BOX 4. OS PESCADORES DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS | 91

BOX 5. OS JOGOS OLÍMPICOS E O “NÃO LEGADO” DO PAN 2007 | 92

5. Meio Ambiente: as contradições do discurso ambiental olímpico | 95

6. Segurança Pública: Olimpíadas, militarização e racismo | 101

BOX 6. OCUPAÇÃO DO EXÉRCITO NO COMPLEXO DA MARÉ | 108

BOX 7. A UPP NO COMPLEXO DO ALEMÃO | 112

BOX 8. MEGAOPERAÇÕES: O CASO DE ACARI | 117

BOX 9. OLIMPIADAS SEM APARTHEID | 119

7. Gênero: o protagonismo das mulheres nas lutas populares da cidade do Rio de Janeiro | 123

BOX 10. PROSTITUIÇÃO NÃO É CRIME E TURISMO SEXUAL É LEGAL | 125

8. Crianças e Adolescentes: condições de vulnerabilidade e violência | 129

9. Informação e Orçamento: jogos obscuros | 139

BOX 11. A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INFORMAÇÃO E

A FALTA DE TRANSPARÊNCIA DO PODER PÚBLICO | 150

10. Iniciativas de Resistência do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas | 155

11. Propostas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas: por uma cidade para todas as pessoas, com justiça social e democracia | 169

BOX 12. VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS DO PONTO DE VISTA DO DIREITO INTERNACIONAL | 178



Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro lança a quarta versão do Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro. A primeira versão, lançada em março de 2012, traçou um quadro abrangente das situações de violação dos direitos humanos relacionadas às intervenções da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, envolvendo as questões da moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia. Infelizmente, passados já três anos daquele lançamento, pode-se constatar o agravamento das situações denunciadas.

A Cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de diversos projetos, inicialmente visando à preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014, e agora os Jogos Olímpicos de 2016. As obras incluem instalações esportivas, reforma dos equipamentos esportivos, infraestrutura no campo da mobilidade urbana (modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus e de sistemas de transporte urbano, obras viárias e reformas do Aeroporto Internacional Tom Jobim) e projetos de reestruturação urbana.

Esta versão do Dossiê traz novas e atualizadas informações, abrangendo as seguintes temáticas: moradia, mobilidade, trabalho, esportes, meio ambiente, segurança pública, gênero, criança e adolescente, e informações e orçamento. Além disto, são registradas as ações de resistência do Comitê Popular e as propostas alternativas para um projeto de cidade incluyente, com democracia e justiça social, e boxes contendo diversos casos de violações que ilustram a gravidade dos acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro.

De forma especial, merecem ser destacadas quatro questões trazidas por este Dossiê, que se contrapõem ao discurso oficial do Comitê Olímpico Internacional, dos Governos federal e estadual e, principalmente, da Prefeitura do Rio de Janeiro e revelam o sentido das transformações em curso na cidade. Em primeiro lugar, diferentemente do discurso da Prefeitura, que tenta negar e mascarar as causas das remoções que estão sendo promovidas, este relatório demonstra que as remoções vinculadas à Olimpíada prosseguem atingindo ou ameaçando milhares de famílias, por meio da coação e da violência institucional, violando gravemente os direitos humanos, em especial o direito à moradia.

Em segundo lugar, destaca-se o capítulo de esportes, construído com base em visitas às instalações esportivas e conversas com atletas, usuários e ativistas. Nesta seção, fica evidenciada a ausência

de um legado esportivo que beneficie o conjunto da cidade do Rio de Janeiro, democratizando o acesso da população aos equipamentos esportivos. Pelo contrário, legitimado pelo discurso da Olimpíada, o que se verifica é um conjunto de violações associadas à privatização do espaço público, ao desrespeito a legislação ambiental, e ao fechamento de equipamentos esportivos utilizados por atletas e pela população.

Em terceiro lugar, observa-se a crescente militarização da cidade, no âmbito de uma política de segurança belicista e racista, que atinge especialmente os jovens negros moradores de favelas e periferias, que são diariamente assassinados pela polícia. Mas todos e todas são atingidas por esta política que é baseada no medo, por meio da criação de muros visíveis e invisíveis que promovem a segregação socioespacial da cidade, e pela crescente criminalização dos movimentos sociais.

Por fim, vale destacar a violação ao direito à informação e à transparência da gestão pública. Omitindo informações, a Prefeitura difunde a ideia de que os gastos públicos são inferiores aos gastos privados na preparação da Olimpíada 2016. Este relatório desmascara a falácia desta informação, e demonstra que os custos da Olimpíada, além de serem superiores aos divulgados oficialmente, tem uma contrapartida pública bem superior aos gastos privados. Mais do que isso, por meio das parcerias público-privadas e da concentração de contratos com algumas grandes empreiteiras, pode-se dizer que a Olimpíada expressa a transferência de recursos públicos para o setor privado, subordinando o interesse público à lógica do mercado.

Infelizmente, no entanto, os impactos não se resumem a estes destaques, mas envolvem o conjunto de temas deste Dossiê, envolvendo um projeto de mobilidade subordinado aos interesses imobiliários, à repressão ao trabalho de camelôs e prostitutas, e à violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a grande imprensa, políticos e diversos analistas têm ressaltado as oportunidades provenientes da ampliação dos investimentos na cidade, destacando as possibilidades de enfrentamento dos grandes problemas, como o da mobilidade urbana e o da recuperação de espaços degradados para a habitação, comércio e turismo, como no caso da região portuária. Entretanto, a população da cidade já se deu conta de que o projeto Rio Cidade Olímpica, que agrega as obras para a Copa 2014, para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e grandes projetos como o Porto Maravilha, não trará os benefícios prometidos.

As manifestações de rua que eclodiram durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, questionaram a inversão de prioridades na cidade, colocando em evidência a ausência de participação popular. Enquanto a cidade fica mais cara, os serviços públicos são privatizados e pioram, e os pobres perdem o pouco que conquistaram ao longo de sua vida, e veem seus direitos básicos desrespeitados.

As remoções são a ponta de um projeto de transformação profunda na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, envolvendo, de um lado, novos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção.

O que já vinha sendo denunciado desde o primeiro Dossiê se concretiza e se agrava. Os novos marcos legais e institucionais, impostos pelos Megaeventos Esportivos, violam abertamente os

princípios da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública. Durante a Copa de 2014, a população na rua, em protestos legítimos por direitos, sentiram na pele o aumento da repressão policial, e novas formas de criminalização dos movimentos sociais. Neste sentido, pode-se dizer que as denúncias aqui apresentadas ecoam das ruas e denunciam a violação ao direito à livre manifestação.

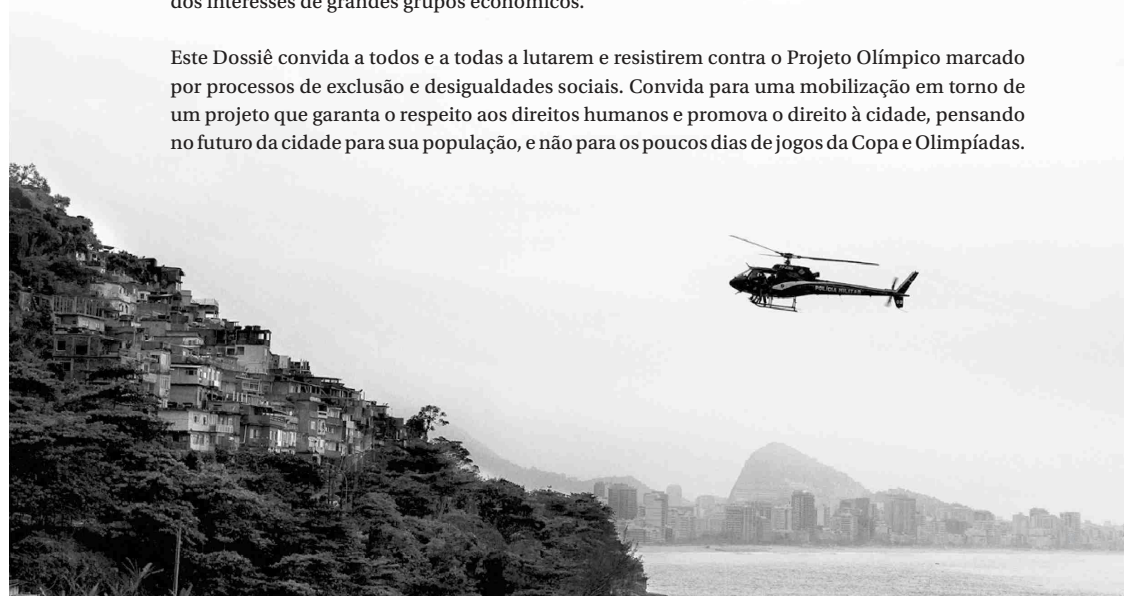
Algumas conquistas foram possíveis, como resultado da luta, resistência e mobilização popular. A articulação política do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas mostrou resultados para a construção de pautas e ações que ganharam visibilidade social no contexto das lutas sociais urbanas. Ainda há muito o que construir, e as conquistas são limitadas e frágeis, diante dos projetos que se impõem para a cidade. O Dossiê é um elemento importante dessa luta pelo Direito à Cidade, e mais do que denunciar para as autoridades públicas e para a comunidade internacional as violações de direitos as ilegalidades cometidas em nome de interesses privados e contra a população, é um convite à mobilização.

As violações dos direitos, em especial dos mais pobres, não começou com os megaeventos esportivos, mas como demonstrado, se agravou. As intervenções na cidade por meio de grandes projetos urbanos foram aceleradas com as leis de exceção e com o direcionamento de volumosos recursos públicos, aumentando a escala e alcance desse modelo.

Desta forma, ao olhar o processo de preparação da cidade para a Olimpíada é possível afirmar, com decepção, que a Olimpíada Rio 2016 são os jogos da exclusão!

O Dossiê é também um convite aos movimentos populares, sindicatos, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, cidadãos e cidadãs comprometidos com a justiça social e ambiental a se somarem ao Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro na luta por um outro projeto de cidade. Um projeto resultante do debate público e democrático, com a garantia de permanência de todas as comunidades e bairros populares situados nas áreas de intervenção em curso. Um projeto que respeite o direito ao trabalho, de modo que os trabalhadores não sejam punidos por comercializarem no espaço público. Um projeto em que o meio ambiente seja efetivamente preservado. E, principalmente, que a cidadania esteja acima dos interesses de grandes grupos econômicos.

Este Dossiê convida a todos e a todas a lutarem e resistirem contra o Projeto Olímpico marcado por processos de exclusão e desigualdades sociais. Convida para uma mobilização em torno de um projeto que garanta o respeito aos direitos humanos e promova o direito à cidade, pensando no futuro da cidade para sua população, e não para os poucos dias de jogos da Copa e Olimpíadas.



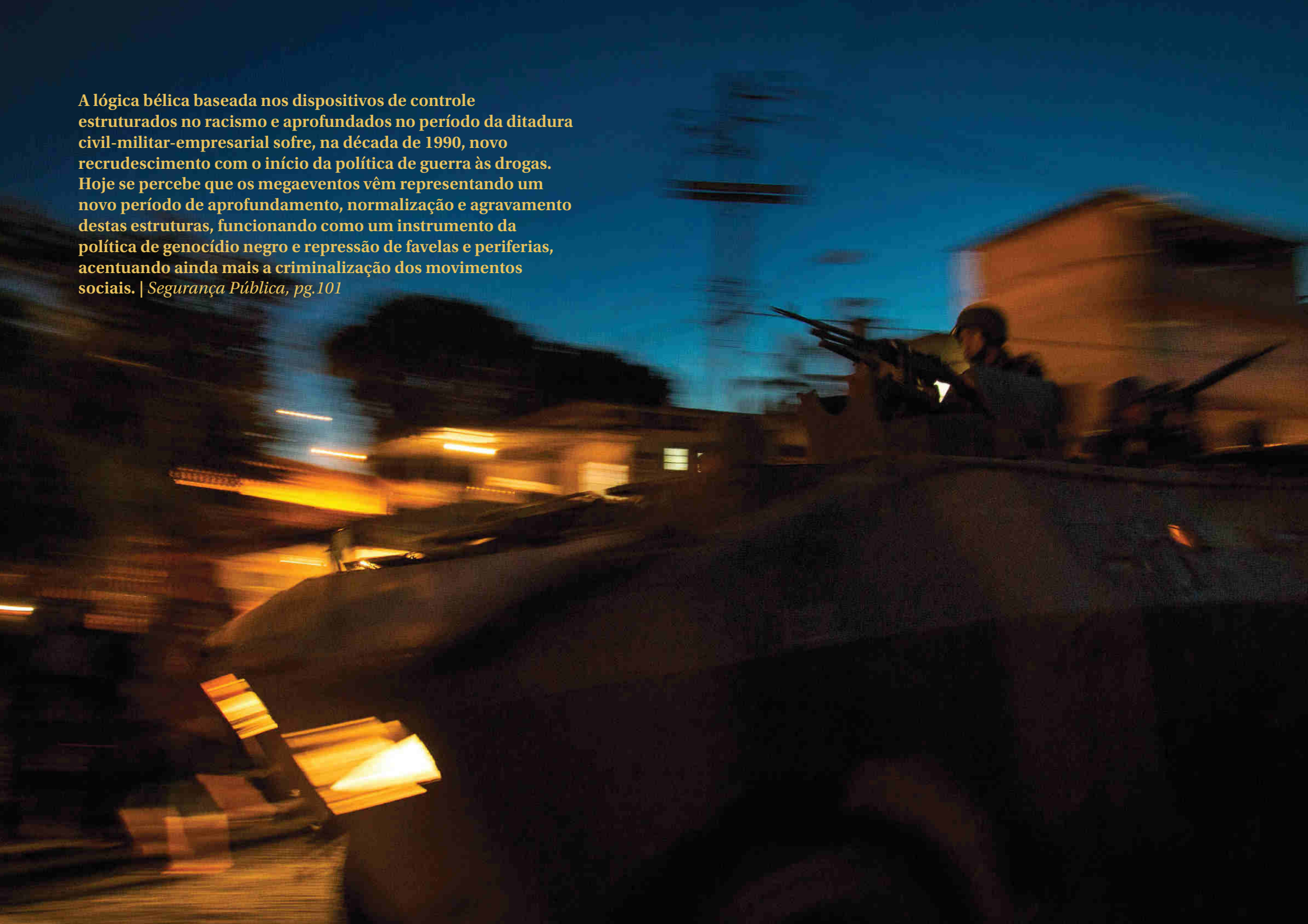
Sobre o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro é uma articulação que reúne organizações populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes, atingidos pelas intervenções da Copa e das Olimpíadas e pessoas diversas comprometidas com a luta pela justiça social e pelo direito à cidade. A missão do Comitê é mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, universidade, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas relacionadas aos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro atua desde 2010, promovendo reuniões e debates públicos, produzindo documentos e dossiês de denúncias sobre a violações de direitos humanos, organizando atos públicos e disseminando informações, tendo como perspectiva a construção de uma visão crítica sobre os megaeventos esportivos.



A coalização de forças políticas somada aos interesses de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e de áreas periféricas, convertidas em novas frentes lucrativas para empreendimentos de classe média e alta renda. A atualização dos dados reforça o que já vinha se demonstrando nos Dossiês anteriores. Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhado de ações violentas e ilegais. | *Moradia*, pg.19

A lógica bélica baseada nos dispositivos de controle estruturados no racismo e aprofundados no período da ditadura civil-militar-empresarial sofre, na década de 1990, novo recrudescimento com o início da política de guerra às drogas. Hoje se percebe que os megaeventos vêm representando um novo período de aprofundamento, normalização e agravamento destas estruturas, funcionando como um instrumento da política de genocídio negro e repressão de favelas e periferias, acentuando ainda mais a criminalização dos movimentos sociais. | *Segurança Pública*, pg.101



O Parque Aquático Júlio Delamare era o local de treinamento de aproximadamente 40 atletas de alto desempenho de esportes aquáticos no Rio, que não sabiam onde prosseguiriam seu treinamento após o fechamento do local, que também deixou sem atividades cerca de nove mil alunos do projeto socioesportivo Rio 2016, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. | *Esportes*, pg.67



O [estádio de atletismo] Célio de Barros, por muitos considerado o Maracanã do Atletismo, era a melhor pista para treinamento de atletas na cidade, desde sua inauguração em 1974. Com o fechamento do estádio e o desmantelamento da pista, centenas de crianças e dezenas de atletas foram prejudicados, sem que houvesse uma definição clara sobre o futuro da pista e a reabertura do estádio. | *Esportes*, pg.67



...E O GLOBO
...A IMPUNIDADE

Na luta contra remoção, as lutadoras costumam ser moradoras antigas das comunidades ameaçadas e na maioria das vezes são as “chefes” de suas famílias, usando do que podem para garantir da melhor forma suas vidas e a de seus filhos. | *O protagonismo das mulheres*, pg.123

FICA HORTO
CONTRA AS REMOÇÕES,
PELA PERMANÊNCIA DO HORTO!
CONTRA O MONOPÓLIO DA GLOBO,
PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA!
FORA GLOBO

RESPE
NOSSA
TEM H

S AS COMU
UNAS
PA A REM



Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, um conjunto de organizações e lideranças populares vêm discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização dos chamados Megaeventos Esportivos. | *Iniciativas de resistência do Comitê*, pg.155



1. Moradia

Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro marcaram o retorno da forma mais violenta de desrespeito ao direito à moradia na cidade. A coalizão de forças políticas somada aos interesses de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e de áreas periféricas, convertidas em novas frentes lucrativas para empreendimentos de classe média e alta renda. A atualização dos dados reforça o que já vinha se demonstrando nos Dossiês anteriores. Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhado de ações violentas e ilegais.

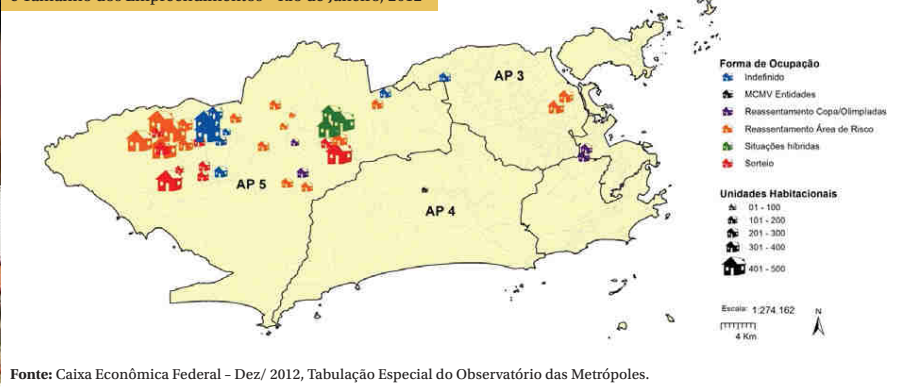
Este capítulo apresenta a atualização das informações sobre as comunidades removidas e o que aconteceu com os terrenos que elas ocupavam. Apresenta como estão comunidades ameaçadas diante das incertezas, falta de informação, e verdadeiro terrorismo psicológico promovido pela prefeitura, como estratégia para viabilizar a remoção. Projetos não são apresentados, as famílias não tem acesso à informações oficiais, nem mesmo quando o trator já está na porta de sua casa pressionando pela sua saída. São casos dramáticos, em que a prefeitura tenta vencer moradores pelo cansaço, pela propagação de mentiras, e pela negação inclusive do direito à defesa.

Os dados que são apresentados aqui, conforme se verá, revelam um quadro grave de violações. Mas também grave é a falta de acesso à informações e aos dados oficiais. A não apresentação dos dados pelo poder público pode ser fruto da falta de planejamento, que se revela nas mudanças de trajetos de obras mesmo depois de audiências públicas e processos licitatórios, o que pode ser interpretado como parte de uma estratégia de aumento da pressão psicológica, como meio de impedir formas de resistência, ou mesmo um mecanismo para encobrir eventuais ilegalidades nas transações realizadas. Indícios das três possibilidades se encontram nos casos apresentados.

A não apresentação dos dados e a ausência do debate público democrático reforçam esse quadro em que os mais vulneráveis perdem o pouco que conquistaram na luta diária pelo acesso à cidade. Esta postura do poder público é, portanto, em si uma forma de violação de direitos.

No caso do Rio de Janeiro, fica claro que o projeto de atração de investimentos, tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nestes bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal atua como uma máquina de destruição de casas populares. A maioria das remoções está, portanto,

Mapa 1. Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, por Forma de Ocupação e Tamanho dos Empreendimentos – Rio de Janeiro, 2012



Fonte: Caixa Econômica Federal - Dez/ 2012, Tabulação Especial do Observatório das Metrópoles.

localizada em áreas de extrema valorização imobiliária. Os investimentos públicos realizados em transporte (BRTs) privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Já as construções destinadas aos atletas e equipamentos esportivos – Vila dos Atletas no Riocentro e Parque Olímpico – serão transformadas após os jogos em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras”¹ dos governos municipal e estadual.

Por sua vez, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos) para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e a Olimpíada, mas nas áreas periféricas da cidade (veja *Mapa 1* na página 18), as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e precária infraestrutura urbana. Cabe destacar que, em alguns casos, a ausência ou precarização dos serviços públicos será provocada pelo recebimento de um contingente enorme de pessoas sem a correspondente ampliação dos serviços.

Comunidades removidas ou ameaçadas de remoção em função da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016

São 22.059 famílias já removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015, conforme dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em julho de 2015 ². Outras dezenas de comunidades permanecem sob ameaça de remoção. Neste universo, não há dados oficiais divulgados que permitam identificar as comunidades e as famílias ameaçadas, nem a sua relação com as intervenções vinculadas aos megaeventos. Muitas vezes, embora esteja claro que a remoção decorre de obra relacionada ao projeto Rio Cidade Olímpica, o dado é mascarado por outras justificativas, como ser área de risco ou de interesse ambiental, o que muitas vezes não se confirma. Nesta sistematização, busca-se identificar, sempre que possível, a relação com os Jogos Olímpicos ou com a Copa do Mundo 2014, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT, e ao Projeto Porto Maravilha no centro da cidade. Neste sentido, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro estima que pelo menos 4.120 famílias já foram removidas e 2.486 permanecem ameaçadas de remoção, por razões diretas ou indiretamente vinculadas às intervenções do Projeto Olímpico, conforme pode ser observado na tabela síntese apresentada, onde estão identificadas as justificativas para a remoção, com as informações disponíveis.

Os casos aqui relatados têm como base informações organizadas pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, inicialmente para o documento da Relatoria pelo Direito Humano à Cidade (Projeto Relatores da Plataforma dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), em 2011. Posteriormente, o conteúdo foi complementado com informações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e notícias veiculadas pela mídia, visando a elaboração da primeira versão do Dossiê, em 2012. Desde então, os dados foram atualizados e publicados

¹ Empreiteiras e incorporadoras imobiliárias que venceram licitações para a realização das obras estão entre as principais doadoras das campanhas eleitorais dos governos atuais. Ver Dossiê Nacional Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil.

² Cf. <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%Adica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>, acessado em outubro de 2015.

anualmente nos Dossiês Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. As atualizações dessa edição foram baseadas em levantamentos realizados nas comunidades – através do contato direto com as lideranças –, em visitas às áreas das comunidades removidas, em novas informações obtidas junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e por notícias divulgadas pelos meios de comunicação³.

Seguindo a metodologia dos Dossiês anteriores, são sistematizadas informações sobre as remoções visando quantificar o número de famílias atingidas e evidenciar as múltiplas violações de direitos que acompanham os processos de remoção em cada caso. Nessa sistematização é possível identificar as estratégias utilizadas pelo poder público para promover estas remoções.

As comunidades foram agrupadas em cinco grupos, tendo como critério o tipo de justificativa utilizada para as remoções, sendo os quatro primeiros vinculados diretamente às intervenções da Copa do Mundo e das Olimpíadas: (i) as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs; (ii) as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), (iii) as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; e (iv) as obras voltadas à renovação urbana da Área Portuária. E o quinto vinculado às áreas ditas de risco e de interesse ambiental. O destaque a este quinto grupo, não relacionado diretamente aos megaeventos esportivos, se justifica tendo em vista que estas áreas podem ser consideradas como parte da estratégia da prefeitura de promover a renovação urbana, a expansão imobiliária e o potencial turístico, envolvendo a remoção de famílias de baixa renda.

Comunidades removidas em função de obras viárias e da construção dos corredores dos transportes dos BRTs Transcarioca, Transoeste e Transolímpica

O BRT Transcarioca é responsável por fazer a ligação Barra da Tijuca – Aeroporto Internacional Tom Jobim, atravessando 27 bairros. Para sua implementação, quatro comunidades inteiras foram demolidas, e uma parcialmente removida (Arroio Pavuna), totalizando 349 famílias deslocadas de suas casas. Destaca-se a remoção da comunidade de Campinho e do Largo do Tanque, realizada nos primeiros meses de 2013, que o Comitê Popular acompanhou registrando as inúmeras violações de direitos pelo poder público. No site do governo federal⁴, a Prefeitura prevê despesas com desapropriações para essa obra no valor de 300 milhões. Várias notícias veiculadas pela imprensa apontam que mais de 3.000 famílias foram afetadas na primeira fase da Transcarioca, incluindo nesse número as desapropriações de imóveis regulares.

Para a construção do BRT Transoeste inaugurado em março de 2014, fazendo a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande, foram removidas cerca de 530 famílias em cinco comunidades. Destas, destacam-se as remoções das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Recreio II, com famílias que procuraram apoio jurídico junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e em organizações da sociedade civil para lutar por seus direitos. Moradores já removidos ainda tentam obter indenizações justas e se reúnem na Comissão dos Atingidos pela Transoeste. O que chama a atenção é a proximidade dessas comunidades com condomínios habitacionais de classes de renda média e alta, e existência de áreas, antes ocupadas pelas

³ Nesse caso, utilizou-se tanto a grande mídia impressa, como “blogs” de informação e de organizações não-governamentais que monitoram as remoções, dentre os quais destacam-se “Pela Moradia” e “Rio on Watch”. Este último realizou, inclusive, reportagens investigativas, com levantamento de dados e entrevistas com os moradores.

⁴ www.copa2014.gov.br

comunidades removidas, que até o momento permanecem vazias, apesar destas remoções terem sido justificadas com o argumento da “urgência” requerida pelas obras da Copa 2014.

A Transolímpica, ainda em fase de implementação, ameaça mais de 1.300 famílias em três comunidades diferentes. No início de 2013, a obra passou por um processo de licenciamento ambiental bastante questionado pelo Ministério Público Estadual, que entre outros aspectos, apontou o fracionamento do projeto e a insuficiência de informações sobre os impactos sociais decorrentes das obras. Ressalta-se a falta de debate público e de informações sobre os atingidos. Levantamentos e obras de urbanização em comunidades da região de Curicica e Jacarepaguá, que estariam no trajeto da obra viária, foram interrompidos sem que os moradores tivessem acesso à informações oficiais sobre sua situação. Com as obras adiantadas e o trajeto ainda incerto para os moradores da região, as remoções já começaram. O impacto das obras da Transbrasil é ainda desconhecido.

Comunidade do Campinho (Largo do Campinho) - O primeiro contato da Prefeitura com os moradores foi em janeiro de 2011. A comunidade foi extinta em junho de 2011, com a remoção de 65 famílias. Um processo marcado por muitas violações e pressão psicológica, com a ameaça de que caso não aceitassem um apartamento do MCMV em Cosmos, a 60km do local, ficariam sem nada. Moradores que não aceitaram o apartamento receberam indenizações irrisórias, e há relatos, com mais de uma testemunha, do recebimento de indenizações em sacos de dinheiro pagos em negociação direta com a empreiteira responsável pela obra. A remoção foi promovida pela Prefeitura para a construção de um mergulhão do corredor da BRT Transcarioca.

Rua Guáxima (Madureira) - Na Rua Guáxima, 27 famílias foram removidas para a implantação da primeira fase do BRT Transcarioca. Foram oferecidos aos moradores apartamentos do MCMV na Zona Oeste, sob a ameaça de que ficariam sem nada se não aceitassem, e não foi reconhecido o direito de posse de famílias com mais de 30 anos de residência no local. Após resistência, houve a oferta de aluguel social. A ordem judicial da remoção foi cumprida sob resistência dos moradores.

Rua Domingos Lopes (Madureira) - Na Rua Domingos Lopes, cerca de 100 casas foram desapropriadas para a implantação da primeira fase do BRT Transcarioca, sem nenhuma indenização ou alternativa habitacional.

Penha Circular - A comunidade foi removida, segundo dados divulgados pela Prefeitura. Não se tem informações específicas sobre o número de famílias, processo de notificação dos moradores e indenizações.

Largo do Tanque - As 66 famílias residentes no local começaram a ter suas casas marcadas na semana anterior ao Carnaval (entre 4 e 8 de fevereiro de 2013). Em 22 de fevereiro, menos de dez famílias resistiam, tentando conseguir indenizações justas diante da perda de suas casas, nesse momento, já tida como inevitável. Os moradores foram informados da necessidade da remoção por um funcionário da Prefeitura, que já apresentava uma proposta de indenização ínfima, variando de R\$ 7 mil a R\$ 30 mil, com falas ameaçadoras e intimidações. Essas dez famílias que resistiram conseguiram melhorar um pouco o valor das indenizações. No cartão do funcionário, constava a logo “Rio Cidade Olímpica”, mas ninguém teve acesso ao projeto, a qualquer informação sobre que obra seria realizada no local, ou mesmo ao motivo de tanta urgência. Há relatos de que seria para a Transcarioca. As famílias residiam há mais de cinco anos no local, mas não tiveram o direito de posse reconhecido.

Arroio Pavuna (Jacarepaguá) - A remoção da comunidade, de mais de 50 anos de existência, começou em 2006, justificada pelas obras para os Jogos Pan-Americanos. Naquele período, a justificativa era a construção de um equipamento esportivo, mas 68 famílias foram removidas “para a abertura dos acessos laterais do Condomínio Rio 2”, conforme consta em relatório oficial da Transcarioca de 2010. Até o momento, tais aberturas laterais não existem, e o terreno está vazio, ocupado apenas por um gramado e jardim de luxo. As 28 famílias que restam na comunidade estavam ameaçadas de remoção devido à construção de um viaduto para a implantação do BRT Transcarioca. Após resistirem com apoio da Defensoria Pública Estadual e da Secretaria de Patrimônio da União, conseguiram restringir a remoção a seis casas, demolidas em abril de 2013. As demais, porém, permanecem com destino incerto, já que a Prefeitura, em outros momentos, alegou também a necessidade da remoção para a preservação ambiental.

Vila das Torres (Madureira) - A remoção começou em junho de 2010, justificada para a construção de um parque municipal, parte do “legado” do projeto Rio Cidade Olímpica e integrado ao projeto do BRT Transcarioca. Em abril de 2011, permaneciam no local 60 famílias. A remoção foi concluída em 2013, totalizando 1.017 famílias, segundo informação da SMH. O Parque Madureira, construído no local, é apresentado como proposta “inovadora de sustentabilidade”, mas desconsidera as novas ocupações informais e o impacto do deslocamento dessas famílias de uma área urbanizada e com acesso a serviços públicos para conjuntos na periferia. A comunidade, formada em 1960, possuía enorme tradição cultural e fortes vínculos com a Escola de Samba Portela. No processo de remoção, a Prefeitura não apresentou nenhum documento, e ninguém teve acesso ao projeto do parque, à despeito dos pedidos dos órgãos estaduais Defensoria Pública e Ministério Público. Os moradores negociaram com a Prefeitura sob forte pressão, com o prazo de dez dias para deixarem suas casas, e sob a ameaça de não receberem nada se procurassem advogados. A maior parte das famílias (696), recebeu indenização, com valor variando entre R\$ 8 mil e R\$ 17 mil, com algumas exceções que, sem critério claro, chegaram a R\$ 55 mil. Outra opção oferecida foi um apartamento em conjunto do MCMV, em Realengo (condomínios Trento, Treviso e Ipê Branco), composto de somente 290 unidades, portanto, insuficiente para atender a todos.

Comunidade Restinga (Recreio) - A Comunidade Restinga foi declarada Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Lei Complementar nº 79, de 30 de maio de 2006, assim como outras tantas comunidades da Zona Oeste que também enfrentaram ou enfrentam processos de remoção. Na Restinga, cerca de 80 famílias e 34 estabelecimentos comerciais foram demolidos em dezembro de 2010, em função da necessidade de construção do corredor da Transoeste. Cerca de vinte moradores que resistiram à remoção não receberam indenização até hoje. A população está se organizando na Comissão de Moradores Atingidos pela Transoeste, com apoio da Defensoria Pública do Estado. Todos estão em uma situação pior do que antes. O terreno deu lugar a três novas pistas de carro, e não ao BRT.

Comunidade Vila Harmonia (Recreio) - Na Vila Harmonia viviam cerca de 120 famílias, em uma ocupação bastante consolidada. A partir de 2011, as famílias foram avisadas da remoção e pressionadas a aceitar um apartamento no conjunto MCMV em Campo Grande, distante do local onde residiam e sem terem acesso ao contrato que iriam assinar, ou a receber uma indenização irrisória pelas benfeitorias. Inicialmente, 97 famílias aceitaram indenizações e 52, o apartamento. As demais resistiram no local com liminares impetradas pela Defensoria do Rio de Janeiro, que em questão de meses foram derrubadas. Dois terreiros de Candomblé não receberam nenhuma indenização. O processo de remoção foi justificado, segundo relato dos moradores, pela ampliação da Avenida das Américas e para a construção de umanel viário

vinculado à construção do corredor da Transoeste, que nunca foi apresentado. Na época, a Defensoria Pública chegou a questionar se havia realmente necessidade da remoção para a Transoeste. Mais de três anos depois da remoção, o terreno permanece vazio, utilizado como estacionamento para máquinas da Prefeitura.

Comunidade Vila Recreio II – Na comunidade Vila Recreio II, localizada na Avenida das Américas, residiam cerca de 235 famílias, em uma área demarcada como Área de Especial Interesse Social (AEIS). Segundo relato dos moradores, a maioria residia no local há mais de 20 anos. Em 2011, todas as casas foram destruídas para a construção do BRT Transoeste, através de mais um processo permeado de violações – inicialmente, os moradores foram notificados que as demolições ocorreriam apenas em uma faixa de 26m na margem frontal da comunidade, no entanto, em pouco tempo, todas as casas estavam marcadas pela sigla SMH. Com o apoio do Núcleo de Terras e Habitação – NUTH/Defensoria Pública e de movimentos sociais, os moradores se organizaram para pedir o projeto do traçado que justificasse a remoção em uma área de AEIS, o decreto expropriatório que determinasse a área como de utilidade pública e mesmo alternativas habitacionais justas. Passando por cima de todas as exigências, a prefeitura seguiu com as demolições de maneira irregular, dando como alternativa o reassentamento em apartamentos do MCMV ou indenizações irrisórias. O terreno, três anos depois da remoção realizada “com urgência”, encontra-se vazio.

Notredame (Recreio) – A comunidade com 52 casas foi removida em junho de 2010, no processo de “limpeza social” nas mediações das obras da Transoeste, visando, ao que tudo indica, a valorização imobiliária da região.

Vila da Amoedo (Recreio) – Cerca de 50 famílias que moravam perto da loja de material de construção Amoedo, também nas mediações da Transoeste, foram removidas em meados de 2012. Segundo os moradores as indenizações foram irrisórias, abaixo do valor de mercado das moradias. O terreno, delimitado como área de AEIS, se transformou em um imenso estacionamento da Amoedo à beira da Avenida das Américas, próximo ao túnel da Grota Funda.

Asa Branca (Jacarepaguá) – A Comunidade Asa Branca é composta por aproximadamente 4.500 moradores e recebeu, durante o segundo semestre de 2012, obras de urbanização da Prefeitura vinculadas ao programa “Bairro Maravilha”. Mesmo assim, o local sofre ameaças de remoção devido à construção do BRT Transolímpica – o corredor expresso possivelmente implicará na remoção das casas que se encontram à margem da Avenida Salvador Allende. A determinação exata do número de famílias afetadas, no entanto, ainda depende da divulgação oficial do traçado da Transolímpica.

Vila Azaleia (Curicica) – A Comunidade Vila Azaleia tem aproximadamente 100 famílias que estão ameaçadas de remoção devido à construção do BRT Transolímpica.

Vila União de Curicica (Curicica) – Situada nas proximidades do futuro Parque Olímpico, com mais de 30 anos de existência, Vila União teve pelo menos 800 famílias com suas casas marcadas sob ameaça de remoção. O motivo alegado é a construção da Transolímpica, via expressa do sistema BRT que ligará a Barra da Tijuca a Deodoro, ou seja, os dois principais centros de competição da Olimpíada, o Parque Olímpico ao Complexo de Deodoro. Caso a remoção da Vila União de Curicica se concretizasse tal como gostaria a prefeitura, esta seria uma das maiores realizadas em nome das Olimpíadas de 2016.

Até 2012 a comunidade estava no mapa de urbanização da prefeitura e receberia obras do “Morar Carioca”, o programa de urbanização de favelas atualmente realizado pela prefeitura, chegando inclusive a passar pela primeira fase de diagnósticos do programa. Já em 2013, o contrato foi suspenso, o programa cancelado e as casas começaram a ser marcadas. Moradores de Vila União se organizaram e, junto com movimentos sociais e defensores do NUTH, buscaram informações sobre a obra, o trajeto do BRT e o processo de remoção. Também se mobilizaram para a realização de atos e de um dossiê de violações de direitos no caso de Vila União⁵.

Como resultado, a prefeitura passou a estudar outros traçados – da remoção de mais de 800 famílias foi apresentada a possibilidade de remoção de apenas 180, possibilidade que nunca foi confirmada. Em março desse ano, no Diário Oficial, a informação era de 340 casas a serem demolidas – o traçado final nunca foi apresentado. A remoção foi feita, mais uma vez, através de ameaças, pressão psicológica e falta de informações. Até hoje não foi apresentado um projeto de urbanização para a área da comunidade que permanece no local.

Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) – Ameaçados pelo traçado BRT Transcarioca, moradores não obtêm informações sobre a remoção. A Colônia possui cerca de 30 mil habitantes, sendo dividida em dez subáreas pela Prefeitura. Topógrafos têm realizado levantamentos na região. A Colônia começou a ser urbanizada em 2010 com obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que não foram concluídas. Em 2011, iniciaram as obras do Morar Carioca e fotos do local foram utilizadas em propaganda do programa pela Prefeitura, mas a urbanização não foi concluída e os moradores convivem com o projeto abandonado. A obra deve passar sobre áreas ocupadas, incluindo uma vila de idosos e área de proteção ambiental. O número de atingidos é incerto, mas o movimento em defesa da Colônia, Movimento E-Colônia, a partir de imagens aéreas do possível traçado, estima em cerca de 400 casas, sendo 100 da área conhecida como “Colônia Antiga”.

Vila Taboinha (Vargem Grande) – Ocupação originada no início dos anos 1990, reunindo cerca de 400 famílias, agora ameaçadas de remoção. A comunidade sofre a pressão imobiliária e um processo de reintegração de posse, pelo fato de estar localizada em Vargem Grande, área de expansão imobiliária ligada às obras viárias do BRT Transoeste e que tem apresentado extrema valorização.

Comunidades ameaçadas pelas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão)

Tubiacanga (Ilha do Governador) – Comunidade localizada na Ilha do Governador, ameaçada de remoção pela obra de expansão do aeroporto internacional Tom Jobim, mais especificamente em decorrência da suposta necessidade de construção de uma terceira pista no aeroporto. Durante as jornadas de junho de 2013 a presença dos habitantes da comunidade foi frequente nos protestos, sempre exigindo o cumprimento de seu direito à moradia e sua permanência no local. Segundo matéria do jornal O Dia, de 29 de setembro de 2013⁶, o Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, retirou do edital de concessão do aeroporto a obrigatoriedade de construção de uma terceira pista, o que implicou na não remoção não apenas de Tubiacanga, mas também de

⁵ O dossiê, realizado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, pode ser acessado aqui: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/04/dossievilaunic3a3o_jan2015_b.pdf

⁶ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-29/informe-do-dia-tubiaca-fica.html>, acessado em julho de 2015.

Parque Royal e da Vila Joaniza. A decisão foi comunicada pelo ministro em e-mail a Wagner Victor, presidente da Cedae e morador da Ilha do Governador. Numa mensagem enviada a Moreira Franco, ele reivindicava uma solução que evitasse a retirada dos moradores. Em 2015, o prefeito Eduardo Paes enviou à Câmara Municipal proposta de emendas ao Projeto de Estruturação Urbana (PEU) da Ilha do Governador que, entre outras coisas, não reconhece Tubiacanga como bairro, abrindo margem para nova tentativa de remoção. O projeto ainda não foi votado.

Comunidades removidas em função das obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos

Comunidade do Metrô Mangueira – A comunidade, que reunia aproximadamente 700 famílias com cerca de 40 anos de existência, situada nas proximidades do Maracanã, começou a ter suas casas marcadas para a remoção em 22 de agosto de 2010, com previsão para a construção de um estacionamento no local. As primeiras 108 famílias que, sob pressão, aceitaram a remoção foram assentadas em um conjunto habitacional em Cosmos (Zona Oeste – 70 km do local). Os demais começaram um movimento de resistência. Sob pressão, a Prefeitura assentou 246 famílias no conjunto Mangueira I, ao lado da comunidade, inicialmente previsto para receber famílias de três a seis salários mínimos. Depois de mais de um ano aguardando e convivendo com os escombros demolidos das primeiras casas, 216 famílias foram para o conjunto Mangueira II, em dezembro de 2012. Outras 92 foram assentadas em Triagem. Poucas famílias ainda permaneciam na comunidade, aguardando questões burocráticas com a Caixa Econômica Federal, convivendo com escombros e a precarização das condições de vida pelo abandono do poder público. Nesse processo, é preciso registrar que a destinação dos conjuntos habitacionais Mangueira I e II para a comunidade é uma conquista decorrente da resistência dos moradores, tendo em vista que eles não estavam inicialmente previstos para recebê-los.

Em janeiro de 2014, os escombros e algumas casas ainda permaneciam no local e até hoje nenhuma obra foi iniciada, o que acabou gerando nova ocupação da área por um grupo de sem-teto. No dia 08 de janeiro de 2014, a Prefeitura chegou sem aviso prévio e iniciou a demolição das casas ocupadas; 12 casas chegaram a ser derrubadas, mas os moradores iniciaram um grande ato de protesto na principal via de acesso ao local e a repressão policial foi amplamente usada. A única alternativa habitacional apresentada previa a entrada dos moradores no cadastro de beneficiários do programa “Minha Casa, Minha Vida”, mas nenhuma solução imediata foi oferecida. Em 2015, novas demolições de casas e de estabelecimentos comerciais foram realizadas pela prefeitura, o que gerou a reação de moradores, acompanhada do apoio de estudantes da UERJ, resultando em repressão violenta pela Polícia Militar. Atualmente, através de uma ação do NUTH, a Vara da Infância, Juventude e do Idoso suspendeu as demolições enquanto não for apresentado pela prefeitura um plano de reassentamento para as famílias que ainda estão no local⁷.

Acreditava-se anteriormente que a área seria destinada à construção de um estacionamento, mas em setembro de 2014 foi confirmada, por meio de um decreto municipal, que a terra será destinada a um polo automotivo reunindo 96 unidades comerciais e um parque com ciclovia, rampa de skate, academia para idosos, parque infantil e 400 árvores. O projeto vai custar R\$30,5 milhões⁸.

⁷ Mais informações: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/justica-suspende-demolicoes-da-favela-do-metro-na-mangueira-rio.html>. Acesso em 15 de out 2015.

⁸ Cf. <http://rioonwatch.org.br/?p=9995>, acessado em setembro de 2015.

Vila Autódromo (Jacarepaguá) – Eram cerca de 550 famílias, em sua maioria de baixa renda, com mais de 20 anos no local. A área é cobiçada pelos grupos imobiliários e da construção civil devido à grande valorização verificada na região. A ocupação foi iniciada em meados da década de 1980 e grande parte dos moradores possui documento de concessão real de uso emitido pelo poder público estadual, dificultando as ações de remoção violenta. Parte da comunidade foi decretada Área de Especial Interesse Social, por meio da Lei Complementar nº 74/2005. A Vila Autódromo tem um histórico de resistência popular contra as tentativas de remoção promovidas pelo poder público desde a década de 1990. As ameaças de remoção ganharam uma nova dimensão no contexto do projeto de preparação dos Jogos Olímpicos. O Secretário de Habitação do município esteve na comunidade, em outubro de 2011, e informou que a remoção seria necessária por exigência do Comitê Olímpico Internacional, para viabilizar a construção de instalações esportivas do Parque Olímpico. A Prefeitura iniciou o cadastramento dos moradores, com a proposta de pagamento de aluguel social até a construção de um conjunto do MCMV, mas diante da resistência dos moradores, o cadastramento foi interrompido. Em novembro de 2011 a Prefeitura lançou um edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do Parque Olímpico. Na concessão consta que, após a realização dos jogos, 75% da área de 1,18 milhão de m² será destinada a empreendimento habitacional de alto padrão a ser comercializado pela concessionária. Assim, a retirada de uma comunidade de baixa renda, consolidada, tem sido colocada como prioridade pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para viabilizar mais um projeto de mercantilização da cidade. A Defensoria Pública do Estado conseguiu suspender temporariamente o processo de licitação, até que a Prefeitura esclarecesse que o direito à moradia das famílias estaria garantido. Desmentindo informações anteriores, a Prefeitura afirmou no processo que a comunidade não precisaria ser removida em função do Parque Olímpico, mas para as obras do BRT Transcarioca e Transolímpica. O Relatório Ambiental Simplificado do BRT Transcarioca mostra que a via não passa nas mediações da Vila Autódromo. Na audiência pública do EIA-RIMA da Transolímpica, a Prefeitura afirmou que não há projeto para a área da comunidade. Nesse período, a Prefeitura iniciou a aquisição de um terreno, no valor de cerca de 20 milhões de reais, de propriedade de um dos doadores de campanha do prefeito Eduardo Paes, destinado ao reassentamento dos moradores. A construção do conjunto, a cerca de 1,5 km da comunidade, representa uma conquista da mobilização dos moradores, em razão da sua proximidade, mas não deixa de representar um violação do direito à moradia, ao não reconhecer as condições locais de vida social e os laços econômicos e culturais da comunidade. Os moradores, em conjunto com pesquisadores universitários (ETERN/IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF), elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo, para demonstrar que a urbanização integrada ao Parque Olímpico é possível, com qualidade urbana e habitacional superior ao MCMV e com um custo muito inferior à remoção.

O prefeito Eduardo Paes, em audiência com moradores, em agosto de 2012, se comprometeu a realizar uma avaliação do plano e a responder em 45 dias. Nenhum retorno foi dado e, em fevereiro de 2013, a Prefeitura voltou a afirmar que a remoção será necessária para a construção de um centro de mídia, estacionamento e instalações provisórias do Parque Olímpico. Nesse mesmo mês, foi realizado o lançamento imobiliário do conjunto MCMV, com stand de vendas e material de propaganda do empreendimento. Recomeçou, então, o cadastramento das famílias, sem dar a elas outra alternativa que não os apartamentos de área extremamente reduzida. Comerciantes e templos religiosos da comunidade não conseguem obter informações se terão ou não direito à indenização.

No contexto de um conflito interno na Defensoria Pública, a liminar que impedia as demolições

foi derrubada e, em 2014, as primeiras casas começaram a ser demolidas, levando a um cenário de terror à comunidade, com demolições irregulares, escombros que não são retirados e danos na rede elétrica e de água. Todas essas violações configuram estratégias ilegais da prefeitura que têm contribuído para a degradação da qualidade de vida no local, funcionando como mais uma forma de forçar os moradores a aceitarem a negociação imposta pela Prefeitura.

Em 2015, três decretos de desapropriação para fim de utilidade pública foram publicados pelo prefeito Eduardo Paes atingindo cerca de 50 casas, dentre elas, a associação de moradores e as casas das principais lideranças na luta pela permanência. O projeto que justifica a 'utilidade pública' da área nunca foi apresentado e os decretos estão sendo contestados na justiça pela defensoria pública e por vereadores da Câmara Municipal.

A comunidade continua organizada e resistindo, com parte dos moradores se recusando a fazer o cadastro promovido pela Prefeitura. O projeto que demonstra a necessidade da remoção nunca foi apresentado publicamente.

Favela Belém-Belém (Pilares) – A Favela Belém-Belém possui cerca de 300 famílias e está localizada nas proximidades de um dos acessos ao estádio de futebol Nilton Santos, (Engenhão), no bairro de Pilares, Zona Norte da cidade. A Prefeitura ainda não definiu se vai retirar toda a comunidade ou parte dela para a construção de um novo acesso ao estádio. Em 2011, o então secretário municipal de habitação se comprometeu com a urbanização e o reassentamento, dentro da própria comunidade, daqueles que precisassem ser removidos. Em 2014, a prefeitura reiterou a informação, afirmando que não realizaria desapropriações no entorno do estádio. No entanto, a associação de moradores teme que pelo menos metade da comunidade seja removida para obras no estádio até 2016. Atualmente, o processo de remoção está paralisado.

Ocupação Aldeia Maracanã – O prédio que abrigou a sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e teve sua última utilização como Museu do Índio, foi ocupado desde 2006 por cerca de 20 indígenas de variadas etnias. O prédio encontra-se em ruínas e está situado no entorno do Maracanã. Desde que o Museu do Índio foi transferido para Botafogo, o prédio não tem utilização. Até recentemente, o imóvel era uma propriedade da União, mas em 2012, foi vendido ao governo do estado do Rio de Janeiro por R\$ 60 milhões. A comunidade, batizada de Aldeia Maracanã, reivindicava a regularização da ocupação e a construção de um centro de apoio e de referência da cultura indígena. Para isso, seria preciso recuperar o prédio de alto valor histórico e cultural, que é anterior a 1865, data em que o casarão de propriedade privada foi doado para o governo federal com o intuito de abrigar o Centro de Investigação Cultural Indígena. Diante das ameaças de remoção e demolição do prédio pelo governo do estado, sessenta índios de 17 etnias diferentes e muitos apoiadores reforçaram a ocupação na defesa do projeto indígena.

Após muita mobilização, envolvendo redes e organizações internacionais, manifestação de órgãos de patrimônio cultural - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) -, e da própria FIFA informando que nunca exigiu a demolição do prédio, o Governo Estadual recuou na demolição, mas manteve a decisão da desocupação. A reintegração de posse foi marcada para 22 março de 2013. Neste dia, quando já estavam praticamente concluídas as negociações para a desocupação pacífica, com a participação de Defensores Públicos e da Comissão de Direitos Humanos da Comissão Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o Batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu o prédio, sob ordem do governo estadual, em ação truculenta com uso abusivo de balas de borracha, spray de pimenta, gás lacrimogênio e armas sonoras sobre manifestantes pacíficos. Houve

também detenções arbitrárias. O governo do estado divulgou que o prédio será transformado em museu pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Parte dos índios removidos aceitou moradia em alojamento provisório, e parte está, temporariamente, na casa de apoiadores. Alguns índios continuam realizando manifestações públicas e tentam ação judicial para voltar ao prédio.

Favela do Sambódromo – A Favela do Sambódromo, com cerca de 15 anos de ocupação, foi totalmente removida sob a alegação da Prefeitura Municipal de revitalização e alargamento do Sambódromo. O local será palco da largada e chegada da maratona dos Jogos Olímpicos de 2016, e das provas de tiro com arco nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Ali residiam cerca de 60 famílias. A Prefeitura não apresentou nenhum documento, nem notificação prévia, nem ordem de despejo. A única opção oferecida pela Prefeitura foi a transferência das famílias para o condomínio Oiti do Programa Minha Casa Minha Vida, localizado em Campo Grande, a 60 km da comunidade.

Remoções decorrente das obras voltadas à renovação urbana da Área Portuária

A região portuária, área central do Rio de Janeiro, foi abandonada durante décadas pela Prefeitura Municipal. Esta região abriga vários prédios públicos da União, do Estado e do Município que estão vazios, ou seja, imóveis que não cumprem sua função social. Vários desses imóveis foram ocupados por populações sem-teto, que hoje estão ameaçadas em função do megaprojeto de reestruturação urbana que se encontra em execução na região, o projeto Porto Maravilha, que incide sobre uma área de 5 milhões de m². Inicialmente, a zona portuária abrigaria alguns equipamentos para as Olimpíadas de 2016, conforme definição estratégica do prefeito Eduardo Paes tentando viabilizar a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto, criada no final de 2009, por meio da qual vem sido promovida a reordenação urbana da localidade. No início de 2014, com a consolidação da operação urbana, os equipamentos olímpicos que inicialmente seriam instalados no Porto - Vilas de Mídia e de Árbitros - foram transferidos para a Zona Oeste da cidade⁹.

Morro da Providência – O Morro da Providência está localizado na área portuária do Rio de Janeiro, região central e infraestruturada. A comunidade tem uma longa história, de mais de 110 anos, tendo sua origem na ocupação do morro por remanescentes da Guerra de Canudos. A Prefeitura começou neste morro obras de urbanização (Projeto Morar Carioca), incluindo a abertura de vias, a implantação de um teleférico, um plano inclinado e abertura de espaços para visitação turística. O problema central, conforme relato dos moradores, é a ausência de informação e do envolvimento da comunidade na discussão deste projeto, que ninguém conhece direito, e que implica em diversas remoções ou reassentamentos. A Prefeitura alegava que 380 famílias seriam reassentadas por estarem em área de risco, e outras 291 para a implantação do teleférico e do plano inclinado. No entanto, o argumento do risco utilizado pela prefeitura para justificar as remoções já foi descaracterizado por contra-laudo geotécnico, que concluiu por um número muito inferior de casas vulneráveis e que a maioria dos problemas seria facilmente solucionável com simples obras de contenção. A Defensoria Pública do Estado entrou com ação cautelar e em outubro de 2012 foi expedida decisão de paralisação das obras em função da ausência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e do Estudo de Impacto de Vizinhança, bem como da ausência de informação pelos moradores sobre o projeto, o cronograma e as remoções previstas. Esta ação visava também

⁹ Cf. <http://oglobo.globo.com/rio/paes-quer-que-arbitros-jornalistas-fiquem-na-barran-nos-jogos-de-2016-11877405>. Acesso em 15 out 2015.

paralisar a demolição de casas de famílias já removidas, em função dos problemas gerados pela não retirada dos entulhos. A Prefeitura conseguiu liberar a realização das obras do teleférico, mas as remoções estão temporariamente suspensas. Como nas demais localidades, a prefeitura marcou as casas para remoção com tinta spray, numerando as que seriam demolidas, sem a autorização ou qualquer explicação aos moradores. A sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) era inscrita nas casas, indicando, como diziam os moradores, “Saia do Morro Hoje”.

Após as manifestações contra a remoção, principalmente após as jornadas de junho de 2013, e em decorrência da impossibilidade das demolições pela decisão liminar da Defensoria Pública, a prefeitura anunciou uma abertura de diálogo com os moradores. No entanto, continua exercendo grande pressão para que os moradores façam acordos, através da assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC), aceitando a demolição de suas casas.

A mobilização dos moradores continua, com o apoio de engenheiros e arquitetos militantes, que elaboraram contralaudos atestando que a maioria das casas previstas para demolição não se encontram em situação de risco. Mesmo com as demolições proibidas, em maio de 2015, moradores da região do Túnel Rego Barros foram removidos sob o argumento de estarem localizados em área de risco¹⁰.

Ocupação Machado de Assis (Gamboa) – O prédio da rua Machado de Assis, ocupado em novembro de 2008 por 50 famílias, estava desocupado há 20 anos, em claro descumprimento da função social da propriedade. O número de famílias morando no local chegou a 150. A construção está numa área acessível e, tal como reivindicado na época, poderia ser reformada com parte das famílias reassentada nas proximidades. Sob coordenação da professora Margareth Pereira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um projeto de reforma para o prédio chegou a ser realizado, sendo inclusive premiado pelo Prêmio Caixa-IAB 2008/2009. No entanto, o projeto nunca conseguiu financiamento para ser viabilizado. A permanência na região central era fundamental para essas famílias, tendo em vista as oportunidades de trabalho que a área oferece. Mesmo assim, elas foram despejadas em 2012 pela prefeitura municipal sob o argumento de que o terreno seria utilizado para obras de revitalização da área portuária.

Ocupações na Rua do Livramento – Os moradores, em geral, ocupam imóveis privados há mais de cinco anos. É desconhecido o número exato de famílias residentes nestas ocupações, mas o Fórum Comunitário do Porto estima que mais de 400 estejam sob ameaça de remoção nessa área¹¹. A única alternativa dada oferecida pela prefeitura é o reassentamento dos moradores no conjunto do MCMV em Senador Camará, cerca de 45km distante do local atual. A reivindicação é a mesma da Rua Machado de Assis.

Ocupação Flor do Asfalto – Localizada na Rua Rodrigues Alves e com cinco anos de existência, esta ocupação reunia cerca de 30 famílias, além de um Centro Cultural. O terreno pertencia à União, mas foi transferido à Prefeitura do Rio de Janeiro em virtude do Projeto Porto Maravilha. Todos os ocupantes foram removidos do local em 2011 sob o argumento da necessidade de incorporação da área às obras do projeto.

Ocupação Quilombo das Guerreiras (Av. Francisco Bicalho) – Ocupada em outubro de 2006,

reunia cerca de 50 famílias. O prédio pertencia à União (Companhia Docas) e estava há mais de 20 anos vazio. No local pretende-se erguer as “Trump Towers Rio”, um megapreendimento imobiliário internacional que prevê a construção de cinco torres de até 50 andares, com início no segundo semestre de 2013.

A União Federal publicou decreto, em 12/09/2013, autorizando que a área fosse declarada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como “de utilidade pública, para fins de desapropriação, destinado à urbanização da área”, o que acelerou o processo de remoção mesmo antes da conclusão do projeto destinado a reassentar uma parte dos moradores.

No dia 26 de fevereiro de 2014, a Prefeitura, através da CDURP, iniciou processo de demolição de toda área, contando com o auxílio ostensivo da força policial, mas sem nenhuma decisão judicial que respaldasse a ação do poder público. Afinal, após a ocupação em 2006, a Companhia Docas ajuizou Ação de Reintegração de Posse, que foi suspensa pela juíza responsável pelo processo em setembro de 2011, em decisão favorável aos moradores, considerando que o terreno encontrava-se há muitos anos abandonado e o Município não havia apresentado alternativa habitacional viável para os moradores¹².

Como alternativa habitacional foram entregues cheques a título indenizatório de R\$1.200,00 (valor correspondente a três meses de aluguel social). Os moradores não aceitaram a proposta apresentada e organizaram um protesto que fechou a Avenida Francisco Bicalho, via importante no fluxo da cidade inteira. O Núcleo de Terras por sua vez, conseguiu decisão liminar que impedia a CDURP de realizar demolições na área, até que apresentasse documentos em juízo. Como resultado dessa decisão judicial, a CDURP fez acordos com os moradores, representados pela Defensoria Pública, se comprometendo a pagar dois anos de aluguel social até que fossem entregues casas para reassentamento na própria região do Porto.

No entanto, as demolições no dia 26 de fevereiro provocaram muitos prejuízos e estragos irreparáveis. Muitos moradores perderam seus pertences, pois os espaços que ocupavam foram demolidos com tudo que possuíam dentro. Um morador antigo da ocupação Quilombo das Guerreiras, o Sr. Ivan Vasconcelos, ficou sem acesso aos seus pertences por uma semana, inclusive aos seus remédios controlados e ao seu gato de estimação. E, quando conseguiu entrar na área, constatou que tudo havia se perdido em meio às demolições. O Sr. Ivan faleceu logo depois.

A mobilização dos moradores junto aos movimentos sociais de luta por moradia conseguiu a aprovação do projeto Quilombo da Gamboa, também na região portuária, para assentamento de 116 famílias na região, mas o projeto avança lentamente em função da burocracia estatal. Em junho de 2015, o contrato para viabilizar o projeto através do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades foi assinado com a Caixa Econômica Federal¹³.

Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela) – O prédio, pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estava abandonado desde a década de 1980 e foi ocupado em abril de 2005 por 133 famílias. Sob a iminência do despejo por conta das obras do Porto Maravilha, os

10 Cf. <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/184211/Favelas-do-Rio-sofrem-%E2%80%9Cremo%C3%A7%C3%B5es-rel%C3%A2mpago%E2%80%9D.htm>, acessado em setembro de 2015.

11 Conferir: www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com, acessado em fevereiro de 2012.

12 Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,justica-suspende-despejo-no-porto-do-rio,1076254,0.htm>, acessado em outubro de 2013

13 Cf. <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-07-11/gamboa-tera-empreendimento-do-minha-casa-minha-vida.html>, acessado em agosto de 2015

moradores da ocupação se organizaram e conseguiram diálogo junto ao Ministério das Cidades. No entanto, diante da resistência dos moradores, a prefeitura aumentou a ofensiva, alegando a necessidade de destinar o prédio à Escola de Magistratura, demandada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Muitos moradores, pressionados pela prefeitura, aceitaram indenizações ou apartamentos do MCMV em Cosmos, Zona Oeste da cidade, mas as famílias que resistiram foram removidas durante o ano de 2011.

Ocupação Carlos Marighella (R. Riachuelo, 48) – O prédio do INSS, então abandonado por 15 anos, foi ocupado em junho de 2007 e reunia 47 famílias, que tiveram um papel atuante na luta pela moradia na cidade. Em 2010, a ocupação sofreu uma ação de despejo, na qual foi dada como alternativa o reassentamento dos moradores em abrigos na Ilha do Governador ou em Paciência. Poucas famílias aceitaram a transferência e a maioria dos que ali residiam foram procurar abrigo na casa de parentes ou nas ruas do entorno. O prédio foi vedado com alvenaria e o INSS informou que o mesmo seria leiloado. No entanto, após cinco anos do despejo, o prédio segue vazio e vedado, em claro descumprimento de sua função social.

Ocupação Casarão Azul (R. Rodrigues Alves, 143) – A ocupação do casarão foi realizada em 2006 por 70 famílias e removida em 2009, após pedido de reintegração de posse realizado pela prefeitura municipal, sem nenhuma alternativa habitacional apresentada, sendo que apenas metade dos moradores tinham sido apenas cadastrados para o programa MCMV.

Ocupação Mariana Criola (Rua da Gamboa, 120) – A segunda ocupação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) na região central da cidade, denominada Mariana Criola, conseguiu, em 2011, a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU do terreno e financiamento pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS para reforma do edifício e construção de um segundo conjunto habitacional no terreno. Atualmente, o projeto arquitetônico, feito por um grupo de arquitetos militantes, está sendo viabilizado pelo MCMV – Entidades.

Outras ocupações na região central e portuária, principalmente em prédios públicos, têm como objetivo pressionar o governo pela provisão de moradia popular e priorização da destinação de terras e prédios públicos à habitação social, conforme previsto em leis federal e estadual. A completa falta de transparência da gestão pública na cidade dificulta o acesso à informação, impedindo o acesso a informações específicas sobre as ocupações Boa Vista, Guerreiros Urbanos (os moradores já foram removidos de três outros prédios), Edith Stein e Ladeira de Santa Teresa nº 143 (prédio abandonado da Universidade Santa Ursula), e de mais dois prédios do INSS (R. Mem de Sá, 234 e Rua Sara, 85).

Algumas remoções em áreas ditas de risco e de interesse ambiental

O argumento da Prefeitura para essas remoções não está diretamente associado à realização da Copa e das Olimpíadas. No entanto, a situação dessas comunidades é um caso ilustrativo dos processos de ameaças vinculados ao embelezamento da cidade, no qual se intensificam as ameaças de remoção, em geral com a justificativa de serem áreas de risco, e que envolve dezenas de comunidades populares. O que chama atenção nesses casos é a ausência de laudos que explicitem o risco ambiental. Os moradores denunciam que por trás das remoções encontram-se grandes interesses imobiliários.

Comunidade da Estradinha / Tabajaras – Situada na Ladeira dos Tabajaras, em Botafogo, a comunidade da Estradinha, fundada em 1952, reunia 352 famílias, das quais 252 já foram

removidas, recebendo indenizações a partir de negociações individuais entre a Prefeitura e as mesmas. A comunidade é um assentamento consolidado em uma área nobre da cidade, muito próxima ao cemitério São João Batista, em Botafogo, que tem origem na gestão do Prefeito Saturnino Braga (1986). Segundo os moradores, a intenção da Prefeitura do Rio de Janeiro seria de removê-los alegando que a comunidade estaria situada em uma área de risco. Membros da Associação de Moradores local afirmam que a maior parte das casas, no entanto, não está situada em área de risco, que se restringe a uma pequena parte do morro, ou seja, esses moradores poderiam ser reassentados dentro da própria comunidade. A defesa dos moradores é justificada por um laudo técnico independente que sustenta seus argumentos e que contesta o laudo do órgão técnico da Prefeitura. Em 2010, os moradores conseguiram, com apoio da Defensoria Pública do Estado, liminar para a retirada dos entulhos das casas que foram demolidas e que ainda permaneciam no local, sob pena de multa diária. Mesmo assim, em meados de 2012 a retirada dos entulhos foi interrompida. A Prefeitura ofereceu aos moradores apartamentos do MCMV em Triagem, que não foi aceito por representar piores condições habitacionais e urbanas que suas atuais moradias.

Em junho de 2013, o prefeito Eduardo Paes se comprometeu publicamente com a permanência e urbanização da comunidade. Atualmente, os moradores seguem na luta para que seu direito à moradia, e a promessa do prefeito, sejam garantidos¹⁴.

Virgolândia (Jacarepaguá) – As expectativas de urbanização e de remoção se misturam entre os moradores da Virgolândia. A comunidade possui cerca de 600 moradores e foi contemplada pelo Programa Morar Carioca em 2011. Entretanto, em meados de 2012, eles foram intimados pela Fundação Rio Águas, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, a “demolir as construções e liberar a área ocupada no prazo máximo de 30 dias”. Apesar de terem buscado auxílio junto à Defensoria Pública, subsiste ainda o temor de que quase a totalidade das edificações seja afetada, já que estão localizadas às margens do Rio Passarinhos.

Comunidade do Pavão-Pavãozinho – Também sob o argumento do risco geotécnico ou estrutural, a Prefeitura Municipal reassentou 300 famílias na comunidade Pavão-Pavãozinho, localizada entre os bairros de Copacabana e Ipanema, zona sul da cidade. As casas foram marcadas com tinta spray, mas a Prefeitura nunca apresentou o laudo de comprovação do risco, nem discutiu com a comunidade a possibilidade de realização de obras para garantir a segurança dos moradores. A população foi assentada em cinco prédios de quatro pavimentos na área, com indícios de má qualidade construtiva. Em função de rachaduras e problemas de acabamento, a empreiteira teve que realizar obras complementares com as famílias já morando no local.

Santa Marta – Desde a década de 1980, o Governo do Estado tem realizado obras na favela visando sua urbanização. No projeto mais recente, há cerca de seis anos, o governo começou a demarcar casas situadas na área conhecida como pico do Santa Marta, no topo do morro, alegando que estas estavam em área de risco. Há famílias que moram no local há mais de 50 anos. Inicialmente, 50 casas foram demarcadas, número depois ampliado para 150. O espaço já recebeu, na década de 1990, obras de contenção de encosta, de saneamento, e estava incluído na área a ser urbanizada. Um grupo organizado na Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta questiona as reais intenções da Prefeitura com a remoção, já que após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a comunidade tem sido alvo de programas de incentivo ao turismo, como o programa “Rio Top Tour”, apoiado pelo Ministério do Turismo. A Comissão

¹⁴ Cf. <http://rioonwatch.org.br/?p=8065>. Acesso em 15 out 2015.

de Moradores obteve o contra-laudo de um engenheiro geotécnico, que aponta a possibilidade de permanência dos moradores. O governo se recusa a reconhecer este documento.

Em junho de 2015, em uma operação relâmpago que removeu várias famílias em diferentes comunidades da cidade, cinco famílias foram removidas do Santa Marta pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) sob argumento de se encontrarem em área de risco. A notificação foi dada apenas um mês antes e nenhum laudo foi apresentado¹⁵.

Vidigal – A favela do Vidigal localiza-se na área de maior valorização imobiliária da cidade, entre os bairros do Leblon e São Conrado, e desde a instalação da UPP, em 2012, tem sofrido grandes transformações com o aumento de turistas e investidores em busca de oportunidades lucrativas em uma das favelas mais turísticas da cidade, com vista exuberante para o mar. Casas da comunidade estão ameaçadas de remoção em função de laudo de risco, mas as informações disponíveis são bastante imprecisas. No final de 2012, casas foram marcadas pela Prefeitura. Segundo moradores, há interesse na construção de uma estrada turística no local, associada a empreendimentos hoteleiros. A Associação dos Moradores da Vila do Vidigal (AMVV) solicitou a elaboração de um contra-laudo que demonstra que a obra de contenção, estimada em R\$ 900 mil, é viável e mais barata que a remoção, estimada em R\$ 25 mil por unidade, valor muito abaixo do mercado. Segundo a AMVV, somente sete casas teriam que sair. Moradores solicitaram acesso ao laudo, negado pela Prefeitura.

Horto – A área começou a ser ocupada por funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico, com autorização (formal e informal) das sucessivas administrações do parque. Hoje, com 589 famílias de baixa renda, descendentes de antigos funcionários e em sua maioria pessoas idosas, a comunidade está ameaçada de remoção, justificada pela necessidade de preservação ambiental e de regularização do perímetro do Jardim Botânico, o qual nunca foi oficializado, nem em documentação, nem na prática. Em 2005, tentativas de despejo desencadearam a morte de um morador com problemas cardíacos e na hospitalização de outros cinco. A Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR), junto com movimentos sociais, estabeleceu parceria com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em 2008, e por meio de um convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ, foi desenvolvido um projeto de regularização fundiária. A Administração do Jardim Botânico insiste na remoção e não reconhece a proposta de regularização fundiária elaborada. Há processos de reintegração de posse para grande parte das moradias, mas, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), estes estariam suspensos até a conclusão da demarcação de perímetro, em acordo entre Ministério do Meio Ambiente, o Jardim Botânico, o Ministério da Cultura, o Iphan e a SPU, com prazo para apresentação da proposta estabelecido para 04 de maio de 2013. Apesar disso, em abril de 2013, por ordem judicial, quatro famílias que ocupavam um lote foram despejadas. Com apoio da SPU, elas foram assentadas em apartamentos da União, com a promessa de voltar a serem assentadas no Horto, no processo de regularização fundiária. Cerca de 400 famílias, que não têm ação judicial, deram entrada na SPU para o reconhecimento do direito à moradia através da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM). Em 07 de maio de 2013, o governo federal, em uma coletiva de imprensa que contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente, da Secretária do Patrimônio da União e do Advogado Geral da União, anunciou a decisão de delimitação do perímetro do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico incluindo a

15 Cf. <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/184211/Favelas-do-Rio-sofrem-%E2%80%9Cremo%C3%A7%C3%B5es-rel%C3%A2mpago%E2%80%9D.htm>. Acesso em 15 out 2015.

área onde estão estabelecidas 520 famílias da comunidade do Horto¹⁶. Apenas os moradores da localidade conhecida como Dona Castorina poderão continuar na comunidade. As demais famílias, que possuem renda inferior a três salários mínimos, serão reassentadas em apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida em São Cristóvão e na Zona Portuária. Enquanto não for concluído o reassentamento, as famílias não serão removidas. Uma tentativa de cadastramento, visando dar início ao processo de reassentamento foi frustrada, pois a grande maioria dos moradores se recusou a se cadastrar. Ainda não houve resposta oficial ao pedido administrativo de reconhecimento de CUEM dos moradores que não são réus em processos de reintegração de posse, mas há rumores de que o direito será reconhecido em outra área sob a justificativa de a comunidade estar em área de proteção ambiental.

Em 05 de maio de 2014 a reintegração de posse do clube Caxinguelê, principal área de lazer e reunião dos moradores do Horto, acabou em protestos e violência policial. Os moradores resistiram ao cumprimento do mandado de reintegração de posse e a polícia respondeu com o uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Três moradores ficaram feridos, um enfartou e outros passaram mal. Logo após o episódio, os moradores saíram em protesto pelas ruas do bairro e chegaram a interromper o trânsito na principal via¹⁷. Atualmente, os moradores seguem organizados lutando pelo seu direito a permanência através da realização de atos públicos e outras ações.

Indiana (Tijuca) – A comunidade, implantada em 1957, recentemente tem sofrido ameaças de remoção diante da valorização de seu entorno. Em 2009, os moradores foram surpreendidos com o anúncio da remoção completa da comunidade, sob o argumento de que o terreno, às margens do rio Maracanã, seria utilizado para a construção de uma praça. O secretário de habitação esteve na comunidade, em 2012, afirmando que faria obras de melhorias no local, mas em seguida a Prefeitura marcou as casas, sob alegação de ser área de risco. Moradores e a Defensoria Pública do Estado cobram da Prefeitura um laudo técnico, que ainda não foi apresentado. A razão, segundo os moradores, seria o fato de parte da comunidade não estar em área de risco, contrariando, assim o motivo alegado pela Prefeitura para remover a totalidade dos moradores. Já ocorreram remoções de 110 famílias, algumas contempladas com apartamentos do MCMV em Triagem. Outras 120 famílias aguardam o reassentamento por estarem em situação precária e de risco, sendo que 58 manifestaram à Prefeitura o desejo de sair. Em dezembro de 2012, a comunidade obteve liminar exigindo a retirada dos entulhos das casas demolidas, ainda não cumprida. As 397 famílias que lutam pela permanência buscam apoio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para cadastramento, visando a regularização fundiária e a emissão de título de posse. Em 2013, o reassentamento das famílias que aceitaram sair foi interrompido pelos alagamentos ocorridos no conjunto do MCMV para o qual estavam sendo direcionadas em Triagem¹⁸. No entanto, a Prefeitura tem feito pressão psicológica junto aos moradores, colocando que a ordem judicial impede as demolições e é responsável pela manutenção das condições precárias da comunidade, pela interrupção dos reassentamentos e pela continuidade da situação de risco que atinge parte da área, criando, assim, o conflito entre os próprios moradores.

16 Cf. <http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/05/governo-federal-define-limites-do-jardim-botanico-do-rio-e-anuncia-remocao>, acessado em setembro de 2013.

17 Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/acao-de-reintegracao-no-horto-zona-sul-do-rio-termina-com-feridos.html>, acessado em julho de 2014

18 Cf. <http://odia.ig.com.br/portal/rio/bairro-carioca-inunda-e-deixa-moradores-revoltados-1.558154>. Acesso em 15 out 2015.

Quadro 1. Síntese do Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, Cidade do Rio de Janeiro, 2015

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Totalmente removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Totalmente removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Totalmente removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Totalmente removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	1.017	Totalmente removida	1.017	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado" associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	Totalmente removida	80	BRT Transoeste
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Totalmente removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame (Recreio)	s/i	52	Totalmente removida	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo (Recreio)	s/i	50	Totalmente removida	50	BRT Transoeste
13. Outras remoções ¹		129		129	BRT Transoeste
14. Vila Taboinha (Vargem Grande)	1990	—	400	400	Reintegração de posse
15. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
16. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
17. Vila União (Curicica)	década de 1980	340	—	340	BRT Transolímpica
18. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
19. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
20. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	430	120	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
21. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenheiro)
22. Favela do Sambódromo	s/i	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo
23. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
24. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Totalmente removida	150	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Totalmente removida	30	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
27. Ocupação Boa Vista	1998	35	Totalmente removida	35	Projeto Porto Maravilha
28. Quilombo das Guerreiras	2006	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
29. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Totalmente removida	133	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Totalmente removida	47	Projeto Porto Maravilha
31. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
Subtotal relativo às remoções vinculadas diretamente aos megaeventos		4.120	2.486	6.606	COPA E OLIMPÍADAS
32. Outras comunidades	Diversos	17.939 ²	s/i	17.939	A Prefeitura alega que estas famílias foram removidas por estarem em áreas de risco ou que foram reassentadas no mesmo local em razão de obras de melhorias nas suas comunidades.
TOTAL GERAL das Remoções na Cidade do Rio de Janeiro		22.059	s/i	s/i	

1 Dados da SMH contabilizam 666 remoções pela Transoeste mas não especificam o nome da comunidade. Este dado foi inserido para se chegar ao número oficial.

2 Chega-se a este cálculo deduzindo do número total de famílias removidas, segundo a Secretaria Municipal de Habitação (22.059) as famílias removidas em razão das intervenções da Copa e das Olimpíadas (4.120). Nos cálculos da Prefeitura, são 22.059 famílias removidas, sendo 15.937 famílias removidas em razão de estarem em áreas de risco; 3.997 famílias reassentadas na própria comunidade em razão de obras de melhorias nas mesmas; e outras 2.125 famílias removidas em razão das obras de mobilidade e infraestrutura na cidade, sobretudo na Zona Oeste (Cf. <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>). Como pode ser verificado, os dados apresentados diferem dos dados do Comitê Popular.

Quadro 1, Fontes:

- (I) Relato de lideranças à Relatoria Dhesca, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas: 1, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 25
 (II) Decretomunicipal31.567de11/12/09: 2
 (III) Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: 3, 14
 (IV) Jornal O Globo 14/04/2013: 4
 (V) Movimento e-Colônia: 18
 (VI) Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual: 20
 (VII) Jornal O Globo 04/10/11: 21
 (VIII) Fórum Comunitário do Porto: 23
 (IX) Jornal A Nova Democracia: 22
 (X) Coletivo Pela Moradia: 24-31
 (XI) Jornal O Dia - 17 de abril de 2013: 19
 (XII) Assessoria de Comunicação da SMH: 7

* A Comunidade Barreira do Vasco foi retirada pois a comunidade não está mais ameaçada de remoções e recebeu projeto de urbanização.

Muzema (Barra da Tijuca) – A comunidade, situada junto ao Itanhangá, Barra da Tijuca, com mais de 30 anos, tem casas ameaçadas de remoção para a realização de dragagem de um canal. Moradores questionam esta necessidade, uma vez que o córrego já passou por dragagem em outros trechos sem a necessidade de remoções. As formas de reassentamento oferecidas foram o reassentamento no MCMV em Cosmos, a 70km do local, aluguel social ou indenizações muito abaixo do valor de mercado, o que impossibilita a permanência dos moradores nos arredores. Atualmente, as ações visando a remoção dos moradores estão paralisada, mas não se tem informações sobre o futuro da comunidade, que permanece incerto.

Manguinhos – Desde 2009 este complexo de favelas da Zona Norte da cidade, que abriga 7 favelas e cerca de 35 mil habitantes, passa por um processo de remoção decorrente das obras do PAC. As demolições vêm ocorrendo sem aviso prévio, sem alerta dos moradores que ainda vivem em casas adjacentes e com o corte do fornecimento de energia. As casas recentemente desocupadas são demolidas sem a documentação oficial necessária. Na localidade conhecida como Beira Rio, 900 famílias serão removidas da margem do rio e o local será utilizado para a construção de um centro de esportes e de um complexo de apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida que servirá para realojar as famílias removidas, as famílias receberão aluguel social enquanto os apartamentos forem construídos.. Nas desapropriações, os valores oferecidos aos moradores de Beira Rio são muito baixos. Inicialmente, foram oferecidas como opções aos moradores valores de R\$ 6.000 a R\$6.500 como indenização, a opção de compra assistida de outro imóvel (o que aumenta o valor da indenização em cerca de 40%) ou um apartamento em um conjunto habitacional. Com a continuação da resistência, a remuneração oferecida subiu para valores entre R\$17.000 e R\$30.000, porém isso ainda está muito aquém do valor de mercado necessário para os moradores pagarem uma propriedade equivalente dentro de um raio de 1km, o que, pela municipal, deveria ser garantido pelo poder público¹⁹.

Em que pese algumas especificidades no formato e nos procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal nos processos de remoção, pode-se dizer que existe um padrão de atuação do poder público municipal junto às famílias de baixa renda moradoras de assentamentos informais. Em todos os casos, as remoções acontecem sem que os moradores tenham acesso às informações e sem que o projeto de urbanização para a área seja debatido com os moradores e a sociedade. Como os projetos têm alto impacto econômico-social sobre milhares de famílias, os debates deveriam ocorrer amparados por estudos de impacto ambiental e de vizinhança, a fim de

19 Cf. <http://rioonwatch.org.br/?p=5333>, acessado em julho de 2015

contribuírem com alternativas à remoção e mitigação dos impactos, e com garantia do direito à moradia dessas famílias. Até o momento, tais estudos não foram apresentados, sequer o projeto de urbanização para o local e os motivos da remoção, incluindo as opções que a Prefeitura Municipal oferece para os moradores. Tal como estabelecido pelo Estatuto da Cidade, além da obrigatoriedade das audiências públicas e do Estudo de Impacto de Vizinhança, a comunidade tem o direito de participar das decisões referentes às intervenções do poder público no local.

Além disso, as indenizações das habitações e dos estabelecimentos comerciais, oferecidas pela Prefeitura, são muito aquém do valor praticado pelo mercado nessa região, impossibilitando a transferência dos moradores para outras unidades habitacionais ou a aquisição de estabelecimentos comerciais no mesmo bairro.

De forma sintética, destacamos as seguintes práticas que podem ser caracterizadas como violações do direito humano à moradia pela Prefeitura Municipal:

(I) Completa ausência, ou precariedade de informação para as comunidades, acompanhada de procedimentos de pressão e coação, forçando os moradores a aceitarem as ofertas realizadas pela Prefeitura do Rio. Cabe frisar que as comunidades visitadas, sem exceção, não tiveram qualquer acesso aos projetos de urbanização envolvendo suas áreas de moradia.

(II) Completa ausência, ou precariedade de envolvimento das comunidades na discussão dos projetos de reurbanização promovidos pela Prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções.

(III) As indenizações oferecidas são incapazes de garantir o acesso a outro imóvel situado na vizinhança próxima, tendo em vista que a Prefeitura só indeniza o valor das benfeitorias e não a posse da terra, fato em geral agravado pela valorização decorrente dos investimentos que estão sendo realizados pelo poder público. Tal situação não é revertida nem mesmo com o instrumento da compra assistida, o que gera um aumento no valor pago pelas indenizações em torno de 40%. Mesmo assim, esta valorização é insuficiente para a aquisição de um imóvel na mesma localidade. Resta a opção de transferência para um imóvel distante, nos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em geral na Zona Oeste, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

(IV) Deslegitimação das organizações comunitárias e processos de negociação sempre individualizados com as famílias, nitidamente buscando enfraquecer a capacidade de negociação com o poder público. Nessa mesma perspectiva, cabe registrar que as negociações, em geral, são arbitrárias e sem critérios claros, inclusive no que se refere aos valores das indenizações.

(V) Desrespeito à cidadania através de ameaças, pressão e coação. O padrão de relacionamento dos agentes públicos é de desrespeito com a população de baixa renda, tratada como cidadãos de segunda classe. Assim, como são moradores sem propriedades, estes não teriam direitos. Sobressai nas formas de pressão utilizadas pela Prefeitura Municipal, a não retirada do entulho das casas demolidas, gerando situações dramáticas para as famílias que ainda resistem à remoção.

(VI) A utilização da justiça como uma ferramenta contra o cidadão. Tendo como principal instrumento as ações judiciais promovidas pela Procuradoria do Município, o poder público municipal tem sido uma máquina irresponsável de despejos, sem qualquer compromisso com

a saúde e a vida das pessoas. A prática da Procuradoria do Município parece ser a de castigar todos os cidadãos que recorrem à justiça para proteger os seus direitos. Todas as liminares derrubadas na justiça são acompanhadas da imediata remoção, determinada pela Procuradoria, sistematicamente realizadas em situações de terror e violação dos direitos humanos. O ser humano – homens, mulheres, idosos e crianças – é gravemente desrespeitado através de práticas como a remoção em 24 horas, sem sequer antes receberem as indenizações, e a sujeição das famílias às condições de vida degradantes, obrigando-as a viverem entre os escombros das demolições.

Algumas entidades têm dado apoio aos moradores de comunidades ameaçadas de remoção, entre as quais se destacam: o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro; o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência; e a Pastoral das Favelas.



BOX 1

A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE OLÍMPICA

A Cidade do Rio de Janeiro está vivendo um profundo processo de mercantilização e elitização. O processo de encarecimento da moradia e da vida na cidade, experimentado cotidianamente pelos cidadãos, também pode ser evidenciado pelos indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/Zap), que mede a evolução do preço dos imóveis brasileiros. No levantamento desse órgão, a cidade do Rio de Janeiro possuía o preço do metro quadrado mais caro do país, tomando como referência o mês de julho de 2015, mesmo no contexto de crise econômica enfrentada pelo país. O preço médio do metro quadrado dos imóveis anunciados na capital carioca neste mês foi de R\$ 10.631,00 contra R\$ 8.602,00 em São Paulo, e R\$ 7.987,00 no Distrito Federal (fonte: FIPE/ZAP- Ago/2015¹).

Nos últimos 36 meses, a valorização do metro quadrado dos imóveis vendidos na cidade do Rio de Janeiro foi de 29,4 %, enquanto que dos imóveis alugados a valorização foi de 9,5 %, já refletindo a queda dos aluguéis nos últimos 12 meses. Se comparado a outras cidades brasileiras que sediaram a Copa do Mundo de 2014, e tomando como referência apenas os imóveis vendidos, o Rio de Janeiro obteve a terceira maior valorização neste período, perdendo apenas para Curitiba e São Paulo (Tabela 1).

Cidade/Local	Venda		
	no mês	12 meses	36 meses
Rio de Janeiro	-0,4%	1,4%	29,4%
Belo Horizonte	-0,3%	4,5%	23,9%
Brasília	-0,2%	-0,2%	1,4%
Curitiba	-0,2%	1,3%	42,3%
Fortaleza	0,5%	5,5%	27,1%
Porto Alegre	0,3%	5,0%	27,2%
Recife	0,0%	2,2%	25,6%
Salvador	0,4%	4,4%	25,8%
São Paulo	0,1%	3,7%	31,0%
Brasil (16 cidades)	0,0%	3,3%	27,5%

Tabela 1. Valorização Imobiliária segundo o Índice FIPE ZAP de Preços de Imóveis Anunciados, agosto de 2015

Fonte: Fipe/Zap - Agosto/2015. Cf. <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>, acessado em set. 2015

Das cinco áreas de planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, quatro estão recebendo ou receberão investimentos para os eventos esportivos. Nota-se que a AP1, formada pela zona central da cidade, incluindo a área portuária, possui a maioria de seus bairros com valorização que ultrapassa 300% entre o período de janeiro de 2008 e julho de 2015, com destaque para os bairros da Gamboa, Cidade Nova e Estácio, com 401,4%, 310% e 384%, respectivamente. No Área Portuária, destaca-se o projeto de revitalização do Porto Maravilha, e no bairro Cidade Nova, ocorreram obras de adequação no sambódromo para receber algumas atividades dos jogos olímpicos. Além

¹ Cf. <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>, acessado em setembro de 2015

disso, o bairro tem passado nos últimos cinco anos por um processo de “revitalização” com a criação de um polo de desenvolvimento, onde alguns empreendimentos foram construídos, dentre os quais podemos citar a sede da universidade Petrobras, um Centro de Convenções da Sul América Seguros, além da estação de metrô Cidade Nova. O bairro do Estácio tem passado por um processo de valorização desde 2011, devido à pacificação do morro e do Complexo de São Carlos.

A AP2, formada pela Zona Sul e parte da Zona Norte (bairros do Maracanã e arredores), obteve uma valorização menos expressiva, apesar de se manter com o metro quadrado mais caro da cidade, nos bairros Leblon (R\$ 13.375,00) e Gávea (R\$ 13.255,00). Nesta região, os bairros da Zona Norte, que se destacam em termos de valorização imobiliária são a Praça da Bandeira e o Maracanã, com variações de 322,1% e 285,0%, respectivamente. Esses bairros estão sofrendo diretamente o impacto das obras para Copa do Mundo, principalmente as reformas no estádio do Maracanã e entorno. Nos bairros da Zona Sul, que já possuía valores de solo urbano elevados o destaque é para o Vidigal, uma área de favela ao lado do bairro do Leblon, que recebeu uma UPP e que teve uma valorização em 481,0%.

A AP4, área de concentração dos investimentos para as olimpíadas de 2016, é formada por alguns bairros da Zona Oeste, tais como Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá. Nesta região verifica-se grande valorização imobiliária, principalmente nos bairros mais populares que estão localizados próximos ao futuro Parque Olímpico, tais como: Camorim, com variação de 243,1%; Curicica, variação de 230,3%; e Gardênia Azul, variação de 213,4%. Os imóveis de Jacarepaguá valorizaram 237,8%, bem mais do que na Barra da Tijuca (166,2%) e no Recreio (132,2%), apesar deste dois últimos bairros ainda possuírem o metro quadrado mais caro da região, valendo R\$ 9.887,00 e R\$ 7.239,00, respectivamente. Cabe ressaltar que nos bairros desta região estão ocorrendo intenso processo de remoção, conforme mostrado anteriormente.

A valorização imobiliária é frequentemente apontada como uma prova de sucesso das políticas em curso pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Contudo, essa valorização tem sido direcionada para as classes médias e altas e, principalmente, para os proprietários fundiários e incorporadores imobiliários que se apropriam das melhorias urbanas. Conforme denunciado, muitas das melhorias urbanas associadas às Olimpíadas acontecem nos mesmos locais em que tem ocorrido remoções. Dessa forma, as classes populares sofrem duplamente, com a remoção e por não poderem usufruir das áreas com melhor infraestruturas urbanas.



2. Mobilidade Urbana: revolução nos transportes, para quem?

A mobilidade urbana é um aspecto essencial do direito à cidade. Enquanto direito humano, enquadra-se em um item mais amplo: o direito à moradia¹ que, por sua vez, compreende também o direito de toda pessoa a ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental. Neste sentido, além dos atributos físicos adequados para a habitação, o direito à moradia deve incluir uma localização adequada, o que inclui estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural, social e que garanta o direito de ir e vir. Isso quer dizer que nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes de abastecimento básicas².

Ao mesmo tempo, o acesso a melhores condições de mobilidade urbana não se restringe absolutamente à localização. Nestes termos, deve se considerar também itens como preço das passagens, oferta de modais diversificados, possibilidade de integração intermodal, meios de transporte seguros, confortáveis e ambientalmente sustentáveis.

No Brasil, a mobilidade urbana é garantida pela Lei 12.587, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, cujo princípio norteador é o acesso universal à cidade. Além da acessibilidade universal, essa lei traz como diretrizes principais o desenvolvimento sustentável das cidades, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano, a segurança nos deslocamentos das pessoas e a gestão democrática e controle social do planejamento da política de mobilidade urbana.

No caso dos megaeventos esportivos, as ações e projetos no campo da mobilidade urbana ocupam lugar central no discurso de sua implementação. As promessas e compromissos de provisão de infraestrutura de circulação são itens centrais no discurso do chamado “legado social” que

¹ A moradia aparece de fato como um direito humano em 1965 com o tratado dos direitos econômicos, sociais e culturais. Segundo o site da relatoria de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, já existem mais de 12 diferentes textos na própria ONU que reconhecem o direito à moradia, mas segundo a mesma fonte, a implementação deste direito ainda é um grande desafio.

² Extraído de: http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt. Segundo Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o tema, “a moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como a moradia, para o trabalhador na indústria, é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de trabalho e emprego”.

justifica os esforços políticos, a mobilização social, os grandes projetos de reestruturação urbana e a destinação de volumosos recursos públicos, inclusive em projetos de pouco valor social, como os estádios que foram entregues à iniciativa privada.

Por fim, a questão da mobilidade, não é apenas uma questão de transporte, mas também de política urbana, mais especificamente do ordenamento territorial. Em outras palavras, as políticas de mobilidade urbana não podem em hipótese alguma estar desconectadas da produção do espaço urbano, que compreende não só a implantação de infraestrutura de transporte, mas também as políticas de habitação, saneamento, etc. Mobilidade e cidade são indissociáveis.

Mobilidade urbana para quem?

Nos últimos anos, as cidades brasileiras vêm recebendo grande volume de recursos para investir em infraestrutura de mobilidade urbana, entre eles, recursos para financiarem os grandes projetos vinculados à Copa do Mundo de Futebol (2014) e das Olimpíadas (2016)³. Esse é um dos motivos que colocou a mobilidade urbana no centro do debate sobre o futuro da sociedade urbana no Brasil, tornando permanente a necessidade de se questionar que tipos de solução estão sendo propostas para os graves problemas enfrentados nos últimos anos, colocando em xeque, principalmente, qual o modelo de mobilidade urbana está sendo implantado nas principais cidades brasileiras.

No Rio de Janeiro estão sendo implantados diversos projetos e ações nesta área (Quadro 1). Além da construção de infraestrutura, estão sendo promovidas alterações no trânsito e no sistema de circulação dos ônibus e investimento na malha cicloviária. Esse conjunto de ações e projetos no campo da mobilidade urbana tem sido denominado pelas autoridades – e da mesma forma

Quadro 1. Principais projetos de transporte coletivo em andamento no Rio de Janeiro

Projetos	Descrição	Custo (milhões de R\$)
Trens	Renovação das estações do sistema de sinalização e das vias ferroviárias, extensão de algumas linhas; aquisição de novos trens	2.400
Metropolitano	Modernização da linha 1	438
	Modernização da linha 2	384
	Construção da linha 4 (Zona Sul - Barra da Tijuca)	7.000
BRT	Transbrasil	1.300
	Transcarioca	1.500
	Transoeste	1.001
	Transolímpica	1.600
VLT	(Veículo Leve sobre Trilhos)	1.500
Teleféricos	Complexo do Alemão	210
	Morro da Providência	75
	Rocinha	700
	Total	

Fonte: GFB 2013a; GFB 2013b

3 Ver FLORENTINO, Renata. Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição. In: Revista Eletrônica e-metropolis. n.7. Rio de Janeiro, 2011

reproduzido insistentemente pelos meios de comunicação – como “revolução nos transportes”⁴. Tais intervenções incluem, principalmente, a implantação de BRT’s (Bus Rapid Transit), o alongamento da linha 1 e a construção da linha 4 do metrô, a implantação dos sistemas BRS’s (Bus Rapid System) e a construção de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na região central da cidade.

Obviamente, ao envolver enormes volumes públicos e por lidar com um campo bastante sensível da política pública, a principal pergunta que se faz é se essas ações realizadas através de grandes projetos seriam as soluções definitivas para os graves problemas com os quais se defrontam diariamente os moradores das grandes cidades?

Além disso, existe a preocupação de que se as grandes obras de infraestrutura de transporte, que causam grandes intervenções no espaço urbano, poderiam implicar ainda na violação de outros direitos humanos, como no caso das comunidades removidas. Estaria o Rio de Janeiro experimentando de fato uma revolução no sistema de mobilidade urbana que alteraria para sempre a história da cidade e a vida de seus moradores.

Essas grandes obras que também têm servido como cenários para as propagandas políticas garantiriam de fato o acesso à mobilidade urbana para os 11 milhões de habitantes da metrópole de maneira eficiente, eficaz e universal, como prevê a recente aprovada lei da mobilidade urbana? Qual a dimensão metropolitana do projeto de cidade olímpica?

Em si mesmo, provisão de infraestrutura não garante bem-estar e respeito aos direitos humanos. Na cidade do Rio de Janeiro os recursos previstos para intervenções no campo da mobilidade urbana são da ordem de aproximadamente de 18 bilhões de reais. Até o momento foram inaugurados apenas o BRT Transoeste, que é uma linha de ônibus em sistema BRT que liga o bairro de Santa Cruz ao bairro da Barra da Tijuca e a Transcarioca, que liga o Aeroporto Internacional do Galeão a Barra da Tijuca. No caso da Transoeste, menos de um ano depois da inauguração da linha do BRT, sua infraestrutura começou a apresentar falhas, como mostrou a série de matérias jornalísticas que mostravam danificações no asfalto, queda de revestimento e infiltrações no túnel da Grota Funda, na zona oeste, por onde passa o BRT⁵. Apostou-se em um transporte que, definitivamente, não é de massa.

No caso da Transcarioca, os relatos são os mesmos da Transoeste: atrasos, dificuldade de embarque, desconforto e superlotação. Há indícios de que a demanda tenha sido subestimada. Ademais, têm ocorrido fatos graves que evidenciam as falhas na prestação do serviço. Na ocorrência mais absurda uma menina de seis anos ficou presa do lado de fora do coletivo ao tentar desembarcar na estação da Maré. Com a recusa do motorista em parar fora da estação, ela seguiu pendurada do lado de fora do veículo por mais de um quilômetro, até a parada seguinte, na estação do Fundão.

É preciso lembrar que a rede de transporte e as opções de modais disponíveis (o grau de prioridade dado a cada modal, como ao automóvel, por exemplo) influenciam no padrão de mobilidade urbana que se tem em cada cidade. Também é preciso considerar como o sistema de transporte pode, ou não, promover justiça social. No caso do Rio de Janeiro, constata-se, primeiramente,

4 Ver site “Cidade Olímpica” mantido pela Prefeitura do Rio de Janeiro: <http://www.cidadeolimpica.com>

5 Queda de revestimento fecha Túnel da Grota Funda no sentido Recreio-Santa Cruz <http://oglobo.globo.com/rio/queda-de-revestimento-fecha-tunel-da-grota-funda-no-sentido-recreio-santa-cruz-7249273#ixzz2QCgddoqQ>

uma forte concentração espacial dos investimentos em infraestrutura de transportes quando consideramos a escala metropolitana. Isto, por si só, coloca em dúvida se, apesar dos volumes de investimento envolvidos, as intervenções no campo da mobilidade estariam de fato provocando transformações na estrutura urbana extremamente desigual da cidade.

O Rio de Janeiro continua tendo o maior tempo médio entre as principais regiões metropolitanas. Segundo dados da PNAD 2013, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), 29,4 % da população trabalhadora leva mais de 1 hora no deslocamento casa-trabalho, contra 25,4% de São Paulo. A RMRJ já tem uma frota superior a 3,2 milhões de automóveis e esse número segue aumentando, e parece que a implantação dos dois BRT's (Transoeste e Transcarioca) e dos BRS's não têm capacidade alguma de tirar das ruas os carros particulares, principais causadores dos congestionamentos.

Os investimentos em mobilidade são fortes indutores de reestruturação das cidades, incidindo sobre a dinâmica urbana na perspectiva da (re)valorização de certas áreas (criação e revitalização de centralidades) e na capacidade de acesso da população aos equipamentos de mobilidade e acessibilidade. De fato, a simples provisão de infraestrutura não garante o bem-estar da população e o respeito aos direitos humanos. Conforme se dá o direcionamento desses investimentos, a organização espacial da cidade pode estar se tornando ainda mais segregada.

A análise dos investimentos em infraestrutura de transportes na cidade do Rio de Janeiro indica que estes não estão voltados para o atendimento das áreas mais necessitadas e que apresentam os piores indicadores de mobilidade. Mas, pior do que uma infraestrutura mal construída ou mal distribuída pelo território da cidade, constata-se que muitas comunidades têm sido removidas compulsoriamente ou sofrido ameaça de remoções por conta da construção da infraestrutura de transporte para a Copa e a Olimpíada, como mostra este Dossiê. Isto, por si só, constitui uma violação ao direito à moradia garantido em diversos tratados internacionais.

É certo que as intervenções que sairão do papel vão de alguma forma amenizar alguns problemas. No entanto, há sinais de que as soluções prometidas são insuficientes para metrópoles onde a população se desloca por grandes distâncias e muitas vezes de um município para outro. Há dúvidas se o modelo predominante, o BRT, é a solução para cidades com essas características, como Rio de Janeiro, por exemplo. Vale lembrar que o peso dos dois BRT's até agora inaugurados (Transoeste e Transcarioca) não representa nem 10% da quantidade de viagens realizadas pelo sistema de ônibus tradicional.

Além disso, pouca ou quase nenhuma infraestrutura para os deslocamentos não motorizados, como a pé ou de bicicleta, estão sendo construídas. O transporte sobre rodas, sobretudo o individual, ainda é muito privilegiado. No Rio de Janeiro, há muitos anos não se investe em transporte aquaviário, e nada está previsto no contexto dos megaeventos.

Os aumentos constantes, inadvertidos e abusivos nos preços das passagens

Nos últimos anos, percebe-se que tem ocorrido no Rio de Janeiro aumentos abusivos nos preços das passagens, que extrapolam qualquer índice de inflação⁶. Alguns dos aumentos ocorridos

6 O IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE, terminou 2011 em aproximadamente 6,5% O acumulado em 2012 foi de 5,8% e, em 2013, o índice fechou em 5,9%. O IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, calculado pela FGV, em 2011, foi de 5,09%. Em 2012 foi de 7,81%. No acumulado dos 12 meses de 2013, ficou em 5,53%.

nos últimos anos não foram previamente anunciados, configurando uma possível manobra por parte do poder público - quem sabe em acordo com as empresas prestadoras de serviço de transportes - para que nenhum tipo de manifestação crítica fosse realizada. Esse foi o caso do aumento ocorrido em primeiro de janeiro de 2012, quando a passagem de ônibus que custava R\$ 2,50 passou a custar R\$ 2,75, um aumento, portanto, de 10%. Já em 2013, o aumento da tarifa previsto para o início do ano não se realizou porque algumas prefeituras adiaram o aumento que aconteceria no dia 1º janeiro a pedido do governo federal, que estava preocupado com a inflação. No entanto, a partir de junho, ocorreram elevações ainda maiores do que as previstas para o início daquele ano. Era o estopim que faltava para o início dos protestos. O aumento veio em 1º de junho de 2013, quando a passagem passou a custar R\$ 2,95. No entanto, devido às manifestações, que ocorreram entre os dias 6 de junho e 17 de junho, a prefeitura recuou, suspendendo o reajuste. Com isso a partir do dia 20 de junho de 2013, a passagem voltou a valer os mesmos R\$ 2,75, como no início daquele ano⁷. Esse valor vigorou até Fevereiro de 2014, quando, no dia 2 desse mês, a passagem passou para R\$3,00, representando um aumento de 9,09%. Vale lembrar que no final de 2013, a prefeitura anunciou um aumento, dizendo, inclusive, que o aumento poderia chegar a R\$3,05 como noticiou o jornal O Dia⁸.

Como era de se esperar, iniciamos 2015 com o aumento nas passagens do transporte público na cidade. O aumento foi de 13,3%, maior aumento anual em pelo menos 10 anos. Como noticiou o jornal O Globo, só no período de governo do atual prefeito, as passagens aumentaram 54,4%⁹. A reação a esses aumentos foi imediata, tanto de órgãos do judiciário quanto da sociedade.

Além de abusivos (lembrando que o aumento foi mais que o dobro da inflação), o processo de reajuste não é nada transparente e é, como nunca, bancado com o dinheiro do contribuinte. Nesse caso, a sociedade sabe o quanto está pagando, mas não sabe de fato pelo que está pagando. Sem um processo transparente a população nunca vai saber em que medida esse subsídio é realmente necessário.

Aliás, transparência não é uma qualidade muito presente no setor de transportes urbanos no Brasil. No Rio de Janeiro, conforme constatou o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), o Bilhete Único, que permite que o passageiro pegue dois ônibus sem ter que pagar pelo segundo, custou em subsídios e repasses cerca de R\$ 2 bilhões entre 2010 e 2014. Entretanto, como verificou o próprio TCE, falta informações para saber quantas viagens são realizadas de fato. Sobre isso, a Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro admitiu que o funcionamento do bilhete único é pouco transparente¹⁰.

Em se tratando de pouca transparência, o Rio de Janeiro continua sendo exemplo. A chamada caixa oculta dos transportes tem se tornado cada vez mais oculta, mesmo com a possibilidade de retomada da CPI dos ônibus na Câmara Municipal. Retomada, que, no entanto, não significa nenhuma vitória para a população já que, depois de todas as tentativas de evitar a CPI por

Este último é utilizado geralmente para balizar os aumentos dos contratos de aluguel e das tarifas dos serviços público, entre eles as dos transportes.

7 *Nessa ocasião, o prefeito da cidade chegou a admitir que o transporte da é ruim: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-protestos-cai-tarifa-de-onibus-no-rio.html>*

8 *<http://odia.ig.com.br/portal/rio/passagem-de-%C3%B4nibus-vai-para-mais-de-r-3-05-em-janeiro-1.503851>*

9 *Cf. <http://oglobo.globo.com/rio/tarifa-de-onibus-no-rio-subiu-38-mais-que-inflacao-desde-inicio-do-governo-de-paes-14958031>.*

10 *<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/secretaria-de-transportes-admite-falta-transparencia-no-bilhete-unico-no-rj.html>*

parte dos vereadores da situação, os mesmos conseguiram definitivamente raptar o controle da comissão.

Nesse contexto, é preciso lembrar que os gastos das famílias com transporte no Brasil vêm aumentando gradativamente nas últimas décadas. Na década de 1970, segundo o IBGE¹¹, 11,2% das despesas das famílias eram despendidos com transporte. No início dos anos 2000, 18,4% do orçamento familiar já eram destinados às despesas com transporte¹². No final desta década, esse percentual chegou a 19,6%¹³, praticamente se igualando aos gastos com alimentação, que representavam 19,8% no mesmo período considerado.

O alto custo do transporte tem uma dimensão ainda mais cruel, pois acaba atingindo com maior intensidade os mais pobres. Um estudo recente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)¹⁴ mostra que, em seis anos, os gastos com transporte público subiram mais de 30% entre as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Entre as famílias com renda maior que oito salários mínimos, a queda foi superior a 15%.

A passagem do metrô passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,10 em 2012, e, em cima desse valor, no início de 2013, sofreu mais um reajuste, passando a custar R\$ 3,50, tornando-se, naquele momento, a passagem de metrô mais cara do país. Em fevereiro de 2013, logo após esse aumento, o Procon notificou o metrô, após uma visita conjunta com a Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor na linha 2, em razão de várias irregularidades verificadas, entre elas vagões superlotados, ar-condicionado sem funcionamento, problemas com a ventilação de algumas estações, elevadores para deficientes enguiçados, escaldas rolantes em manutenção e poucos funcionários atendendo nas bilheteria¹⁵. Acompanhando o recuo da Prefeitura no reajuste das passagens de ônibus naquele momento, o Governo do Estado do Rio de Janeiro também revogou esse aumento. Com isso, a partir de junho de 2013, também após as manifestações, a passagem do metrô passou a valer R\$3,20. Após autorização da Agência Reguladora de Transportes do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), a tarifa votou para os R\$3,50 de antes das manifestações, em mais um aumento que contrasta com a péssima qualidade do serviço público oferecido pela concessionária. E a partir de abril de 2015, ocorreu um novo aumento elevando a passagem para R\$ 3,70.

Na cidade olímpica, o transporte está em péssimas condições

Os aumentos abusivos que ocorreram agora no início de 2015 podem ser vistos também como uma nova rodada de “correção” dos preços após as revogações de 2013. A mesma população que continua a desembolsar mais recursos para circular pela cidade é a mesma que sofre com os ônibus em péssimo estado, principalmente nas regiões mais distantes do centro, e com as panes nos transportes públicos de massa, que já não podem há muito tempo ser consideradas obras do acaso. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, problemas que paralisam os serviços de trens, metrô e barcas, agora também são comuns dos BRT's. As notícias sobre paradas inesperadas, falta de pontualidade, mal funcionamento de equipamentos de ar

condicionado e lotação estão presentes diariamente em todos os jornais cariocas e confirmam o resultado de décadas de abandono do transporte público, além de uma gestão urbana que continua privilegiando os interesses empresariais em detrimento do bem-estar coletivo.

Nos trens, cujo serviço de operação foi privatizado nos anos 1990, os usuários convivem, há anos, com graves problemas, que vão desde os enormes atrasos e superlotação até o excesso de calor “desumano”, sendo constantes as denúncias de que o ar condicionado, nas composições que os têm, é constantemente desligado¹⁶. A reclamações e as panes são quase que diárias. A situação dos trens operados pela concessionária Supervia colocam inclusive em risco a vida dos usuários. Nos últimos tempos, por dois dias seguidos, ocorreram dois descarrilamentos¹⁷. Mesmo com os enormes problemas a tarifa dos trens têm sido ajustadas anualmente e, como nos outros casos, acima dos índices de inflação.

Em 2015, a ocorrência de panes frequentes são fatos que comprovam a persistência dessa situação. As falhas nos trens continuam diárias e no metrô são cada vez mais frequentes. Na mais grave dessas panes, no dia 7 de janeiro, passageiros do metrô ficaram 40 minutos presos dentro de uma composição entre as estações Cantagalo e Arco Verde após uma queda de energia, como mostrou reportagem do Jornal O Dia¹⁸.

Ainda em 2 de fevereiro de 2012, as passagens dos trens passaram de R\$ 2,80 para R\$ 2,90. Neste mesmo dia, coincidentemente ou não, usuários tiveram que caminhar por centenas de metros sobre os trilhos após o trem que fazia o trajeto Central do Brasil-Campo Grande apresentar uma pane. Em fevereiro de 2013, a passagem voltou a subir, chegando a R\$3,10. No entanto, da mesma forma que ônibus e metrô, em junho de 2013, após as manifestações, a passagem voltou para o valor antigo (R\$2,90). Como no caso do metrô, a Agetransp autorizou dois aumentos em 2014, fazendo a passagem passar para R\$ 3,20, e posteriormente para R\$ 3,30.

No segundo dia do ano de 2015, como noticiou o site de notícias G1 Rio, a circulação de trens foi interrompida por conta de um superaquecimento dos trilhos, que teriam chegado à temperatura de 60°C. Segundo a mesma reportagem, técnicos da concessionária, para evitar novos casos desse tipo, realizavam manutenção na rede aérea do sistema. Logo é razoavelmente lógico supor que a paralização foi causada pela falta de manutenção¹⁹. No dia 5 de janeiro de 2015, dois trens da concessionária Supervia colidiram na altura da estação Presidente Juscelino, em Mesquita, município da Baixada Fluminense. Ao todo 239 pessoas ficaram feridas, por sorte, nenhuma com gravidade.

Os usuários do transporte aquaviário no Rio de Janeiro não ficaram livres dos aumentos abusivos e inadvertidos, apesar da qualidade ruim do serviço oferecido. Em março de 2012 ocorreram aumentos nas tarifas de todas as linhas. No início de 2013, como era de se esperar, ocorreu outro aumento e o trajeto Rio - Niterói - o de maior demanda - que antes custava R\$ 4,50 (desde o dia 2 de abril de 2013) e passou para R\$ 4,80. Após as manifestações na primeira quinzena

11 Segundo a Pesquisa ENDEF (anos-base 74-75) do IBGE.

12 Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (anos-base 2002-2003).

13 Segundo a POF (anos-base 2008-2009).

14 http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18619

15 Após vistoria, Procon notificará metrô do Rio por superlotação e ar-condicionado desligado: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/26/apos-vistoria-procon-notificara-metro-do-rio-por-superlotacao-e-arcondicionado-desligado.htm>

16 Cariocas sofrem com transportes em que ar-condicionado é luxo: <http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-sofrem-comtransportes-em-que-ar-condicionado>

17 Trem descarrila e passageiros são obrigados a desembarcar: <http://oglobo.globo.com/rio/trem-descarrila-passageiros-sao-obrigados-desembarcar-8029530#ixzz2QCWwWnYS>

18 Cf. <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-07/passageiros-vivem-momentos-de-panico-em-composicao-do-metrorio.html>

19 Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/calor-de-60c-nos-trilhos-de-trens-interrompe-circulacao-no-rio.html>

de junho de 2013, as passagens das Barcas Rio-Niterói baixaram de R\$ 3,30 para R\$ 3,10 com Bilhete Único e de R\$ 4,80 para R\$ 4,50 sem Bilhete Único. Mesmo com essa diminuição esse é, atualmente, o meio de transporte mais caro da cidade. Ao mesmo tempo, é um dos que mais apresenta problemas e que gera mais reclamações por parte dos usuários, que há muitos anos vêm sofrendo com a precariedade do serviço, que inclui desde atrasos, superlotação, goteiras e falta de limpeza dentro da embarcação, até o mais grave, situações de insegurança que colocam em risco a vida dos passageiros²⁰. No dia 15 de julho de 2015, uma das barcas que fazia o trajeto Niterói-Rio bateu em uma mureta na estação da Praça XV, deixando quinze pessoas feridas²¹.

O alto custo do transporte contrasta, portanto, com a persistente precariedade e insegurança dos meios de transporte, o que tem se refletido não só na ocorrência de panes frequentes, mas também em uma incidência cada vez maior de acidentes envolvendo veículos do transporte público coletivo, como vimos acima. Nos BRT, que é atualmente a grande aposta do poder público para a solução dos problemas de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, essa situação não é diferente, com o registro de uma altíssima ocorrência desses acidentes.

No dia 13 de janeiro de 2015, dois ônibus do BRT Transoeste bateram em pontos distintos e deixaram ao todo 150 pessoas feridas. Três dias antes, no dia 10, um idoso morreu atropelado por outro ônibus do BRT Transcarioca.

Tais ocorrências revelam que a população continua exposta a um sistema de mobilidade urbana bastante inseguro, além de caro. Desde que os BRT's (em junho de 2012 a Transoeste e em junho de 2014 a Transcarioca) foram instalados na cidade do Rio de Janeiro já ocorreram mais de 50 acidentes entre colisões e atropelamentos, vários deles com vítimas fatais, conforme está listado em reportagem do Portal G1²².

Não podemos esquecer que a cidade está marcada por um histórico recente de tragédias no transporte público, como o caso do Bonde de Santa Tereza, que matou 6 pessoas e deixou outras 50 feridas e a queda do ônibus da linha 328 da altura de 10 metros do viaduto Brigadeiro Trompowski, que deixou 9 pessoas mortas.

Por fim, outra dimensão que ainda precisa ser considerada é a baixa integração intermodal. O Rio de Janeiro tem sido considerado por muitos como a cidade da bicicleta, por exemplo. Mas, das 35 estações do metrô, apenas 11 contam com bicicletários. Além disso, o número de vagas – apenas 206 nas 11 estações – parece insuficiente diante do potencial de uso da bicicleta como meio de transporte. Por fim, cabe registrar que o embarque das bicicletas nos vagões somente é permitido aos sábados, domingos e feriados.

Revolução nos transportes?

Através das propagandas oficiais e da mídia em geral, o poder público tem prometido uma “Revolução nos Transportes”, construindo as vias Transcarioca, Transolímpica, Transoeste e Transbrasil (todas BRTs), e o metrô Lagoa-Barra (alongamento da linha 1) – todos, segundo os

²⁰ No dia 28/11/2011, uma barca, que fazia o trajeto Niterói-Rio de Janeiro, bateu quando chegava na Estação da Praça XV. Na ocasião o catamarã Gávea 1 se chocou violentamente duas vezes contra o pier, deixando 55 feridos, segundo informações do Corpo de Bombeiros.

²¹ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/barca-que-tem-problema-tecnico-e-bate-em-mureta-no-rio.html>

²² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/brts-do-rio-ja-registraram-mais-de-40-acidentes-desde-2012-veja-lista.html>

órgãos responsáveis pela realização dos eventos, ligados à realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Por outro lado, a população clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras regiões da cidade. Ou seja, enquanto o serviço de transporte coletivo oferecido à população se configura como caro, precário e insuficiente para a demanda existente, o cenário que se desenha para o futuro é o de investimentos em transporte no Rio de Janeiro que, ao invés de atenderem à demanda existente, tornam possível a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, visando e promovendo a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana.

Nesta perspectiva, constata-se que os investimentos em transportes para a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estão majoritariamente concentrados territorialmente. Primeiramente, há uma forte concentração no município do Rio de Janeiro, lembrando que a Região Metropolitana é composta por 20 municípios. E, em segundo lugar, há uma desigualdade na distribuição desses investimentos no interior do próprio município do Rio de Janeiro, com uma concentração maciça na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

Os números oficiais apontam que 63% da população da cidade do Rio de Janeiro serão usuários do transporte de alta capacidade (trens, metrô e BRT). No entanto, os BRT's até agora inaugurados têm demonstrado baixa capacidade de atração de usuários. O número de viagens realizada através deles não chega a 10% daquelas realizadas diariamente através do sistema de ônibus atual. Também não têm demonstrado capacidade de atração de usuários dos meios de transporte individuais.

Os dados que subsidiam a elaboração do Plano Diretor de Transporte Urbano da RMRJ, mostram uma realidade que se complexificou ao longo dos últimos dez anos. Por um lado, ouve um aumento do transporte individual, que era utilizado em 25,8% das viagens e passa a 28,5% em 2012. Como era de se esperar, por outro lado, relativamente há uma diminuição da demanda por transporte coletivo, que de 74,2% passa para 71,5%. No entanto, em número absolutos, há um aumento pela demanda por transporte coletivo, com um aumento no número de viagens diárias em 1,8 milhão neste período, totalizando 11 milhões de viagens diárias. Há, portanto, uma pressão sobre os serviços e sobre a infraestrutura de transportes coletivos.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que as soluções para os problemas de transportes das grandes cidades não podem ser dadas completamente no âmbito das esferas municipais, pois são questões de natureza metropolitana. No caso da RMRJ, a circulação diária da população envolve grande volume de viagens não só no extenso território do município do Rio, mas também entre os vinte municípios metropolitanos.

A chamada “Revolução nos Transportes” propagandeada pelo poder público no contexto dos megaeventos mostra-se, portanto, limitada como resposta à crise da mobilidade na metrópole fluminense. No contexto das intervenções no sistema de mobilidade para a Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 não há conhecimento sobre a existência de nenhum plano integrado que considere o Rio de Janeiro como “cidade metropolitana”, sendo que o último Plano Diretor de Transporte Urbano da região metropolitana é de 2003, e não está sendo utilizado para planejar as atuais intervenções. Assim, a oportunidade de superar o desafio de planejar e financiar infraestruturas na escala metropolitana pode estar sendo desperdiçada em razão da concentração territorial das intervenções e da insistência no modelo rodoviário, reproduzindo, mais uma vez, práticas políticas concentradoras e antidistributivas, que tendem a acentuar as disparidades intrametropolitanas tão prejudiciais para o direito à cidade. A cidade olímpica tem virado as costas para a metrópole!

BOX 2

OS FIM DOS ÔNIBUS QUE INTEGRAVAM A ZONA SUL E A ZONA NORTE

A primeira etapa de racionalização do sistema de ônibus na cidade do Rio de Janeiro ocorreu no início de 2011 com a implantação do Bus Rapid System (BRS) na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, importante corredor viário daquela região. A medida destinou duas das quatro faixas existentes na avenida à circulação exclusiva dos ônibus, além de reorganizar os pontos de ônibus.

Um novo “pacote de racionalização”, que inclui a exclusão e o encurtamento de linhas que passam pela Zona Sul da cidade, está previsto para ser implantado a partir de outubro de 2015. Com a execução desse plano, serão eliminadas 28 linhas, enquanto outras 21 terão seu trajeto encurtado.

A Secretaria Municipal de Transportes justifica que essas mudanças trariam mais eficiência para o sistema, principalmente por gerar impactos no trânsito dos BRS's. Segundo o órgão, para eliminar a sobreposição das linhas, a disputa por passageiros nos pontos e, com isso, garantir mais fluidez no trânsito e menos tempo de viagem, 70% das linhas que trafegam pela Zona Sul serão aglutinadas.

O número de ônibus que deixará de circular corresponde a 35% de todos que passam ou têm como destino ou origem a Zona Sul da cidade, onde estão localizados bairros como Leblon, Ipanema, Gávea, Lagoa e Jardim Botânico, todos com perfil de alto poder aquisitivo e que exercem forte centralidade urbana, com a concentração de postos de trabalho.

Apesar do arsenal de argumentos técnicos, não têm sido considerados o quanto a extinção e o encurtamento de linhas de ônibus poderão impactar diretamente na vida das pessoas, principalmente em uma cidade onde o transporte de passageiros depende exageradamente desse tipo de veículo. Tratando-se de linhas que ligam diretamente o subúrbio e a Zona Norte ao centro (lugar do emprego) e à Zona Sul (lugar da praia, do lazer e dos ricos), tal medida pode também ser preocupante do ponto de vista de suas consequências sociais. É fundamental lembrar que estamos falando do Rio de Janeiro, uma cidade onde existem separações físicas e simbólicas muito fortes, engendrando processos que dificultam e bloqueiam a interação social, além de intensificar a inferiorização de certos segmentos sociais, sobretudo moradores de favelas e das periferias.

Curiosamente, 11 das 21 linhas que serão encurtadas ainda este ano fazem a ligação entre as Áreas de Planejamento (AP) 2 e 3, opostas em termos de renda e demais indicadores sociais. Dessas 11, seis têm os bairros do Leblon e Ipanema como origem ou como destino, justamente os territórios mais ricos da cidade. De quatro linhas que conectam a AP3 ao bairro do Leblon, uma deixará de existir e duas serão encurtadas. Com isso, apenas uma linha, a 476 (Méier-Leblon), continuará chegando até o bairro, embora nada garanta que ela não será rifada nas próximas etapas dessa racionalização.

Já no caso de Ipanema, as mudanças implicam na extinção completa de qualquer ligação direta entre a Zona Norte suburbana e o bairro, com o encurtamento de três linhas e a exclusão de uma.

Nesse contexto, um plano que pretende seccionar o sistema de ônibus e extinguir linhas, principalmente aquelas que ligam a Zona Norte e o subúrbio à Zona Sul, deve ser olhado com muito cuidado. Por um lado, porque temos um Estado que atua historicamente na promoção das desigualdades, seja pela promoção de políticas públicas que induzem à fragmentação socioespacial, seja pela expulsão de população pobre das vizinhanças mais abastadas através das remoções. Por outro, algumas linhas que ligam a Zona Norte suburbana (AP3) à Zona Sul estão sendo encurtadas sem justificativas claras e transparentes.

Além disso, outra dimensão dessas mudanças é que ela transmite a sensação de que a retirada dos ônibus visa atender também o usuário do transporte individual. Hoje, a cidade tem um dos piores trânsitos do mundo, o tempo médio de deslocamento aumenta ano após ano. Essa situação é resultado, além da desorganização do sistema de transporte público, de um aumento extraordinário na frota de veículos particulares. Nos últimos dez anos, o número de automóveis na cidade aumentou em mais de 70%.

Embora quantitativamente o impacto pareça pequeno, a exclusão e o encurtamento dos trajetos restringe claramente a capacidade de circulação de uma parcela da população. Não há dúvidas de que tomar dois ônibus (mesmo com integração tarifária) é mais dispendioso do que realizar o trajeto em um itinerário direto. Além disso, não há informações claras sobre o papel e quando entrarão em operação os terminais que seriam utilizados para a integração, a exemplo de um no Maracanã, como foi noticiado no início de 2015.

É preocupante que parte do viés restritivo dessas medidas tenha um alvo bem claro: a população mais pobre. Por outro lado, coincidentemente, tais medidas atendem os moradores de bairros onde há muitos anos se deseja ficar livre dos efeitos negativos provocados pelos ônibus, a exemplo da poluição sonora e do ar. Em outras palavras, essas medidas parecem ir em caminho contrário à imperiosa necessidade de se promover a integração dos espaços historicamente apartados da cidade, ao mesmo tempo em que se torna um mecanismo da auto-segregação da elite.

A exclusão de algumas linhas de fato pode se justificar pela sobreposição e falta de passageiros, o que faz com que alguns ônibus circulem praticamente vazios. No entanto, como se justifica o encurtamento de linhas com grande demanda? Essa contradição deixa dúvidas se a racionalização das linhas de ônibus, ao mesmo tempo que se sustenta em uma base técnica, não serve também de pretexto para tornar os bairros mais ricos da cidade ainda mais isolados através de uma espécie de fortificação invisível. Operações de engenharia de transporte bem-sucedidas podem ter consequências muito graves do ponto de vista social, acirrando conflitos, provocando desigualdades e intensificando a segregação urbana.





3. Trabalho: repressão ao comércio informal e práticas de escravidão no trabalho formal

A geração de emprego tem sido uma das principais justificativas utilizadas pelo governo municipal para legitimar e convencer a opinião pública da importância dos grandes investimentos nas obras relacionadas com os megaeventos esportivos. No entanto, percebe-se que, na prática, a Prefeitura do Rio de Janeiro tem atuado no sentido exatamente inverso, de repressão ao trabalho ambulante e de convivência com práticas de exploração abusiva dos trabalhadores pelas grandes empresas, culminando inclusive na denúncia de um caso de prática de escravidão¹.

Repressão ao comércio ambulante

Após o último mandato de César Maia, Eduardo Paes assumiu a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2009. Dentre suas promessas de campanha, Paes garantia ordenar a cidade, implementando, entre outras medidas, a reorganização do sistema de ônibus; a legalização e licitação das linhas de vans; o combate aos flanelinhas; e a regularização dos camelôs. Além disso, havia se comprometido a criar uma Secretaria de Ordem Pública, para o ordenamento e o combate a pequenos delitos. As propostas faziam alusão a sua experiência como subprefeito da Barra durante o primeiro mandato (1993-1996) de seu predecessor, quando instaurou as “Caravanas da Legalidade”. Paes também se apoiava na doutrina de “tolerância zero”, modelo importado de Nova York que tinha grande receptividade por parte da mídia brasileira.

Poucos meses após tomar posse, o novo prefeito assinou, em 7 de abril de 2009, o Decreto nº 30.587, instituindo o cadastramento do comércio ambulante. O decreto ordenava o cadastramento de ambulantes autorizados e das demais pessoas interessadas em exercer a atividade de comércio ambulante na recém-inaugurada Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). Estavam aptos a participar do cadastramento qualquer pessoa física que atendesse, ao menos, uma das condições estabelecidas pelo artigo 5º da Lei 1.876/1992² – lei que, em conjunto com o Decreto

¹ Este capítulo está baseado no Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e ao Direito à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro, elaborado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em setembro de 2014, disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2015/03/dossiecamelos_set2014_web.pdf, e na versão anterior deste Dossiê, lançado em 2014, disponível em https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf

² “Art. 5º - São considerados habilitados para o comércio descrito no art. 1º: I - os cegos, os paraplégicos, mutilados e demais deficientes físicos; II - os carentes, aí entendidos as pessoas físicas com idade superior a quarenta e cinco anos, os desempregados por tempo ininterrupto superior a um ano e os egressos do sistema penitenciário, condicionado o exercício da atividade ao não envolvimento em nova prática delituosa; III - as pessoas físicas que já exerçam atividades

29.881/2008, rege a venda ambulante no município. O texto também instaurou o Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA) para reunir as informações referentes ao comércio ambulante da cidade. Todas as autorizações deveriam ser inseridas no CUCA até setembro de 2009, caso contrário, seriam automaticamente canceladas.

À SEOP coube, de acordo com o artigo 3º do mesmo decreto, definir os locais proibidos e os locais adequados para o comércio ambulante; estipular o número de autorizações concedidas para cada local; identificar os comerciantes ambulantes autorizados e em exercício da atividade, assim como seus locais de assentamento; adequar o número de autorizados exercendo regularmente a atividade; cancelar as autorizações comprovadamente irregulares ou que não atendessem à legislação em vigor; e autorizar novos ambulantes, caso fosse constatado que o número de autorizações já concedidas fosse inferior ao número possível para o local. Comissões Regionais, no âmbito das Subprefeituras, foram criadas para identificar os logradouros onde os ambulantes poderiam se instalar.

Em junho de 2009, a prefeitura realizou a primeira fase de cadastramento e recadastramento de 18.400 vendedores informais. Além dos quatro mil trabalhadores recadastrados, 14.400 vagas de venda foram abertas na cidade. O número, no entanto, estava muito abaixo das estimativas das lideranças de rua. Um levantamento feito pelo Movimento Unidos dos Camelôs - MUCA no mesmo ano apontava, somente no Centro, a existência de 6 mil vendedores informais chamados de “pulo”, caracterizados por exporem suas mercadorias em uma estrutura de fácil desmonte para escapar da fiscalização quando necessário. Em todo município, calcula-se a existência de até 60 mil ambulantes: são cerca de 35 mil ambulantes assentados com ou sem autorização, e o número pode dobrar quando se contabilizam os vendedores itinerantes.

Já em setembro do mesmo ano, a Prefeitura lançou a operação Choque de Ordem³, anunciando-a como o fim da desordem urbana, identificada como “grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crime”⁴. O objetivo declarado era realizar a limpeza urbana do Centro e de outras regiões da cidade. Na época, o secretário da SEOP, Rodrigo Bethlem, declarou que as medidas tinham o caráter de devolver aos cidadãos os espaços públicos ocupados ilegalmente. Para tanto, viam-se como providências prioritárias a retirada das ruas de crianças abandonadas e moradores de rua, assim como a repressão ao mercado informal e irregular e às ocupações urbanas. Nesse sentido, o recente cadastramento havia permitido a pronta identificação dos ambulantes autorizados, o que contribuía para uma ação imediata sobre aqueles que não possuíam autorização.

Um mês depois, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O anúncio impôs como ordem do dia a nova agenda da “Cidade Olímpica”, intensificando um grande projeto de reestruturação urbana já alavancado pela nomeação do Rio de Janeiro como uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014⁵.

profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação.”

3 Embora lançada oficialmente em setembro, a prática do Choque de Ordem já era vivenciada pelos camelôs no Centro do Rio de Janeiro desde janeiro de 2009, quando Eduardo Paes assumiu a Prefeitura, e mesmo antes com o prefeito Cesar Maia.

4 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Choque de Ordem. Site oficial da Prefeitura. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137> Acesso em 10 set. 2014.

5 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo - plano estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012, p. 92.

A nova conjuntura reforçou a legitimidade das políticas já postas em marcha pelo governo municipal. Uma nova onda de repressão e criminalização passou a ser praticada contra os camelôs e os trabalhadores informais da cidade, baseada em uma retórica que conjuga, por um lado, o embelezamento da cidade e o incentivo ao turismo, com a ordenação e a limpeza de áreas valorizadas, e por outro, a proteção aos patrocinadores. Nesse sentido, a SEOP exerceu um papel fundamental ao construir um discurso sobre ordem/desordem, ou ainda, legalidade/ilegalidade no cotidiano da cidade, elevando à questão de ordem pública práticas e posturas que, ao seu ver, privatizavam os espaços públicos - dentre elas, o comércio ambulante. De acordo com o Plano Municipal de Ordem Pública (PMOP) de 2010, elaborado pela SEOP, “A orientação da nova administração foi a desprivatização do espaço público e a garantia de um ambiente urbano acessível a todos os cidadãos e elemento de qualidade de vida, tanto para os moradores da cidade quanto para seus inúmeros visitantes, provenientes das mais diversas partes do mundo”⁶.

Ironicamente, a retomada dos espaços públicos veio acompanhada de uma nova privatização por parte de agentes considerados mais qualificados, através de parcerias e concessões entre governo municipal e empresas. Nos últimos anos, os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram empregados para a construção e gestão de grandes porções da cidade, como nos casos do Porto Maravilha, do Maracanã e do Parque Olímpico, ou ainda na expulsão de quiosqueiros tradicionais, substituídos por empresas na orla da cidade. Em todo caso, políticas de institucionalização e formalização, além de ampliação da fiscalização, novas legislações e intervenções urbanísticas, foram utilizadas para concretizar a nova concepção de organização do espaço urbano.

Assim, a Prefeitura Municipal aprovou na Câmara dos Vereadores, ainda em 2009, uma legislação que proíbe qualquer camelô de trabalhar em um raio de 2 Km dos estádios e outras localizações de competições, de hospedagem dos atletas e de eventos relacionados. A aprovação posterior do decreto municipal 38.367/2014, o qual regulamentou a Lei Geral da Copa e estabeleceu a Área de Restrição Comercial do Rio de Janeiro, compreendida pelo raio de 1 km do estádio Mário Filho, reforçou a repressão ao comércio informal ao determinar que o comércio nas áreas restritas somente poderia ser praticado pela FIFA, ou por pessoas físicas e jurídicas autorizadas pela entidade.

Obras realizadas para os megaeventos também foram utilizadas para expulsar os ambulantes. Em sua primeira fase, as obras da Transcarioca atingiram duas áreas tradicionais de comércio informal: Jacarepaguá e Madureira. No entorno do Maracanã, por sua vez, o governo municipal removeu os ambulantes para execução das obras de reforma, e mesmo depois da Copa do Mundo de 2014 não permitiu o retorno dos vendedores de rua que costumavam vender na localidade antes das obras. Todavia, o novo modelo de gestão implementado com a privatização do estádio - o qual prevê a instalação de centros de entretenimento, lojas e restaurantes no interior do Complexo Maracanã - e a construção de uma nova Unidade de Ordem Pública (UOP) na região parecem indicar que a repressão à atividade informal será mantida.

Uma segunda UOP foi instalada na Central do Brasil, outro ponto tradicional de camelôs e vendedores ambulantes no Rio de Janeiro. Além disso, a Prefeitura iniciou a construção de um mercado popular (camelódromo vertical) na região em 2011, um projeto incluído na operação

6 SECRETARIA ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA. Proposta para um plano municipal de ordem pública. 2010, p.9. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/478382/DLFE-191707.pdf/pmop.pdf> Acesso em 11 set. 2014.

Porto Maravilha, para abrigar os ambulantes que tiveram suas barracas destruídas pelo incêndio ocorrido no antigo camelódromo da Central do Brasil. Com capacidade para 600 boxes, a expectativa das autoridades municipais era organizar a atividade, formalizando os trabalhadores do camelódromo como microempreendedores individuais (MEI) a partir de uma parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE)⁷. Hoje, os comerciantes lá alocados se queixam da falta de movimento e do baixo nível de vendas.

A política de formalização em locais com forte presença do comércio informal também foi aplicada ao projeto de revitalização da Lapa, bairro histórico da cidade. Em 2009, a Prefeitura criou a Feira Noturna Lapa Legal, que conta com a manutenção de agentes da Guarda Municipal 24 horas por dia e a instalação de 82 barracas padronizadas para vendedores uniformizados, registrados e capacitados pela Vigilância Sanitária na manipulação de alimentos. O projeto é patrocinado pela Antarctica, grande cervejaria do grupo AMBEV. Além da confecção das barracas e dos uniformes, é também a empresa a responsável pela contratação dos banheiros químicos e pela limpeza permanente do local⁸. Em contrapartida, somente essa marca pode ser vendida pelos comerciantes ali assentados. A iniciativa é uma expansão do modelo implantado durante o Carnaval, no qual marcas patrocinadoras do evento tem exclusividade nos pontos de venda.

O Carnaval do Rio de Janeiro, maior evento da cidade que acontece anualmente – apenas em 2013 recebeu 6 milhões de turistas sendo 900 mil estrangeiros⁹ –, revela como se dá o controle do trabalhador, ao mesmo tempo que sua força de trabalho é utilizada quando convém. Para serem autorizados a vender cerveja nos blocos de rua, os ambulantes passam por um processo de cadastramento feito pela Prefeitura. Em 2013, eles tiveram que ficar dias acampados na fila e, depois de muita confusão, cinco mil conseguiram o crachá, o colete e o isopor da Antarctica¹⁰. Esse processo começou há poucos anos, quando o Carnaval de rua passou a ser patrocinado e ter regras mais rígidas por parte da Prefeitura, com cadastramento também de blocos e pedidos de autorização para desfiles¹¹. Além da autorização feita pelo cadastramento, os trabalhadores recebem uma tabela com o preço que devem comercializar os produtos, além de terem que comprá-los em postos autorizados ou supermercados, não sendo permitido vender mercadorias de outra cervejaria. A parceria público-privada para garantir o monopólio da venda de cerveja se estende também à fiscalização e à repressão. Enquanto a Ambev tem fiscais espalhados nos blocos para checar se as regras estão sendo cumpridas, a Guarda Municipal faz o papel de recolher

7 Há um grande incentivo para que os ambulantes façam o registro do MEI, lançado pelo governo federal, e adquiram o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). O decreto 30.587/2009, que instituiu o cadastramento, foi acompanhado do decreto 30.588/2009, o qual dispõe sobre a criação do projeto “Empresa Bacana” e regulamenta o microempreendedor individual. Mesmo pagando os impostos e a previdência social, vinculados ao registro do MEI, os trabalhadores não tem garantia do uso do espaço público para a venda, uma vez que tal autorização é emitida exclusivamente pelas Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização (IRFL), subordinadas à SEOP. Os trabalhadores cadastrados foram, portanto, formalizados, mas continuam sob um esquema incerto de permanência nas ruas.

8 O GLOBO WEBSITE. Lapa Legal com barracas novas e banheiros químicos. 04 fev. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/lapa-legal-com-barracas-novas-banheiros-quimicos-3057520> Acesso em 11 set. 2014.

9 RJ recebe número recorde de turistas durante o Carnaval. TV UOL, 12 fev. 2013. Disponível em <http://vuol.uol.com.br/video/rj-recebe-numero-recorde-de-turistas-durante-o-carnaval-04028D1B386AE0914326>. Acesso em 26 ago. 2014.

10 “Sou vendedor há muitos anos. Antes eu levava o meu isopor e não tinha problema. Agora somos obrigados a enfrentar essa fila que é uma vergonha”, criticou um dos ambulantes à reportagem do Jornal do Brasil. Tumulto e longas filas no cadastramento de vendedores para o Carnaval de rua. Jornal do Brasil Online, 22 jan. 2013. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/01/22/tumulto-e-longas-filas-no-cadastramento-de-vendedores-para-o-carnaval-de-rua/>. Acesso em 25 ago. 2014.

11 A Prefeitura do Rio recebeu que o Carnaval de rua poderia atrair mais turistas que o de avenida, disputando um mercado até então dominado pelas capitais nordestinas, principalmente Salvador.

as mercadorias caso haja alguma irregularidade¹². Os ambulantes se transformam, via Estado, em meros funcionários da cervejaria, com crachá, mas sem qualquer vínculo empregatício ou garantia trabalhista, recebendo por produção e absorvendo o prejuízo caso sua mercadoria seja recolhida por guardas municipais ou simplesmente sobre no fim do dia.

Houve no governo de Eduardo Paes o fortalecimento da Guarda Municipal na fiscalização dos camelôs, o que é um desvio de função, já que caberia apenas a fiscais da Prefeitura essa atividade. Em seu primeiro ano de mandato, foi aprovada a Lei Complementar nº 100 de 15 de outubro de 2009, a qual extinguiu a Empresa Municipal de Vigilância S.A. e instituiu a Guarda Municipal como autarquia na estrutura da administração indireta do governo municipal. Após um concurso público realizado em 2011, o efetivo da GM-Rio chegou a 7.500 guardas municipais, além de 380 funcionários administrativos. A Prefeitura tenta agora aprovar na Câmara uma legislação que permite aos guardas municipais o uso de armas não-letais, como tasers (armas de choque) e spray de pimenta.

A imposição de um modelo de reordenamento dos espaços públicos por meio de feiras institucionalizadas e camelódromos, tal qual observamos no Rio de Janeiro, supõe, na verdade, a exclusão de todos os vendedores informais não incluídos no cadastramento do Prefeitura, sendo para eles negada qualquer perspectiva de legalidade. Em 2010, o secretário Rodrigo Bethlem declarou ser esse o modelo de comércio ambulante que a prefeitura pretende implantar em toda a cidade¹³. Para a Streetnet Internacional, articulação de organizações de vendedores informais de diversos países, fundada em 2002:

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais nos bairros e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público-privadas além de estabelecer um camelódromo na região central. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após a regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciantes excluídos do processo de legalização”¹⁴.

Em meio à Copa do Mundo de 2014, os comerciantes declararam que a repressão foi em grande parte localizada nos bairros da Zona Sul, região mais valorizada da cidade, e no entorno do Maracanã. A impressão geral era de que o relaxamento da fiscalização no Centro tinha como objetivo distensionar a relação entre o poder público e os camelôs, os quais vêm, apesar das dificuldades, se organizando contra a nova conformação da cidade. Logo após o fim do Mundial, os trabalhadores relatam o novo recrudescimento das ações da Prefeitura. Em menos de um mês, oito depósitos foram estourados pela SEOP. Nessas ações, as regiões central e sul da cidade foram as mais afetadas.

12 Há denúncias de que os guardas municipais revendem as mercadorias apreendidas, e que o isopor distribuído pela cervejaria é muito pequeno, inviabilizando a venda dos produtos sem ter que ir constantemente ao fornecedor. O uso da bicicleta com um isopor grande, tradicional desses ambulantes e que facilita a venda e o estoque da mercadoria, pode ser apreendido pela Guarda Municipal, o que gera insegurança mesmo para os trabalhadores cadastrados mas que utilizam o equipamento.

13 Idem.

14 Streetnet. Copa do Mundo para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. 2012, p. 131. Para consultar o relatório na íntegra, ver: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf (1ª parte), http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/2-publicacao_SN_small_pt_002.pdf (2ª parte), http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/3-publicacao_SN_small_pt_003.pdf (3ª parte). Ver também o artigo da Andrea Dip em: <http://www.apublica.org/2012/04/copa-nao-e-para-pobre-os-ambulantes-zonas-de-exclusao-da-fifa/>

No dia 25 de julho de 2014, a Secretaria interditou um depósito localizado na Rua da Constituição, no centro da cidade. Cinco dias depois, um depósito foi interditado na Rua do Lavradio, na Lapa. Em 1º de agosto deste mesmo ano, foi a vez de um depósito localizado na Rua Ronald Carvalho, em Copacabana. Na mesma semana, outros três depósitos foram fechados no entorno da Central do Brasil. Finalmente, no dia 8 de agosto, a SEOP interditou um estabelecimento localizado na Rua Figueiredo Magalhães, em Copacabana. Em todos os casos, houve apreensão de mercadorias e “carrocinhas”. As operações foram acompanhadas pela Vigilância Sanitária, pela Guarda Municipal e pela Comlurb, companhia de limpeza urbana do Rio de Janeiro. Desse modo, as práticas da Prefeitura parecem continuar a todo vapor “preparando” a cidade para 2016.

Nota-se, assim, que o projeto de construção da “Cidade Olímpica” implica uma diferenciação entre aqueles que podem usufruir da cidade e de seus espaços públicos e aqueles que tem suas liberdades cerceadas e seus direitos violados. Bem verdade é que as políticas implementadas pela nova gestão dependem de decisões políticas internas e revelam continuidades importantes com as gestões anteriores. Todavia, a recorrência desse padrão de repressão em outros países que sediaram megaeventos esportivos, e mesmo nas demais cidades-sede da Copa de 2014 no Brasil, leva a crer que essa é uma característica até certo ponto intrínseca ao “modelo olímpico”. Como registra o Dossiê lançado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, em 2014:

Em Seul, durante as Olimpíadas de 1988, os vendedores ambulantes foram removidos das principais ruas da cidade e postos em becos e ruas secundárias escondidas. Em Barcelona, nas Olimpíadas de 1992, foi totalmente proibido o comércio informal. Na África do Sul, a FIFA proibiu o comércio de rua nas proximidades das áreas oficiais dos eventos, que incluía, além do entorno dos estádios, os locais oficiais das fan parks, das grandes festas de torcedores, dos centros de credenciamento, das áreas oficiais de treinamento, e dos hotéis onde as delegações da FIFA e dos países ficaram hospedadas¹⁵.

Convivência com a exploração abusiva e um caso de trabalho escravo

Na página eletrônica da Odebrecht - que formou junto com a Andrade Gutierrez o Consórcio Maracanã Rio 2014, responsável pela “requalificação” do estádio para hospedar a Copa do Mundo de 2014 - estima-se que as obras de reforma do estádio Maracanã geraram 6.500 empregos diretos até maio de 2013¹⁶.

Nas obras relacionadas aos jogos, principalmente aquelas que dizem respeito aos transportes e à reforma de estádios e demais arenas esportivas, observa-se a precarização do trabalho, promovida pelos consórcios de empresas, acompanhada da omissão dos órgãos fiscalizadores (sejam municipais ou estaduais). As pressões exercidas pela FIFA e pelo COI, combinadas com o discurso que propala a incapacidade do país de entregar a tempo a infraestrutura necessária à realização dos jogos, facilitam e legitimam a adoção de padrões de relação de trabalho fundados na precarização e criam justificativas para que ocorram processos de violações aos direitos dos trabalhadores. No Rio de Janeiro, como em quase todas as cidades-sedes, observam-se as péssimas condições de trabalho em obras vinculadas aos megaeventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016. No caso específico da reforma do Maracanã, já tinham

ocorrido duas grandes paralisações durante a realização das obras, relacionadas às péssimas condições de trabalho - foram ao todo 25 dias de paralisação até fevereiro de 2013.

No dia 17 de agosto de 2011, os operários que trabalhavam nas obras de adaptação do Estádio Maracanã deflagraram uma greve após um acidente no canteiro de obras, o qual deixou um trabalhador ferido. A explosão de um tonel com produtos inflamáveis lançou Carlos Felipe da Silva Pereira a dois metros de distância, causando queimaduras e traumatismo no joelho. A greve foi finalizada no dia 22 do mesmo mês, quando os trabalhadores conquistaram algumas de suas reivindicações: aumento no valor da cesta básica (de R\$ 110 para R\$ 160), assim como o pagamento dos dias parados, estabilidade para a comissão de greve e uma comissão sindical para avaliar as condições de segurança da obra. Pouco tempo depois, no dia 1º de setembro, uma nova greve se iniciou. Dessa vez, após a acusação de que haviam sido servidos alimentos estragados aos 2.000 trabalhadores da obra. As reivindicações então incluíam, entre outros pontos, aumento da cesta básica para R\$ 180, plano de saúde, presença de médicos no turno da madrugada e fiscalização dos alimentos servidos no refeitório do canteiro. Mas a greve terminou sem acordo entre os operários e o consórcio construtor no dia 19 de dezembro, após o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro haver considerado a paralisação ilegal.

Um ano depois, em fevereiro de 2013, uma nova paralisação foi realizada após uma rodada de negociações fracassada entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sintraicp) e o Consórcio. Os trabalhadores acataram a proposta do governador Sérgio Cabral, conquistando 11% de aumento, 80% de hora extra, dois salários de participação dos lucros e cesta básica de R\$ 330. O sindicato, no entanto, não conseguiu o plano de saúde pedido pelos trabalhadores. No dia seguinte, as obras do estádio voltaram ao normal.

As obras do Parque Olímpico e da Vila Olímpica do Rio/2016, realizadas por mais de cinco mil trabalhadores, também já enfrentaram paralisações. Uma greve foi iniciada no início de abril de 2014, quando operários realizaram um protesto por melhores salários. A categoria reivindicava também ser representada pelo sindicato da indústria pesada, e não pelo sindicato da indústria leve, o que significaria um aumento salarial de 15%. Na semana seguinte, os trabalhadores decidiram continuar a greve, dias depois de o COI anunciar que aumentaria o controle sobre a organização dos Jogos do Rio, de modo a contornar atrasos e acelerar os preparativos da cidade¹⁷. Durante uma manifestação em frente ao canteiro de obras, a Polícia Militar interveio e chegou a disparar tiros para o alto, na tentativa de dispersar os operários¹⁸. Depois de duas semanas de paralisação, os trabalhadores retomaram as obras parcialmente. A decisão veio após a retomada das negociações entre operários e a concessionária Rio Mais¹⁹, responsável pelas obras.

Em meio à greve do Parque Olímpico, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sintraicp) também decretou greve, paralisando o trabalho de boa parte das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, como a do Engenho, a da Linha 4 do Metrô, a da Transolímpica e a da Transcarrioca²⁰. Cerca de

¹⁷ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,greve-do-parque-olimpico-do-rio-continua-por-tempo-indeterminado,1153626,0.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014.

¹⁸ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/07/greve-paralisa-construcoes-olimpicas-e-ameaca-obra-mais-cara-da-copa.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014.

¹⁹ O consórcio construtor do Parque Olímpico é formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, e disputou sozinho a concorrência da parceria público-privada (PPP) organizada pela prefeitura.

²⁰ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/07/greve-paralisa-construcoes-olimpicas-e-ameaca-obra-mais-cara-da-copa.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014. Cf. também <http://noticias.bol.uol>.

¹⁵ COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro – dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Junho 2014, p. 63.*

¹⁶ Cf. <http://www.odebrechtarenas.com.br/estadio/maracana#section-sobre-a-obra>, acessado em maio de 2014.

20.000 operários cruzaram os braços em protesto contra a falta de avanço nas negociações por melhores ganhos para a categoria, que incluíam 10% de reajuste salarial, o pagamento de 100% sobre as horas extras durante a semana, o aumento da cesta básica (de R\$ 230 para R\$ 300) e plano de saúde para o trabalhador e seus dependentes. O movimento grevista foi encerrado dez dias depois, após a categoria conquistar um aumento salarial de até 9%, além de cesta básica de R\$ 310.

Mas talvez a situação mais grave de violação aos direitos humanos seja o caso, identificado em agosto de 2015 pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ), de situações análogas ao trabalho escravo na empreiteira Brasil Global Serviços, responsável pelas obras no complexo residencial Ilha Pura, local onde ficará a Vila Olímpica e que servirá de alojamento para atletas e organizadores durante os Jogos Olímpicos de 2016²¹. A empreiteira que executava obras na Vila Olímpica mantinha 11 trabalhadores - vindos dos estados do Maranhão, Paraíba, Bahia e Espírito Santo - em situação análoga à de escravo, na área mais nobre da cidade e "coração" da Olimpíada, na Barra da Tijuca. Além disso, o MPT-RJ constatou condições degradantes nos alojamentos da empresa. Como fica evidenciado, na Cidade Olímpica, os jogos envolvem não apenas exploração e exclusão, mas também situações análogas à escravidão.



com.br/ultimas-noticias/esporte/2014/04/14/sindicato-anuncia-fim-da-greve-que-parou-obras-da-copa-e-olimpiada-no-rio.htm. Acesso em 22 de maio de 2014.

21 Cf. <http://www.etc.com.br/cidadania/2015/08/jogos-olimpicoempresa-mantinha-operarios-em-situacao-analoga-de-escravos>, acessado em setembro de 2015.



BOX 3

POPULAÇÃO DE RUA E OLIMPÍADAS

Embora a população em situação de rua seja uma triste e antiga realidade, é também igualmente triste e antiga a sua invisibilidade e o conseqüente descompromisso tanto do Estado quanto da sociedade em relação à sua vulnerabilidade, carências e demandas.

Esse descompromisso é evidente na constatação da ausência histórica de políticas públicas que atendam as especificidades desta população tão plural e no completo desconhecimento da sociedade sobre o perfil, as necessidades e as alternativas possíveis para essa população, que não se resume apenas em retirá-los de nossas vistas, pois não é dessa forma que atingiremos o objetivo da ressocialização, do resgate e da dignidade desses cidadãos. É importante registrar, ainda, que a retirada dessa população do local onde se encontram deve ser feita apenas com a sua anuência, sob pena de se aviltar um dos fundamentos do nosso estado democrático de direito - a dignidade da pessoa humana.

Não podemos esquecer de mencionar e lembrar sempre, para que nunca mais se repita o acontecido na década de 60 do século passado, quando centenas de homens e mulheres em situação de rua foram exterminados em nossa cidade, sendo jogados nos Rios Guarda e Guandú. O filme “Topografia de um desnudo” relata muito bem o espírito que ainda perdura, de tornar invisível homens e mulheres desprovidos de dignidade e de políticas públicas a que têm direito.

Hoje, homens e mulheres de rua são levados para longe dos olhos da cidade, para o chamado Abrigo Rio Acolhedor em Paciência que, de acolhedor, infelizmente tem muito pouco. A fala de muitos de seus usuários, vocalizada por um ‘cidadão’ que ocupou a mesa de abertura da 10ª Conferência Municipal da Assistência Social ainda ecoa em muitos de nós: “o abrigo de paciência não é acolhedor, não tem humanidade”. Historicamente, a prática que tem se repetido, sobretudo em nossa cidade, é a prática da higienização, cuja lógica consiste em “limpar” a cidade, retirando das vistas do restante da população, essa parcela “feia”, “suja”, “ignorante”, “drogada” e outros estereótipos mais. O que tem nos preocupado é que essa prática tende a se radicalizar frente aos grandes eventos.

Contudo, em 2009, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva, criou o decreto nº 7053 que viria a se tornar um marco para a formulação de política para a população em situação de rua. O governo Lula abriu um amplo debate com os usuários e técnicos da área, e o decreto foi o produto final deste processo.

Dos vários avanços que o decreto trouxe, o mais significativo foi a criação de um comitê interministerial paritário, para se discutir ampla e democraticamente a política. A lógica que cria esse comitê baseia-se no entendimento de que para dar conta de uma política efetiva para essa parcela da população a assistência social não é suficiente,

mas se faz necessário o envolvimento e o diálogo entre as diversas áreas, como a saúde, a habitação, o trabalho, a cultura, o esporte, etc.

E isso não é pouca coisa, pois aponta para uma mudança de paradigma no que tange à elaboração das políticas públicas para essa população, uma vez que é formulada através do diálogo, da intersectorialidade e, sobretudo, do protagonismo dos usuários desses serviços.

O decreto prevê que este modelo seja adotado pelos estados e municípios para que em suas instâncias também sejam criados comitês para produzirem debates e políticas locais. Contudo, o que temos visto até agora é não só a continuidade das práticas higienistas, como também o desconhecimento deste novo modelo proposto que já conta com cinco anos de existência e já é conteúdo de projeto de lei no congresso nacional. O governo federal deu o exemplo e discute com uma diversidade de ministérios e com a sociedade civil, mas, o Rio de Janeiro, até agora, não aderiu ao decreto e nem instituiu o Comitê Intergestor para a política.

O Rio de Janeiro, vitrine do Brasil, sede dos grandes eventos, cidade maravilhosa e mundialmente famosa, tem grande responsabilidade na mudança de paradigma para a construção dessa política. Em suas ruas “moram” em torno de 10 mil pessoas que vivem ainda hoje um cotidiano de violações, violências e ausência de serviços que ofereçam um resgate efetivo de sua cidadania, afetos e capacidade produtiva, ou seja, um resgate da sua dignidade perdida.

Embora a discussão quantitativa seja importante, uma vez que as vagas existentes no município não dão conta de abrigar a quantidade de pessoas nas ruas desejosas de abrigo, a discussão primordial diz respeito à qualidade dos serviços ofertados nos equipamentos públicos existentes, que precisam, de forma urgente e radical, deixar de serem depósitos, já que estamos tratando de seres humanos, para serem um local que, segundo a tipificação dos serviços socioassistenciais, seja um espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito, proporcionando vivências para o alcance da autonomia, e estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. Infelizmente ainda não é essa a nossa realidade, nesses espaços a lógica que impera, que é fruto de uma cultura de preconceito e ignorância, é a de que “para quem é, o que tem basta”.

Neste momento pré-olímpico precisamos ser intransigentes na defesa dos direitos desta população, sobretudo no que tange ao seu direito à cidade. Não ao recolhimento compulsório! Não à política de higienização! Respeito e dignidade são nossos pilares, independente da condição social e da situação de vulnerabilidade! A cidade é de todos, da zona sul à zona norte, da zona leste à oeste! Se os grandes eventos deixam legados, que as olimpíadas nos deixem a certeza de que somos capazes de tornarmos um sonho realidade, e ver nas ruas de nossa cidade a liberdade e o respeito para TODOS!





4. Esportes: cadê o legado olímpico?

O esporte é uma manifestação cultural muito difundida no Brasil, em especial o futebol. Desperta paixões, mexe com as emoções dos espectadores e praticantes, erige rivalidades e joga um papel relevante na conjuntura política e no cotidiano dos cidadãos do país. Os dois maiores eventos esportivos da atualidade, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol, mobilizam milhões de pessoas ao redor do planeta, inclusive aquelas que não são muito interessadas em esporte, no intervalo entre essas competições. A Copa do Mundo de 2014 foi realizada no Brasil, em 12 cidades-sede, incluindo a cidade do Rio de Janeiro, e a Olimpíada de 2016 também será realizada no Rio, o que tem gerado uma série de impactos políticos, econômicos, sociais, ambientais e, inclusive, esportivos, que afetam toda a população. Assim, o esporte, ao invés de ser um direito fundamental vinculado à cultura, à educação, à saúde e ao acesso à cidade, se transforma em um negócio que beneficia grandes grupos empresariais. E usando a força simbólica que o esporte tem, os governantes legitimam um projeto de cidade que gera especulação imobiliária, entrega equipamentos públicos para grupos privados e promove desigualdades socioespaciais.

É nesta perspectiva que o pesquisador e professor Gilmar Mascarenhas chama a atenção para a necessidade de se perceber o modo de organização deste megaevento relacionado as transformações da cidade. Analisando historicamente a evolução dos Jogos Olímpicos, Mascarenhas destaca que o “ideal do amadorismo que marcou a origem da Olimpíada foi sendo progressivamente deixado pra trás, marcando uma evolução do capitalismo no esporte. Para legitimar esta mudança, percebe-se que cada vez mais se fala da necessidade dos Jogos deixarem um legado”. Com o avanço das ideias neoliberais, nos anos mais recentes percebe-se que este discurso em torno dos legados, na verdade esconde, como destaca Mascarenhas, “a confluência da mercantilização do esporte e da mercantilização das cidades, com a emergência de modelos de gestão das cidades subordinados ao mercado e aos interesses privados”.

É neste contexto que o Comitê Popular pretende denunciar o processo de privatização de diversos espaços públicos e de violação dos direitos ao esporte e à cidade, o qual se constitui em elemento central do modelo elitista e desigual de cidade que vem sendo implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, sob a “cortina de fumaça” da Olimpíada 2016. Este processo revela uma intrínseca relação entre a violação do direito ao esporte e as violações dos direitos à moradia, ao trabalho, ao meio ambiente, e à cidade, promovidas pela Prefeitura do Rio.

4.1. O Complexo do Maracanã¹

Construído para abrigar os jogos da Copa do Mundo de 1950, o Maracanã não apenas tem sido o grande palco esportivo da cidade do Rio de Janeiro, mas se tornou referência simbólica da cidade e do Brasil. O estádio, localizado no centro geográfico da então capital brasileira, era o maior palco de futebol do mundo, chegando a receber 200 mil espectadores na final daquela Copa entre Brasil e Uruguai. Porém, desde o ano de 1999, o “maior do mundo” vem sofrendo várias mudanças estruturais e no seu entorno.

Desde a sua inauguração, o Maracanã foi propriedade do poder público. Esteve sob administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1950 até 1960. Depois da formação do estado da Guanabara, em 1960, o Maracanã passou a ser administrado pela entidade esportiva ADEG (Associação dos Estádios da Guanabara). Posteriormente, com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro em 1975, o Maracanã passou a ser administrado pela SUDERJ, Superintendência dos Esportes do Rio de Janeiro, um braço da Secretaria Estadual de Esportes e Lazer (SEEL). Essa condição durou até maio de 2013, quando o complexo esportivo do Maracanã passou a ser concessionado pelo governo do estado para o Consórcio Maracanã S.A. por um período de 35 anos.

Durante o tempo de administração pública, o Maracanã passou por épocas bastante difíceis. A construção inicial demorou 14 anos para ser completada e durante a década de 1980, o estádio, assim como as demais infraestruturas urbanas, sofreu com uma falta de investimento, manutenção e segurança. A administração do estádio nunca foi profissionalizada e até hoje os cargos comissionados da SEEL e da SUDERJ são ocupados por indicação política, com baixo nível de profissionalização. O resultado dessa conjunção de fatores foi que o Maracanã não oferecia segurança aos espectadores e nem transparência na gestão. A situação precária do Maracanã resultou em tragédia. Em 1992, durante a final do Campeonato Brasileiro, uma parte da arquibancada cedeu e três pessoas morreram.

Mesmo com todas as dificuldades na gestão do estádio e dos equipamentos esportivos, culturais, educacionais e funcionais ao seu redor, estes estavam integrados à vida cotidiana carioca. Recorrentemente, o Maracanã era o segundo lugar mais visitado pelos turistas, chegou a possuir um restaurante popular que oferecia refeições a R\$ 1,00 e foi a sede da SUDERJ, onde mais de 1.200 pessoas trabalhavam diariamente. Além de inúmeros jogos de futebol por ano, o estádio foi usado para a realização de concursos públicos, treinos de militares, shows e festas.

O Estádio Jornalista Mário Filho foi o maior estádio do mundo durante muitos anos. Tal característica fez com que o lugar se tornasse mítico mundo afora. Contudo, as obras no complexo esportivo impactaram de forma negativa o acesso ao esporte e lazer da população carioca. Vale destacar que dentro do complexo do Maracanã estão localizados três equipamentos esportivos (Estádio de Atletismo Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamare e Ginásio Gilberto Cardoso, o Maracanãzinho), uma escola municipal e o prédio histórico do antigo Museu do Índio. Havia também um laboratório de pesquisas que foi destruído durante a última reforma para a Copa de 2014.

¹ As seções relativas aos equipamentos esportivos são resultado de uma missão do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, realizada entre os dias 28 e 29 de março de 2015, para verificar as denúncias de violações do direito à cidade vinculadas ao legado esportivo da Olimpíada do Rio de Janeiro. A comitiva do Comitê Popular visitou os seguintes equipamentos esportivos: Estádio de Remo da Lagoa, Campo de Golfe (Barra da Tijuca), Parque Olímpico (Barra da Tijuca), o Maracanã, o Estádio de atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare, e a Marina da Glória (Aterro do Flamengo).

Além de todas as polêmicas com o fechamento do principal palco de esportes da cidade, por três anos, para mais uma reforma, os efeitos da privatização do Maracanã estão sendo sentidos no bolso do cidadão. As progressivas reformas do estádio ao longo dos últimos 15 anos custaram aos cofres públicos em torno de R\$ 1,6 bilhões². Nunca houve discussão com a população sobre a real necessidade de tais reformas e a falta de transparência nos gastos públicos é tão lendária quanto o estádio em si. O processo de privatização (sob regime de concessão) foi bastante confrontado e criticado pelos movimentos sociais, torcedores e usuários do complexo esportivo. Mesmo assim, foi aprovado em 2013, uma Parceria Público-Privada (PPP) para concessão, por 35 anos, da gestão do estádio para a iniciativa privada, vencida pelo Consórcio Maracanã S.A., composto pelas empresas Odebrecht (90%), AEG (5%) e IMX (5%)³. Vale lembrar que essa última empresa foi contratada pelo governo do estado para fazer o estudo de viabilidade econômica que definiu os parâmetros da licitação, o que tornaria ilegal e ilegítima sua participação no edital de licitação da PPP.

Conforme já mencionado, o complexo esportivo do Maracanã abrangia usos múltiplos durante seus 60 anos de vida pública. Durante muitos desses anos, assistir jogos de futebol no Maracanã era bastante comum e acessível, mesmo para as camadas mais pobres da sociedade carioca.

Como afirma Lucas Pedreti, estudante e torcedor de futebol, “hoje o Maracanã é um estádio que não atrai os torcedores, ainda mais com as limitações para as torcidas entrarem com bandeiras e ficarem de pé. Ter lugar marcado faz parte da lógica europeia de torcer, não da brasileira.”

Na opinião de Lucas, o Maracanã era um estádio democrático, que formou várias gerações na paixão do futebol, “um espaço da diversidade social, onde a geral representava a possibilidade e convívio entre diferentes classes sociais”. Como ele relembra, “o futebol chegou no Brasil como um esporte de elite e aos poucos foi se tornando popular. Na final da Copa de 1950, cerca de 8,5% da população da cidade estava dentro do estádio. No entanto, em 2014, só a elite rica e branca pode pagar pelos ingressos e frequentar os jogos da Copa do Mundo”.

De fato, tudo indica que esta tendência inflacionária e elitizadora está tomando conta do futebol brasileiro: os ingressos estão cada vez mais caros, os estádios cada vez mais vazios e os clubes e seus patrocinadores estão ganhando cada vez mais dinheiro.

Depois da Copa das Confederações, o preço dos ingressos para jogos realizados no Maracanã subiu para uma média de R\$ 45,00, enquanto ingressos para os mesmos jogos realizados em 2012 custavam em média R\$ 14,00. Esse efeito da explosão dos valores dos ingressos é um traço comum em todos os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo. Em curto prazo, já é visível a exclusão da maioria dos trabalhadores, que historicamente frequentava o estádio, pois esta não consegue mais pagar para assistir aos jogos. No longo prazo, tal medida pode influenciar definitivamente à mudança da relação do brasileiro com o futebol, cuja paixão marca um dos traços da nossa identidade. O pior de tudo é que, mesmo diante deste quadro, não existem indícios de que os órgãos responsáveis pelos campeonatos locais e nacionais, nem o Ministério dos Esportes, estejam agindo para garantir o acesso ao esporte mais popular do país.

Neste quadro, como sintetiza Lucas Pedreti, os torcedores reivindicam a gestão pública com

² Valores sem correção monetário, o que indica que os custos das reformas do Maracanã foram ainda mais elevados.

³ Posteriormente, em janeiro de 2015, a Odebrecht comprou a participação da IMX - <http://www.valor.com.br/empresas/3861744/imx-deixa-consorcio-do-maracana-apos-vender-fatia-de-5-odebrecht>, acessado em abril de 2015

controle social do Maracanã, o barateamento dos ingressos e a reabertura dos espaços populares, o direito dos torcedores de levarem bandeiras, a instalação de cadeiras removíveis permitindo torcer em pé, a mudança do horário dos jogos e a oferta de transporte público que permita o deslocamento dos torcedores até os seus locais de moradia.

4.2. O Estádio de Atletismo Célio de Barros

O estádio de atletismo Célio de Barros foi fechado em janeiro de 2013 para servir como canteiro de obras para as reformas do Maracanã, sem qualquer informação ou explicação, deixando-se os equipamentos de treino retidos. O Célio de Barros, por muitos considerado o Maracanã do Atletismo, era a melhor pista para treinamento de atletas na cidade, desde sua inauguração em 1974. Com o fechamento do estádio e o desmantelamento da pista, centenas de crianças e dezenas de atletas foram prejudicados, sem que houvesse uma definição clara sobre o futuro da pista e a reabertura do estádio. Na Copa do Mundo e em jogos de futebol no Maracanã, a área do Célio de Barros tem sido usada como estacionamento e este era efetivamente o plano do Consórcio Maracanã S.A, ou seja, transformar um equipamento público em estacionamento e se apropriar dos lucros financeiros desse empreendimento. Mas os planos do Consórcio e do governo estadual foram barrados pelas mobilizações populares e dos atletas, contrários à destruição do estádio. Assim, ainda em 2013, o governo estadual anunciou que o Estádio Célio de Barros seria reconstruído pelo Consórcio, mas sem garantir um prazo para tal. De fato, tudo leva a crer que não há interesse na recuperação do estádio antes da Olimpíada, para que o espaço possa ser aproveitado como estacionamento na abertura e encerramento dos jogos, programada para o Maracanã. Assim, efetivamente o estádio permanece fechado para atividades de atletismo, sem perspectivas de ser reaberto antes de agosto de 2016⁴. Mas, arbitrariamente, o estádio foi reaberto em junho de 2015, para ser alugado para realização de eventos musicais e culturais⁵. Aliás, a dificuldade de acesso a informações confiáveis e a difusão de notícias desencontradas têm sido outra característica marcante da realização dos megaeventos no Rio de Janeiro, dificultando a elaboração de denúncias e criando um clima de insegurança e incerteza para aqueles diretamente atingidos.

No dia 24 de março de 2015, foi realizada a 7ª Corrida e Caminhada de Confraternização Pela Reconstrução do Estádio de Atletismo Célio de Barros, promovida pela Associação dos Atletas e Amigos do Célio de Barros – AACB, sob liderança dos atletas Coronel Adalberto de Souza Rabelo e Solange Chagas Do Valle. Presente no evento, o representante da Associação dos Paraquedistas Veteranos, Edimar Machado, frisou “a importância do estádio na vida dos cariocas e brasileiros”, clamando aos presentes para que “não deixem o governo fechar o Célio de Barros”.

Solange Chagas Do Valle, técnica de atletismo, com tristeza, sentenciou: “nós perdemos o único estádio de atletismo de alto rendimento e agora não temos local adequado para treinar. Sem espaço, os atletas estão sendo obrigados a treinar nas ruas e em campos de futebol, locais sem infraestrutura, que não possuem nem água. Existem algumas pistas na cidade, mas não estádios. O salto vertical, por exemplo, não tem como ser praticado nestes locais”. Frente ao grave impacto do fechamento do estádio para os atletas, Solange registra que eles estão desde então fazendo manifestações: “nossa luta é pela reconstrução e reabertura do Célio de Barros, o mais rápido possível”.

4 Cf. <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2014/10/20/reforma-do-celio-de-barros-e-adiada-e-pista-so-sera-reaberta-apos-rio-2016.htm>, acessado em março de 2015.

5 Cf. <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/07/08/rj-adia-projeto-esportivo-e-estadio-de-atletismo-vira-local-para-festas.htm>, acessado em julho de 2015

Fica evidente que o fechamento do estádio Célio de Barros está inclusive impactando a preparação dos atletas para a Olimpíada de 2016. Como especialista do atletismo, Solange Do Valle registra que “é grande o impacto na nossa modalidade”. Atletas de alto rendimento foram obrigados a deixar a cidade e ir para outros estados ou para o exterior para poder continuar seus treinamentos para a Olimpíada. Diante deste quadro, a Associação de Atletas e Amigos do Célio de Barros vem tentando dialogar com a Secretaria de Esporte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas os representantes do governo anunciaram que as obras de reconstrução do estádio só serão levadas adiante a partir de 2016, o que não responde à reivindicação dos atletas.

É por esta razão que o Coronel Rabelo, ex-presidente da Associação de Veteranos de Atletismo do Rio de Janeiro afirma que, “por enquanto, nós não temos nenhuma confiança neste legado, pelo menos por enquanto o legado está sendo tirado dos atletas, o atletismo está sendo pisado, massacrado”. O Coronel Rabelo considera uma “incoerência fechar um estádio de atletismo que era usado por crianças, jovens e pela terceira idade, além dos atletas”. Ele explica que a intenção das corridas promovidas pela Associação é exatamente mostrar para o governo “o clamor popular pela imediata reconstrução e abertura do estádio. Sem isso, não existe legado nenhum”. Além disso, a reivindicação é a de que a reconstrução do estádio seja realizada dentro dos padrões olímpicos e que os atletas participem do projeto e do monitoramento das obras. Indo mais longe na crítica, Daniel Gonçalves, professor de educação física e secretário geral da Associação de Amigos do Célio de Barros, argumenta que “o atletismo do Rio de Janeiro foi paralisado pela escolha da cidade para sediar a Olimpíada. A comunidade agora está órfã”. Por isso, na sua opinião, “o legado esportivo, até agora, não é nem zero, pois o legado é negativo”.

O fechamento do Célio de Barros não afeta apenas os atletas, mas todos os usuários do estádio. Como registra Edneida Freire, treinadora de atletismo que desenvolvia diversos projetos sociais no local, o Célio de Barros é um local privilegiado em razão da sua localização central e bem servida em termos de transportes, o que permitia o acesso de pessoas de diversas localidades da cidade. Como ela registra, “este equipamento esportivo favorecia a toda a população e não apenas aos atletas. O fechamento do Célio de Barros deixou sem espaço os diversos projetos socioeducativos que aqui eram desenvolvidos”. Com tristeza e decepção, ela indaga: “por onde andarão as crianças que antes estavam aqui?”

Edneida Freire é bastante crítica com a situação do atletismo no país, que, segundo ela, está “caótica”. A diferença é que o Rio de Janeiro é sede da Olimpíada e era referência no atletismo para o país, sendo uma cidade na qual se formaram diversos atletas reconhecidos internacionalmente. Segundo ela, “nós deveríamos ter um Célio de Barros modernizado, e fazer as competições de atletismo ocorrerem neste estádio”.

Do ponto de vista social, Edneida Freire destaca que o atletismo “é um esporte dos pobres, mas é um esporte rico, de guerreiros”. Com uma esperança no rosto, ela resgata que “muitas vezes você chega descalço, mas quando você coloca a sapatilha, você já é outra pessoa”. Mas com tristeza, ao olhar para os portões fechados do estádio, ela lembra que “o Célio de Barros era a primeira porta para muitos, talvez a última porta de esperança. Com o atletismo, a gente acredita que pode mudar vidas...”

O professor Daniel Gonçalves é exemplo desta mudança. Com decepção, ele relembra que o estádio faz parte da sua própria vida: “é deprimente, é lamentável, foi aqui que eu construí a minha família. Graças a esta pista, a esta modalidade, eu pude estudar, fazer uma universidade, ter consciência social, eles mataram sonhos...”

Como se pode perceber, “o Célio de Barros está para o atletismo assim como o Maracanã está para o futebol”, sentencia o Coronel Rabelo.

4.3. O Parque Aquático Júlio Delamare

O Parque Aquático Júlio Delamare foi inaugurado em 1978 e funcionava com centro de treinamento e competições aquáticas desde então. As piscinas também abrangiam aulas de natação e de hidroginástica para a população. Para adequar o Júlio Delamare a receber as competições dos Jogos Pan-Americanos, o parque aquático passou por uma reforma que custou R\$ 10 milhões. Durante o processo de concessão do Complexo Esportivo do Maracanã, o estado do Rio de Janeiro previa a demolição total do Júlio Delamare (assim como do Célio de Barros, da Escola Friedenrich e do prédio do antigo Museu do Índio) sobre o pretexto de que seria uma exigência da FIFA de escoamento do público dos jogos no Maracanã. Enquanto o futuro desse equipamento esportivo estava sendo determinado atrás das portas, ele se fechava ao uso público e um guindaste utilizado na reforma do Maracanã derrubou a plataforma de saltos ornamentais. Depois de muita polêmica, a resistência organizada pelo movimento “O Maraca é Nosso”, que incluía atletas, ex-atletas, torcedores, professores, alunos, usuários dos equipamentos esportivos e ativistas, acabou pressionando o poder público a preservar o espaço, tirando a visada demolição do contrato de concessão. O Júlio Delamare foi reaberto ao uso público em novembro de 2013 para ser fechado novamente em maio de 2014, com a justificativa da montagem das instalações provisórias da Federação Internacional de Futebol (FIFA), durante a Copa do Mundo. Apesar da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer informar, em nota, que o parque aquático seria reaberto após o fim da Copa do Mundo⁶, até o momento o Parque permanece fechado, sem previsão de reforma e reabertura.⁷

O Parque Aquático Júlio Delamare era o local de treinamento de aproximadamente 40 atletas de alto desempenho de esportes aquáticos no Rio, que não sabiam onde prosseguiriam seu treinamento após o fechamento do local, deixando também sem atividades cerca de nove mil alunos do projeto socioesportivo Rio 2016, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

Usuária dos projetos sociais do Júlio Delamare, Rosângela Passos lembra que aprendeu a nadar neste espaço: “eu comecei a nadar aos 35 anos e o meu filho também aprendeu a nadar aqui”. Indignada com o fechamento do local, ela decidiu formar uma Comissão para defender a reabertura do Júlio Delamare. Apesar da tentativa de diálogo com o governo estadual, ela registra que nunca tiveram uma resposta concreta: “a gente se sente triste, humilhada, o espaço permanece fechado, com o mato crescendo”.

Neste cenário, Rosângela Passos opina que, “por enquanto, não existe legado”. Como ela sintetiza, os atletas e usuários do espaço reivindicam a imediata reabertura do Júlio Delamare, a restauração dos equipamentos e instalações, a recontração dos funcionários e o retorno dos projetos sociais que foram transferidos para outras localidades”.

De forma direta, Rosângela declara o que todos os governantes já deveriam saber: “precisa tomar vergonha na cara e ver que o esporte é saúde, não apenas medalha, é inserção social, é um direito da população”.

6 Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/usuarios-protestam-contras-fechamento-do-parque-aquatico-julio-delamare>, acessado em abril de 2015

7 Cf. <http://oglobo.globo.com/esportes/parque-aquatico-julio-delamare-fechado-8000399>, acessado em abril de 2015.

4.4. O Parque Olímpico

Essa foi a quarta vez que o Brasil entrou na disputa para receber as Olimpíadas, sendo três vezes o Rio de Janeiro e uma, Brasília. Nas propostas anteriores, o Rio apresentou a área da Ilha do Fundão (2004) e a área portuária (2012) como centro da realização dos Jogos. Na proposta vencedora, o principal centro dos jogos será em uma área de 1,18 milhão de metros quadrados (equivalente à área do bairro do Leme), em Jacarepaguá, área de expansão da Barra da Tijuca, no Parque Olímpico.

O Parque Olímpico receberá 14 modalidades olímpicas e 9 paraolímpicas. Serão construídas instalações temporárias para a disputa de algumas competições como uma arena de handebol; um centro de esportes aquáticos; duas quadras secundárias de tênis e seis quadras de aquecimento de tênis. Dentre as instalações permanentes, estão um novo velódromo; uma quadra principal de tênis; sete quadras secundárias de tênis; um Centro Principal de Mídia (CPM); um Centro Internacional de Transmissão (IBC) e um hotel. O velódromo, construído na mesma área para os Jogos Pan-Americanos (2007), que, segundo o Prefeito Eduardo Paes seria utilizado também para as Olimpíadas, foi desmontado.

A nova instalação esportiva foi marcada por uma série de polêmicas desde a sua concepção. Primeiro, porque a Prefeitura escolheu construir no terreno que abrigava o único autódromo do município, o que desalojou os atletas da modalidade. O poder público prometeu à Confederação Brasileira de Automobilismo a construção de uma nova pista, promessa que ainda não saiu do papel.

Para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada, com prazo de vigência de 15 anos. A única proposta apresentada, portanto vencedora, foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvallho Hosken é também a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico (com histórico de grilagem), portanto, principal beneficiária da valorização imobiliária gerada pelas obras. O consórcio é responsável por implantar toda a infraestrutura do Parque Olímpico e manter a área por 15 anos; além de construir os três pavilhões que farão parte do futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Impressa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas (que também está sendo erguida na Barra da Tijuca).

No mês de abril de 2014, os operários contratados para a construção desse equipamento esportivo deflagraram uma greve, que durou duas semanas, contra o consórcio Rio Mais - que envolve as empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken - por melhores salários e benefícios. A greve foi violentamente reprimida antes de ambos lados chegarem a um acordo.

Destaca-se, a seguir, algumas das principais violações do direito à cidade e do direito ao esporte associadas à construção do Parque Olímpico.

Transferência de massivos recursos públicos para o setor privado. Apesar do discurso de que a PPP garante a realização das obras com recursos privados, todas as obras e serviços estão sendo custeados majoritariamente com recursos públicos. A Rio Mais recebe uma contraprestação mensal, totalizando R\$ 265 milhões, e outros R\$ 250 milhões pela conclusão das etapas. Recebe ainda terras públicas, vinculadas também à conclusão das etapas, no valor de R\$ 850 milhões.

A terra pública é subvalorizada na operação, garantindo às construtoras expressivos ganhos fundiários baseado nos investimentos públicos. O total estimado da operação é de R\$ 1,4 bilhões. O Governo Federal ainda entra com R\$ 182,7 milhões para a construção de arenas com recursos do PAC.

Ausência de Estudos de Impacto Ambiental. O Parque Olímpico está sendo realizado sem Estudo de Impacto Ambiental. As legislações federal e estadual, considerando o porte do empreendimento e a intervenção em Áreas de Preservação Permanente da Lagoa de Jacarepaguá, exigiram Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. O Plano Diretor do Rio de Janeiro exige Estudo de Impacto de Vizinhança, e o Decreto 30.379, assinado pelo Prefeito Eduardo Paes no primeiro dia de seu mandato, estabelece em seu artigo 15 que o município “deverá observar os requisitos exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional relacionados à estratégia ambiental e sustentável dos Jogos Rio 2016, bem como aplicar as normas, leis e protocolos internacionais vigentes, dos quais o Brasil seja signatário, relacionados à responsabilidade e à proteção ao meio ambiente”, condicionando a implantação das instalações dos Jogos Rio 2016 e atividades a ele vinculadas “à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e impacto ocupacional”. O referido estudo, se realizado, nunca veio a público e não cumpriu as exigências legais de realização de audiências públicas. O pedido de informação entregue em mãos ao secretário de Meio Ambiente Carlos Muniz, em agosto de 2013, não foi respondido, e um arquiteto da Empresa Olímpica Municipal afirmou não ter conhecimento de tal estudo.

Grande operação imobiliária e a privatização do espaço público. Após os jogos, 75% da área do Parque Olímpico será convertida em empreendimento residencial de alto padrão privado. As áreas públicas são adjacentes a essa área. A Vila dos Atletas, situada em terreno ao lado, também terá a infraestrutura implantada pela Rio Mais. A infraestrutura servirá também aos terrenos que a circunda, de propriedade da Carvalho Hosken, um dos quais destinado ao empreendimento Ilha Pura, em parceria com a Odebrecht. A legislação da região exige do incorporador privado o investimento em infraestrutura, mas, no caso, também entrou na conta do projeto olímpico. A área também foi beneficiada por mudança de legislação, aumentando o potencial construtivo e, portanto, os ganhos imobiliários.

Remoção ilegal da Vila Autódromo. Na primeira versão do edital de concessão, a Rio Mais seria responsável pela remoção ilegal da Vila Autódromo. A comunidade, com apoio do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública Estadual (NUTH), questionou na justiça, e a remoção saiu do texto do contrato de concessão. Porém, a Rio Mais obteve da Prefeitura licença para demolição das casas da comunidade. A demolição, também questionada na justiça, foi considerada ilegal e barrada por liminar. A procuradoria do município, em conjunto com o chefe da Defensoria Pública, em medida ilegal, passou por cima do trabalho do NUTH e derrubou a liminar que defendia os interesses dos moradores que têm direito a permanecer na comunidade. Os moradores que aceitaram a proposta da prefeitura para sair da comunidade poderiam fazê-lo sem gerar o impacto negativo aos que permanecessem. A prefeitura prometeu a urbanização da área remanescente da comunidade, mas começou as obras sem apresentar o projeto, o que em si é ilegal. As demolições das casas estão sendo realizadas em áreas não afetadas pelo projeto viário do Parque Olímpico. A prefeitura está utilizando o clima de insegurança, incerteza e o cenário de guerra gerado pelas demolições e corte das árvores da comunidade, para forçar a saída de todos.

4.5. A Marina da Glória

O Parque do Flamengo, patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, resultou do aterro de uma larga faixa conquistada ao mar, utilizando o material proveniente do desmonte parcial do morro de Santo Antônio. O trabalho foi iniciado no final dos anos 1950, tendo como referência o projeto de Affonso Eduardo Reidy. O Parque está situado numa das áreas mais impactantes da cidade, tanto do ponto de vista da paisagem natural quanto cultural, constituindo uma importante transição entre a Baía de Guanabara e a malha urbana consolidada. Estende-se desde os clubes náuticos do Calabouço, nas imediações do Aeroporto Santos Dumont, até o Morro da Viúva, e dali até o início da Praia de Botafogo, com aproximadamente 1,2 milhão de m².

A implantação do projeto de paisagismo do parque deu-se a partir dos anos 1960, configurando uma das mais importantes obras de Roberto Burle Marx. Tratava-se de uma concepção de parque urbano totalmente inovadora para a época, em que duas grandes vias expressas de ligação centro-sul foram compatibilizadas com a oferta de áreas de recreação, esportivas, culturais e de lazer contemplativo. A concepção original, mantida até hoje, não previa qualquer tipo de fechamento ou interrupção do continuum visual e funcional do parque, aberto à utilização de todos, em todos os seus ambientes e a qualquer hora do dia.

O tombamento do Parque do Flamengo ocorreu ainda na fase inicial de sua implantação, tendo sido solicitado desde 1964 com o objetivo de protegê-lo das pressões da especulação imobiliária ao qual estava sujeito. Na época de seu tombamento, Lota de Macedo Soares, uma das idealizadoras do projeto, assim escreveu ao diretor do SPHAN: “Pelo seu tombamento, o parque do Flamengo ficará protegido da ganância que suscita uma área de inestimável valor financeiro, e da extrema leviandade dos poderes públicos quando se tratar da complementação ou permanência dos planos. Uma obra, que tem como finalidade a proteção da paisagem, e um serviço social para o grande público obedecem a critérios ainda muito pouco compreendidos pelas administrações e pelos particulares”.

Com quadras de futebol, tênis, vôlei, basquete, ciclovias e pistas de aerodelismo e modelismo naval, o novo parque foi destinado às atividades esportivas, completamente aberto a atletas e usuários de toda a cidade. Todavia, desde os anos 1990 o Parque do Flamengo é ameaçado por projetos de “revitalização”, pensados a partir do espaço ocupado pela Marina da Glória, e que têm por concepção o desenvolvimento de espaços privados construídos para exploração comercial.

A Marina da Glória surge a partir de um contrato de cessão, sob o regime de aforamento, firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União e a Prefeitura do Rio de Janeiro em 1984. Construída em um terreno de pouco mais de 100 mil m² situado no Parque do Flamengo, sua área destina-se a acolher embarcações de esporte e recreio, prestando serviços aos usuários e à população em geral. Desde 1984, a área da Marina passou a ser responsabilidade do município.

Pouco mais de dez anos depois, a Prefeitura assinou em 1996 um contrato de concessão, válido por dez anos, com a Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia S.A. (EBTE), por meio do qual lhe transmitiu a gestão administrativa e o direito de explorar comercialmente suas instalações e serviços, além da responsabilidade de revitalização do Complexo da Marina. O projeto chegou a ser apresentado em 1998, mas vetado pelo IPHAN por prever uma expansão significativa da área física da Marina, com mudança drástica de uso. O projeto contava com um complexo náutico de lazer e turismo, com ampliação dos píeres e estacionamento para barcos,

shopping center, restaurantes, garagem subterrânea e estacionamento externo para veículos, além de um centro de convenções e um centro para feiras e exposições.

O grande projeto de revitalização não foi implementado, mas a EBTE não deixou de promover modificações. Por meio de uma liminar de 1999, a empresa destruiu o projeto original da cobertura do pavilhão Amaro Machado, que continha um mirante aberto ao público, jardins e chão de mosaicos desenhado por Burle Marx. Cimentando toda a cobertura, a EBTE instalou uma estrutura temporária para a colocação de uma grande tenda, que se mantém lá até hoje, elevando em quase duas vezes a altura do pavilhão original. Desde então, o espaço é explorado privadamente para a realização de eventos.

Com a escolha pela Marina da Glória para a realização das provas de vela dos Jogos Panamericanos de 2007, as investidas do setor privado se tornaram cada vez mais fortes. Junto aos organizadores dos Jogos, a EBTE negociou particularmente, sem qualquer escrutínio público, a prorrogação do contrato de concessão, que findaria em 2006, para mais 30 anos. Nas negociações também se ampliou a área cedida para exploração comercial da empresa concessionária, sob a justificativa da necessidade de espaço para as atividades operacionais durante os Jogos. Como contrapartida aos novos benefícios, alegavam os organizadores, as obras de adequação às competições, orçadas em R\$ 41 milhões, seriam assumidas pela EBTE. Mas o projeto então apresentado era uma verdadeira adaptação ao projeto de 1998⁸, com as mesmas irregularidades, o que levou o Ministério Público Federal (MPF) a solicitar ao IPHAN novo embargo das obras.

O conflito ganhou espaço na mídia, e os jornais condicionavam a realização dos Jogos à liberação das obras⁹. Mas a demanda dos empresários não encontrou respaldo em muitos setores da sociedade, os quais se mantinham contrários ao projeto mesmo com o risco anunciado de perder o direito de sediar o Pan 2007. Quando, em 2006, o evento-teste de vela foi realizado em um espaço alternativo, o Iate Clube do Rio de Janeiro, os argumentos em torno da necessidade das obras ficaram enfraquecidos. Pouco tempo depois, o Comitê Organizador desistiu de executar as obras, optando por instalações temporárias, deixando claro que o verdadeiro objetivo das obras era garantir a expansão comercial para a rentabilidade de um grupo privado.

A matéria da *Agência Estado*, de 29 de janeiro de 2007, informava: “Depois de brigar meses na Justiça para viabilizar a construção de uma garagem na Marina da Glória, local das provas de vela dos Jogos Pan-Americanos, o Comitê Organizador da competição (CO-RIO), além de recuar e aceitar erguer instalações provisórias, admitiu que o lugar não seria usado para guardar as embarcações”¹⁰. Na época, a procuradora do MPF, Gisele Porto, declarou: “Disseram que a garagem era imprescindível e confundiram o judiciário. O Pan foi uma justificativa para aprovar uma obra que não poderia ser aprovada”.

Dois anos após a realização dos Jogos Panamericanos, a empresa EBTE foi comprada pelo grupo EBX, de Eike Batista, que então passou a explorar a concessão da Marina da Glória. A intenção era, mais uma vez, realizar um projeto de revitalização na área da Marina e no Parque do Flamengo, que se interliga com a reforma de todo o Hotel Glória, também adquirido pelo empresário. A

8 O projeto de 2005 também previa um complexo turístico e atividades de cunho comercial. A maior novidade era uma garagem náutica com altura de 17m acima do nível do mar, sobre o espelho d'água da enseada da Glória, defronte aos clubes de remo do Calabuço.

9 Ver como exemplo: “Pressão de empresários por obras na Marina da Glória”, *O Globo*, 11 out. 2005.

10 Comitê adota obras provisórias na Marina da Glória, *Agência Estado*, 29 de janeiro de 2007.

primeira versão do projeto foi apresentada em 2012, e logo reprovada pelo IPHAN. Uma segunda versão foi então divulgada no ano seguinte, em abril de 2013.

O projeto “Rio Marina da Glória”, orçado em R\$ 200 milhões, previa a construção de um shopping center com 40 lojas e um centro de convenções no local, além de restaurantes, um prédio de 15 metros de altura, estacionamento para 2.500 veículos, e outras mudanças numa área de 200 mil m² – praticamente o dobro do tamanho original da Marina, avançando, portanto, sobre o Parque do Flamengo. A Prefeitura do Rio de Janeiro já vinha apoiando a ideia, mas a grande novidade foi o posicionamento do IPHAN, que, na contramão de suas decisões anteriores, aprovou o projeto, afirmando que “as alterações planejadas não interferem na paisagem cultural do Rio.”¹¹

Representantes de associações de moradores do entorno da Marina e do movimento S.O.S. Parque do Flamengo, arquitetos e usuários, rejeitaram o projeto, temendo novamente as mudanças no espaço público e patrimônio cultural tombado. Mas o projeto não iria adiante: em maio de 2013, a Justiça Federal do Rio desfez o contrato firmado entre a Prefeitura e a EBTE em 1996, anulando, em consequência, o contrato de concessão da Marina da Glória ao grupo EBX. O cancelamento da concessão fora determinado porque a EBTE não havia cumprido com as obrigações pactuadas no contrato¹². A crise econômica enfrentada pelo grupo de Eike Batista, acompanhada de denúncias e processos contra o empresário, também ajudou a congelar o projeto. Sua paralisação, no entanto, frustrou os interesses da Prefeitura em obter uma Marina da Glória revitalizada para as provas de vela dos Jogos Olímpicos de 2016. O governo municipal então deu seguimento às antigas pretensões de privatização, ainda que o próprio Comitê Organizador dos Jogos 2016 tenha reconhecido publicamente que a Marina da Glória “está apta a receber as competições de vela” da Olimpíada, precisando apenas de “algumas adaptações”.

Com o intuito de promover a transformação da área da Marina, Eduardo Paes criou a Comissão Especial da Marina da Glória por meio do decreto 37.354, de 02 de julho de 2013. De acordo com o decreto, a Comissão foi criada com o objetivo de definir parâmetros edilícios, paisagísticos, de uso e ocupação da Marina da Glória (art. 1º, incisos I e II); elaborar um termo de referência para a promoção de concurso público internacional de arquitetura para a Marina da Glória (art. 1º, inciso III); e promover audiências públicas para a realização de debates (art. 3º). A instituição da Comissão também veio a reboque do título, dado pela Unesco, de Patrimônio Cultural da Humanidade para o Rio de Janeiro em 2012, o que, segundo os responsáveis pela candidatura, culmina em uma nova visão e abordagem sobre os bens culturais inscritos, dentre eles, o Parque do Flamengo.

As recomendações da Comissão foram reunidas em um relatório final publicado no Diário Oficial do Município de 21 de março de 2014, produzido a partir de um ciclo de reuniões ocorridas entre

11 *Iphan autoriza construção de lojas e prédio na Marina da Glória, no Rio, G1, 23 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/02/iphan-autoriza-construcao-de-predio-e-lojas-na-marina-da-gloria-no-rio.html>*

12 *Para o juiz que julgou o caso, Vidgor Teitel, é “inadmissível a utilização do terreno para a instalação e exploração de atividades comerciais de natureza privada, dissociadas das atividades náuticas; que o referido instrumento contratual previa a reversão do imóvel ao patrimônio da União, caso o cessionário desse ao bem aforado destinação diversa da prevista ou não concluisse a obra no prazo estabelecido, e que a União Federal, através da Delegacia do Patrimônio no Estado do Rio de Janeiro, se omitiu quanto à decretação da nulidade da Marina Rio ao município réu”. Juiz cancela concessão da Marina da Glória a empresa comprada por Eike, G1, 28 maio 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/05/juiz-cancela-concessao-da-marina-da-gloria-empresa-comprada-por-eike.html>, acessado em junho de 2015*

outubro de 2013 e fevereiro de 2014. As reuniões contaram com a presença de representantes do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), da Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas (SECPAR) e do IPHAN, órgãos que compõem a Comissão. Mas, sem explicações, também participaram da reunião de 10 de outubro de 2013 Klaus Peters e Gabriela Lobato, respectivamente diretor e presidente da BR Marinas, única empresa a participar das atividades da Comissão. No relatório, IPHAN e IRPH ainda aconselhavam “prudência com a realização de concurso [público] por entender que os projetos a serem desenvolvidos, podem impactar de forma negativa a paisagem da Marina da Glória e do Parque do Flamengo” – uma recomendação sem fundamento, dado que qualquer projeto incoerente pode ser desclassificado.

Meses mais tarde, a BR Marinas comprou ilegalmente a concessão do grupo EBX em junho de 2014¹³, passando a encabeçar o novo megaprojeto de modernização da Marina da Glória sem que houvesse processo licitatório. O atual projeto de intervenção, orçado em R\$ 60 milhões, inclui a revitalização do espaço coberto para eventos, construído pela IBTE em 1999, que permanecerá coberto; um polo gastronômico que ocupará cerca de 2 mil m²; 24 lojas; estacionamento subterrâneo para 510 carros; e ampliação de vagas (secas e molhadas) para barcos, em área fora da concessão original.

Mesmo usufruindo de um canal de diálogo direto com a Comissão Especial da Marina da Glória, o projeto desrespeita as recomendações de seu relatório final: contra o limite máximo de 10 metros de altura para novas construções (o que consolida a altura atual das tendas sobre o pavilhão Amaro Machado) e de 10 mil m² de área construída, as obras previstas ocupam 12 mil m², com edificações que chegam a 14,7 metros. Além disso, a esplanada gramada de uso público, prevista pela Comissão, é apresentada no projeto da nova concessionária como esplanada de eventos, utilizada para a realização de eventos de grande porte, tais como os festivais de música eletrônica Marina Festival, Chemical Music 2014 e Rio Music Festival – grave desvio de finalidade da Marina e grande dor de cabeça para os vizinhos.

No projeto também estava previsto o corte de 300 árvores, que vêm sendo derrubadas desde dezembro do ano passado, quando tapumes foram colocados no local. Os responsáveis afirmam que a derrubada das árvores é necessária para a construção do estacionamento no subsolo e para abrir espaço de manobra para as máquinas. Dizem ainda que os cortes foram autorizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e que, como contrapartida, está previsto o replantio de mudas – não necessariamente dentro da Marina. Vale lembrar: qualquer alteração na cobertura vegetal do Parque do Flamengo, parte integrante essencial do tombamento, constitui um dano grave ao patrimônio.

Aprovado por órgãos da Prefeitura, o projeto de revitalização da Marina garantiu aos servidores da SECPAR bonificações pelo cumprimento da meta estratégica, sob o que se convencionou chamar administração de resultados¹⁴. A autorização do IPHAN para o atual conjunto de intervenções, por sua vez, é bastante controversa, constituindo-se apenas de uma breve carta, assinada pela presidente Jurema Machado, onde o projeto é aprovado sob a condição de obedecer um conjunto de recomendações. Dentre elas, “a elaboração de material descritivo, indicando as premissas do

¹³ A transação é ilegal porque, como o contrato de concessão havia sido extinto pela Justiça, uma nova concessão somente poderia ser realizada mediante licitação. Mesmo que o contrato de concessão não houvesse sido extinto, seu texto é muito claro ao dizer, no item 10, que o contrato é insuscetível de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

¹⁴ Como consta na Resolução SECPAR nº 3, de 02 de outubro de 2014, disponível no Diário Oficial do Município de mesma data.

projeto de paisagismo da área (manutenção e adição de espécies, adaptações no desenho, fluxos etc.)”; sem qualquer menção ao corte de árvores. O aceite da presidência também desrespeita o próprio regulamento interno do IPHAN, passando por cima da Superintendência Regional e de seu Conselho Consultivo, como também não está embasado em nenhuma análise técnica que avalie os impactos das obras ao meio ambiente e ao patrimônio. Sem a realização de qualquer audiência ou consulta pública, o projeto nunca veio a público.

Diante de todas as ilegalidades, a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAM-Rio) ajuizou uma ação civil pública contra o projeto. Os movimentos Aterro Vivo e Ocupa Marina – formados por moradores, usuários, ambientalistas e ativistas – também mobilizam campanhas de resistência às obras e promovem atividades culturais, como as rodas de conversa e piquenique, chamadas de Domingos Verdes, e intervenções artísticas, instalando também um acampamento no Parque do Flamengo para pressionar as autoridades a paralisar as obras. Além do embargo imediato, os movimentos exigem o cancelamento da concessão à BR Marinas e a realização de concurso público, com participação da sociedade civil tanto no edital como no júri, para a escolha de um projeto de revitalização com enfoque náutico, sustentável e acessível a todos.

Iniciadas sem autorização, as obras para os Jogos Pan-Americanos de 2007, quando embargadas pelo IPHAN em 2006, já haviam destruído a rampa de acesso ao mar do Calabouço, utilizada por donos de pequenas embarcações e atletas do remo para lançar os barcos nas águas da enseada da Glória. Seria ali, alegavam os organizadores dos Pan, o local da instalação da polêmica garagem de barcos. Mesmo depois do recuo do Comitê Organizador, a rampa não foi reconstruída.

Sob a administração do grupo EBX, a rampa foi readaptada para o escoamento do trânsito interno da Marina da Glória, ligando-se a uma pista que se inicia na área da própria Marina e chega até a Av. Almirante Silvío de Noronha, construída ilegalmente sobre as rochas que contornam toda a enseada – em grave desrespeito ao patrimônio tombado. Nem assim o acesso público de pessoas, barcos e clubes de remo foi retomado, já que a concessionária mantinha todos os acessos bloqueados por grades e portões. A Federação Estadual de Remo então apresentou ao IPHAN uma representação que descrevia tais violações em 2009, mas nada foi feito.

As denúncias de destruição de uma rampa pública e consequente fechamento do acesso ao mar no Calabouço, impedindo lançamento de barcos e realização de regatas, também chegaram ao MPF. Na época, a Federação de Remo tinha planos de voltar a promover regatas na Baía de Guanabara, utilizando os clubes de remo do Calabouço para iniciação desportiva e reconhecimento de talentos, tendo em vista a escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2010, peritos do MPF realizaram uma vistoria no local e constataram as restrições à livre circulação, impetrando uma ação civil pública que exigia a liberação dos acessos, com a abertura do cadeado do portão de acesso à rampa do Calabouço, além da retirada do portão de ferro situado nas proximidades do Monumento dos Pracinhos e das cercas que contornam todo o local. Insensível a tudo, a Marina da Glória recorreu da decisão. As grades chegaram até a serem retiradas em 28 de outubro de 2012 por um indignado grupo de remadores do Calabouço e usuários do Parque do Flamengo, mas recolocadas pela concessionária menos de 24 horas depois.

A atual concessionária, BR Marinas, também mantém os acessos à enseada da Glória fechados, e

se apoia na passividade do IPHAN e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para sustentar tal irregularidade. A intenção é expandir a área de Marina por toda beira-mar, o que já está evidente no projeto de revitalização da Marina da Glória, que pretende aumentar em 173% a oferta de vagas secas e molhadas para barcos, para além da área de concessão. E a Olimpíada é a cortina de fumaça que legitima a privatização e descaracterização de uma grande porção do Parque do Flamengo.

Como afirma Armando Fonseca, do movimento Ocupa Marina “o novo projeto da Marina expressa a apropriação do espaço público pelas elites”. Margareth Bravo, também do Movimento Ocupa Marina, reforça esta opinião e questiona: “como pode ser revitalização derrubar 300 árvores? Isso é um crime ambiental. Isso faz parte da farsa do sonho Olímpico, mas na verdade, é um pesadelo”. Na mesma direção, Antônio Guedes, membro da Associação dos Usuários da Marina da Glória, registra que “a Prefeitura está descaracterizando um patrimônio público, excluindo os cidadãos comuns desta área pública. Este projeto não foi apresentado publicamente, ninguém foi consultado, é um projeto totalmente imposto, é uma violação do direito à cidade. Este projeto é um absurdo”.

Os vultosos investimentos para transformar a Marina da Glória em um complexo de entretenimento não encontram par na falta de esforços para a despoluição da Baía de Guanabara. A princípio, o dossiê da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos de 2016 estipulava um programa de despoluição para tratar 80% de todo o esgoto despejado na Baía, mas o índice atual, a menos de um ano para as competições, não chega a 50%. Muitas vezes o poluidor é o próprio poder público: em julho deste ano, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro condenou o município e o estado do Rio de Janeiro, bem como o Instituto Estadual de Ambiente por danos ambientais causados às águas da Baía de Guanabara pela falta de funcionamento da ETE Carioca (Estação de Tratamento de Esgoto do Rio Carioca) no Parque do Flamengo.

Com isso, atletas amadores e profissionais não só da vela, mas também do remo, da canoagem, da canoa havaiana, do SUP e do windsurf são duplamente prejudicados. Por um lado, carecem de espaço para praticar seu esporte; por outro, expõem sua saúde a doenças como Hepatite A e doenças diarreicas. Foi o que ocorreu com o atleta sul-coreano, Wonwoo Cho, depois de participar em evento-teste de vela na Baía de Guanabara em agosto deste ano. Com desidratação, vômitos e tontura, precisou ser socorrido no hospital. A Federal Internacional de Vela estuda a possibilidade de as provas olímpicas serem disputadas em outro lugar, fora da Baía.

Enquanto isso, atletas e usuários brasileiros buscam formas de visibilizar, apesar da falta de apoio das autoridades públicas, a luta pela preservação ambiental da Baía de Guanabara e do caráter público da Marina da Glória e do Parque do Flamengo, incluindo o Calabouço. Em 2011, a Federação Estadual de Remo organizou uma regata para firmar o interesse de voltar a competir na Baía que contou com a participação de grandes clubes cariocas. No último 08 de agosto de 2015, ativistas, remadores, velejadores e pescadores ocuparam as águas da Baía em uma barqueata e lançaram a campanha Baía Viva. Entre as atletas presentes, estava Isabel Swan, medalhista olímpica nos Jogos de Pequim.

4.6. O Estádio de Remo da Lagoa: um estádio para “inglês” ver

O Estádio de Remo da Lagoa foi construído ainda nos anos 1950. Desenhado pelo arquiteto Benedicto de Barros, em linhas modernas e com espaços funcionais, o projeto previa inicialmente uma arquibancada capaz de acomodar 40 mil pessoas e, sob ela, a instalação de 14 garagens

para abrigar os clubes de remo. O espaço também contaria com um departamento médico, salas para musculação, dormitórios para os remadores e um restaurante popular, todos dispostos em um conjunto de dois blocos: o primeiro, com arquibancada em forma de leque, que ainda abrigaria a sede da Federação de Remo; e o segundo, com uma arquibancada retangular sob a qual ficariam as garagens.

Não foram poucos os entraves enfrentados para a sua concretização, desde a existência de entidades contrárias ao projeto à falta de destinação de verbas para a execução das obras, e o estádio jamais seria totalmente concluído conforme o projeto original. Das 14 garagens, por exemplo, somente oito foram construídas. Ainda assim, o espaço inaugurava as bases de um verdadeiro centro náutico para a prática do remo. Com esse intuito, toda a área do Estádio de Remo da Lagoa foi destinada por lei (Lei 905, de 16 de dezembro de 1957, ainda em vigor) à Federação Estadual de Remo para o desenvolvimento do esporte, determinando o uso exclusivamente esportivo para as suas instalações.

Mesmo com todas as dificuldades de gestão, o Estádio de Remo da Lagoa foi integrado à vida cotidiana carioca. As competições de remo realizadas levavam ao Estádio uma verdadeira multidão de apaixonados pelo esporte. A partir de 1978, já sob a administração da Superintendência dos Esportes do Rio de Janeiro (SUDERJ)¹⁵, ali foi implantado um projeto de escolinhas, o Programa de Iniciação Desportiva, que não só oferecia a prática educativa do esporte como propiciava a formação de base. O programa chegou a atender mais de 2.500 crianças de todo o entorno – incluindo as comunidades do Vidigal, do Pavão-Pavãozinho e da Rocinha –, em turnos que iam das 7h às 20h. Sem qualquer explicação, no entanto, o projeto foi suspenso em 1990.

Desativados os programas sociais e sem investimentos para a sua manutenção, o Estádio passou a sofrer um processo de abandono, e logo viriam as pressões, com o engajamento da imprensa, para a sua privatização. Nessa época, o poder executivo municipal também era favorável à transformação do Estádio de Remo da Lagoa, e, como o governo do estado havia cedido o imóvel ao município do Rio de Janeiro, a Prefeitura chegou a anunciar alguns projetos para ocupar o seu espaço em 1995. Em comum, as propostas tinham a ideia de converter o Estádio de Remo em centro de entretenimento¹⁶, mas, barrados por ações judiciais e problemas ambientais, não foram adiante.

Dois anos depois, o governo estadual entregaria, sem licitação, a administração do Estádio de Remo a uma empresa particular. Por meio de um Termo de Permissão de Uso acatado até hoje, o estado cedia, a título precário, o aproveitamento da área a uma empresa permissionária; o município, que então detinha originalmente a cessão do imóvel, assinava como “interviente”. Em contrapartida, a empresa permissionária comprometia-se com a promoção, expansão, desenvolvimento e fomento da prática do remo e de outras atividades desportivas, nos termos da cláusula segunda do contrato. Desse modo, desde 1997 o equipamento passou a ser explorado comercialmente pela Glen Entertainments Ltda, empresa particular que, apesar de desconhecida e com sócios majoritários do Uruguai, mantém relações estreitas com a família

¹⁵ Como nos anos 1950, a cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do país, o Estádio de Remo ainda era administrado pelo Distrito Federal. De 1960 a 1975, o espaço foi gerido pelo Estado da Guanabara, e, a partir de então, passou a ser de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorreu a fusão entre ambos os estados.

¹⁶ Em janeiro de 1995, a prefeitura anunciou a instalação no local de uma filial da churrascaria Plataforma e do Museu Tom Jobim, onde seriam exibidos objetos pessoais do artista. Meses depois outro projeto foi divulgado: o local seria um centro de lazer especializado na apresentação de shows de blues, num misto de boate e restaurante. Cf. O Globo, 7 abr. 2006, “Prefeitura autoriza centro de lazer na Lagoa”.

Marinho¹⁷, controladora das Organizações Globo. Até 2005, a Glen já havia tentado emplacar quatro projetos para o Estádio de Remo da Lagoa, quando então apresentou o “Lagoon”, um multiplex com sete salas de cinema, restaurantes, bares, casa de shows e 350 vagas internas para estacionamento. Segundo uma reportagem do jornal O Globo da época, o projeto foi revisto para abrigar apenas seis salas de projeção, em demonstração do compromisso da empresa com o esporte¹⁸.

O projeto, na verdade, impunha transformações radicais, e muitos foram os impasses com a Federação Estadual de Remo, grupos ambientalistas, associações de moradores da região, e mesmo com a Câmara Municipal, que, também em 2005, aprovou o tombamento dos três prédios edificadas do Estádio¹⁹ (Lei 4.149, de 10 de agosto de 2005). Apesar da oposição, a Secretaria Municipal de Urbanismo concedeu a licença para a construção do Lagoon em abril de 2006. Preocupada apenas com as obras de seu complexo comercial, a Glen teve participação mínima nas adequações do Estádio para as competições de remo dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e o governo do estado, por meio de um aditivo ao contrato original, assumiu um compromisso que custou R\$ 13,2 milhões aos cofres públicos.

A Federação Estadual continuou a contestar a reforma do Estádio de Remo, e entrou na Justiça para tentar interdita-la. Num dos processos, a entidade tentou impedir a desocupação de sua sede, imposta pela Glen ao longo das obras. O Ministério Público também moveu ações na Justiça contra a reforma, alegando que ela levaria à descaracterização do complexo, tombado pela lei 4.149/2005 – que posteriormente seria declarada “inconstitucional” pelo prefeito César Maia. As brigas judiciais postergaram o início das obras, que, todavia, foram executadas, permeadas, mais uma vez, por polêmicas e irregularidades.

Uma delas foi a implosão da arquibancada retangular do Estádio de Remo para a construção de uma nova estrutura, com cerca de 1,5 metro de altura a mais que a antiga – justificada por seus realizadores como uma exigência da Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa) para melhorar a visibilidade da raia. Mesmo na presença de um oficial de Justiça, que chegou ao Estádio de Remo com uma ordem judicial determinando a suspensão da sua implosão, a arquibancada foi demolida “na marra, a mando do Procurador Geral do Estado, sob o pretexto de que as dinamites, já instaladas, poderiam explodir a qualquer momento, apresentando risco para transeuntes e funcionários. Ninguém entendia o porquê da necessidade de demolir a arquibancada, alterando sua volumetria. Só depois entendemos: a arquibancada original foi substituída por uma mais alta para abrigar as salas de cinema do novo empreendimento comercial da empresa permissionária. Usaram dinheiro público para beneficiar uma empresa privada”, afirma Alessandro Zelesco, então presidente da Federação e representante do movimento S.O.S. Estádio de Remo. Além da nova estatura, as obras executadas para a nova arquibancada incluíram a construção de um terraço, hoje explorado para a realização de eventos. Devido ao terraço, a área atualmente reservada aos torcedores e espectadores é 2/3 menor que a original.

Outras benfeitorias foram suprimidas com a reforma do Estádio de Remo da Lagoa para o Pan de 2007. Durante as obras, um dos dois tanques de treinamento foi aterrado para dar lugar a

17 Paula Marinho de Azevedo, neta de Roberto Marinho, é fiadora da empresa, enquanto seu marido, Alexandre Chiappeta, detém 10% das ações da Glen.

18 Cf. *O Globo*, 7 abr. 2006, “Prefeitura autoriza centro de lazer na Lagoa”.

19 O terceiro prédio, em terreno contíguo à arquibancada retangular, foi realizado no governo de Chagas Freitas, nos anos 1970.

estacionamento de veículos. A área de premiação original também foi eliminada com a reforma, e nenhuma outra foi construída em seu lugar. O letreiro original, com os dizeres “Estádio de Remo”, foi retirado.

Com o tempo, a permissionária Glen ainda expandiu irregularmente sua ocupação sobre o Estádio de Remo, tomando áreas destinadas ao esporte. O segundo tanque de treinamento foi destruído em 2010 para nova ampliação do estacionamento, e o tanque então construído em substituição foi instalado em frente às garagens e à beira da Lagoa sem qualquer autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com circulação de água projetada de maneira inadequada. As sucessivas expansões do estacionamento, com veículos perfilados até as garagens dos clubes, passaram a impedir o livre acesso dos barcos e o treinamento dos atletas. A arquibancada principal, por sua vez, foi ocupada por aparelhos e exaustores industriais, como um telhado de *shopping center*²⁰. Já a falta de manutenção inabilitou o funcionamento de áreas como a rampa de concreto para lanchas, usadas para acompanhar treinamentos e competições de remo.

Quando, em 2009, o Rio de Janeiro foi anunciado cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a comunidade do remo carioca passou a nutrir a esperança de que as coisas fossem finalmente mudar, deixando para trás os desenganos do Pan. Um verdadeiro legado olímpico estava sendo anunciado, conforme indica o “Rio 2016 Lagoa Rowing Stadium – Sports Client Brief”, documento escrito pelo Comitê Rio 2016 diretamente na língua inglesa para o Comitê Olímpico Internacional (COI) e divulgado em outubro de 2011.

Segundo o documento, as obras de adequação do Estádio de Remo para a Olimpíada tinham o objetivo de transformá-lo em um complexo estado-da-arte para treinamento desportivo e pesquisa, com instalações para educação, formação de gestores e treinadores desportivos, pesquisa científica e identificação de talentos. Além de torná-lo referência para atletas de ponta, do Brasil e de outros países da América Latina, as intervenções ainda tinham o propósito de reabilitar o uso comunitário, fazendo do Estádio de Remo um ícone brasileiro capaz de “revelar a cidade por meio de sua arquitetura, e ser um instrumento de transformação para a juventude”.

Mas as metas não se desdobraram em ações e intervenções concretas, o que levou a novos embates com o poder público e as entidades organizadoras dos Jogos Olímpicos. Após tanto exigir pelo cumprimento dos compromissos estabelecidos, membros da Federação Estadual de Remo e outros apoiadores ouviram de representantes do governo estadual, durante uma reunião no Palácio Guanabara em 18 de novembro de 2014, que aquele documento simplesmente “não é para ser levado a sério”. E mais: por ter sido escrito diretamente em inglês, sem qualquer versão em português, o documento não pode ser utilizado legalmente para questionar o caráter das medidas até agora tomadas para adequar o Estádio de Remo às exigências olímpicas. Um verdadeiro documento “para inglês ver”.

Hoje, a menos de um ano para os Jogos Olímpicos de 2016, o plano de legado do Estádio de Remo foi reduzido ao mínimo necessário: uma nova torre de arbitragem; novos partidores; e uma raia albano – determinações da Federação Internacional de Remo. “A regata vai ser em frente ao Estádio de Remo, mas o Estádio de Remo em si não será usado. O que vai ser usado será

20 Veja a matéria “Reformado para o Pan, Estádio de Remo vira suporte para ar condicionado” de Vinicius Konshinski para o Uol Esporte. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2013/12/03/reformado-para-o-pan-estadio-de-remo-vira-suporte-para-ar-condicionado.htm>, acessado em abril de 2015

a área do C. R. Flamengo, e que não deveria ser usada, por uma questão técnica – é no final da raia, de frente para ela – e também porque vai desalojar mais um clube de remo do local”, explica Celso Oliveira, técnico de remo e benemérito da Federação de Remo.

Não só o espaço do C. R. Flamengo, mas dos outros clubes e também da Federação de Remo estão, mais uma vez, ameaçados: o governo estadual reivindica a área para a realização de obras necessárias à Olimpíada, sem garantir, no entanto, o retorno de todos após os Jogos. “De acordo com eles, o espaço pertence à firma permissionária. Ela é quem pode garantir que o espaço seja devolvido. Foi então reivindicado que a firma deveria solicitar a área garantindo o retorno, já que o contrato [de permissão de uso] exige a existência do remo. Nada foi feito, nada foi concluído. As conversas continuaram, e em nenhum momento foi feito um documento que nos garantisse o retorno. O interesse primordial é o seguinte: saiam! Não tem garantia de volta. E para quem ficará essa área aqui do remo? Fica a pergunta”, diz Oliveira.

Já o Centro de Treinamento de Remo, instalação obrigatória para receber atletas em campeonatos mundiais, deve ser deslocado para o Parque Olímpico, a 22 km do Estádio de Remo. “Centro de Treinamento de Remo na Lagoa? Nem pensar. Eles querem a mudança para a Barra da Tijuca. Deixamos os barcos aqui na Lagoa e fazemos os exercícios lá. Isso não faz sentido, porque aqui é o Centro de Remo – inclusive foi projetado para isso, para ser um centro náutico, e não só um estádio”, diz Zelesco. Com isso, é pouco provável que o Rio receba outros campeonatos mundiais para além do evento-teste ocorrido neste ano, com prejuízo também para os atletas brasileiros.

Enquanto o esporte é prejudicado, a Glen e seu empreendimento comercial parecem ter seus interesses assegurados. Mesmo com as rigorosas exigências de segurança do COI, o complexo de entretenimento deve permanecer aberto ao público durante as competições. É o que afirma uma nota de 1º de fevereiro de 2015 do jornal Extra, que classifica o Lagoon como uma das grandes dores de cabeça para os responsáveis pela segurança dos Jogos Rio 2016, já que a falta de controle nos acessos torna o espelho d’água “altamente vulnerável”. Para Zelesco, “a intenção é manter tudo como está. Passada a Olimpíada, o Estádio continua sendo cedido para o permissionário, e ele continua explorando esta área. O Remo permanece sem legado, como ficou sem legado no Pan. Não teremos novas garagens, não teremos novos usuários que queiram praticar o esporte”.

O projeto de arquibancada temporária flutuante também é visto com desagrado e desconfiança por atletas e usuários, os quais acreditam que ela esteja sendo planejada para não atrapalhar as atividades econômicas da Glen, aos custos do dinheiro público e do patrimônio ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas – o que também motivou o início de uma investigação pelo MPE-RJ. Inicialmente projetada por R\$ 30 milhões, a arquibancada já tem o orçamento previsto de R\$ 120 milhões, e sua capacidade foi reduzida de 10 mil para 4 mil pessoas. A obra ainda não está licenciada.

“O que eles vão construir de legado aqui, uma arquibancada para ser colocada na água e depois retirada? Não vejo nenhuma vantagem nisso. Eles poderiam fazer a mesma coisa aqui na margem, estendendo a arquibancada até o final, fazendo garagens por baixo. Isso facilmente supriria o número de lugares estipulado por eles”, afirma Oliveira. Para ele, o argumento de que a estrutura será construída para atender as exigências do COI não se sustenta: “Só houve uma Olimpíada com arquibancada dos dois lados. Por que o Brasil vai fazer assim agora? Quando foi feito nos Estados Unidos, havia necessidade. Aqui não. Estão fazendo da pior maneira possível”.

Os abusos e ilegalidades presentes no Estádio de Remo da Lagoa, que se amontoam desde os preparativos dos Jogos Pan-Americanos de 2007, já se desdobram em cinco ações judiciais ainda em trânsito contra o poder público e a empresa permissionária. Todas estão apensadas a uma ação inicial do MPE-RJ, de 2003, que questiona a ausência de licitação para a instituição do Termo de Permissão de Uso de 1997. Encaminhada para o Supremo Tribunal de Justiça após ter decisão favorável revogada em segunda instância, a ação aguarda julgamento há mais de 10 anos.

De modo geral, o poder público é omissivo: enquanto a Prefeitura não se manifesta e o Ministério dos Esportes afirma não poder interferir em uma competência estadual, o governo do estado, por meio da SUDERJ (eleita órgão fiscalizador do Termo de Permissão de Uso por meio do Decreto 45.247, de 08 de maio de 2015), entende que o contrato está sendo devidamente cumprido. Por sua vez, o Comitê Olímpico Local não se posiciona abertamente sobre o tema, mas aborda atletas com o intuito de abafar o caso.

Diante deste cenário, percebe-se que, em vez de recuperar o Estádio de Remo da Lagoa, o projeto olímpico agrava os abusos e as ilegalidades cometidas durante os preparativos para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Além de aprofundar o modelo de exploração econômica alavancado pelo Pan, que contou com a modificação de uso e a descaracterização do Estádio de Remo da Lagoa, o processo recente é marcado, mais uma vez, pela falta de transparência e de diálogo com a sociedade e as entidades esportivas, por manobras jurídicas e desrespeito à legislação existente – sempre sob a justificativa da urgência dos prazos e da relevância das intervenções. Assim, o que se observa-se no Estádio de conjunto de graves violações prática e à história do esporte, em prejuízo dos atletas e do público.

Em depoimento para o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Fabiana Beltrame, remadora brasileira, campeã mundial e medalhista de três edições dos Jogos Pan-Americanos, foi incisiva: “O Remo está cada vez mais perdendo a sua identidade: aqui antes era o Estádio de Remo, hoje é o Cinema do Lagoon. (...) É um esporte tão tradicional aqui do Rio – os clubes grandes de futebol começaram todos com o remo – e a gente, em vez de aumentar, está diminuindo. Mesmo com a vinda dos Jogos Olímpicos aqui para o Rio, a gente está perdendo a grande oportunidade de construir um legado para todos os esportes e para o meu esporte, que é o remo”.

4.7. O Campo de Golfe: Golfe pra Quem?

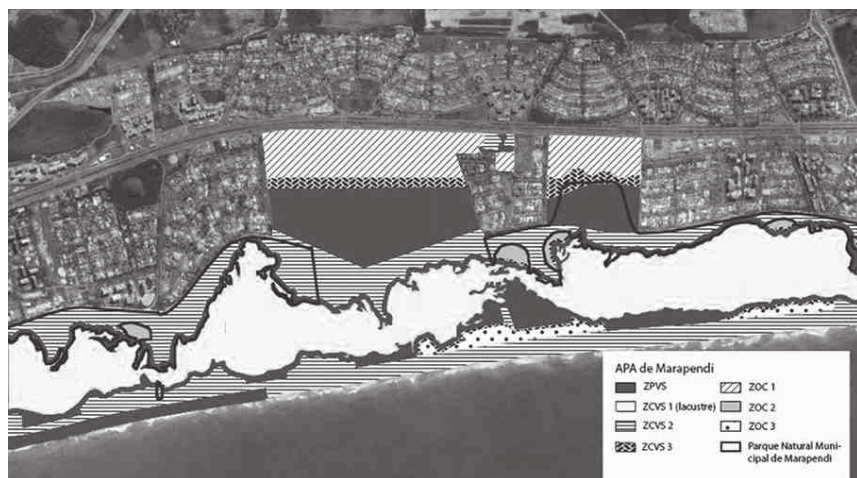
Há 112 anos fora das Olimpíadas, o golfe voltou a ser uma modalidade olímpica para o Rio-2016. Apesar de já contar com dois grandes campos de golfe, que recebem atualmente as competições internacionais no Brasil, o Gávea Golf Club e o Itanhangá Golf Club, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu construir mais um campo na cidade. A decisão se manteve mesmo após a presidência do Itanhangá Golf Club ter se pronunciado disponibilizando seu campo, também situado na Barra da Tijuca, e se dispondo a assumir os custos de adequação aos padrões olímpicos, por meio de parceria com uma empresa internacional.

O novo campo de golfe está situado em uma Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), no âmbito da Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, que compreende as áreas de Preservação Permanente da Lagoa de Marapendi e seus entornos e a área de Preservação Permanente do Parque Zoológico de Marapendi. Instituída pelo decreto 10.368 de 15 de agosto de 1991 – e ratificada pelo Plano Diretor de 1992 –, a APA de Marapendi está situada ao longo

da Baixada de Jacarepaguá até a Lagoa e o Canal de Marapendi, e é formada por ecossistemas associados de mangue, praia, restinga, duna e laguna, que abrigam exemplares raros ou endêmicos da fauna e da flora, dos quais alguns se encontram ameaçados de extinção – caso do jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latiros tris*) e da borboleta-da-praia (*Parides ascanius*). Importante remanescente de Mata Atlântica, a APA de Marapendi é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal.

A APA de Marapendi foi regulamentada pelo decreto 11.990 de 24 de março de 1993, que estabeleceu seu zoneamento e suas normas de ocupação do solo. A área foi assim dividida em zonas: a Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS); as Zonas de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) 1, 2 e 3; e as Zonas de Ocupação Controlada (ZOC) 1, 2 e 3 (Figura 1). Em 1995, a APA chegou a ser ampliada com áreas doadas ao município do Rio de Janeiro, quando o Parque Zoobotânico de Marapendi passou a se chamar Parque Municipal Ecológico de Marapendi²¹.

Figura 1. O zoneamento original da APA de Marapendi.



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/1763035/>

Em âmbito federal, a APA de Marapendi passou a compor na década seguinte o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), implementado pela Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000. O artigo 15, § 1º, assim conceitua as APAs: “A área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

No mesmo artigo 15, § 5º, ficou estabelecido ainda que a “APA disporá de um Conselho, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente”. Para o decreto federal 4.340, de 22 de agosto 2002, que regulamenta a Lei 9.985/2000, tal Conselho tem, dentre

21 Em 2005, o nome do Parque foi novamente modificado, passando a ser denominado Parque Natural Municipal de Marapendi.

suas atribuições: acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo seu caráter participativo (artigo 20, inciso II); e manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos (artigo 20, inciso VIII).

Mas os avanços na legislação federal não foram acompanhados por esforços municipais capazes de efetivar a APA de Marapendi. Nos anos seguintes não houve qualquer proposta de gestão integrada para a área, assim como o Plano de Manejo – documento técnico que baliza a implantação, manutenção e uso da unidade de conservação – não foi produzido. Mais ainda: para além da ausência de ambos, o que dificultou imensamente a coordenação de ações específicas de proteção ambiental local, observou-se a flexibilização, já na gestão César Maia, dos parâmetros de uso e ocupação do solo definidos previamente.

Frente de expansão imobiliária, a Barra da Tijuca ocupa desde 2004 a liderança do ranking dos lançamentos residenciais de luxo, e, em 2006, 85% dos empreendimentos imobiliários de todo o município tiveram endereço na região; dentre eles, o condomínio Reserva Uno, desenvolvido pelas empresas Parlon e RJZ/Cyrela. Em 2008, essas mesmas empresas obtiveram uma licença municipal prévia – ou seja, apenas o início de um processo de licenciamento – para construir um campo de golfe que atendesse ao condomínio de luxo em um terreno contíguo, pertencente ao Sr. Pasquale Mauro, e localizado na ZPVS, onde nada pode ser construído. Tal licença prévia, apesar do parecer contrário da Procuradoria Geral do Município (PGM), foi concedida por despacho do então prefeito César Maia. O projeto, no entanto, nunca foi executado, muito provavelmente dadas as dificuldades de adequar o campo de golfe à legislação ambiental vigente. Como resultado, a licença caducou em julho de 2009.

Poucos meses depois, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida oficialmente como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, em outubro de 2009. Uma semana depois, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou o retorno do golfe às competições, o que significou, de acordo com a Prefeitura, a adaptação do projeto olímpico. Em maio de 2011, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Comitê Rio 2016) e a Federação Internacional de Golfe (IGF) realizaram visitas técnicas, considerando tanto os campos existentes como os terrenos que cumprissem as condições de torneio exigidas pela IGF. O estudo final apontou para o terreno do Reserva Uno como melhor local para a instalação do campo de golfe olímpico.

Segundo argumentos da IGF, o Itanhangá Golf Club mostrou-se uma opção inviável do ponto de vista operacional, pois sua infraestrutura não seria satisfatória, sem extensão suficiente ou sistema de drenagem apropriado. A estrutura jurídica do clube também seria um desafio: como a instalação de qualquer competição de golfe deve ser submetida a uma Assembleia Geral dos sócios proprietários, questões como paralisação para as obras, fechamento do campo para eventos-teste e realização das competições poderiam sofrer atrasos. Além disso, por ser um clube privado e não possibilitar acesso público após os Jogos, a instalação não seria um legado para a população do Rio de Janeiro, e seus custos seriam quase tão elevados quanto a construção de um novo campo de golfe. Em contrapartida, o Reserva Uno supostamente apresentava licenças já existentes e oportunidade para legado ambiental:

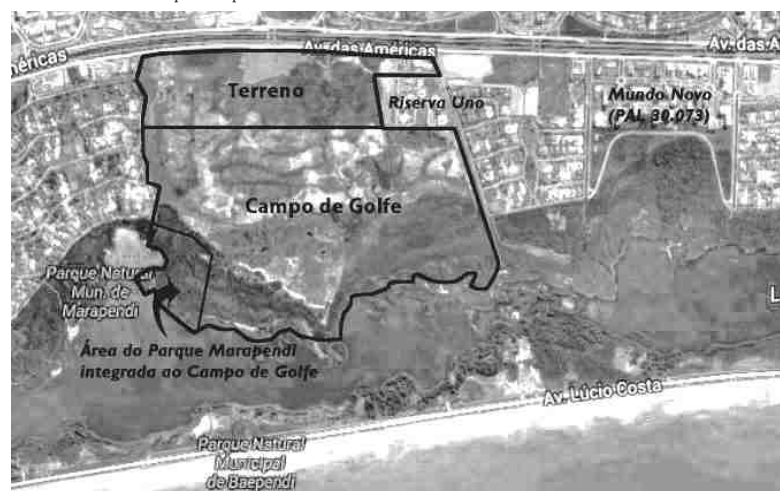
Antes da obra, o panorama da propriedade Reserva era de degradação ambiental, com agravamento do quadro com o tempo, o que gerava um contraste com o cenário natural em que se inseria o sistema de lagos circundante. O terreno onde está sendo construído o campo

de golfe havia sido deteriorado por extração de areia e utilização como depósito de pré-moldados de concreto para a construção de CIEPs, a cargo de firmas privadas de engenharia (...). Com o projeto do campo de golfe, quase 70% da área (até então, praticamente sem cobertura vegetal) receberá vegetação nativa.²²

Assim, em 2012, o Prefeito Eduardo Paes enviou à Câmara o Projeto de Lei 113, o qual, dentre outras atribuições, autorizava a construção do Campo de Golfe Olímpico, em área cuja delimitação inclui parte do Parque Natural Municipal de Marapendi, estendendo-se até a beira da lagoa. O projeto de lei veio a ser aprovado no último dia de exercício legislativo do ano de 2012 – um ano eleitoral em que cerca de 40% da Câmara Municipal não foi reeleita –, dando origem à Lei Complementar 125, de 14 de janeiro de 2013. Detalhe: o concurso internacional para o projeto do Campo de Golfe, realizado em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), já havia sido lançado meses antes, em 20 de julho de 2012, e seu edital já indicava a APA de Marapendi como local do empreendimento.

A instalação olímpica do Campo de Golfe, executada pela empresa Fiori Empreendimentos Imobiliários, chega a 1.157.000 m² (entre os 970.000 m² destinados ao campo de golfe propriamente dito e o restante reservado para a área operativa), o equivalente a 100 campos de futebol. Do total desta área, 58.000 m² eram considerados intocáveis em razão de estarem situados na Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS) do Parque Natural Municipal de Marapendi. O projeto de lei aprovado faz uma verdadeira operação urbana beneficiando os grandes proprietários imobiliários da região. A área de proteção ambiental é trocada por outra, situada na Praia da Reserva, que é incorporada à APA, e o potencial construtivo anteriormente existente na Praia da Reserva é transferido para outros terrenos na Barra e no Recreio. E após as competições, o terreno remanescente, localizado na antiga zona de conservação (ZOC-1), receberá condomínios fechados de luxo, tais como o Reserva Golf, desenvolvido pela incorporadora Cyrela e com conclusão prevista para 2018 (Figura 2).

Figura 2. O campo de golfe, o terreno reservado às atividades operacionais das competições olímpicas, e a área desafetada do Parque Marapendi.



22 PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Explicando o golfe olímpico. 2015, p. 24. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwMjq4G-w-9eRvVcNTc4RHFudjA/view> Acesso em 13 ago. 2015.

As torres residenciais foram possibilitadas por mais uma medida de flexibilização das normas de ocupação do solo²³: o decreto 36.795, aprovado em 20 de fevereiro de 2013, por meio do qual o prefeito aumentou a área total edificável do terreno.

Para além da flexibilização da ocupação do solo do terreno remanescente, com vistas a favorecer os interesses do mercado imobiliário, o processo de implantação do campo de golfe é repleto de irregularidades. Em primeiro lugar, a escolha da APA de Marapendi não foi acompanhada de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) – se ele foi realizado, nunca veio a público. Além disso, ao incluir parte do Parque Natural Municipal de Marapendi na área destinada ao campo de golfe, levando-o até a beira da lagoa, a LC 125/2013 rebaixou a proteção de áreas de proteção permanente, o que está em desrespeito à legislação em suas três esferas: o Código Florestal, em nível federal; a Constituição do Estado do Rio de Janeiro; e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Finalmente, ao contrário do que afirma a Prefeitura, o projeto do atual campo de golfe não dispunha de qualquer licenciamento anterior ao anúncio do Rio de Janeiro como sede olímpica. Aquela licença prévia dada ao proprietário do terreno, Sr. Pasquale Mauro, em benefício das empresas Parcon e RJZ/Cyrela, referia-se a um campo de golfe de menores proporções para uso particular do Reserva Uno. Com o seu prazo legal vencido, jamais poderia ter sido utilizada em benefício de uma terceira empresa, a Fiori Empreendimentos Imobiliários, para execução de um projeto diferente, favorecendo interesses privados vinculados ao mercado imobiliário na Barra da Tijuca.

As violações observadas – irregularidades no licenciamento, incompatibilidade do projeto com o zoneamento da APA de Marapendi, e a ilegalidade da lei complementar – não só geraram grande insatisfação popular, como levaram à intervenção do Ministério Público Estadual. Em agosto de 2013, o movimento “Golfe pra Quem?” fez uma denúncia, por meio de representação ao Ministério Público, que então enviou ofício de recomendação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cultura (SMAC) e à Fiori Empreendimentos, já em 30 de maio de 2014. Sem resposta, o Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública em agosto de 2014, na qual requeria a anulação da licença ambiental concedida para a construção do campo de golfe.

No relatório apresentado pelo Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público (GAEMA), o cenário de degradação – apresentado pelo Comitê Rio 2016 e pela IGF, e acatado pela Prefeitura – foi rebatido tanto por laudos de biólogos do Ministério Público como por pareceres do corpo técnico da SMAC, os quais comprovaram que 60% da área estava, na verdade, preservada, enquanto o restante estava em fase de recuperação. Provas técnicas também apontaram para a perda de habitat da fauna e supressão de vegetação nativa remanescente com as obras, além da poluição de águas subterrâneas devido ao uso de agrotóxicos para a

23 A tentativa de flexibilização já estava presente no PL 113/2012, que deu origem à LC 125/2013, mas grande parte de seus dispositivos foi vetada. No texto original, previa-se um Índice de Aproveitamento do Terreno - IAT de 1,85 para todo o terreno do golfe, a isenção de afastamento entre edificações com gabarito de até 22 pavimentos e taxa de ocupação de 40%, contra os 30% previstos pelo decreto 11.990/1993. A remissão e isenção de tributos também estava prevista. Em contrariedade ao decreto 11.990/1993, que determina o Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT) de 1,3 para a ocupação com prédios de 22 pavimentos, o decreto 36.795/2013 possibilita a utilização de IAT equivalente a 1,7278 para um conjunto de 22 torres, cada uma com 22 pavimentos – uma flexibilização permitida a partir da introdução de um instrumento denominado Readequação de Potencial Construtivo no Plano Diretor de 2011 (Lei Complementar 111, de 2 de fevereiro de 2011, artigo 103). Na prática, isso significa um acréscimo de 148.545,76 m² de área construída, o que provoca maior adensamento e impõe maior pressão sobre a APA de Marapendi. O Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT) é uma razão. Multiplicado pela área total do terreno, define a área total edificável. Esta área, por sua vez, corresponde à soma de todas as áreas de todos os pavimentos construídos.

preservação da grama do campo de golfe.

Jean Carlos Novaes, advogado e colaborador do movimento Golfe pra Quem?, explica que a informação de que na área funcionava uma cimenteira ou depósito de areia está incorreta. Havia, sim, a extração irregular de areia das dunas realizada por Pasquale Mauro, uma atividade que teve licença revogada em junho de 1995. Com a revogação, Pasquale Mauro foi obrigado a cumprir um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em até 30 dias - o que não foi devidamente cumprido, e vem sendo cobrado pelo Ministério Público desde 1997. "A lei diz que o causador de danos ambientais é obrigado a recuperar o meio ambiente, e, no caso do campo de golfe, nós temos um causador do dano ambiental que, ao invés de ser obrigado a recuperar o meio ambiente, é presenteado com a escolha do seu terreno para a construção de um campo de golfe".

O movimento Golfe pra Quem?, através de uma representação, denunciou esses absurdos ao Ministério Público Estadual - MPE em agosto de 2013. Foi emitido pelo Grupo de Apoio Técnico (GATE) um parecer contrário ao campo, no qual afirma-se: "... diante do exposto ao longo deste parecer, conclui-se pela incompatibilidade entre o Campo de Golfe Olímpico e os aspectos ambientais da área de implantação". O Grupo de Ação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), então, através dos promotores José Alexandre M. Mota, Marcus Leal e Sandro Machado, enviou em 30 de maio de 2014, ofício de recomendação à Secretaria do Meio Ambiente (SMAC) e à responsável pelo empreendimento, Fiore Emp. Imobiliários, questionando a emissão da licença ambiental sem o respectivo EIA-RIMA, e irregularidades ambientais na implantação do campo por parte da construtora, como a supressão de diversas espécies de Restinga, algumas ameaçadas de extinção. A SMAC e a Fiore teriam dez dias para responder, e enquanto isso não fosse feito, as obras estariam embargadas. No entanto, apesar da ação do Ministério Público, as obras seguem seu ritmo normal.



BOX 4

OS PESCADORES DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS

Além dos atletas do Remo, os pescadores da Colônia Z13, localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, também estão sofrendo os impactos das intervenções provisórias para esportes náuticos, promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no processo de preparação dos Jogos Olímpicos. Localizados em pequeno píer na orla da Lagoa, com uma visão privilegiada para a raia de remo que será utilizada durante a Olimpíada, o grupo de 30 pescadores está ameaçado de remoção do local por causa da competição. Os pescadores, presentes na Lagoa desde o início do século XX, estão inseguros em relação ao seu futuro, como explica o presidente da Colônia Z13, Pedro Marins. Segundo ele, "os pescadores exigem o compromisso da prefeitura de que a comunidade de pescadores seja mantida no local", mas, até o momento, "não há nenhum posicionamento por parte das autoridades públicas, nem do Comitê Olímpico Brasileiro - COB, nem do Ministério dos Esportes, nem da Prefeitura Municipal". A Colônia dos Pescadores reivindica um termo de compromisso de que eles poderão permanecer no local, ou, no mínimo, que eles poderão retornar ao mesmo após os jogos. Pedro Marins é enfático: "se eles derrubarem nossas instalações, eles têm que ter o compromisso de reconstruí-las depois". Além disso, ele está preocupado porque não percebe nenhum investimento na despoluição da Lagoa, o que afeta a atividade dos pescadores no local. Até maio de 2015, há pouco mais de um ano para a realização da Olimpíada, o Comitê Rio 2016, responsável pela organização do evento, confirmava que a colônia de pescadores será retirada em decorrência do evento, mas permanecia sem saber o futuro dos pescadores. Neste caso, como nos demais destacados neste dossiê, observa-se a falta de informação e de diálogo do poder público, gerando insegurança e desrespeito aos direitos das pessoas que moram e trabalham na cidade do Rio de Janeiro.



BOX 5 OS JOGOS OLÍMPICOS E O “NÃO LEGADO” DO PAN 2007

A euforia pela conquista do direito de sediar um megaevento esportivo, em 2002, fez muito carioca sonhar com a transformação de sua cidade. Os Jogos Pan-Americanos de 2007 representariam um divisor de águas, um marco para a transformação da cidade-problema, cidade-violenta, em cidade-atrativa, cidade-espetáculo; seria um retorno ao seu adjetivo mais conhecido pelo mundo afora: cidade-maravilhosa.

O ambicioso legado prometido foi repleto de “encantos mil”, ia além de instalações esportivas e melhorias no espaço urbano, incluía também a redução das desigualdades sociais, tudo isso somado, é claro, ao estímulo à prática de atividades esportivas. Na época, predominava o senso comum de que sediar um megaevento esportivo ofereceria diversas vantagens à cidade acolhedora, sobretudo na atividade econômica, tais como: melhorias na infraestrutura urbana, no transporte principalmente; e aquecimento da economia provocado pelo aumento do fluxo de turistas e pelas oportunidades apresentadas aos setores da construção civil, das telecomunicações e do entretenimento. Sobre os efeitos sociais, acreditava-se que os investimentos na infraestrutura se transformariam em benfeitorias de uso comum. Os Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados na cidade do Rio de Janeiro, foram os mais caros¹ de toda a história da competição, inclusive comparando com o posterior, realizado em 2011 na cidade de Guadalajara (México).

Sem entrar no mérito dos impactos econômicos e sociais, qual foi o legado esportivo deixado pelo Pan 2007?

Somente em 2013, três equipamentos construídos para abrigar este evento deixaram de estar acessíveis aos atletas e à população. Foram fechados o Parque Aquático Maria Lenk e o Estádio Olímpico João Havelange, e o Velódromo Municipal foi destruído.

O Parque Aquático Maria Lenk foi construído com recursos públicos em 2007, ao custo de R\$ 85 milhões, para abrigar as competições de esportes aquáticos do Pan 2007. Contudo, o que serviu para os Jogos Pan-Americanos, não servirá para os Jogos Olímpicos, que têm como prerrogativa do Comitê Olímpico Internacional uma instalação que abrigue cerca de 15 mil espectadores e que possua cobertura. Assim, o Maria Lenk somente será palco das competições de polo aquático, enquanto está em construção no parque olímpico um novo centro de natação, além de uma piscina temporária no Forte de Copacabana para abrigar as provas de saltos ornamentais. Também vale destacar que o Parque Aquático deverá permanecer fechado para obras até 2015, diminuindo ainda mais os espaços de treinamento para atletas dos desportos aquáticos.

¹ Embora os dados não sejam conclusivos, estima-se em R\$ 3,5 bilhões os gastos com o Pan do Rio, enquanto o valor de Guadalajara não chega a R\$ 2,5 bilhões.

O Estádio Olímpico João Havelange, depois rebatizado de Estádio Nilton Santos, mas popularmente conhecido como Engenhão, foi construído a um custo de R\$ 380 milhões para receber as competições de atletismo e, posteriormente, concessionado para uso como estádio de futebol pelo Botafogo F.R.. O Engenhão foi a principal referência de jogos de futebol na cidade no período de interdição do Maracanã e ainda recebeu alguns shows de artistas internacionais como Paul McCartney, Justin Bieber e Roger Waters. Em março de 2013, o estádio foi interdito por conta do laudo de auditoria de uma empresa alemã, contratada pelo consórcio que finalizou a construção do estádio (formado pelas empresas Odebrecht e OAS,), que apontou problemas na cobertura do estádio que colocariam o público em risco em caso de ventos e chuvas fortes. Por isso, o Botafogo passou a utilizar apenas a estrutura de vestiários, sala de musculação e o campo anexo para a realização dos treinos. Com isso, o torcedor carioca viu diversos jogos do seu time serem transferidos para outras cidades do estado e do país, por conta da ausência de um estádio adequado na cidade. Após as reformas exigidas pelo laudo técnico, o Engenhão foi reaberto em fevereiro de 2015. No entanto, uma nova reforma será necessária, desta vez para adequar o estádio às normas olímpicas, e corre o risco de ser novamente fechado no início de 2016². Mais um caso de um falso legado.

O caso do Velódromo Municipal chama a atenção pela lógica da produção destrutiva de equipamentos esportivos, pois, erguido para sediar as provas de ciclismo de pista e de patinação, o custo para se adequar às exigências da competição olímpica seria semelhante ao de construir uma instalação nova (cerca de R\$ 130 milhões). Os organizadores apresentaram três fatores para justificar a decisão de reconstruir a instalação, tendo em vista o seu uso nos Jogos Olímpicos: as duas colunas de sustentação que impediam a perfeita visualização da pista; a capacidade de público - 1.500, em vez dos 5.000 exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI); e a inclinação da pista, que deveria mudar para proporcionar mais velocidade para as bicicletas.

Vale lembrar que o Velódromo também abrigava o Centro de Treinamento da Ginástica Artística da seleção brasileira e que esse esporte, tão famoso nas transmissões olímpicas, também recebeu outro duro golpe, após o incêndio do ginásio do Flamengo, o que diminuiu ainda mais os espaços para receber os atletas dessa modalidade.

² Cf. http://espn.uol.com.br/noticia/515242_com-obras-olimpicas-no-engenhao-botafogo-pensa-em-jogar-no-caio-martins-em-2016, acessado em junho de 2016.



5. Meio Ambiente: as contradições do discurso ambiental olímpico

A questão ambiental diz respeito à própria reprodução da nossa espécie e atravessa todas as questões relativas à reprodução social. A temática ambiental tem estado cada vez mais presente nas discussões globais, ganhando continuamente um maior destaque em diversas frentes. Em um contexto de crise ambiental global, onde vemos fenômenos meteorológicos extremos, com ondas de calor violentas e uma situação de crise hídrica em diversas regiões do planeta, consolida-se a urgência de se compreender tal problemática de uma forma mais integrada e sistêmica, perpassando por todas as dimensões da sociedade. Isso implica na necessidade de se incluir a componente ambiental dentro do planejamento e da governança das cidades. Dessa forma, o pensamento ambiental deixa de estar presente só na esfera acadêmica e passa a configurar um novo campo econômico a ser disputado.

No contexto dos megaeventos a situação não é diferente. Com o entendimento dos impactos ambientais decorrentes de quase todas as ações antrópicas, passa a ser necessário se repensar as estruturas de funcionamento dos megaeventos, visando atender as demandas de sustentabilidade ambiental por parte da sociedade.

Nas últimas edições da Copa do Mundo da FIFA, observa-se a construção de uma retórica em torno da sustentabilidade na realização deste megaevento. A candidatura brasileira à Copa do Mundo de 2014 abarcou uma série de compromissos sustentáveis, com a promessa de uma “Copa Verde”, desenvolvida tanto pela FIFA como pelo governo brasileiro, utilizando de forma muito contundente o discurso ambiental. O governo brasileiro assumiu o desafio de implantar uma série de medidas capazes de amplificar a agenda de sustentabilidade, superando as iniciativas dos governos alemão e sul-africano das edições anteriores.

No contexto de preparação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, assiste-se a manutenção e a consolidação desta retórica em torno da sustentabilidade ambiental. Desde a candidatura da cidade como sede para os jogos de 2016, a questão ambiental é propagandeada como parte importante do legado a ser construído.

A cidade do Rio de Janeiro já procura adotar o discurso de “cidade verde” no cenário internacional. De fato, a cidade figura hoje como uma das principais dentro do grupo C40, que reúne as 40 cidades com maior potencial de atuação frente às mudanças climáticas. O discurso ambiental também se faz presente acoplado ao plano diretor da cidade, instituído pela Lei Complementar

nº. 111 de 1º de fevereiro de 2011, denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

Mas por trás de toda essa máscara de sustentabilidade usada pelos gestores da cidade às vésperas de mais um megaevento esportivo, percebe-se um legado de violações socioambientais. As iniciativas propostas e adotadas dinamizam novos nichos de mercado que promovem a preservação ambiental através do que conhecemos atualmente como “economia verde”, ou “marketing verde”, tão alardeada pelas diferentes esferas da gestão pública, juntamente com as parcerias da iniciativa privada, promovendo a mercantilização da cidade por meio da mercantilização do seu meio ambiente. Isso é algo importante para a compreensão da disputa política em torno do discurso ambiental, que, por vezes, acaba legitimando projetos e ações significativamente controversos. Com efeito, esta apropriação do discurso ambiental no projeto olímpico mostra-se uma estratégia de marketing atrelada à promoção da cidade no âmbito internacional e do megaevento em si, não contribuindo para a promoção de um legado socioambiental efetivo, para todos e todas que vivem na cidade.

As violações ambientais do projeto Olímpico

Um dos pontos do plano do legado olímpico que foi muito propagandeado pelo governo é o referente à despoluição da Baía de Guanabara, esperada há décadas pela população. Mesmo com um histórico de investimentos em torno do tema e da elaboração do Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), pouco se foi feito e hoje a situação da baía segue preocupante. A meta da prefeitura era a de se atingir 80% de despoluição da baía até 2016. Hoje, a um ano dos jogos, os próprios governantes admitem que a meta não será cumprida e a Prefeitura trabalha com uma meta em torno dos 40% de despoluição.

A Baía de Guanabara tem passado por um processo onde se transformou em um grande canteiro de empreendimentos e enfrenta ainda problemas decorrentes do despejo de esgoto e lixo, da crescente atividade petrolífera, da diminuição dos territórios pesqueiros, do assoreamento dos rios de sua bacia, entre outros. A qualidade das águas da Baía atinge diretamente vários municípios do estado e diversos grupos sociais, como os pescadores e pescadoras artesanais, os atletas amadores e profissionais e as comunidades de seu entorno em geral, que sofrem principalmente com as deficiências relativas à falta de saneamento ambiental adequado.

Na Olimpíada de 2016 a Baía de Guanabara será o local das competições de vela, mas além disso, este local recebe diariamente uma vasta gama de praticantes de outros esportes, como remo e canoagem. Os atletas têm de conviver com riscos de contaminação, com resíduos flutuantes e mau cheiro durante os treinos.

Na Zona Oeste os conflitos socioambientais também se fazem presentes. O projeto de construção do novo campo de golfe em um terreno localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi configura um escandaloso crime ambiental. Embora a cidade já tenha outro campo de golfe que poderia receber a competição internacional, o prefeito Eduardo Paes encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei complementar com o objetivo de mudar os parâmetros ambientais e urbanísticos da Barra da Tijuca. A Lei Complementar 113/2012 liberou construções em um terreno localizado na APA de Marapendi. A área é um importante remanescente de Mata Atlântica, o qual engloba dois frágeis ecossistemas importantes para a manutenção da biodiversidade e do clima local: a restinga e o manguezal.

A justificativa apresentada por especialistas da Prefeitura é que a área já estaria gravemente degradada e que a perda em termos da biodiversidade seria mínima. Biólogos e ambientalistas, no entanto, demonstraram que a área encontrava-se entre médio e avançado processo de recuperação natural.

A Lei Complementar ainda altera os parâmetros urbanísticos da área, permitindo a construção de 22 prédios de luxo no local, e autoriza a doação para o empreendimento privado do terreno público de 58.000 m² - o qual, corrigido para valores de mercado, valeria aproximadamente R\$ 500 milhões.

As mudanças vieram sem qualquer estudo de viabilidade de adensamento populacional e de seus impactos no trânsito da região. O favorecimento explícito à especulação imobiliária é uma forte característica dos governos municipais do Rio de Janeiro, especialmente na Zona Oeste da cidade, na qual se verifica intensa expansão imobiliária.

A atual gestão da prefeitura tem ainda se utilizado fortemente do discurso ambiental para realizar remoções de comunidades como a Vila Autódromo e Arroio Pavuna, que têm sua origem relacionada a vilas de pescadores às margens da Lagoa de Jacarepaguá. A comunidade da Vila Autódromo, que desenvolve projetos de agroecologia e agricultura urbana na perspectiva de integração com o ambiente, resiste há anos contra sua remoção, e hoje convive lado a lado com a construção do Parque Olímpico que avança sobre as casas.

Por fim, cabe destacar que as obras de mobilidade também tem ocasionado sérios impactos ambientais. A construção da via Transolímpica, por exemplo, envolve a destruição de 200 mil m² da Mata Atlântica.

Com três pistas por sentido, sendo uma delas exclusiva para o BRT Transolímpica, e outras duas para os demais veículos, a via contará com 31 pontes e viadutos e 18 estações de BRT, ligando a Barra da Tijuca à Deodoro. A obra faz parte do legado de políticas públicas e dos compromissos assumidos pela Prefeitura do Rio com o Comitê Olímpico Internacional (COI). A vegetação suprimida da Mata Atlântica equivaleria a 24 campos de futebol e foi autorizada pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no início do mês de abril de 2014, poucos dias antes de ele renunciar ao cargo, que passou a ser exercido pelo seu vice, Luiz Fernando Pezão. Mais uma vez, a justificativa para a derrubada da vegetação é de que se trataria de interesse público¹.

Simplificação de procedimentos de licenciamento ambiental para projetos de suposto “interesse público”

As flexibilizações recorrentes em nome da Copa e das Olimpíadas ferem os processos determinados em lei, além de pôr em risco o meio ambiente. Em geral, estas flexibilizações estão ligadas à mudança na legislação ou à facilitação de processos de licenciamento ambiental para os megaeventos.

Um exemplo dessa prática foi o aterramento realizado na Lagoa de Jacarepaguá para as obras da via Transcarioca, entregue à população pouco antes do início da Copa do Mundo de 2014.

¹ Cf. <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/15/obra-de-avenida-olimpica-do-rio-vai-derrubar-200-mil-m-de-mata-atlantica.htm>, acessado em setembro de 2015.

O licenciamento do corredor viário, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, foi feito mediante a apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sem a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). O Instituto Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) e a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) chegaram a afirmar que o aterramento da Lagoa ocorreria em conformidade com as exigências dos órgãos ambientais por meio de dois programas ambientais. As medidas de minimização e mitigação dos impactos ambientais, todavia, não foram observadas.

A utilização do Relatório Ambiental Simplificado para obras complexas, desconhecendo de maneira grosseira os impactos sociais e ambientais, viola abertamente a legislação vigente. Por detrás das manobras e ilegalidades estão forças políticas interessadas em emplacar grandes projetos, definidos antes mesmo de seu licenciamento e da realização de estudos de viabilidade, sendo os megaeventos e o suposto “interesse público” têm sido utilizados como justificativa para acelerar ou descumprir as exigências legais.





6. Segurança Pública: Olimpíadas, militarização e racismo

A lógica bélica baseada nos dispositivos de controle estruturados no racismo e aprofundados no período da ditadura civil-militar-empresarial sofre, na década de 1990, novo recrudescimento com o início da política de guerra às drogas. Hoje se percebe que os megaeventos vêm representando um novo período de aprofundamento, normalização e agravamento destas estruturas, funcionando como um instrumento da política de genocídio negro¹ e repressão de favelas e periferias, acentuando ainda mais a criminalização dos movimentos sociais. Esse sistema de controle se manifesta por meio da violência institucional e do superencarceramento. O índice de letalidade sobe expressivamente em anos marcados por megaeventos. Para se ter uma ideia, em 2006, 1.030 pessoas foram assassinadas pela polícia sob alegação de autos de resistência. No ano seguinte, que marca a realização do Pan-Americano, foram 1.330 mortes. O fenômeno se repete em 2013 (Copa das Confederações), 2014 (Copa do Mundo FIFA) e se mantém relativamente alto em 2015 (o efeito residual se reflete no ano subsequente a esses eventos), como se verá a seguir. Essas taxas tendem a manter um patamar elevado na cidade do Rio de Janeiro até o final de 2016, considerando a realização dos Jogos Olímpicos, de 5 a 21 de agosto.

O encarceramento em massa na cidade do Rio de Janeiro também parece sofrer impacto com a Copa do Mundo FIFA. O Relatório temático “Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro”, produzido pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPC), lançado no final de 2014, apontou um aumento considerável da população carcerária, que passou de 33.267, em 2013, para 38.568, no ano seguinte, e sugere que esse acréscimo pode estar conectado com a preparação para os megaeventos².

Este ciclo de militarização da segurança pública e genocídio de negros, no entanto, não se inicia no ano de 2013, mas se agrava no marco dos megaeventos, como um dos pontos principais da agenda política de segurança brasileira e do Rio de Janeiro. Em 2007, foram contabilizados 43 mortos e 85 feridos no que ficou conhecido como a “Chacina do Pan”, no Complexo do Alemão,

¹ A maioria da população brasileira (50,7%) é formada por negros, segundo censo do IBGE de 2010. Entende-se por genocídio, a política permanente de eliminação física de negros pelo Estado e também pela desestruturação de famílias inteiras em função do assassinato, com reflexos que se estendem por várias gerações. Considera-se ainda o fato dos negros constituírem a camada mais pobre da população brasileira, com menos acesso à saúde, educação, emprego e terem renda 40% inferior a de trabalhadores brancos, entre outros fatores.

² MEPCT/RJ. “Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: ALERJ, 2014, PP.44.

em uma operação policial que durou até a final dos Jogos Pan-Americanos. O ano de 2007 se mantém como o maior em índice de letalidade por intermédio da utilização do “auto de resistência”. Neste período, 1.330 pessoas foram mortas pelos órgãos de segurança pública. Para além do número, os dados indicam o endurecimento das ações contra os moradores em favelas e periferias, de maioria negra, nesses períodos de megaeventos na cidade.

Aumento dos “Autos de Resistência” e agravamento da militarização das favelas e periferias

As atualizações e continuidades das políticas de segurança pública implementadas no Brasil são atravessadas pelo racismo institucional intrínseco à lógica da “guerra às drogas”. O genocídio do povo negro enquanto política de Estado é a expressão mais concreta deste quadro – e o registro do auto de resistência, em especial, ainda é acionado enquanto um dos dispositivos centrais desta engrenagem de gestão governamental das mortes nos territórios de favelas e periferias.

A resistência seguida de morte é caracterizada, de forma breve, como a aplicação de uma excludente de ilicitude, ou seja, isenção antecipada dos acusados do crime antes da fase processual adequada. Parte-se do falso pressuposto que o agente policial estaria agindo em legítima defesa. Sendo assim, o que se percebe é a utilização do auto de resistência como forma do Estado maquiar execuções de moradores das favelas e periferias, mostrando-se como o ápice de uma política racista e seletiva que marca a segurança pública desde sua gênese. Apesar da Resolução nº 8, emitida em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Resolução nº 553 da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em 2011, e posterior Portaria nº 617 do mesmo órgão, a mudança do nome do dispositivo ou de normas procedimentais não garantem a alteração do modelo de segurança pública em vigência, que autoriza que o Estado mate. É urgente a mudança da lógica bélica que permeia as ações de Estado.

Após período em que os registros de autos de resistência apresentaram quedas quantitativas, 2014 parece mostrar que este se mantém como um problema endêmico. O contexto da preparação para os jogos Olímpicos, conforme já abordado acima, traz consigo o agravamento do militarismo com a subsequente ampliação do Estado policial e, logo, da letalidade policial. Assim como no ano de 2007, os autos de resistência sobem novamente, de acordo com os dados do próprio Instituto de Segurança Pública (ISP). De 2012 para 2013, o número de autos de resistência sobe de 381 para 416 no estado, subindo novamente para 584, em 2014, e para 349³ mortes apenas na primeira metade de 2015.

São muitos os casos de violações de direitos humanos encobertas pela justificativa dos autos de resistências. No dia 29 de setembro de 2015, mais um caso de auto de resistência seria registrado no Morro da Providência, no coração da área do Porto Maravilha, matando o jovem Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos. Segundo os policiais, Eduardo seria um bandido que morreu após trocar tiros com os agentes em um confronto na manhã de segunda-feira, dia 28 de setembro. No entanto, dois vídeos gravados por moradores desmascararam a farsa, mostrando a encenação dos policiais militares, que colocaram a arma na mão do jovem e fizeram dois disparos forjando o auto de resistência. As imagens mostram quatro militares acompanhando a farsa, enquanto um quinto agente atira duas vezes com uma pistola, usando a mão do jovem caído ao chão, de forma a deixar vestígios de pólvora no corpo do rapaz. Segundo testemunhas, o jovem ainda estaria vivo e gemia de dor, enquanto um dos policiais virava o seu corpo para desfazer a cena

3 Dados disponíveis em <<http://www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp>>, acessado em setembro de 2015.

do crime, o que também é ilegal. Eduardo morreu no local, sem qualquer socorro por parte dos policiais⁴.

Nesse sentido, percebe-se que a militarização da segurança pública e seus efeitos, seja por meio das megaoperações, seja por meio das ocupações militares permanentes do Exército ou da PM, mantêm dispositivos de agravamento de controle e de extermínio da população negra e pobre. A desmilitarização, no sentido de interrupção da lógica bélica que atravessa as políticas de segurança pública, deve também se refletir sobre o direito penal.

Três territórios tornaram-se emblemáticos desse processo de militarização e sua conexão com o genocídio negro no país: o conjunto de favelas da Maré, durante a ocupação pelo Exército; as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Complexo do Alemão; e, por fim, as megaoperações que tiveram lugar em Acari, destacados nos Boxes deste Dossiê. Os casos não esgotam as consequências irreparáveis do atual modelo de segurança pública implementado e mantido no país no decorrer de sua história, apenas demonstram como a questão perpassa estruturas muito mais profundas desse sistema⁵.

Violença Policial em Manifestações no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo de 2014

A partir de junho de 2013, as manifestações também foram um eixo central no cenário político brasileiro. Os megaeventos e a suas implicações na alteração do espaço urbano, seja através de remoções ou pela ampliação da militarização nas cidades, foram as pautas mais criticadas pelos movimentos populares durante estes dois últimos anos. As manifestações foram afetadas pelas consequências do modelo de segurança pública adotado, baseado no belicismo e na militarização, marcando uma expansão do alvo típico do poder punitivo e do aparato repressivo estatal. Além da população negra e periférica, a repressão policial se estendeu aos protestos, manifestantes passaram a ser também alvo de criminalização, ainda que em diferente proporção e intensidade. Pode-se dizer que o Estado incluiu também quem protestava como novos sujeitos, considerados inimigos internos.

Em 12 de junho de 2014, data de abertura da Copa do Mundo da FIFA, alguns atos foram marcados no Rio de Janeiro, no centro da cidade e em Copacabana, local em que estava montada a estrutura da FIFA FanFest⁶. Neste primeiro dia de Copa do Mundo, 12 pessoas – dentre elas um adolescente – foram conduzidas a diversas delegacias na cidade do Rio de Janeiro, sob as mais variadas acusações. Sobre a reação das forças estatais, vale destacar que um adolescente foi conduzido à delegacia pelo fato atípico de ter supostamente atirado um coco em um policial militar. Houve, ademais, a lavratura de um auto de prisão em flagrante pela prática dos delitos de porte de material explosivo e desacato, sendo que a liberdade do manifestante foi concedida pelo Judiciário. Na ocasião, próximo ao fim da manifestação, sem motivo aparente, a Polícia

4 Cf. <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-09-29/video-flagra-pms-de-upp-forjando-auto-de-resistencia-apos-confronto.html>, acessado em setembro de 2015.

5 Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver o Relatório Final do Projeto Militarização das Favelas: impactos na vida dos jovens negros e negras do Fórum de Juventude do Rio de Janeiro. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B3R3qr3he2nOYXdGLTHT0NzQ2c/view>

6 Segundo o site eletrônico da FIFA, as FanFests “acontecerão em locais seguros e familiares onde torcedores locais e estrangeiros poderão acompanhar os jogos da Copa do Mundo da FIFA” de forma gratuita em um ambiente típico de Copa do Mundo”. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/fan-fest/intro.html>>, acessado em setembro de 2015.

Militar começou a jogar bombas de gás lacrimogêneo e a fazer detenções de forma violenta⁷, como a do professor da rede municipal Pedro Guilherme Freire, que foi arrastado pela rua pelos PMs.

No momento das prisões não foi informado o local para onde os manifestantes estariam sendo encaminhados. Segundo relataram, a polícia circulou com eles durante várias horas pela cidade, tendo sido declarado que dentro do camburão teria ocorrido o uso de spray de pimenta contra os detidos e utilização de freadas bruscas para que estes se machucassem. Após tais acontecimentos, três foram levados à 17ª Delegacia de Polícia e o professor Pedro para a 21ª Delegacia de Polícia.

Devemos ressaltar que os policiais envolvidos na manifestação encontravam-se apenas com identificação alfanumérica, artifício usado para dificultar a identificação dos agentes na possível responsabilização por conta dos abusos e violações aos direitos humanos durante os protestos.

A manifestação no dia da final da Copa do Mundo FIFA foi marcada por especial violência, tendo como principal ponto a detenção arbitrária durante aproximadamente quatro horas de todos os manifestantes, além de advogados e jornalistas, na Praça Saens Peña, situada a menos de 2 km do estádio Maracanã, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A alegação é de que eles não poderiam sair do local, devido à possibilidade que cometessem atos violentos em outras partes da cidade. Cabe realizar um breve relato sobre o cerceamento a liberdade pessoal ocorrida neste episódio. A Praça Saens Peña, desde antes do início da manifestação, já estava completamente cercada por um grande número de policiais militares. A manifestação foi fortemente reprimida por esses agentes de segurança pública⁸, havendo inclusive relatos e imagens de passageiros do metrô sendo agredidos pelos PMs⁹. Após o fechamento do metrô, foi proibido que os manifestantes, advogados e jornalistas saíssem do cerco policial por horas. Dentro deste cerco foram reiterados os casos de espancamento, uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo, com a presença da cavalaria da Polícia Militar e detenções arbitrárias de quem tentava se retirar da zona cercada. As agressões eram direcionadas principalmente aos jornalistas¹⁰ e aos que estavam sendo detidos¹¹. Após o final do jogo da Copa do Mundo FIFA, todos foram liberados.

Criminalização de manifestantes

A resposta do Estado às manifestações não se resumiu, no entanto, ao momento em que ocorriam os atos em si, na violência física imposta aos manifestantes e na condução destes às delegacias da cidade. Desde 2014, investigações sobre as manifestações de rua têm sido realizadas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, conforme será abordado a seguir.

No Rio de Janeiro, a tipificação de associação criminosa armada, previsto no Código Penal no artigo 288, parágrafo único, vem sendo amplamente utilizada pelas forças policiais. A lei que criou o tipo penal trata das chamadas organizações criminosas e exige que as pessoas estejam pré-ordenadas e pré-organizadas para o fim de cometer crimes. No entanto, esse artigo tem sido aplicado pela polícia, inclusive, contra pessoas que nem se conheciam antes da detenção e que

em comum só tinham o fato de estarem no mesmo local se manifestando em relação a um tema. Em 15 de outubro de 2013, na capital, 83 manifestantes foram presos com base neste artigo.

Um exemplo de criminalização é o inquérito de número 029096/2013, instaurado em dezembro de 2013, na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), supostamente com intuito de investigar a existência de associação criminosa armada entre os manifestantes. A ação foi desencadeada por meio de pesquisa de perfis nas redes sociais, sobretudo no Facebook, feitas pelo Grupo de Operações e da Coordenadoria da Polícia Civil. O inquérito investigava principalmente a alegada conduta de incitação à violência por parte dos grupos nas páginas que divulgavam as manifestações. No dia 06 de novembro de 2013, foi decretado o sigilo das investigações, não autorizando vista de terceiros, salvo nas hipóteses da lei. Deve ser ressaltado que apesar da ordem expressa de acesso aos advogados constituídos, na prática o inquérito tramitou sem que a vista fosse autorizada aos defensores, que como se perceberá a seguir figuravam no inquérito como suspeitos.

Durante a investigação, percebe-se a clara ligação entre estas e as prisões arbitrárias em massa realizadas no dia 15 de outubro, acima mencionadas, tendo em vista que grande parte do início da instrução do inquérito se dá com a utilização dos registros de ocorrência datados desta época. A partir de março de 2014, baseado somente em postagens no Facebook, reportagens de revistas e jornais como arcabouço probatório, inicia-se um processo de criminalização também dos advogados dos manifestantes, através de menção expressa ao Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH). Deve ser esclarecido, que o DDH é uma organização não governamental que trata especificamente de casos de violência de Estado e presos provisórios, ficando clara a tentativa de criminalização dos advogados apenas por estes estarem garantindo o direito a ampla defesa dos manifestantes criminalizados, pois a principal suposta prova apresentada para esta afirmação é uma foto de uma das advogadas da organização ao lado de manifestantes.

A investigação segue tentando criminalizar principalmente aqueles que administravam as páginas no Facebook, que convocavam as manifestações, pelo simples fato de fazê-lo, como o caso de Gerusa Lopes. A tentativa de mapear e vigiar os manifestantes, em patente desacordo com a legislação interna, já se colocava pela observação do foco das apurações policiais. A investigação, direcionada à Frente Independente Popular (FIP), que reúne diversos movimentos sociais do Rio de Janeiro, cita em seu relatório inicial 70 organizações políticas e coletivos de direitos humanos, como alvos de suspeição por parte da polícia. Cabe ressaltar nesse processo a prática de interceptações telefônicas, quebras de sigilo das informações do Facebook e e-mail dos manifestantes.

A censura exercida pelo Estado e a tentativa de criminalização, com intuito de impedir a livre expressão no país, tornam-se evidentes. Chama a atenção, por exemplo, que nos relatórios policiais a crítica feita ao projeto de segurança pública do Estado, sobretudo às UPPs, constantemente denunciadas pela militarização e sistemáticas violações de direitos humanos, surge como “uma tentativa de impedir o combate do Estado ao narcotráfico”, quando na realidade se tratava do direito legítimo e democrático da população em se manifestar contra o governo e, especificamente, em relação à violência policial.

No dia 12 de junho de 2014, no dia da abertura da Copa do Mundo, foram cumpridos 26 mandados de prisão temporária e de busca e apreensão contra manifestantes. A polícia aprendeu principalmente celulares, panfletos que continham críticas ao Estado, bandeiras anarquistas, cadernos com anotações sobre reuniões de sindicatos ou movimentos sociais,

7 Vide <http://impedimento.org/esta-tendo-copa-ate-duas/>, acessado em setembro de 2015.

8 Vide <https://www.youtube.com/watch?v=iugprDMh0Uo>, acessado em setembro de 2015.

9 Vide <https://www.youtube.com/watch?v=EK9F9pSu-yk#t=70>, acessado em setembro de 2015.

10 Vide <https://www.youtube.com/watch?v=2i9RyLL6fcg>; <<https://www.youtube.com/watch?v=yEZuxtQGNDQ>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=EK9F9pSu-yk#t=70>, acessado em setembro de 2015

11 Vide <https://www.youtube.com/watch?v=SdsF7nm-m4>, acessado em setembro de 2015.

máscaras contra gás e tornozeleiras. Todo esse material, segundo a lógica policial, comprovaria que tais manifestantes, por contestarem o Estado e possuírem ideologia de esquerda, estariam incorrendo no tipo de associação criminosa. A decisão que defere tais mandados não possui nenhuma justificativa amparada em lei, já que seu fundamento é a existência de indícios que levariam a crer que em momento futuro poderia ser cometido atos de violência pelos manifestantes, conforme trecho citado na justificativa das prisões.

Deve ser ressaltado que o pedido de prisão temporária, sua prorrogação e sua posterior conversão em prisão preventiva receberam parecer favorável do Ministério Público. Este órgão, no dia 18 de julho de 2014, realizou denúncia contra 23 destes manifestantes, requerendo sua prisão preventiva, apesar da prisão temporária supramencionada ter sido alvo de reforma em segunda instância, em 18 de julho de 2014. A denúncia por sua vez é vaga e sem nenhum fundamento factual sobre a real existência de uma associação criminosa entre os manifestantes. Do mesmo modo, parece preocupante o pedido realizado ao final da peça, que requereu a quebra do sigilo dos dados eletrônicos dos denunciados, mais especificamente informações relativas a eles e elas contidas no Facebook, bem como o destacamento de parte do inquérito para retorno à DRCI para que novos manifestantes fossem apontados.

Apesar da existência de 2.000 páginas na investigação sobre os manifestantes, de acordo com o andamento processual, foi realizada a denúncia, a recepção pelo juiz e a decretação da prisão preventiva menos de duas horas depois de encerrada a primeira fase da investigação, o que pode indicar uma violação ao princípio do devido processo e ampla defesa dos manifestantes.¹²

Apontamos por fim, que o inquérito também apresenta a existência de infiltração policial do agente da Força Nacional entre os manifestantes e da mídia independente, cujo testemunho é anexado ao processo. Em depoimento, Mauricio Alves de Araújo, agente da Polícia Militar do Distrito Federal, que afirmou que “[...] está atuando como observador nas manifestações desde que chegou ao Rio, no intuito de coletar dados para atuação da Força Nacional no evento Copa do Mundo [...]”. Neste ponto fica claro tratar-se de agente infiltrado, especialmente quando ele afirma ter se passado por midiativista que estava fazendo trabalho de campo com intuito de ganhar a confiança dos manifestantes. Ele chegou inclusive a participar de um “chat” formado por midiativistas e advogados no aplicativo criptografado Telegram, buscando informações sobre a organização das manifestações, apesar do aplicativo ser utilizado exclusivamente para trocas de informações sobre violações de direitos humanos e detenções durante os atos. De acordo com as informações nos autos, a infiltração do agente não possui nenhuma autorização judicial que a respalde.

Uma das características mais marcantes da investigação do já mencionado processo penal 0229018-26.2013.8.19.0001, em trâmite no Estado do Rio de Janeiro, foi o vigilantismo, por meio de quebra de sigilo de perfis e e-mails pessoais, monitoramento de páginas, redes sociais (com destaque para o Facebook), assim como interceptações telefônicas de manifestantes, advogados e jornalistas que de alguma forma participavam ou atuavam nos protestos.

Conforme pode ser observado no relatório da investigação, o próprio inquérito se inicia com base no monitoramento de páginas referentes aos protestos, com foco principal naqueles que criavam eventos no Facebook. A polícia monitorou perfis que divulgavam dias e locais de

¹² Vide <http://www1.folha.uol.com.br/esp/poder/176839-no-rio-inquerito-levou-2h-para- virar-processo.shtml>, acessado em setembro de 2015.

manifestações, demonstrando o intuito de tratar a liberdade de expressão e de livre manifestação como fato passível de ser criminalizado.

O próprio relatório da DRCI aponta a inexistência de provas. Para tentar criminalizar os manifestantes fez uso de interceptação telefônica: “Dada a dificuldade de obter provas satisfatórias que possibilitem a responsabilização penal das pessoas que cometem crimes nos protestos, tendo em vista a relutância e procrastinação do Facebook no cumprimento das ordens judiciais, vislumbra-se a interceptação telefônica das pessoas físicas e jurídicas apontadas no presente relatório como último recurso investigatório apto a possibilitar elucidação desta investigação.”

Deste modo, torna-se preocupante a utilização, por parte do Estado, de mecanismos de espionagem, contrariando as normas internacionais relativas aos direitos humanos, utilizando-o como dispositivo de cerceamento à liberdade de manifestação e de protesto, inclusive. Percebe-se que o foco das investigações que originaram o procedimento penal supracitado visava justamente impedir que os organizadores dos eventos divulgassem os protestos sociais, constringendo-os por meio da criminalização.

Em 3 de dezembro de 2014, após ter sido concedida a liberdade aos 23 manifestantes, foram emitidos três novos mandados de prisão, sob a alegação de descumprimento de condicionantes para o relaxamento das prisões, que arbitrariamente vedava a participação em qualquer ato público¹³. Somente em 25 de junho deste ano, após decisão do Superior Tribunal de Justiça, esses passam a poder responder ao processo judicial em liberdade¹⁴. O processo contra os manifestantes ainda está em curso.

Projetos de Lei em tramitação colocam em risco a liberdade de manifestação

No ano de 2014, diversos projetos de leis estavam em tramitação no Legislativo federal com objetivo de criar um suporte legal, ainda que não legítimo, para as ações de repressão que vêm sendo desempenhadas pelos agentes do Estado e permitir sua intensificação. O caso mais emblemático talvez seja o da proposta de tipificação do delito de terrorismo. No Congresso Nacional existiam ao menos seis propostas em andamento, como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013; PLS 762/2011; PLS 728/2011 (que cria diversos novos tipos penais especificamente para o período de Copa do Mundo); Projeto de Lei (PL) 5.773/2013; PL 236/2012 (uma proposta de reforma global do código penal); e PLS 44/2014.

De forma geral, todas as propostas são marcadas por uma excessiva indefinição dos elementos do delito, definindo-o como conduta que causa “pânico” ou “medo” na população. São definições subjetivas e a sua constatação varia conforme o lugar, o contexto, e as pessoas envolvidas, apresentando um risco agravado de criminalização dos movimentos sociais.

No ano de 2015, novamente a tipificação do terrorismo ganha força, por intermédio do Projeto de Lei 2016, de 2015, que cria alteração na Lei de Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013). O PL inicialmente igualmente possuidor de definições abertas e passíveis de aplicação autoritária,

¹³ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/justica-do-rio-decreta-prisao-de-sininho-e-mais-2-manifestantes.html>, acessado em setembro de 2015.

¹⁴ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/stj-concede-habeas-corpus-para-sininho-e-mais-dois-ativistas.html>, acessado em setembro de 2015.

previa que terrorismo podia ter motivação política e ideológica. Foi intenso o debate em torno do segundo parágrafo, já que ele excluía das definições de terrorismo os protestos populares. Diz o texto: “É previsto como terrorismo “I- intimidar o Estado, organização internacional ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeira ou representações internacionais ou coagi-los a ação ou omissão; II- provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”. O autor da proposta segue definindo como atos de terrorismo uso ou ameaça de uso, transporte, armazenamento, porte ou transporte de substâncias que possam causar danos ou promover destruição em massa; incêndio, depredação, saque, destruição ou explosão de meio de transporte ou qualquer bem público ou privado, dentre outras condutas.

O projeto tramita em regime de urgência, tendo sido aprovado no dia 13 de agosto de 2015 na Câmara dos Deputados, incluindo a vedação de aplicação da legislação a manifestantes (Parágrafo 2º) e com a supressão dos motivos ideológicos e políticos de seu texto base. Destarte a relevância da supressão, que em alguma medida protege a definição arbitrária de terrorismo à manifestantes, convém ressaltar que a tipificação extensa dos atos que são caracterizados como terroristas e a pouca definição em torno destes se mantém como uma característica claramente ilegal do projeto. Igualmente a rapidez do trâmite Legislativo e absoluta ausência de participação popular ou debate sobre o PL, demonstram que o autoritarismo tem sido a marca na apresentação e apreciação de matérias deste tipo no Congresso. Esse projeto é um dos muitos exemplos de projetos que criminalizam movimentos sociais, retiram direitos e que têm sido aprovados a toque de caixa, à revelia da sociedade.

BOX 6

OCUPAÇÃO DO EXÉRCITO NO COMPLEXO DA MARÉ

Durante a Copa das Confederações (2013), a repressão às favelas e periferias passa por processo de megaoperações, como a do dia 24 de julho de 2013 no Complexo de Favelas da Maré. Nessa data, os batalhões de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), Policiamento de Choque (BPChq) e o de Ações com Cães realizaram uma megaoperação na região que durou quase 24 horas. Durante esta operação um policial e 10 moradores morreram.

Menos de um ano depois, teve início no Complexo da Maré, em abril de 2014, a ocupação do Exército para preparar a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Deve ser ressaltado que o complexo já estava ocupado pelo BOPE duas semanas antes da invasão pelo Exército, período em que foram registrados 16 mortes e cinco feridos em 15 dias de operação¹.

A ocupação militar no território foi autorizada através da Portaria Normativa nº 3461

1 Cf. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/exercito-inicia-patrolhamento-na-mare-na-manha-deste-sabado.html>, acessado em setembro de 2015

do Ministério da Defesa, de dezembro de 2013, que autorizava e previa o procedimento para a utilização do Exército em operações de segurança pública, por decisão de competência exclusiva da Presidência da República², posto em prática por meio de um decreto datado de 28 de março de 2014³. Simultaneamente, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro emitiu mandado de busca e apreensão coletivo⁴. A ocupação, que deveria durar até dezembro de 2014, foi prorrogada por diversas vezes até se iniciar o processo de troca por policiais militares, o que só ocorreu em junho de 2015⁵. A ocupação marca a característica da escolha pelo modelo repressivo e de controle adotado pela segurança pública brasileira. Em 15 meses de ocupação, o governo federal⁶ gastou R\$ 599,6 milhões com estas operações. O valor é o dobro do que foi destinado pela prefeitura com projetos sociais em seis anos.

Durante a ocupação do Exército, moradores denunciaram inúmeras e graves violações de direitos humanos por parte dos militares. De acordo com a página Maré Vive, criada justamente com intuito de promover a troca de informações entre os moradores, os tiroteios são quase diários nas favelas que compõem o complexo⁷. Diversos são os casos de pessoas atingidas por tiros. Um dos casos é o de R., que ficou cego após ser baleado no olho, quando trabalhava no bar de seu pai, na madrugada de 7 de junho de 2015. A família informou que os militares negaram socorro ao rapaz.

Apenas nos primeiros seis meses de ocupação foram contabilizados 28 homicídios na região, 16 dentro do conjunto de favelas⁸. Diversos também são os relatos de outros abusos cometidos por agentes de segurança pública na região, como a invasão de casa de moradores por agentes do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) em diversas favelas do Complexo, de acordo com a página “Maré Vive”.

No dia 12 de abril de 2014, uma semana após a ocupação, foi confirmada a primeira vítima fatal da ação do Exército na região, Jefferson Rodrigues da Silva, de 18 anos. O Comando alegou que ele teria morrido em uma troca de tiros com militares, ao resistir após uma abordagem⁹, mas, segundo moradores, o jovem estava chegando

2 Cf. Portaria disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf, acessado em setembro de 2015

3 Cf. <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-assina-decreto-que-autoriza-exercito-a-patrolhar-complexo-da-mare,1146698>, acessado em setembro de 2015

4 O Mandado de Busca e Apreensão coletivo é emitido sem que sejam definidas as residências específicas abarcadas pelo mandado, recaindo sobre toda uma região, bairro ou favela, sendo considerada ilegal. Não obstante, estes são comumente emitidos previamente às grandes operações ocorridas em favelas e periferias.

5 Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/cerimonia-sela-troca-do-exercito-pela-pm-na-ocupacao-da-mare-no-rio.html>, acessado em setembro de 2015.

6 Cf. <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/na-mare-ocupacao-militar-custou-o-dobro-dos-gastos-sociais-nos-ultimos-seis-anos/>, acessado em setembro de 2015.

7 Cf. <https://marevive.wordpress.com/>, acessado em setembro de 2015.

8 Cf. <http://desacato.info/brasil/moradores-da-mare-denunciam-abusos-da-forca-de-pacificacao/>, acessado em setembro de 2015.

9 Cf. <http://www.valor.com.br/politica/3514748/em-tiroteio-exercito-mata-homem-em-favela-da-mare-no-rio>, acessado em setembro de 2015.

ao trabalho¹⁰. A morte gerou uma série de protestos na região¹¹. Quatro dias depois, a segunda execução foi registrada. Teresinha Justino da Silva, de 67 anos, morreu ao ser atingida por dois tiros, no mesmo dia em que um comerciante também foi ferido na perna, após patrulhamento feito pela Polícia Militar¹².

Um dos casos mais graves é o de Vitor Santiago Borges. A costureira Irone Maria Santiago, 50 anos, moradora da Vila dos Pinheiros, no Complexo da Maré, relata que no dia 12 de fevereiro de 2015, o filho Vitor, 29 anos, foi assistir ao jogo do Flamengo em um bar, num bairro fora do conjunto de favelas: “Antes, ele brincou com a filha de dois anos. Saiu com mais quatro amigos. Quando voltavam, foram parados em uma blitz do Exército na Vila São João (Complexo da Maré). Chegaram a ser revistados e liberados para seguir”. Ao passarem pela Salsa e Merengue (também na Maré), demoraram a perceber que havia outro bloqueio do Exército. “Eles estavam parando o carro quando o cabo Diego Neitzke disparou quatro tiros de fuzil 7.62”, lembra. Dos quatro tiros, dois atingiram Vitor: um atravessou a perna esquerda, que teve que ser amputada, e outro o peito, afetando o pulmão – com parte retirada posteriormente em cirurgia. Esse mesmo disparo acertou a vértebra T-4, na região torácica, deixando Vitor paraplégico.

“Eles disseram que os rapazes não obedeceram à ordem de comando, que iriam atropelar um outro militar e que primeiro atiraram com bala de borracha, mas isso é mentira. Foi com fuzil mesmo. Eles atiraram para matar”, denuncia Irone.

No carro estavam, além de Vitor, o sargento da Aeronáutica Pablo Inácio da Rocha Filho, os irmãos Jefferson Lima da Silva e Allan da Silva e Adriano da Silva Bezerra, que dirigia o veículo e foi atingido de raspão. Adriano foi preso no dia seguinte e indiciado pelo Comando Militar do Leste por desobediência e tentativa de homicídio. Os militares afirmaram que um soldado e um cabo “teriam sido atropelados, caso o veículo não tivesse parado”, mas Adriano disse em depoimento que “não ouviu nenhuma ordem de parar e não viu nenhum militar no ponto em que o carro foi atingido”. Adriano foi libertado um dia depois, por decisão de um juiz plantonista da Circunscrição Judiciária Militar do Rio.

Vitor ficou em coma cinco dias e passou meses no hospital. Antes de ser atingido por tiros de fuzil, ele trabalhava como estoquista em uma empresa de prótese cirúrgica, fazia curso técnico em segurança do trabalho e já tinha até arrumado um estágio. O rapaz era cantor e dançarino, tendo feito parte do corpo de baile da Maré.

A família mora em um sobrado na Vila dos Pinheiros. “Eu trabalhava como costureira. Tive que largar tudo para cuidar do meu filho. Nós estamos desestruturados e deprimidos. Para tirar Vitor de casa, temos que chamar vizinhos e levá-lo escada

¹⁰ Cf. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-1a-morte-da-ocupacao-no-complexo-da-mare-5481.html>, acessado em setembro de 2015.

¹¹ Cf. <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/moradores-protestam-apos-exercito-matar-homem-em-favela-da-mare-no-rio-12042014>, acessado em setembro de 2015

¹² Cf. <http://mais.uol.com.br/view/dsirb7h509fj/complexo-da-mare-tem-segunda-morte-apos-ocupacao-04020E98356EE4C94326?types=A&>, acessado em setembro de 2015.



abaixo. Fui ao Exército, procurei o governo do Estado e até agora não há qualquer resposta. Tenho que mudar de casa para garantir um pouco de mobilidade para meu filho. Estamos passando dificuldade. Os remédios são caros e nem sempre fornecidos pelo SUS. Tiramos do nosso bolso para comprar não só medicamentos, mas tudo. Eu quero justiça para o caso do meu filho. O Estado tem que pagar pelo que fez. Vitor tinha uma vida inteira saudável pela frente, uma filha de dois anos para criar. Isso não pode ficar assim”, protestou a mãe de Vitor.

É a costureira quem faz os curativos diários no filho. Assistência de enfermagem do posto de saúde só passa uma vez por semana. Vitor, além de fisioterapia, teria que ter assistência psicológica, junto com a família, desestabilizada após a tragédia, mas o Estado não forneceu qualquer assistência.

O caso de Victor gerou o protesto “Em favor da vida”, na Maré, que foi fortemente reprimido com uso abusivo de armamento menos letal e tiros de fuzil disparados a esmo contra a manifestação¹³.

A ocupação pelo Exército foi trocada pela Polícia Militar no dia 30 de junho deste ano. Nos 15 meses em que permaneceu na Maré, o Exército empregou 23,5 mil militares, 85% do contingente destinado à ocupação do Haiti, sendo coordenada por sete comandantes diferentes, que trocavam entre si a cada dois meses aproximadamente. Esse período é marcado pelas abordagens abusivas, manutenção dos tiroteios, prisões ilegais, inclusive por desacato, morte de 21 moradores, sendo o último caso o de Vanderlei Conceição de Albuquerque, 34 anos, que foi atingido, em 18 de junho de 2015¹⁴, dentro de sua residência. Familiares afirmam que um militar do Exército atirou deliberadamente em Vanderlei.



¹³ Cf. <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/03/11/apos-1-ano-ocupacao-militar-da-mare-nao-garante-direitos-a-comunidade/>, acessado em setembro de 2015.

¹⁴ Cf. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/06/26/interna_brasil,583315/ocupacao-das-forcas-armadas-na-mare-acaba-apos-usar-85-do-efetivo-do-haiti.shtml, acessado em setembro de 2015.

BOX 7

A UPP NO COMPLEXO DO ALEMÃO

O Complexo do Alemão, que conta com 15 bairros mapeados pela prefeitura e cerca de 150 mil moradores, foi ocupado pelo Exército em dezembro de 2010. O objetivo era facilitar a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no conjunto de favelas, o que ocorreria em novembro de 2011 após uma megaoperação policial (o mesmo método foi usado na Maré em 2014).

As denúncias de violações desde a ocupação do Exército se ampliaram com a implantação das UPPs, instaladas a partir de abril de 2012. Em 2013, os conflitos na região se intensificaram. Em 2014 e 2015, os tiroteios passaram a ser constantes, com grande número de mortos e feridos. Levantamento feito pelo Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA), com base em noticiário de jornais e sites, mostra que em 2014, 21 moradores foram mortos. Em 2015, até o dia 5 de maio, sete pessoas morreram vítimas de homicídio.

Os tiroteios são praticamente diários na Fazendinha, Nova Brasília, Areal, Beco do Flipper e Largo do Bulufa, os últimos três nas proximidades da rua Joaquim Queiroz, que dá acesso à Grotta. Segundo moradores da região, os confrontos tem causado um alto índice de enfrentamentos, com muitas vítimas, interrupção de aulas nas escolas e até do funcionamento do teleférico, como informam diversas reportagens do site da região, Voz da Comunidade. Em uma delas a manchete lembra que os tiroteios chegaram a acontecer por 21 dias ininterruptamente¹.

Foi nessa região do Areal que, em 2 de abril de 2015, um policial militar matou com um tiro de fuzil na cabeça o menino Eduardo de Jesus, de 10 anos. Ele estava sentado na porta de casa brincando com um celular quando um PM atirou. Segundo a mãe de Eduardo, Terezinha Maria de Jesus, o mesmo militar apontou a arma para sua cabeça e só não atirou porque foi impedido por outro PM. No dia não havia qualquer operação policial, mas é comum encontrar em favelas do Complexo policiais armados de fuzis nas entradas de becos.

O coletivo Ocupa Alemão, em uma página nas redes sociais, lembra que em 2012 a escola CAIC Theóphilo de Souza Pinto, em Nova Brasília, no Complexo do Alemão, tinha 1.300 alunos. Após a instalação de um contêiner da UPP dentro da área, o colégio passou a ser alvo. “As marcas de tiros estão por todos os lados, cobertas por coraçõezinhos e borboletinhas na tentativa de inibir o medo diário”, lembra a página do Ocupa. O resultado é que atualmente, menos de 600 estudantes frequentam a escola. Igualmente alvo de crítica foi a instalação de um “bunker” da UPP em Nova Brasília, perto da estação de teleférico. Feita em alvenaria, a construção não têm janelas, apenas buracos para apoio de fuzil. Moradores das proximidades reclamam que a polícia pode

1 Cf. <http://www.vozdascomunidades.com.br/complexo-do-alemao/mesmo-sem-relatos-de-tiros-compleo-do-alemao-tem-mais-um-baleado-e-morto-na-manha-de-hoje/>, acessado em setembro de 2015.

atirar a esmo e matar mais pessoas.

De acordo com levantamento realizado pelo CEPEDOCA, apenas na UPP do Complexo do Alemão foram registrados os seguintes mortos e feridos entre os moradores:

Data (mês/dia/ano)	Nome	Idade	
3/11/2014	Rodrigo Oliveira (1)	20	Ferido
4/27/2014	(Dalva) Arlinda Bezerra de Assis (2)	72	Morto
5/27/2014	Caio Moraes da Silva (3)	20	Morto
6/05/2014	Anderson Pereira da Silva (4)	17	Morto
6/22/2014	Gabriel Ferreira de Carvalho (5)	14	Morto
6/22/2014	Lucas Gustavo da Silva Lourenço (6)	15	Morto
6/22/2014	Não identificado (7)	17	Ferido
7/20/2014	Diogo Wellington Costas “Bebezão” (8)	28	Morto
7/20/2014	Mateus Alexandre Silva dos Santos (9)	18	Morto
7/25/2014	Cátia Valéria Borges Alves (10)	26	Morto
7/27/2014	Antônio França (11)	60	Morto
7/28/2014	Izaquel Nogueira (12)	14	Ferido
7/28/2014	Luan (13)	14	Ferido
8/05/2014	Jorge Rhuan Vianna Ferreira (14)	21	Ferido
8/29/2014	Não identificado (15)	S/I	Morto
9/02/2014	Jerônimo dos Santos Viana (16)	21	Ferido
9/11/2014	Rian Dias da Rocha (17)	20	Ferido
9/14/2014	Bruno (18)	S/I	Morto
9/14/2014	Não identificado (19)	S/I	Ferido
9/19/2014	Não identificado (20)	S/I	Morto
9/22/2014	Jerson Roberto Ales dos Santos “Baré” (21)	22	Ferido
9/23/2014	Loirão (22)	S/I	Morto
9/27/2014	Marcos Vinícius Soares Heleno (23)	17	Morto
9/28/2014	Não identificado (24)	S/I	Ferido
10/02/2014	Adriano de Souza da Silva (25)	S/I	Morto
10/02/2014	Não identificado (26)	S/I	Ferido
10/02/2014	Vitor Castro (27)	S/I	Ferido
10/02/2014	Não identificado (28)	S/I	Ferido
10/02/2014	Não identificado (29)	S/I	Ferido
10/02/2014	Não identificado (30)	S/I	Ferido
10/02/2014	Não identificado (31)	S/I	Ferido
10/07/2014	Não identificado (32)	S/I	Ferido
10/10/2014	Não identificado (33)	S/I	Ferido
10/13/2014	Rafael Coelho da Costa (34)	19	Morto
10/13/2014	André Luiz de Sousa (35)	27	Morto
11/09/2014	Frank Teixeira Basílio Jr. (36)	18	Ferido
11/09/2014	Não identificado (37)	S/I	Ferido

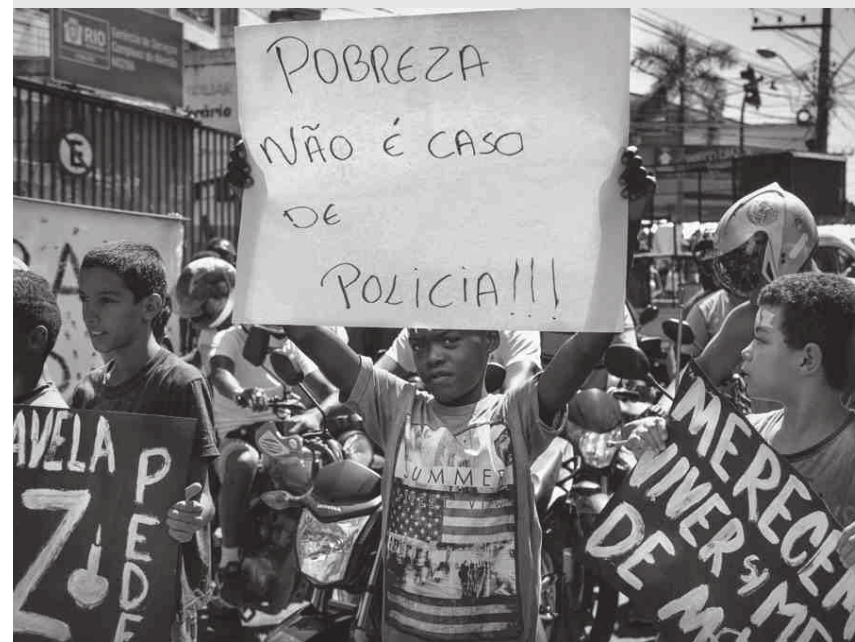
11/11/2014	Não identificado (38)	14	Ferido
11/19/2014	Filó (39)	S/I	Morto
11/19/2014	Darlan (40)	S/I	Ferido
12/13/2014	Não identificado (41)	14	Ferido
12/20/2014	Luiz Moura (42)	41	Morto
1/27/2015	Não identificado (43)	16	Ferido
2/24/2015	Paulo Philipp Alves Silva (44)	23	Morto
2/24/2015	Victor Ribeiro Macedo (45)	19	Morto
2/26/2015	Fernando Ancelmo da Rocha (46)	17	Morto
3/03/2015	Suelem (47)	S/I	Ferido
3/20/2015	Vanessa Aparecida Abicassis (48)	38	Morto
3/20/2015	Não identificado (49)	S/I	Ferido
3/25/2015	Não identificado (50)	S/I	Ferido
3/25/2015	Não identificado (51)	S/I	Morto
4/01/2015	Elizabeth Alves de Moura Francisco (52)	41	Morto
4/01/2015	Não identificado (53)	16	Ferido
4/02/2015	Eduardo de Jesus (54)	10	Morto

Fontes dos nomes identificados, por ordem na tabela (todos os acessos em setembro de 2015):

(1) <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667530-upp-no-alemao-troca-conteiner-por-bunker-com-buracos-para-apoiar-fuzil.shtml> (2) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-11/protesto-no-alemao-tem-confronto-entre-pm-e-manifestantes.html> (3) <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/idosas-que-morreu-no-complexo-do-alemao-sera-enterrada-nesta-terca.html> (4) <http://www.vozdascomunidades.com.br/geral/jovem-de-20-anos-e-baleado-e-morre-no-durante-protesto-no-complexo-do-alemao/> (5) <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/adolescente-morre-e-suspeito-e-presos-em-tiroteio-no-complexo-do-alemao> (6) <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/familia-de-menino-morto-no-complexo-do-alemao-contesta-versao-da-pm> (7) <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/familia-de-menino-morto-no-complexo-do-alemao-contesta-versao-da-pm> (8) Fonte Local (9) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-06-23/menores-sao-mortos-e-pms-baleados-em-confrontos-no-complexo-do-alemao.html> (10) <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/morre-suspeito-de-traffic-baleado-neste-sabado-no-alemao-rio.html> (11) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mulher-encontrada-morta-dentro-de-casa-no-complexo-do-alemao-com-ferimento-de-bala-13375358.html> (12) <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,homem-e-baleado-em-novo-tiroteio-no-complexo-do-alemao,1535199> (13) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-28/complexo-do-alemao-dois-menores-baleados-em-menos-de-24-horas.html> (14) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-07-28/complexo-do-alemao-dois-menores-baleados-em-menos-de-24-horas.html> (15) <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/08/jovem-baleado-em-tiroteio-no-complexo-do-alemao-da-entrevista.html> (16) <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1507905-tiroteio-deixa-dois-mortos-no-complexo-do-alemao-no-rio.shtml> (17) <http://oglobo.globo.com/rio/bomba-caseira-explode-na-mao-de-suspeito-durante-confronto-no-complexo-do-alemao-13806947> (18) Fonte local (19) Fonte local (20) <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/homem-morre-durante-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao-19092014> (21) <http://oglobo.globo.com/rio/suspeitos-baleado-na-perna-em-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao-14015365> (22) <http://oglobo.globo.com/rio/homem-morre-em-troca-de-tiros-com-policiais-do-bope-no-complexo-do-alemao-14029090> (23) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-27/tiroteio-entre-pms-e-trafficantes-deixa-um-morto-no-complexo-do-alemao.html> (24) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/adolescente-baleado-durante-novo-tiroteio-no-complexo-do-alemao-14078675.html> (25) <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/suspeito-morre-durante-novo-confronto-no-complexo-do-alemao-02102014> (26) <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/suspeito-morre-durante-novo-confronto-no-complexo-do-alemao-02102014> (27) Fonte local (28) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/quatro-pessoas-sao-baleadas-no-complexo-do-alemao-14123721.html> (29) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/quatro-pessoas-sao-baleadas-no-complexo-do-alemao-14123721.html> (30)

<http://extra.globo.com/casos-de-policia/quatro-pessoas-sao-baleadas-no-complexo-do-alemao-14123721.html> (31) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/quatro-pessoas-sao-baleadas-no-complexo-do-alemao-14123721.html> (32) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-10-07/homem-e-baleado-durante-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao.html> (33) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-10-10/pm-e-morador-do-complexo-do-alemao-sao-tingidos-durante-tiroteio-na-regiao.html> (34) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/dois-homens-sao-assassinados-perto-do-complexo-do-alemao-14228226.html> (35) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/dois-homens-sao-assassinados-perto-do-complexo-do-alemao-14228226.html> (36) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/tiroteio-no-complexo-do-alemao-deixa-dois-feridos-14512716.html> (37) <http://extra.globo.com/casos-de-policia/tiroteio-no-complexo-do-alemao-deixa-dois-feridos-14512716.html> (38) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-12/pm-e-adolescente-sao-baleados-no-complexo-do-alemao.html> (39) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-19/suspeito-morre-e-tres-sao-presos-apos-tiroteio-no-complexo-do-alemao.html> (40) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-19/suspeito-morre-e-tres-sao-presos-apos-tiroteio-no-complexo-do-alemao.html> (41) <http://oglobo.globo.com/rio/adolescente-baleado-durante-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao-14828494> (42) <http://oglobo.globo.com/rio/presidente-de-associacao-de-moradores-morto-tiros-no-complexo-do-alemao-14890222> (43) <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/adolescente-e-baleado-no-complexo-do-alemao> (44) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-02-24/jovens-morrem-baleados-apos-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao.html> (45) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-02-24/jovens-morrem-baleados-apos-troca-de-tiros-no-complexo-do-alemao.html> (46) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-02-26/homem-e-morto-durante-troca-de-tiros-entre-pms-e-criminosos-no-alemao.html> (47) <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rio/noticia/100000739431/Mulher-gravida-e-baleada-no-Complexo-do-Alemao.html> (48) <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-Estado/2015/03/20/mulher-morre-e-pms-ficam-feridos-em-tiroteios-no-complexo-do-alemao.htm> (49) <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-Estado/2015/03/20/mulher-morre-e-pms-ficam-feridos-em-tiroteios-no-complexo-do-alemao.htm> (50) <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/bebe-e-atingido-em-noite-de-tiroteio-intenso-no-complexo-do-alemao-26032015> (51) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-25/coordenadoria-de-policia-pacificadora-confirma-morte-no-complexo-do-alemao.html> (52) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-01/mulher-morre-ao-ser-atingida-por-bala-perdida-no-complexo-do-alemao.html> (53) <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-01/mulher-morre-ao-ser-atingida-por-bala-perdida-no-complexo-do-alemao.html> (54) <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1611963-menino-de-10-anos-e-quarta-vitima-no-complexo-do-alemao-em-24-horas.shtml> |

Observação: S/I - Sem Informação



Um dado chama a atenção a partir da implantação das UPPs. Embora o número de homicídios tenha tido queda, houve um aumento expressivo de desaparecimentos. É preciso fazer um parêntese nesse item. Pesquisadores atribuem a queda no registro de assassinatos e autos de resistência à oferta de recompensa², por parte do governo, para os policiais que diminuem os índices de letalidade. Embora ressalte que há outros fatores a serem observados em relação à queda de homicídios, Daniel Misse³ não deixa de notar que: “Em qualquer dos casos, devemos observar que houve uma queda na letalidade e que essa queda estaria relacionada à ação policial. E se levarmos essa observação ao extremo, podemos concluir que a polícia tem influência também na ocorrência de homicídios comuns e não somente nos autos de resistência, já que a implementação de um sistema de metas levou a uma queda na letalidade em geral. Em pesquisa ainda em andamento, obtive relatos de policiais que se queixam quando encontram um morto na sua área e que ‘agora vai ser mais difícil alcançar a meta porque o cadáver apareceu’. Afirmações como essa também nos leva a crer em certa ‘maquiagem’ dos registros, podendo indicar que há áreas da cidade que poderiam estar se desfazendo de seus mortos para pô-los em outras regiões, de sorte e melhorar a sua meta”.

Há vários indícios de que a ampliação de desaparecimentos e de encontros de ossadas se contrapõe à diminuição dos homicídios. A Área Integrada de Segurança Pública (Aisp) 16, onde está incluído o Complexo do Alemão, é a que registrou o maior percentual de pessoas desaparecidas, em comparação com outras com UPPs. De janeiro a junho de 2013, conforme levantamento feito pelo jornal Extra, 106 pessoas desapareceram, um percentual 16,5% maior em comparação ao mesmo período de 2012⁴.

O morador do Complexo do Alemão, Rafael Calazans, integrante do Instituto Raízes em Movimento e do Coletivo Papo Reto, em um texto publicado no Canal Ibase, relata: “Assim, tiroteios, perseguições, desaparecimentos, sequestros, armas... tudo aquilo que aparentemente foi jogado para escanteio, voltaram a ser cotidianamente e dramaticamente comuns na vida social do Complexo do Alemão. Ao ponto que a mídia, que durante dois anos piedosamente cumpriu o papel da produção do consenso da paz, viu-se obrigada a anunciar o que para moradores, articuladores e parceiros que atuavam no território tornou-se agenda do dia: entra em crise o mais audacioso, espetacular, porém absolutamente frágil e mentiroso projeto das Unidades de Polícia Pacificadora do Alemão”. Calazans analisa a situação atual no Complexo do Alemão, que atualmente conta com cinco UPPs: “somente esse ano, entre militares e moradores, o número é de 17 mortos e 45 feridos, totalizando, até o presente momento mais de 50 pessoas atingidas pelo furacão em crise que agudiza o estado penal, fixando as favelas como território de exceção.”

2 Cf. <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2095262>

3 Cf. Ver estudo em “UPP e Sistema Integrado de Metas: impacto na redução da criminalidade violenta?” http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8584&Itemid=429

4 Cf. <http://extra.globo.com/casos-de-policia/cinco-das-sete-areas-com-upp-tiveram-aumento-nos-casos-de-desaparecimento-apos-ocupacao-das-favelas-9799366.html#ixzz3ihyo0ZqG>, acessado em setembro de 2015.

Dissonante do argumento do Estado que ainda hoje defende a UPP enquanto solução para as questões que circundam a segurança pública, mesmo com altos índices de letalidade nessas regiões, a manutenção desse projeto mostra-se mais como um dos dispositivos de gestão militarizada de favelas, representando não apenas um projeto de controle urbano, mas também um fator de capilarização do genocídio do povo negro e pobre no país.

BOX 8

MEGAOPERAÇÕES: O CASO DE ACARI

As Unidades de Polícia Pacificadora vem sendo apresentadas como o principal programa de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, concomitantemente à militarização permanente dos territórios, as operações policiais se mantêm como instrumento de controle nos territórios com alto índice de letalidade. As características de tais operações permanecem as mesmas das últimas décadas: marcadas pelos abusos dos agentes de segurança pública, prisões e detenções arbitrárias, tortura, ameaças, mandados de busca e apreensão coletivos e, principalmente, execuções autorizadas através do dispositivo do auto de resistência.

Neste sentido, abordaremos a questão das invasões militares feitas em favelas e das suas decorrentes graves violações aos direitos humanos, por meio da análise do caso emblemático das operações realizadas pela 41ª Batalhão de Polícia Militar, localizado em Irajá. Este batalhão criado em 2010¹, originado da divisão da área anteriormente policiada pelo 9º Batalhão de Polícia Militar de Rocha Miranda, que também será abordado neste ponto, é responsável pelos bairros de Irajá, Vista Alegre, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Turiaçu, Vaz Lobo, Madureira, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Pavuna, Costa Barros, Barros Filho, Parque Columbia, Acari e Colégio².

No ano de 2007 (período em que houve o maior número de autos de resistência desde que estes começaram a ser computados pelos dados oficiais, atingindo a marca de 1330 vítimas), o 9º Batalhão Militar, à época responsável pelo policiamento da área em análise, já havia sido considerado o terceiro batalhão mais letal do Estado do Rio de Janeiro, responsável por vitimar 196 pessoas sob o tipo de “auto de resistência”.³ Este cenário não parece ter se alterado nos últimos sete anos, apontando não ser um

1 Cf. Vide <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/09/03/pm-inaugura-41o-bpm-em-iraja/>>, acessado em setembro de 2015

2 Cf. Resolução SESEG nº. 366 de 16 de junho de 2010. Vide <http://solateli.com/cfap/html28/resolucao_seseg_366_16-06-2010.html>, acessado em setembro de 2015.

3 Cf. Vide <<http://www.hru.org/sites/default/files/reports/brazil1209ptwebwcover.pdf>>, acessado em setembro de 2015.

problema pontual ou superado, mas sim uma consequência da forma de policiamento adotado na região, qual seja as megaoperações militares. Neste sentido, apresentamos a seguir um caso emblemático de execução sumária realizada durante estas operações.

Pedro Ivo trabalhava como carregador na Ceasa (Central Estadual de Abastecimento) de madrugada e retornava no início da manhã, entre 6 e 7 horas, para Acari. Por volta das 7 horas da manhã de 17 de julho de 2015, após mais uma noite de trabalho, Pedro passou pelo Conjunto Amarelinho antes de ir pra casa, para convocar outro morador da comunidade a participar do próximo culto da Igreja que estava frequentando. No momento em que parou para dar o recado, Pedro Ivo foi atingido pelas costas por disparos de fuzil. Tratava-se de uma operação do Comando de Operações Especiais (COE), contando também com agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope), de Policiamento de Choque (BPCHq) e de Ações com Cães (BAC), além do Grupo Aeromóvel (GAM). A descrição das lesões no laudo de exame de necropsia⁴, revela que o corpo de Pedro Ivo foi atravessado por projéteis de arma de fogo em duas regiões, sendo que em uma das quatro feridas ovais compatíveis com a entrada e a saída dos projéteis, apresentava “evisceração das alças intestinais” (exposição de vísceras) – características de lesões provocadas por tiro à curta distância, o que evidencia tratar-se de um caso de execução sumária.

Segundo familiares, os tiros certamente foram à curta distância, devido ao “tamanho do estrago”. Foi relatado ainda que o corpo de Pedro Ivo trazia marcas de espancamento e que no rosto havia lesões deixadas pelo metal que compõe o coturno. Há relatos de moradores que viram os policiais jogando tijolos no rosto de Pedro Ivo, quando este já estava caído no chão.

Antes de saber que o Pedro Ivo tinha sido atingido por policiais em serviço, familiares seguiram para a 39ª DP a fim de indagar sobre seu paradeiro. Chegando lá, foram informados da morte através da versão dos fatos narrada pelos agentes: houve uma troca de tiros entre policiais e traficantes. Entregaram a carteira de Pedro Ivo, mas sem o pagamento do dia. Na carteira havia documentos de identificação, mas o corpo de Pedro Ivo chegou ao IML como “não identificado”, conforme consta na documentação original produzida no mesmo instituto, a partir de solicitação da mesma 39ª DP.

O corpo de Pedro Ivo permaneceu na Rua do Meio, no conjunto Amarelinho, por mais de 5 horas, enquanto se aguardava a perícia. A execução havia ocorrido próximo ao salão de beleza da irmã de Pedro Ivo.

De acordo com o relatório “ Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro”, lançado recentemente pela Anistia Internacional, a região (AISP) com maior índice de letalidade em 2014 é justamente aquela em que Acari se localiza, tendo sido mortos 68 pessoas em 2014 pela PM sob a figura do “auto de resistência”, tendo sido apenas em Acari 10 pessoas mortas⁵.

4 Cf. Laudo de Exame de corpo delito de necropsia, registro IML-RJ-SNC-034580/2014.

5 Anistia Internacional, “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio

BOX 9

OLIMPÍADAS SEM APARTHEID

“Nós atiramos no peito e continuamos até a cabeça”. Esta é a lição dos treinadores da empresa israelense Israeli Security and Defense Systems (ISDS) para os agentes de forças policiais e militares de todo o mundo que passam por seus cursos. Dentre os participantes está o Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE).

Como se isto já não fosse ultrajante o suficiente, os Jogos Olímpicos 2016 estão servindo de vitrine para a ISDS. Fornecedora oficial dos Jogos através de um contrato com o Comitê Organizador Rio 2016, a empresa tem espaço para propagandear e exportar suas técnicas e tecnologias para todo o mundo em troca do fornecimento de equipamentos de segurança.

Estas práticas e tecnologias são desenvolvidas no contexto de graves e extensas violação de direitos humanos cometidas por Israel contra palestinos e palestinianas e são exportadas com o apoio do governo israelense. Israel desenvolve seu regime de ocupação, colonialismo e apartheid contra o povo palestino através de torturas, prisões sem julgamento, espionagem sistemática, execuções extrajudiciais, demolições de casas, leis racialmente discriminatórias, muros separando e entrecortando comunidades, limpeza étnica e muitas outras políticas desumanas e ilegais.

Marcadamente no caso da América Latina, nos anos 1980, a ISDS, que foi fundada por agentes do serviço secreto israelense, atuou no contexto das ditaduras na América Central. A empresa é acusada de ter treinado militares durante as ditaduras em Guatemala e El Salvador e os Contra nicaraguenses. No México, teria fornecido treinamento “antiterrorista” a uma força especial policial cuja brutalidade e corrupção, extremas, resultaram em sua desativação.

Hoje, a Olimpíada Rio 2016 tem se transformado numa vitrine global de promoção da repressão e crimes contra os povos, da Palestina à América Latina, das favelas do Rio de Janeiro à Nicarágua. A ISDS é símbolo disto e é parte integral de uma troca global de experiências entre as forças militares e policiais mais brutais do mundo: globaliza-se a repressão.

Precisamos colocar um fim nisto tudo, atendendo, simultaneamente, ao apelo dos palestinos para que exerçamos pressão em Israel pelo respeito ao direito internacional. Pela liberdade, igualdade e justiça reivindicadas pelo povo palestino, cresce o movimento de boicotes, desinvestimento e sanções (BDS) contra Israel e as entidades conectadas com suas violações, como a ISDS.

Como diz Jamal Juma, coordenador da Campanha contra o Muro na Palestina que integra o Comitê Nacional Palestino por BDS, “É essencial que todos nós estejamos juntos para acabar com a impunidade na Palestina e no mundo. É inaceitável que

Israel continue a ser líder nas exportações das técnicas de repressão e das violações dos direitos humanos a qualquer interessado em utilizá-las contra o seu povo.”

Assim, lutar pelo fim do contrato do Comitê Organizador das Olimpíadas com a ISDS é um passo importante na luta contra o uso de Megaeventos tanto como vitrine para o apartheid israelense, quanto como espaço de implementação e tolerância à segregação, racismo e opressão no âmbito local e nacional. É com estas bandeiras que nasce a campanha “Olimpíadas sem Apartheid”. Fora ISDS dos Jogos Olímpicos!



1 Maiores informações na página do Facebook <https://www.facebook.com/Olympics-without-apartheid-Olimp%C3%ADadas-sem-apartheid-1454907861480658/timeline/?ref=ts>



7. Gênero: o protagonismo das mulheres nas lutas populares da cidade do Rio de Janeiro

A Olimpíada de 2016 e os megaeventos que a antecederam têm servido como pretexto para implantação de um modelo de desenvolvimento e de cidade elitizador e excludente. Este modelo reforça padrões, valores e desigualdades de uma sociedade marcadamente patriarcal e racista, reafirmando privilégios de uma minoria masculina, de meia idade, heterossexual e com estabilidade econômica e trabalhista.

No entanto, ao lado desse projeto de desenvolvimento e de cidade, surgem resistências, enfrentamentos e propostas alternativas. Enquanto sofrem com alterações na cidade - que têm impactado principalmente a Zona Oeste, região com mais mulheres chefes de família - as mulheres se organizam para lutar contra essas violações de direitos humanos.

Na luta contra remoção, as lutadoras costumam ser moradoras antigas das comunidades ameaçadas e na maioria das vezes são as “chefes” de suas famílias, usando do que podem para garantir da melhor forma suas vidas e a de seus filhos.

Quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). É toda a forma de sobrevivência das famílias, o tecido social por elas construído e sua rede de solidariedade e de cuidado mútuo. Daí o protagonismo de tantas mulheres, com força na luta pela permanência em suas comunidades, pois são elas as mais afetadas nos processos de remoção.

Maria da Penha Macena faz parte da corrente humana contra a truculência da Prefeitura na Vila Autódromo. No dia 3 de junho, ela segurou bem firme os braços dos vizinhos para impedir a demolição de mais uma casa. Acabou sendo agredida pela Guarda Municipal, mas não desistiu da luta.

“Uma vez minha filha falou que a mulher é a árvore da casa. Ela sustenta todos os galhos. E é verdade. E na luta da comunidade também você vê que tem mais mulheres à frente. Porque aquela é sua casa, é sua história, é sua vida”, avalia Penha.

Socorro, eleita recentemente presidente da Associação de Moradores da Indiana, participa de

muitos movimentos e eventos, disseminando sua história de resistência ao conflito causado pela Prefeitura para que a comunidade não fique tão vulnerável às ameaças que sofre.

As mulheres são a maioria nos trabalhos precarizados e informais. São também lideranças importantes nessa resistência. No Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), surgido da necessidade dos camelôs de se defender da violência da Guarda Municipal, as mulheres assumem para si a condução do movimento e o enfrentamento com a Guarda Municipal.

Maria de Lourdes, mais conhecida como Maria dos Camelôs, entrou na luta pelo direito ao trabalho dos camelôs em 2003, quando teve seu primeiro filho. Lutadora aguerrida, ela conta que em muitos momentos a gravidez ajudava a “entrar na frente” dos guardas para tirar os companheiros presos. Sete dias depois do parto, ela já estava na rua defendendo companheiras e companheiros de profissão na luta contra a apreensão de mercadorias e agressões.

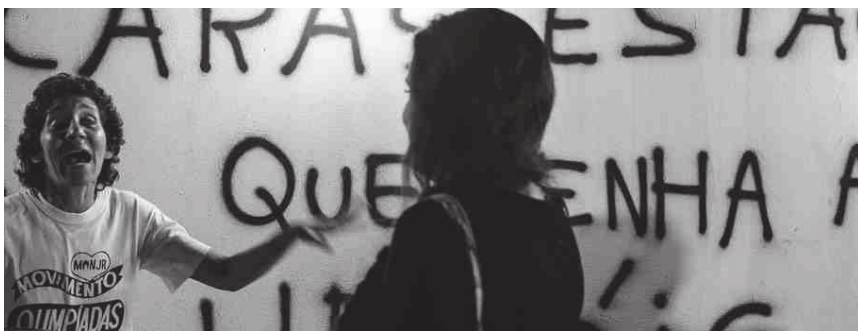
Ela só teve 15 dias de resguardo depois do parto, após ser agredida pela Guarda Municipal. “O espaço de luta da gente é bem feminino porque as mulheres acreditam mais na organização. Além disso, são muitas as mães solteiras que vêm para a rua como alternativa de trabalho, para criar seus filhos”, detalha Maria, coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (Muca).

A professora de atletismo, Edneida Freire, viu sua rotina mudar com o fechamento do Estádio de Atletismo Célio de Barros, em janeiro de 2013. Ela era coordenadora técnica do projeto Rio 2016 e atendia mais de 300 alunos. Desde 2013 protagoniza a luta de maneira incansável pela reabertura do estádio de atletismo e demais equipamentos do Complexo Maracanã.

As políticas de “segurança pública” e “pacificação” também têm um impacto de violação acentuado, e seguem perpetrando um verdadeiro genocídio da juventude negra e pobre da cidade por parte das forças policiais. Na resistência, surgem diversos movimentos, dentre os quais muitos são protagonizados pelas mães de vítimas. As mães se organizam e criam uma rede de apoio para transformar o luto em luta. Juntas, ganham força para resistir e para lutar por um futuro diferente.

Deize Carvalho teve seu filho torturado e assassinado por agentes do DEGASE, em 2008. Ela é uma dessas mulheres que transformaram o luto em desejo de mudança, escreveu um livro contando sua história e hoje é protagonista na luta em defesa dos direitos humanos, buscando justiça para seu filho e denunciar violações cometidas por policiais da UPP de sua comunidade, o Cantagalo.

Estas e tantas outras mulheres estão entre as principais lideranças que lutam por direitos em nossa cidade.



BOX 10

PROSTITUIÇÃO NÃO É CRIME E TURISMO SEXUAL É LEGAL

Muitas informações têm sido publicadas sobre o suposto elo entre eventos esportivos e o “aumento da prostituição” ou, ainda, o tráfico de pessoas. Há muitas distinções que precisam ser feitas. A primeira delas: prostituição, no Brasil, é ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em sua Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002 (CBO, n.5198-5). A outra distinção necessária é: durante a Copa, todos os trabalhadores querem incrementar seus ganhos e, por isso, não é difícil notar que pouco tem sido esclarecido sobre a violação de direitos que ocorre por obra da confusão entre trabalho sexual, tráfico de pessoas e o suposto “aumento” de ambos durante os grandes eventos esportivos. Para tal confusão contribuem, ainda, a criminalização dos deslocamentos humanos e dos processos migratórios daí derivados e o parco reconhecimento que tem sido conferido ao trabalho sexual, apesar das inúmeras e, por vezes, eloquentes manifestações, no Brasil e em outros países do mundo e agora, mais recentemente, da proposição da Anistia Internacional em prol da descriminalização total da prostituição e das relações de trabalho nesse campo.

Prostituição, no Brasil, não é crime e nunca foi. Além disso, a prostituição é permitida em 50% do total dos países onde existe uma legislação mínima sobre as trocas econômico-sexuais. Nos demais, sua legalidade é limitada em 11% dos países e apenas nos 39% restantes ela é proibida (EUA, Lituânia, Romênia, Haiti, Suriname, Bahamas, Cuba, Ruanda, Uganda, Filipinas, entre outros). No Brasil, a Rede Brasileira de Prostitutas, em sua Carta de Princípios, defende o “direito de migração para o trabalho legal” e o “exercício da profissão por maiores de 18 anos¹”. Em consonância com esta Carta, muitos juristas defendem os mesmos direitos e vão além, ao considerarem que uma atividade que favorece outra, lícita (a prostituição), não pode ser ilícita (o proxenetismo).

Nesse campo, questões de gênero não podem ser deixadas de fora. Afinal, as violações de direitos dos chamados profissionais do sexo, nas mais variadas circunstâncias, revelam que identidade de gênero e a exibição do corpo sexuado respondem por boa parte dos constrangimentos que sofrem. Por isso, violações de direitos humanos, civis e sexuais de prostitutas e prostitutos, nas mais variadas circunstâncias, são violações indissociáveis.

Durante os processos de “higienização” das cidades-sede da Copa, áreas de prostituição têm sido local de destino de agentes do Estado, missionários e militantes abolicionistas que, sob os argumentos da hora, pretendem conter, por vezes de maneira brutal, o que consiste em direito: o trabalho sexual e, por conseguinte, o turismo classificado de “sexual”. Por isso, vale saber que prostitutas militantes e demais ativistas participam do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) e publicaram,

1 REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS. Carta de princípios da RGB. Disponível em: <http://www.observatoriodaprostituicao.ifcs.ufrr.br/carta-de-principios-da-rbp/> Acesso em 12 nov. 2015.

em maio de 2014, recomendações às instituições que pretendiam realizar ações relacionadas à Copa do Mundo: “No Brasil, há receio de que ocorram ações de repressão contra a prostituição de adultas e adultos em várias cidades da Copa. É preocupante que essas ações possam estar relacionadas a projetos de higienização urbana, o que não se coaduna com o Estado democrático vigente no País e fere os direitos de prostitutas e prostitutos, estigmatizando-os e vulnerabilizando-os”.² A Associação Brasileira de Antropologia-ABA, em carta encaminhada ao Secretário Nacional de Justiça e ao Diretor do Departamento de Estrangeiros, do Ministério da Justiça, em maio de 2014 (Ofício no 018/2014/ABA/PRES), também manifestou-se, juntamente com o seu Comitê Migrações e Deslocamentos, contra a indevida inserção de uma Feira Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias na programação oficial da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), notando nisso uma “(inconveniente) associação com uma pauta anti-tráfico de pessoas produzida por agências multilaterais e utilizada, sobretudo por governos do hemisfério norte, como instrumento de contenção da mobilidade humana, do livre exercício da prostituição e, em última análise, de criminalização da imigração.” Já a Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW) lançou, em 2011, o documento “Qual é o preço de um boato? Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas”, visando desconstruir pânico morais e evitar um aumento de criminalizações de prostitutas e clientes e a consequente violação de direitos humanos nos países-sede de grandes eventos esportivos.

Durante a Copa do Mundo de 2014, o Observatório da Prostituição-UFRJ entrou em campo acompanhando as ações de agentes governamentais e não-governamentais em áreas de prostituição da cidade do Rio de Janeiro. Devido aos feriados decretados para os dias de jogos, trabalhadores do centro da cidade, incluindo prostitutas, sofreram um grande impacto. Estabelecimentos comerciais, incluindo boates e bordéis, permaneceram fechados e somente uma pequena parcela dessa população migrou para a Zona Sul da cidade, sobretudo Copacabana, onde se concentraram os festejos da Copa. Mesmo ali, bares frequentados por prostitutas e um hotel localizado no mesmo tradicional setor da prostituição na Zona Sul foram fechados, mas aqui pela polícia, no dia de abertura do evento, em uma operação midiática que apenas deixou nas ruas do entorno aquele público que estaria atuando nesses estabelecimentos, sob maior proteção e controle, por exemplo, contra o trabalho de menores. Vale ainda destacar o emblemático caso envolvendo a retirada brutal de mulheres, pela polícia civil, dos apartamentos onde trabalhavam como prostitutas, em regime de autogestão, no centro da cidade de Niterói, área então recentemente delimitada por uma Operação Urbana Consorciada (OUC). Embora ocorrido em uma cidade vizinha, esse caso reflete ações ditas higienistas em cidades da metrópole que receberam investimentos inéditos

2 COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. *Recomendação CONATRAP nº1/2014*. Disponível em: https://observatoriodaprostituicao.files.wordpress.com/2014/05/conatrap_resolucao3a7c3a3o_01_gt_copa.pdf Acesso em 12 nov. 2015

3 GAATW. *What's the cost of a rumour? A guide to sorting out the myths and the facts about sporting events and trafficking*. dez. 2011. Disponível em: <http://www.nsup.org/es/node/811> Acesso em 12 nov. 2015

através das parcerias público-privadas propiciadas pelo sedimento dos jogos da Copa e das Olimpíadas na capital⁴.

Além dos deslocamentos forçados identificados – e os métodos empregados para tanto – observou-se ainda a ausência de denúncias de tráfico de pessoas e de exploração sexual durante a Copa. No posto avançado do Conselho Tutelar da Zona Sul, a poucos metros do FIFA Fan Fest, não houve um registro sequer de exploração sexual de crianças e adolescentes e nenhuma vítima de tráfico de pessoas foi encontrada ou mesmo apontada durante o Mundial. Para essa ausência de casos, uma soma considerável de investimentos em material de campanha para evitar o que, afinal, não houve, enquanto que graves violações ocorridas continuam, até hoje, sem o devido tratamento.

Resta saber se nas Olimpíadas o jogo vai ser limpo ou a população vai ser, a exemplo da Copa, ludibriada, silenciada, mal-informada e violada em seus direitos.

Evento	Previsões	O que aconteceu?
Copa do Mundo, 2010 (África do Sul)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.	O Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul não encontrou um só caso de tráfico no evento.
Jogos Olímpicos, 2010 (Canadá)	Ocorreria uma “explosão” no tráfico humano	Os dados estão sendo analisados, mas as evidências anedóticas (Canadá) e reportagens preliminares indicam que nenhum caso de tráfico foi identificado e os negócios diminuíram para os/as trabalhadores/as sexuais. 40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.
Copa do Mundo, 2006 (Alemanha)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.	5 casos de tráfico foram identificados, de acordo com os critérios locais, ligados à Copa do Mundo.
Jogos Olímpicos, 2004 (Grécia)	Aumentaria o tráfico para a prostituição.	Nenhuma instância de tráfico para a prostituição foi ligado aos Jogos Olímpicos de 2004.
Super Bowl 2008, 2009, 2011 (EUA)	10.000 - 100.000 trabalhadoras sexuais “invadindo” o evento ou sendo traficadas para o trabalho sexual durante o evento.	A polícia não notou nenhum aumento em prisões relacionadas ao trabalho sexual durante o evento.

Fonte: WHAT'S THE COST OF A RUMOUR? A guide to sorting out the myths and the facts about sporting events and trafficking – GAATW, 2011.

4 Para maiores informações, v. o relatório do Observatório da Prostituição sobre os efeitos da Copa do Mundo: <http://www.observatoriodaprostituicao.ifcs.ufrj.br/observatorio-da-prostituicao-publica-relatorio-sobre-a-copa-do-mundo/>



8. Crianças e Adolescentes: condições de vulnerabilidade e violência

Apesar do 25º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) neste ano, a violação de direitos deste segmento da população ainda é uma triste realidade no Brasil. Segundo dados recentes do UNICEF¹ são inúmeras as condições de vulnerabilidade e violência a que estão expostas muitas crianças e adolescentes, sendo o Brasil o oitavo país num ranking de 190 países que detém as maiores taxas de morte por homicídio envolvendo crianças e jovens entre 10 e 19 anos. O contexto da Copa do Mundo e das Olimpíadas agravou este cenário e o desrespeito aos direitos da criança e do adolescente.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República divulgou um balanço² sobre a Copa e, de acordo com os dados do Disque 100, houve um aumento de 17% nos casos de denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes durante o evento (mês de junho de 2014) se comparado ao mesmo período em 2013. Este aumento representa o número de 1.658 denúncias a mais que no ano anterior. No entanto, é importante mencionar que este número não representa a extensão completa do problema, já que diz respeito somente aos casos que foram denunciados.

Um estudo³ desenvolvido pela Universidade de Dundee nas cidades do Rio de Janeiro e Recife analisou o impacto direto, ocorrido antes, durante e depois da Copa, na vida de crianças e adolescentes. Foram ouvidas diversas organizações de direitos humanos e aquelas ligadas a defesa dos direitos de crianças⁴, e ainda grupos de crianças e adolescentes com idades entre 11

1 UNICEF (2014). *Hidden in Plain Sight. A statistical analysis of violence against children*. On line: http://www.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf, acessado em setembro de 2015.

2 Relatório produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2014). *Balanço Copa do Mundo 2014*. Disponibilizado por ECPATBrasil em Agosto de 2014.

3 A pesquisa intitulada "Documentando a violação de direitos de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014 no Brasil" foi realizada pela Universidade de Dundee/Escócia em parceria com o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI/ PUC Rio de Janeiro e teve o apoio da Oak Foundation, Geneva.

4 A pesquisa teve a colaboração de 13 organizações no Brasil. Foram elas: Articulação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (ANCD); Childhood Brasil; ECPAT-Brasil; Anistia Internacional; Unicef Brasil; Redes da Maré; CEDECA Rio de Janeiro; Associação Brasileira Terra dos Homens; Conselho Tutelar do Centro; Rede Rio Criança; FASE; Diaconia; Secretaria da Criança e da Juventude de Pernambuco

e 15 anos residentes em favelas e periferias das duas cidades⁵. As quatro principais violações dos direitos da criança e do adolescente encontradas foram: (i) violência policial e do Exército; (ii) remoções; (iii) exploração sexual de crianças e adolescentes; e (iv) trabalho infantil.

O impacto da violência policial e do Exército, bem como das remoções na vida das crianças e adolescentes do Rio de Janeiro foi retratado em uma série de filmes produzidos pela ONG Terre des Hommes⁶. Por causa da Copa, Felipe, um garoto de 16 anos, teve a sua casa destruída para dar lugar a um estacionamento que nunca foi construído⁷. Gabriel, de 13 anos, relata o impacto da violência policial em decorrência dos Megaeventos. No vídeo 'A Bala', ele conta sobre dia em que foi atingido por uma bala no braço enquanto jogava bolinha de gude⁸. Já o longa intitulado 'A Lutadora' conta a história da Naomy, uma menina de 12 anos, moradora da Vila Autódromo, que vê tudo o que ela ama ser destruído para a construção das Olimpíadas⁹.

A Violência Policial e do Exército

De acordo com dados da pesquisa, a violência policial no período pré-copa foi dirigida a três grandes grupos: (i) as crianças e adolescentes em situação de rua; (ii) os moradores de favelas, em especial aquelas com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); e (iii) os adolescentes durante os protestos que ocorreram em todo o país em 2013.

Violações contra crianças e adolescentes em situação de rua. As principais violações contra as crianças e adolescentes em situação de rua ocorreram através do recolhimento compulsório destes grupos durante uma operação que no Rio de Janeiro recebe o nome de Operação Choque de Ordem, criada em 2009 pelo Prefeito Eduardo Paes. Tal operação do governo se intensificou bastante no contexto dos Megaeventos na medida em que seu principal objetivo é fazer uma "limpeza das ruas" e preparar a cidade para os visitantes e para a visibilidade na mídia. Trata-se de uma série de ações da Secretaria Especial de Ordem Pública, onde a Guarda Municipal em conjunto com outros órgãos de fiscalização e limpeza, como o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), percorrem alguns bairros da cidade (geralmente localizados nas áreas nobres) recolhendo lixo, mercadorias ilegais de ambulantes, mas também pessoas que estejam morando nas ruas.

Entidades de direitos humanos¹⁰ vêm denunciando que esta abordagem, principalmente quando dirigida a crianças e adolescentes em situação de rua, está sendo feita de forma cada vez mais violenta, pautada somente no uso da força física e não no convencimento gradual usado

5 Crianças e adolescentes com idades entre 11 e 15 anos residentes nas comunidades de Nova Holanda (Complexo da Mare/RJ) e Morro da Conceição (Recife) participaram dos Grupos Focais que tiveram como objetivo dar voz a estes grupos e capturar suas percepções sobre os efeitos da Copa em suas vidas.

6 A campanha Children Win, da ONG Terre des Hommes documentou a história de 5 crianças e o impacto que Megaeventos tiveram em suas vidas. Para mais informações, acesse o site: <http://www.childrenwin.org/>

7 Para mais informações sobre a história do Felipe, acesse: <http://www.childrenwin.org/building-evidence/felipe-lost-his-home-for-a-world-cup-car-park/>, acessado em setembro de 2015.

8 Para mais informações sobre a história do Gabriel, acesse: <http://www.childrenwin.org/building-evidence/the-bullet-police-violence-during-the-world-cup-2014/>, acessado em setembro de 2015.

9 Para mais informações sobre a história da Naomy, acesse: <http://www.childrenwin.org/building-evidence/olmpyicday-give-children-in-rio-a-reason-to-celebrate/>, acessado em setembro de 2015.

10 CEDECA Rio de Janeiro (2013). *Recolhimento e internação compulsória. Uma política violadora de direitos humanos. Fundo Brasil de Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2013.*

comumente por educadores que atuam nas ruas. De acordo com a pesquisa acima mencionada, o número de denúncias de abuso e violência policial durante o recolhimento de crianças e adolescentes vivendo nestas condições aumentou no contexto que antecede os grandes eventos na cidade.

Outra denúncia grave de violação de direitos associada ao recolhimento compulsório de crianças nas ruas foi o desaparecimento de muitos deles sem que os próprios colegas saibam onde se encontram. Aliado a este fato, de acordo com os entrevistados, muitas crianças e adolescentes em situação de rua foram encaminhados para unidades de internação do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE)¹¹. No entanto, o envio deste grupo para as instituições do DEGASE não esteve associado ao cometimento de infração penal mas foi considerado uma estratégia para mantê-los afastados dos principais pontos turísticos ligados ao evento durante a realização dos jogos da Copa. As crianças e os adolescentes, ao retornarem para a rua após quase um mês depois da Copa começaram a revelar as violências sofridas nos abrigos e em centros de internação do DEGASE.

No período durante a Copa do Mundo de 2014, o número de operações policiais voltadas para o recolhimento de crianças e adolescentes reduziu, segundo a pesquisa. Esta redução teria sido estratégica para que não houvesse muita visibilidade sobre as ações da polícia contra estes grupos no período de realização dos jogos, evitando assim uma maior exposição de casos de abuso do uso excessivo da força pela polícia e pelo exército na mídia. Outra explicação se encontra no "sucesso" destas operações no período anterior a Copa, reduzindo consideravelmente o número de crianças e os adolescentes nas ruas do Centro e da Zona Sul da cidade. Portanto, aqueles que não foram recolhidos e/ou encaminhados para abrigos migraram para áreas distantes da região central dos jogos não sendo mais um problema "visível" para os turistas.

Cabe destacar que a falta de visibilidade sobre as violações dos direitos da criança e do adolescente vivendo nas ruas durante a realização da Copa não significa que eles não tiveram seus direitos violados também neste período. Tal fato demonstra apenas que, como a força policial foi concentrada nos locais onde a Copa estava mais evidente, como a orla de Copacabana, o Alzirão¹² na Tijuca, o entorno do Maracanã, esses grupos migraram para outras partes da cidade, distantes da área dos eventos e portanto sem muita vigilância, e podem ter sofrido violência sem o conhecimento da mídia e outros órgão de proteção.

De acordo com a Rede Rio Criança¹³, esforços da sociedade civil não têm sido suficientes para evitar que as crianças de rua tenham seus direitos ainda mais violados pelo poder público em contextos de Megaeventos no Brasil. A retirada forçada das ruas não vem acompanhada de um conjunto de ações articuladas entre vários setores do governo que busquem enfrentar as causas que levam um grande número de crianças para as ruas e que garantam a sua proteção integral.

Aumento da violência policial em favelas. Houve um aumento da violência policial em favelas

11 Este é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aqueles que cometeram algum ato infracional.

12 O Alzirão, como é popularmente conhecido, se refere à Rua Alzira Brandão, localizada na Tijuca, tradicional ponto concentração da população para acompanhar os jogos da seleção brasileira durante os campeonatos da Copa do Mundo.

13 A Rede Rio Criança é uma articulação de referência no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Composta de 12 ONGs, desde 2001 vem desenvolvendo ações integradas para enfrentar este grave problema social.

decorrente do crescente número de operações policiais nestes territórios no período anterior e também durante a realização da Copa do Mundo. Estas operações tiveram como resultado o homicídio e execução de muitos jovens moradores (Ver capítulo e boxes sobre segurança pública e violência policial neste Dossiê). Existe um padrão de atuação das forças de segurança pública em favelas e territórios populares durante Megaeventos esportivos que vem sendo responsável pelo processo de criminalização destas áreas e de seus moradores, incluindo crianças e adolescentes, em especial os do sexo masculino.

Dois meses antes do início da Copa, cerca de 1200 policiais entraram no Conjunto de Favelas da Maré no Rio de Janeiro como parte das ações de implementação da trigésima nona UPP no Estado. Após uma semana, foi a vez do Exército ocupar as 16 comunidades da Maré. A entrada da Polícia Militar e do Exército trouxe a tona uma série de violações contra moradores, em especial para as crianças e adolescentes. A pesquisa mostrou que as violações relatadas nestes casos incluíram revistas nas casas sem autorização judicial, uso de agressão verbal e física durante o procedimento, quebra ou furto de pertences dos moradores, disparo de tiros de borracha e assédio as meninas. Além disso, as crianças e os adolescentes que participaram da pesquisa mencionaram o sentimento de medo e intimidação quando o Exército ocupou suas comunidades com tanques e soldados fortemente armados provocando neles a sensação de que estavam “numa guerra”. Para eles, a violência da polícia contra jovens moradores de favela é sentida como uma violência que discrimina seus pares e que se baseia somente na moradia e na cor da pele. Em diversos momentos durante as discussões nos Grupos Focais, as crianças e os adolescentes fizeram referência ao tratamento diferenciado dado pela Polícia para as pessoas que eles denominam de “os ricos” e “os pobres”.

Violações contra adolescentes durante os protestos em 2013. Um ano antes da Copa, no período da Copa das Confederações em 2013, nas grandes manifestações públicas que aconteceram por todo o Brasil, a violência cometida pela polícia e dirigida a adolescentes vindos do movimento estudantil de escolas e universidades teve como objetivo reprimir os protestos. A Polícia Militar chamada para conter os manifestantes, além de ferir muitas pessoas, cometeu uma série de irregularidades na detenção de menores de 18 anos, violando muitos de seus direitos ao desobedecer a legislação específica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) neste casos.

Por exemplo, o ECA declara que em situação de apreensão de menores de idade pela polícia, eles devem ser encaminhados para uma delegacia especial, a DPCA, que é a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Os responsáveis devem ser informados imediatamente sobre o ocorrido. Contudo, dados da pesquisa mostram que em muitos casos isso não aconteceu. Os adolescentes presos em protestos em 2013 foram levados junto com outros manifestantes adultos direto para as delegacias comuns. Os pais ou os responsáveis não foram informados sobre o ocorrido e muitos deles sofreram agressões de policiais ainda dentro das viaturas oficiais e/ou permaneceram várias horas dentro destes carros (no sol, sem água ou comida), sem que a presença de advogados lhes fosse concedida.

As Remoções

As remoções, como apontam os dossiês da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa - ANCOP e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, resultam no agravamento das condições de vida e de moradia de inúmeras famílias, incluindo crianças e adolescentes, que em muitos casos foram morar nas ruas.

Mesmo não existindo dados específicos sobre o número de crianças e adolescentes que foram removidos no contexto da Copa, os relatos das organizações de direitos humanos mais uma vez confirmam as informações contidas nos dossiês anteriores da ANCOP. As violações de direitos básicos neste processo foram constantes e de diversas ordens. A falta de informação foi um grave problema para as famílias que não sabiam quando e para onde seriam encaminhadas, criando uma atmosfera de medo em relação ao futuro que atingiu todas as pessoas da casa, especialmente as crianças e os idosos. Intimidações e ameaças do governo durante as negociações para a retirada das famílias também recaíram sobre muitas crianças e adolescentes que em alguns casos foram intimidados a assinarem documentos de concordância com a remoção, na ausência dos pais, sem que a sua pouca idade (e ilegalidade da ação) fosse considerada e respeitada.

Diante disso, pode-se afirmar que as crianças não ficaram imunes ao que estava acontecendo com os adultos. Pelo contrário, elas presenciaram a angústia deles e dos demais membros da família, sofrendo junto durante todas as fases no processo das remoções.

Durante a retirada forçada das famílias houve o emprego de violência por parte da polícia. Crianças e os adolescentes foram atingidas por bombas de gás lacrimogênio e spray de pimenta. Além disso, eles viram suas casas serem destruídas, seus pertences perdidos ou danificados durante o transporte (geralmente feito numa caçamba usada para recolher lixo), o adoecimento de seus avós e avôs (muitos vieram a falecer em decorrência das situações de estresse que o processo de remoção gerou como enfartes, derrames e depressão). As crianças e os adolescentes sofreram duplamente: tanto a perda de familiares que tinham uma grande convivência afetiva com eles, como ainda pela necessidade de assumirem certas responsabilidades que antes eram realizadas por estes membros. Desse modo, as crianças e os adolescentes vítimas das remoções forçadas passaram a cuidar da casa, de irmãos menores e ainda da administração de medicação e cuidados dos membros da família que adoeceram. Consequentemente, eles passaram também a dar sinais de terem sofrido danos psicológicos e emocionais decorrentes destas situações traumáticas que vivenciaram como pesadelos, dores de cabeça, falta de apetite e isolamento social.

Depois de terem sido removidas, no geral, para áreas muito distantes da original estas crianças ficaram sem vários direitos básicos como escola (direito à educação), atendimento médico especializado (direito à saúde), sem transporte adequado para ir a escola, sem segurança (direito a ser protegida) e sem a preservação dos laços comunitários (direito à convivência familiar e comunitária).

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Antes de tocar nos dados relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes, é importante ressaltar duas tendências comuns quando se analisa a pesquisa existente sobre exploração sexual em torno de Megaeventos Esportivos: a captação da agenda por motivos conservadores e a sua “invisibilidade”.

Com relação ao primeiro ponto, é importante ressaltar a diferença entre prostituição e exploração sexual. De acordo a pesquisa realizada pela Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW), muitas vezes o aumento de campanhas orientadas para o combate ao tráfico humano ou exploração sexual durante Megaeventos não são baseadas em dados concretos, mas escondem

uma agenda política conservadora, voltada para a criminalização da prostituição¹⁴. No Brasil, prostituição não é crime mas sim uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho desde 2002 (CBO, n.5198-5). Ainda, segundo a pesquisa realizada pelo Observatório das Prostitutas nas principais zonas de comércio sexual no Rio de Janeiro “não houve, durante a Copa, aumento substantivo da prostituição, nem tampouco da exploração sexual de crianças e adolescentes que pudesse ser atribuída ao crescimento do comércio do sexo nessas cidades, por efeito, da presença massiva de turistas sexuais”¹⁵. Neste sentido, ao denunciar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como qualquer outra modalidade de exploração do trabalho infantil, entendemos que deve ser garantido o direito de trabalho das prostitutas e demais trabalhadores e trabalhadoras do sexo.

Já no que tange a “invisibilidade” da exploração sexual de crianças e adolescentes, em primeiro lugar ela é devida ao fato que muitas vezes ela é uma consequência de outros problemas sociais relacionados com os Megaeventos, tais como a piora das condições de vida de inúmeras famílias devido às remoções forçadas, aliado as operações de “limpeza” de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como os altos índices de desemprego dos pais e falta de acesso à escola. Em segundo lugar, na maioria dos casos encontrados, meninas ou meninos sendo explorados sexualmente não são percebidos como vítimas - na verdade, nem mesmo como crianças ou adolescentes, o que constitui um grave problema em termos do entendimento da população sobre o que define a exploração de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, a sua denúncia. Um estudo realizado em vários países mostrou que os homens justificam a sua percepção de exploração sexual dizendo que, embora o “trabalho sexual” de uma menina ou um menino menor de 18 anos seja moralmente errado, é a sua própria escolha fazê-lo ou não¹⁶. Em terceiro lugar, exploração sexual de crianças e adolescentes é invisível porque na maioria das vezes acontece com crianças e adolescentes socialmente excluídos e vulneráveis, grupos já marginalizados pela sociedade. Dependendo de raça, gênero, classe social e econômica e nacionalidade envolvida na interação, o mesmo ato pode ser interpretado como flerte de uma profissional do sexo e não como exploração sexual infantil. Quanto mais baixa a classe e mais escura a pele da pessoa, mais provável será que as pessoas achem que sejam profissionais do sexo e não vejam que na verdade são crianças e que o que está ocorrendo é um crime - exploração sexual¹⁷. No contexto dos Megaeventos esportivos, a “invisibilidade” dos grupos socialmente excluídos é ainda mais contrastada com a máxima visibilidade das questões “rentáveis”, como a atração de turistas e investidores.

Os dados das entrevistas realizadas pela Universidade de Dundee mostraram que meninas pobres e em situação de vulnerabilidade entre 9 a 17 anos se encontram particularmente em risco de exploração sexual e assédio. Antes da Copa, houve um aumento deste tipo de violência perto de novas zonas de prostituição criadas no entorno das obras dos estádios, que contou com a organização de determinadas redes de exploração por conta do aumento do contingente masculino para a realização das obras¹⁸.

14 Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW). *What is the cost of a rumour? A guide to sorting out the myths and the facts about sporting events and trafficking* (2011).

15 Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Observatório da Prostituição*. (2014), p. 6.

16 O estudo foi realizado no Brasil, Chile, Croácia, Índia, México, Ruanda e África do Sul. *International Center for Research on Women and Promundo. Evolving Men - Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*. (2011), p. 53-54.

17 Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Observatório da Prostituição*. (2014), p. 34.

18 Cf. <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/as-vesperas-da-copa-do-mundo-prostituicao-infantil-e-preocupacao-em-sedes,97ac46ac709b2410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>, acessado em agosto de 2015.

Outro ponto destacado por algumas organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes chama a atenção para o fato de que o entorno dos estádios de futebol ficaram descobertos de segurança garantida pelo poder público, e sim a cargo da FIFA, que contratou empresas privadas para desempenhar esta tarefa. Portanto, estas áreas específicas ficaram totalmente fora do eixo de supervisão e/ou fiscalização de órgãos de proteção especificamente voltados para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando a exploração sexual deste grupo social, como noticiaram alguns órgãos de imprensa¹⁹.

O Trabalho Infantil

O trabalho infantil no contexto da Copa do Mundo no Brasil ocorreu de forma semelhante ao que já existe em outros grandes eventos e festas regionais como o Carnaval e o São João no Nordeste do país. Nestas ocasiões muitas crianças e adolescentes buscam as ruas e os locais com grande movimentação de pessoas, em especial turistas, para trabalharem na venda informal de comida e bebida.

Não muito diferente do período pré-Copa, o trabalho infantil durante a Copa foi percebido através da venda de produtos ligados ao futebol (bandeira, camisas, bolas), comida e bebidas nos locais do entorno de estádios, nas “Fan Fests” e/ou em áreas onde o trânsito ficava mais congestionado.

Outro aspecto importante no que se refere ao trabalho infantil durante a Copa foi o não cumprimento da Constituição Federal Brasileira e da própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que desde 2004 proibiu o trabalho de gôndula para menores de 18 anos. No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma resolução em 2013 que autorizava o trabalho de crianças e adolescentes neste tipo de evento. A FIFA e as empresas patrocinadoras da Copa do Mundo de 2014 estiveram então autorizadas a contratar crianças e adolescentes a partir de 12 anos para trabalhar em atividades promocionais relacionadas ao Mundial de futebol, sendo uma delas a de Gôndula. Esta decisão foi considerada um grande retrocesso na legislação que já estava sendo aplicada com eficácia.

Colocando em prática valores Olímpicos

Em consonância com os estudos²⁰ produzidos nos últimos anos, fica claro como Megaeventos têm produzido um legado negativo para as populações mais vulneráveis dos países-sede, em especial as crianças e os adolescentes de origem popular. No caso do Brasil, alguns grupos foram mais afetados que outros pelas mudanças implementadas nas 12 cidades-sede com o intuito de assegurar a realização da Copa. Entre eles, destacam-se as crianças e os adolescentes em situação de rua e aqueles residentes em comunidades com a presença de UPPs. A violência policial (e do Exército) junto com as consequências das remoções forçadas na vida de um grande número de crianças e jovens foram, numa primeira leitura, o pior legado da Copa de 2014.

19 Cf. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/25/prostituicao-sub-17-ronda-estadio-da-copa-das-confederacoes-em-fortaleza.htm>, acessado em agosto de 2015

20 Brackenridge, C. et al. (2013). *Child Exploitation and the FIFA World Cup: A review of risks and protective interventions*, BC.SHaW, Brunel University: London; *Childhood Brasil*. (2012). *Projeto Copa do Mundo 2014. Prevenção e enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do Mundial*; Heinrich Böll Brazil Institute (2014). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*; van Blerk, L. 2011 *Managing Cape Town's street children/youth: the impact of the 2010 world cup bid on street life in the city*, *South African Geographical Journal*, 93(1): 29-37.

Além da responsabilidade primordial pelo respeito de regras de direitos humanos por parte do governo Brasileiro, garantido na Constituição e em tratados internacionais (ver Box sobre Violações aos Direitos Humanos do Ponto de Vista do Direito Internacional), é importante ressaltar que os organizadores de tais eventos, como a FIFA e o COI também são responsáveis por tais impactos.

Os “Princípios Fundamentais do Olimpismo” estabelecidos na Carta Olímpica ressaltam, entre outros valores, o respeito pela “dignidade humana”, por “princípios fundamentais universais” e o “valor educacional do bom exemplo”²¹. Da mesma forma, a FIFA coloca em evidência a importância de “valores humanitários” nos seus estatutos e faz questão de divulgar que seu dever vai além do futebol, se estendendo até “melhorar a vida dos jovens e suas comunidades vizinhas, para reduzir o impacto negativo das nossas atividades e para fazer o máximo que pudermos dos pontos positivos”²².

No entanto, as práticas da FIFA e do COI parecem totalmente contraditórias com estes princípios. Um megaevento esportivo só poderia ser considerado um sucesso se ele respeitasse os direitos humanos e não prejudicasse a população local - incluindo crianças e adolescentes. Só assim o esporte pode ser promotor de boas práticas e de valores universais. Chegou a hora de denunciar a farsa da FIFA e cobrar das organizações esportivas internacionais que suas práticas se submetam aos tratados internacionais de direitos humanos, respeitem a soberania e as legislações nacionais e que sejam efetivamente transparentes e com gestão democrática. Só então, sediar a Copa ou as Olimpíadas poderá ser realmente um motivo de comemoração.

Neste contexto, é fundamental que:

1. Toda e qualquer medida de prevenção e/ou proteção aos direitos da criança e do adolescente em contexto de Megaeventos devem se constituir em ações permanentes que atendam as situações de risco que os países já enfrentam neste campo.
2. Sejam realizados mais estudos e pesquisas em profundidade que possam medir os impactos de Megaeventos na vida de crianças e adolescentes especialmente se queremos fortalecer as políticas de proteção e garantia de direitos deste segmento.
3. O ECA precisa ser respeitado em sua totalidade e nenhuma medida que não esteja alinhada com esta legislação, proveniente da FIFA, COI ou de qualquer outro organizador, deve ser adotada.
4. Seja garantida a fiscalização e a proteção de crianças e adolescentes em áreas que não estão próximas aos locais de entorno do evento.
5. Os organizadores de Megaeventos, em conjunto com os comitês locais, devem assegurar que o direito de crianças e adolescentes seja parte da política de segurança pública neste contexto, e que, portanto, deve existir um investimento anterior na formação destes agentes de segurança no campo dos direitos humanos.

21 International Olympic Committee. Olympic Charter (8 Dezembro 2014), p. 11 até 12: Disponível em http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf, acessado em agosto de 2015.

22 FIFA. What we stand for: <http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/explore-fifa.html>.

6. O modelo de segurança pública para Megaeventos no Brasil precisa ser revisto, especialmente os procedimentos direcionados aos grupos mais vulneráveis como aqueles em situação de rua e os residentes em favelas e periferias da cidade.

7. As denúncias de violação de direitos perpetradas pela Polícia Militar contra crianças em situação de rua, residentes em favelas e adolescentes durante os protestos em 2013 devem ser investigadas em caráter de urgência pelo Ministério Público, bem como a situação das famílias que foram removidas e que tiveram uma significativa piora em sua qualidade de vida.

8. É preciso garantir uma maior articulação entre os setores do Governo, Sociedade Civil e população, incluindo a criação de canais de diálogo que deem voz as crianças e os adolescentes afetados pelas diversas formas de violência neste contexto.



NDO UM RIO M

DE OLÍMPICO

RIO DE JANEIRO BRASIL

9. Informação e Orçamento: jogos obscuros

Na preparação para a Copa do Mundo 2014, edições anteriores deste Dossiê, apontavam para as contradições nos orçamentos destinados à realização deste megaevento, denunciando não apenas a falta de transparência das informações disponibilizadas pelas páginas eletrônicas oficiais, mas também os investimentos definidos como prioritários e as transferências de recursos públicos para o setor privado. A análise do orçamento da Olimpíada 2016 intensifica os problemas anteriormente indicados. Para começar, agrava-se o problema do acesso à informações a ponto de um dos principais sites de jornalismo esportivo chamar a Olimpíada do Rio de “Jogos Obscuros”, denunciando a Prefeitura de ignorar a Lei de Acesso à Informação e esconder documentos relativos às obras que estão sendo realizadas¹. Parte dos contratos das obras que estão sendo executadas só foram divulgados após denúncia da imprensa, faltando dez meses para o início dos Jogos². Mas a falta de transparência também envolve a omissão de gastos diretamente associados à realização da Olimpíada, como por exemplo a construção de arquibancadas temporárias para o estádio Nilton Santos (Engenhão), compra de móveis para a Vila dos Atletas e de Mídia, custeio de órgãos criados para os Jogos e a indenização dos moradores da Vila Autódromo, que somados custam cerca de R\$ 409 milhões aos cofres públicos³. Além disso, como este Dossiê demonstra, a contabilidade é mascarada pela Prefeitura do Rio para sustentar uma mentira, de que a Olimpíada envolve maior participação de gastos do setor privado do que do setor público.

O Orçamento da Olimpíada Rio 2016

No dia 21 de Agosto de 2015, a Autoridade Pública Olímpica (APO) lançou a terceira versão da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, prevendo o custo de R\$ 6,67 bilhões em itens essenciais a realização deste megaevento. Além disto, estão orçados R\$ 7,4 bilhões de gastos do Comitê Organizador⁴ e mais R\$ 24,6 bilhões em gastos no Plano de Políticas Públicas, também chamada de Legado. Assim, o orçamento atual da Olimpíada

¹ <http://olimpiadas.uol.com.br/especiais/jogos-obscuros.htm#capa/1>. Acessado em setembro de 2015

² Cf. <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/10/01/rio-divulga-contratos-da-olimpiada-mas-sem-aditivos-e-cronogramas.htm>, acessador em outubro de 2015.

³ <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/08/1671753-governos-omitir-r-450-milhoes-de-documento-de-gasto-da-olimpiada.shtml>. Acessado em setembro de 2015

⁴ O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 é uma associação civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins econômicos, formada por Confederações Brasileiras Olímpicas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Cf. <https://br.fsc.org/sobre-o-comit-organizador-rio-2016.311.htm>, acessado em setembro de 2015

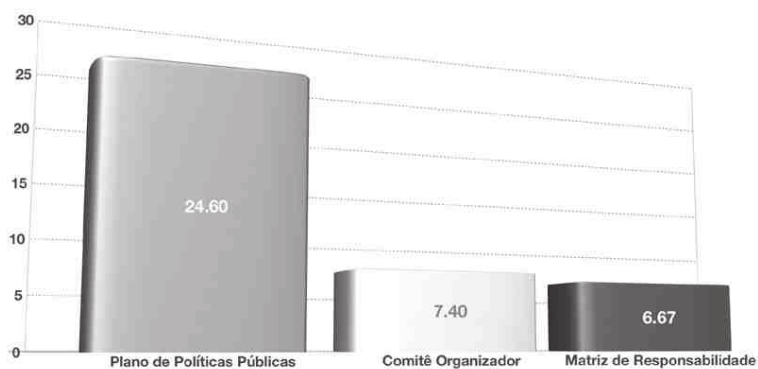
Rio 2016 alcançaria o valor de R\$ 38,7 bilhões de reais, superando em mais de R\$ 10 bilhões o orçamento da Copa do Mundo.

Como pode ser observado, a divisão adotada compartimenta os gastos com a Olimpíada em três partes (Gráfico 1). A Matriz de Responsabilidade relaciona o montante a ser gasto basicamente com as arenas olímpicas, expressando os “compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização do evento”⁵.

As despesas operacionais do evento (alimentação, transporte, material esportivo etc.) são de responsabilidade do Comitê Organizador, uma associação privada, que não devia ter seus gastos incluídos no orçamento geral da Olimpíada, tendo em vista que nem as receitas (oriundas dos patrocínios, do orçamento do COI, da venda de ingressos e de patrocinadores internacionais), nem as despesas (cerimônias, acomodações, serviços dos jogos, entre outras) estão sob o controle público⁶. Neste caso, é evidente que todo os recursos têm origem no setor privado.

E por fim, o orçamento do Plano de Políticas Públicas, que inclui “obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura que estão em andamento e foram aceleradas e/ou viabilizadas pelo fato de a cidade sediar o evento”⁷, que têm pouca ou nenhuma relação com os Jogos Olímpicos. No que se refere ao plano de políticas públicas, a responsabilidade pelo orçamento de R\$ 24,6 bilhões é dividida entre os governos municipal (R\$ 14,34 bilhões), estadual (R\$ 10 bilhões) e federal (R\$ 264 milhões).

Gráfico 1. Orçamento Total da Olimpíada Segundo a Finalidade dos Gastos (em bilhões), agosto de 2015.



Fontes: <http://www.rio2016.com/jogo-aberto/orcamento>; http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf; <http://www.apo.gov.br/wp-content/downloads/abril/PlanodePoliticaspPublicasV2.pdf?66df7a>, acessados em setembro de 2015

5 Descrição encontrada na página eletrônica da Autoridade Pública Olímpica: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/sobre-a-matriz/>. Acessado em setembro de 2015.

6 Incluir estas despesas no orçamento da Olimpíada 2016 seria o mesmo que incluir as despesas da FIFA no orçamento da Copa do Mundo 2014, o que seria um contrassenso.

7 Cf. <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>, acessado em setembro de 2015.

É interessante notar que o próprio orçamento explicita a relação entre os recursos, o megaevento e a cidade. Assim, o orçamento do Comitê Organizador se esgota na própria realização da Olimpíada, o Plano de Políticas Públicas tem relação com o projeto de reestruturação da cidade, praticamente não tendo ligação com a Olimpíada, e a Matriz de Responsabilidades seria a parte intermediária, com investimentos necessários a realização do megaevento e relacionados ao projeto de cidade em curso.

O Plano de Políticas Públicas

O Plano de Políticas Públicas também é chamado pela Prefeitura de Plano de Legados, tentando reciprocamente legitimar a Olimpíada e as intervenções urbanas a ela associadas. Conforme pode ser observado, o Plano de Políticas Públicas, composto pelos projetos que extrapolam as necessidades imediatas do megaevento e que têm maior conexão com a cidade, representa aproximadamente 63% do orçamento da Olimpíada.

Tal observação não é uma surpresa, uma vez que a renovação e reestruturação urbana está presente no discurso dos representantes do COI, das autoridades envolvidas e, também, da grande mídia. De forma semelhante, na preparação do Brasil para a Copa do Mundo também foi observado que grande parte dos projetos não tinham ligação imediata com o evento⁸.

No caso da Olimpíada 2016, identifica-se 27 projetos em desenvolvimento que são considerados oficialmente parte do legado e que são discursivamente vinculados aos Jogos Olímpicos (Quadro 1).

Levando-se em conta os projetos em curso, pode-se concluir que a Olimpíada não se resume à realização de jogos esportivos, mas deve ser entendida como um instrumento utilizado pelos governantes para acelerar e legitimar intervenções urbanas com grande impacto sobre a cidade. A construção do Parque Olímpico, a expansão do metrô, a criação dos sistemas de BRTs, e a reestruturação urbana da Zona Portuária tomados individualmente, são intervenções incapazes de alterar significativamente a dinâmica urbana do Rio de Janeiro, mas, em conjunto, fazem parte de um projeto de cidade, que visivelmente beneficia certas áreas em detrimento de outras.

Do ponto de vista da origem dos recursos, o Plano de Políticas Públicas revela que o setor público é responsável por R\$ 14,03 bilhões (divididos entre os governos federal, com 1,48 bilhões; estadual, com 8,6 bilhões; e municipal, com 3,95 bilhões), enquanto que o setor privado fica com R\$ 10,57 bilhões⁹. Como pode-se observar na tabela, a maior parte dos recursos privados estão vinculados às parcerias público-privadas. No entanto, neste cálculo, estranhamente não estão incluídas as contrapartidas do poder público nos contratos de PPPs. No caso do Porto Maravilha, por exemplo, o contrato prevê a contrapartida pública mensal de R\$ 10 milhões, durante quinze anos, paga em dinheiro, em terrenos ou em CEPACS (Cláusula Sexta - Contraprestação Pública, item 6.1.1)¹⁰. No caso do Parque Olímpico, o contrato da PPP prevê a contraprestação pública de R\$ 528 milhões, pago em parcelas ao longo de quinze anos, e mais um terreno de 800 mil

8 Cf. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; LIMA, Caio Guimarães Rocha. Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-paper, 215, p. 57-77

9 Cf. <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>, acessado em setembro de 2015.

10 Cf. <http://138.97.105.70/conteudo/contratos/EDITAL%20PPP%20E%20ANEXOS.zip>, acessado em setembro de 2015.

Quadro 1. Investimentos do Plano de Políticas Públicas, Projeto Olímpico - Rio de Janeiro, 2015

Plano de Políticas Públicas Projetos do Legado Social e Cronograma de Conclusão	Investimento estimado (R\$)	Responsabilidade
1. Construção de novas instalações para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE/LADETEC) - na UFRJ. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015.	132,27 milhões	Governo Federal com recursos públicos.
2. Aquisição de novos equipamentos para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015.	54,09 milhões	Governo Federal com recursos públicos.
3. Construção/reforma dos locais oficiais de treinamento. Após 2016, essas instalações, que até o momento atendem 12 modalidades olímpicas e paraolímpicas, serão incorporadas à Rede Nacional de Treinamento que o Ministério do Esporte está estruturando em todo o país. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	76,05 milhões	Governo Federal com recursos públicos.
4. Construção do Metrô Linha 4. O projeto prevê as obras civis e de acessibilidade. Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	7.633,40 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
5. Implantação de Sistemas Operacionais e de Material Rodante do Metrô Linha 4. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	1.157,48 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
6. Reformas das Estações Ferroviárias de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	259,83 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
7. Implantação do Coletor Tronco Cidade Nova no âmbito do Programa Despoluição da Baía de Guanabara. Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2016.	81,44 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
8. Implantação de Ecoarreas no âmbito do Programa Baía Sem Lixo. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	31,23 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
9. Implantação de Ecoarcs no âmbito do Programa Baía Sem Lixo. Conclusão não estimada.	12 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
10. Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá. Conclusão estimada para o 4º trimestre de 2016.	673 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
11. Complementação das obras de esgotamento sanitário da Lagoa da Tijuca, na Barra da Tijuca, no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	23,05 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
12. Esgotamento do Eixo Olímpico, no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 4º trimestre de 2015.	57,9 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
13. Saneamento da Restinga de Itapeba, no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015.	50,13 milhões	Governo Estadual com recursos públicos.
14. Construção do VLT - Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	1.188,75 milhão	Governo Municipal com recursos federais (R\$ 532 milhões) e privados (R\$ 656,75 milhões)
15. Construção do BRT Transolímpica - Construção da Via Expressa e Desapropriações para a sua Implantação. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	2.174,49 milhão	Governo Municipal com recursos municipais (R\$ 1.695,25 milhão) e privados (R\$ 479,24 milhões)
16. Construção do BRT Transolímpica - Implantação da Conexão Magalhães Bastos - Deodoro. Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	105,97 milhões	Governo Municipal com recursos próprios
17. Construção do BRT Transoeste - Construção do trecho Alvorada/ Shopping Città América e conexão com Jardim Oceânico (integração Metrô linha 4). Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	114,43 milhões	Governo Municipal com recursos próprios
18. Duplicação do Elevado do Joá - Construção de complexo viário com túneis, elevado e pontes. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	457,95 milhões	Governo Municipal com recursos municipais
19. Obras no Viário do Parque Olímpico - Duplicação Salvador Allende Abelardo Bueno e construção do terminal olímpico do BRT. Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	514,36 milhões	Governo Municipal com recursos municipais

20. Obras de Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015.	369,18 milhões	Governo Municipal com recursos federais (R\$ 322,28 milhões) e municipais (R\$ 46,90 milhões)
21. Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona Oeste (Bacia do Marangá - AP 5). Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	431 milhões	Governo Municipal com recursos privados através da concessão dos serviços
22. Projeto Porto Maravilha - Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2 - Obras da PPP. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	8.200 milhões	Governo Municipal com recursos privados através da PPP (R\$ 7.608 milhões) e municipais (R\$ 592 milhões)
23. Construção dos reservatórios de retenção de chuvas no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	404,00 milhões	Governo Municipal com recursos federais (R\$ 141,72 milhões) e municipais (R\$ 262,28 milhões)
24. Desvio do Rio Joana no âmbito do programa de Controle de Enchentes a Grande Tijuca. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016.	185,94 milhões	Governo Municipal com recursos federais (R\$ 143,20 milhões) e municipais (R\$ 42,74 milhões)
25. Requalificação Urbana do Entorno do Estádio João Havelange. Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	115,74 milhões	Governo Municipal com recursos municipais
26. Obras no Domínio Urbano de Deodoro, envolvendo um conjunto de intervenções em diversas ruas, com o beneficiamento de uma área de 382.948 m². Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016.	51,90 milhões	Governo Municipal com recursos federais
27. Montagem das Quatro Escolas da Arena do Futuro. Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2017.	31,2 milhões	Governo Municipal com recursos federais
TOTAL	24,6 bilhões	

metros quadrados, situado na área onde está sendo construído o Parque¹¹. Da mesma forma, as isenções e renúncias fiscais, vinculadas a várias destas intervenções, também não entram no orçamento da Olimpíada¹².

Do ponto de vista temático, o Governo do Estado, apesar do grande aporte de recursos, tem sua responsabilidade focada nas intervenções vinculadas aos temas meio ambiente e mobilidade. A Olimpíada foi apresentada como uma nova oportunidade de despoluição da Baía de Guanabara, mas este não vai ser um legado. Os motivos para a não despoluição exigem uma análise mais detalhada, incluindo aspectos técnicos, mas a diferença entre o orçamento dos projetos incluídos no tema meio ambiente (R\$ 928,75 milhões ou 9,31%) e o volume de recursos empregado na

¹¹ Cf. <http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2015/08/22/prefeitura-do-rio-exagera-participacao-privadas-contas-olimpicas/?mobile&width=320>, acessado em outubro de 2015.

¹² Por exemplo, a lei municipal n° 5.230/2010 - que dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - garante isenções de pagamento de IPTU, ITBI, bem como perdão de dívidas e redução da alíquota do ISS durante a construção de Hotéis-residências localizados na área do Porto Maravilha e demais hotéis, pousadas, resorts e albergues em serviços relacionados a esses megaeventos.

expansão do metrô revela opções políticas. Com custo de R\$ 8,7 bilhões, a construção da Linha 4 do metrô é a obra mais cara da Olimpíada e ligará a Barra da Tijuca ao sistema metroviário, através da Zona Sul.

A execução da maior parte do Plano de Políticas Públicas é de competência do Município, com R\$ 14,3 bilhões (incluindo recursos oriundos de todas as fontes, públicas e privadas). Os quatorze projetos estão divididos entre mobilidade (31,76%), meio ambiente (5,58%), renovação urbana (62,44%) e desenvolvimento social (0,22%). Incluindo a requalificação do entorno do Estádio Nilton Santos (Engenhão), o controle de enchentes da Grande Tijuca e o Porto Maravilha, o tema renovação urbana é o único que não apresenta vínculo territorial com a região da Barra da Tijuca. Por outro lado, os R\$ 8,2 bilhões do projeto Porto Maravilha e a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ambos no Centro, representam significativos recursos para a renovação da Zona Portuária. Mas, com exceção do VLT, os projetos de mobilidade urbana têm como finalidade promover a integração da Barra da Tijuca ao restante da cidade. Os BRTs Transolímpica e Transoeste, a duplicação do Elevado do Joá e o Viário do Parque Olímpico atuam neste sentido. Já a transformação da Arena do Futuro em escolas públicas, único projeto de desenvolvimento social, e os projetos de recuperação do sistema lagunar de Jacarepaguá e de saneamento, incluídos no tema meio ambiente, estão todos localizados na Zona Oeste.

A Matriz de Responsabilidade da Olimpíada

Como já dito anteriormente, a Matriz de Responsabilidade reúne os projetos diretamente relacionados com a realização dos Jogos Olímpicos. São 46 projetos divididos entre as regiões da Barra da Tijuca (25), Deodoro (13), Copacabana (3), Maracanã (3) e Multirregião (2)¹³.

Conforme pode ser constatado na tabela 1, a distribuição de recursos é ainda mais concentrada que a localização dos projetos. Enquanto a Barra da Tijuca concentra mais de 84% do orçamento, Deodoro receberá pouco mais de 12% dos recursos e as regiões do Maracanã e Copacabana ficam com menos de 2% cada. A concentração geográfica dos equipamentos esportivos e dos recursos na macrorregião da Barra da Tijuca indica o favorecimento de uma região que é ocupada majoritariamente pelas elites da cidade.

Tabela 1. Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015

Região	Barra da Tijuca	Deodoro	Maracanã	Copacabana	Valor Total (milhões)
Valor	5.650,662	846,31	98,5	74,3	6.669,772
%	84,72	12,69	1,48	1,11	100

Fonte: http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf

No que se refere aos recursos da Matriz de Responsabilidade, o orçamento de R\$ 6,67 bilhões é dividido entre o setor público, responsável por R\$ 2,43 bilhões, divididos entre o governo federal (R\$ 1,74 bilhões) e o governo municipal (685,6 milhões) e o setor privado, responsável por R\$ 4,24 bilhões.

Como já dito anteriormente, não estão neste cálculo diversos custos do poder público vinculados às instalações olímpicas, orçados em R\$ 409 milhões.

13 As regiões não estão restritas aos bairros que lhes dão nome, sendo melhor caracterizadas como macrorregiões. Acrescenta-se que na última versão os projetos "Instalações complementares dos equipamentos esportivos e não esportivos" e "Energia temporária", basicamente, aluguel de geradores, foram agrupados em Multirregião.

Desmascarando a falácia: a real participação dos setores público e privado

Tendo em vista a análise do orçamento da Olimpíada, pode-se traçar um quadro da divisão de recursos entre o setor público e o setor privado.

Quadro da divisão dos recursos, segundo o Governo, setembro de 2015

Cálculo do Governo (R\$ bilhões)			
Orçamento	Setor público	Setor privado	Total
Matriz de Responsabilidades	2,43	4,24	6,67
Comitê Organizador	0,0	7,40	7,40
Plano de Políticas Públicas	14,03	10,57	24,60
Total segundo o Governo	16,46	22,21	38,67
% Segundo o Governo	42,6 %	57,4 %	100 %

Fontes: <http://www.rio2016.com/jogo-aberto/orcamento>; http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf; <http://www.apo.gov.br/wp-content/downloads/abril/PlanodePoliticPublicasV2.pdf?66df7a>, acessados em setembro de 2015

O poder público divulga a ideia de que a Olimpíada é custeada majoritariamente pelo setor privado. No entanto, esta alquimia é alcançada por meio de dois artifícios. Primeiro, com a omissão de custos públicos vinculados ao evento; segundo, por meio da omissão das contraprestações públicas vinculadas às PPPs do Parque Olímpico e do Porto Maravilha¹⁴. No entanto, a inclusão destes custos omitidos levaria a outro cálculo, aumentando substancialmente o orçamento da Olimpíada e da contrapartida pública.

Quadro da Divisão dos Recursos, Segundo o Comitê Popular, setembro de 2015

Cálculo do Comitê Popular (R\$ bilhões)			
Orçamento	Setor público	Setor privado	Total
Matriz de Responsabilidades	2,43	4,24	6,67
Plano de Políticas Públicas	14,03	10,57	24,60
<i>Itens não incluídos:</i>			
Custos públicos não incluídos na Matriz de Responsabilidade	0,41		0,41
Contraprestação pública da PPP do Porto Maravilha	1,21 ¹⁵		1,21
Contraprestação pública em dinheiro da PPP do Parque Olímpico	0,53		0,53
Contraprestação pública em terreno de 800 mil m ² da PPP do Parque Olímpico	2,7 ¹⁶		2,7
Isenções e renúncias fiscais	3,0 ¹⁷		3,0
Total segundo o Comitê Popular	24,31	14,81	39,12
% segundo o Comitê Popular	62,1 %	37,9 %	100 %

Fontes: <http://www.rio2016.com/jogo-aberto/orcamento>; http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf; <http://www.apo.gov.br/wp-content/downloads/abril/PlanodePoliticPublicasV2.pdf?66df7a>, acessados em setembro de 2015

14 Cf. vídeo divulgado pela APO – Autoridade Pública Olímpica <http://www.apo.gov.br/index.php/orcamento-dos-jogos-rio-2016/>, acessado em setembro de 2015. Os valores neste Dossiê diferem dos valores divulgados neste vídeo porque foram reajustados segundo a última versão da Matriz de Responsabilidade.

15 O cálculo teve por base a contraprestação mensal de R\$ 10 milhões, ao longo de 15 anos, totalizando R\$ 1,8 bilhão, menos a parcela pública prevista no plano de políticas públicas, no valor de R\$ 592 milhões.

16 O valor foi calculado a partir do custo médio de terrenos na Barra da Tijuca, de R\$ 3.381,00 por m² no mês de setembro de 2015, conforme http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/barra-da-tijuca,rio-de-janeiro,rj/tipo_terreno/preco_medio_m2/, acessado em outubro de 2015

17 Cf. <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11861>

Conforme pode ser observado, o cálculo proposto pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas exclui a parte do orçamento referente ao Comitê Organizador, uma vez que se referem a gastos e receitas privados, sem qualquer controle público e que se esgotam na própria realização do megaevento. Apesar de aumentar o montante de recursos, a inclusão dessa parcela nos cálculos dos órgãos públicos aumenta a proporção de gastos privados, fortalecendo o falso argumento de que a maioria dos gastos da Olimpíada seriam privados. As outras alterações propostas pelo Comitê Popular consistem na (i) explicitação dos gastos omitidos vinculados à preparação da Olimpíadas; (ii) explicitação das contrapartidas pública, tanto em dinheiro como imobiliária, contida nas Parcerias Público-Privadas do Porto Maravilha e do Parque Olímpico e (iii) a inclusão das isenções e renúncias fiscais do Governo Federal. Dessa forma, o orçamento da Olimpíada sofreria um ligeiro aumento, passando de 38,6 para 39,12 bilhões de reais e ocorreria uma inversão nas participações do poder público e da iniciativa privada, explicitando a predominância dos recursos públicos na preparação do megaevento, responsável por 62,1 % dos gastos, assim como, na execução do projeto de cidade excludente atualmente em curso.

Outro grave problema relativo aos gastos da Olimpíada diz respeito a contratação das empreiteiras para construção das obras públicas previstas. Levando-se em consideração as maiores obras públicas previstas na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Políticas Públicas, percebe-se a participação de grandes conglomerados econômicos que se repetem na execução dessas obras, conforme pode ser verificado no quadro abaixo (Quadro 2). Tendo em vista a ausência de informações sobre os contratos estabelecidos entre o poder público e o setor privado envolvendo as obras de preparação da Olimpíada, cabe registrar que este levantamento não representa o universo total dos mesmos.



Quadro 2. Empreiteiras contratadas nas licitações das grandes obras vinculadas a Olimpíada na cidade do Rio de Janeiro – 2014

Empreiteiras	Consórcios ou parcerias das quais participam	Obras	Valor total dos contratos ¹⁸	Evento e órgão responsável
Odebrecht	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões ¹⁹	Governo do Estado
	Consórcio VLT Carioca ²⁰	Construção do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhão	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (CDURJ)
	Consórcio Rio Olímpico ²¹	Construção do BRT Transolímpica – construção da Via Expressa	1,912 bilhão ²²	Prefeitura Municipal
	Parceria com a Sanerío Construções	Construção do BRT Transoeste ²³	91,55 milhões	Prefeitura Municipal
	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha – Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2	8,200 bilhões ²⁴	Prefeitura Municipal
	Consórcio Parque Olímpico ²⁵	Parque Olímpico	1,4 bilhão	Prefeitura Municipal
	Empresa Ilha Pura ²⁶	Vila dos Atletas	2,909 bilhões	Prefeitura Municipal
	Sem parcerias	Duplicação do Elevado do Joá	459,88 milhões	Prefeitura Municipal
Andrade Gutierrez	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
	Consórcio Parque Olímpico	Parque Olímpico	613 milhões	Prefeitura Municipal
Carioca Engenharia	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado

18 A indicação na tabela é relativa ao valor total dos contratos, o que não significa que cada empreiteira receba este valor, tendo em vista que sua participação em consórcios em conjunto com outras empreiteiras envolve a partição dos mesmos segundo a participação de cada empresa no consórcio ou parceria em questão. Os valores relativos a cada obra ou contrato estão repetidos nas linhas relativas a cada empreiteira para dar a ideia da sua participação no volume de contratos estabelecidos com o poder público.

19 Neste valor estão considerados dois contratos. O primeiro, de R\$ 7.633,40 milhões destina-se a construção das obras civis e de acessibilidade. O segundo, no valor de R\$ 1.157,48 milhões, tem por objetivo a implantação de sistemas operacionais e de material rodante.

20 O Consórcio VLT Carioca foi declarado vencedor da licitação para a construção e operação do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), que ligará a Zona Portuária ao centro financeiro da cidade e ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. As quatro líderes do consórcio possuem 24,4375% de participação cada uma. Além disso, o consórcio conta com a participação minoritária da Brt (empresa argentina - Benito Roggio transporte), com 2% e da RATP (empresa francesa responsável pelo transporte público da capital Paris) também com 0,25%.

21 O Consórcio ganhou a licitação para executar a obra e explorar a concessão da via expressa por 35 anos.

22 Neste valor estão considerados dois contratos. O primeiro, no valor de R\$ 1.806,79 milhã, tem por objetivo a construção da via expressa, enquanto que o segundo, no valor de R\$ 106,50 milhões, está destinado a implantação da Conexão Magalhães Bastos - Deodoro

23 O contrato se refere à construção do trecho Alvorada/Shopping Città América e conexão com Jardim Oceânico (integração Metrô linha 4).

24 Contrato de Parceria Público-Privada entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Concessionária Porto Novo.

25 O Consórcio é formado pelas empresas Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade de Gutierrez. O contrato, na modalidade PPP, envolve R\$ 1,375 bilhão, sendo R\$ 850 milhões do terreno, mais R\$ 525 milhões a serem pagos pela prefeitura do Rio de Janeiro.

26 A Empresa Ilha Pura é formada pelas empresas Carvalho Hosken e Odebrecht.

	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha – Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2	8,200 bilhões	Prefeitura Municipal
Carvalho Hosken	Consórcio Parque Olímpico	Parque Olímpico	1,4 bilhão	Prefeitura Municipal
	Empresa Ilha Pura	Vila dos Atletas	2,909 bilhões	Prefeitura Municipal
Queiroz Galvão	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
OAS	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha – Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2	8,200 bilhões	Prefeitura Municipal
Inverpar	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhão	Companhia de Desenvolvimento
	Consórcio Rio Olímpico	Construção do BRT Transolímpica – construção da Via Expressa	1,912 bilhão	Prefeitura Municipal
CCR ²⁷	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhão	Companhia de Desenvolvimento
	Consórcio Rio Olímpico	Construção do BRT Transolímpica – construção da Via Expressa	1,912 bilhão	Prefeitura Municipal
Cowan	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
Servix	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
Mendes Junior	Sem parceria	Obras de Controle de Enchentes da Grande Tijuca ²⁸	613 milhões	Prefeitura Municipal
Riopar	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhão	Companhia de Desenvolvimento

Fontes: páginas eletrônicas de notícias e das empresas envolvidas.

<http://oglobo.globo.com/brasil/delta-deixa-consorcio-para-reforma-do-maracana-4700493>, acessado em julho de 2014; http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_content&task=view&Itemid=396, acessado em julho de 2014; <http://www.metalica.com.br/linha-4-do-metro-rj-um-projeto-desafiador>, acessado em julho de 2014; <http://www.odebrecht-transport.com/imprensa/noticias/vlt-rio-janeiro-e-o-14-ativo-odebrecht-transport>, acessado em julho de 2014; <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/andrade-gutierrez-assume-obras-do-brt-transcarioca>, acessado em julho de 2014; <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/03/07/rj-contrata-grupo-suspeito-cartel-em-licitacao-para-tocar-obra-da-rio-2016.htm>, acessado em julho de 2014; <http://oglobo.globo.com/rio/obras-do-transolimpico-comecam-na-quarta-feira-5375955#ixzz395G26ee1>, acessado em julho de 2014; <http://agenciat1.com.br/rj-obras-de-ampliacao-do-elevado-do-joa-comecam-ate-o-fim-do-semester>, acessado em julho de 2014; <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/consorcio-com-tres-empresas-vai-executar-obras-no-porto-do-rio/n1237812873154.html>, acessado em julho de 2014; <http://oglobo.globo.com/rio/tunel-de-25-km-promete-acabar-com-inundacoes-na-zona-norte-12591190>, acessado em julho de 2014; http://www.lancenet.com.br/minuto/Consorcio-licitacao-Parque-Olimpico-Rio-2016_0_658134341.html#ixzz3957e9pei; http://www.lancenet.com.br/minuto/Consorcio-licitacao-Parque-Olimpico-Rio-2016_0_658134341.html#ixzz3957e9pei

²⁷ A CCR foi criada em 2000 pelos grupos Soares Perido (17%), Camargo Corrêa (17%) e Andrade Gutierrez (17%). Há ainda 48,78% do total de ações que são negociadas na BM&FBovespa.

²⁸ As obras se referem a construção do desvio do Rio Joana no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca.

globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/08/consorcio-da-vila-dos-atletas-de-2016-promete-obra-no-prazo-e-se-afundar.html, acessado em julho de 2014; <http://www.grupoccr.com.br/grupo/estrutura-acionaria>. Reproduzido e adaptado de SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; NOVAES, Patrícia Ramos. O Projeto Olímpico do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado, In CASTRO, Demian Garcia et al.. Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 41-62

As informações revelam uma forte concentração dos contratos em algumas grandes empreiteiras, com destaque para as empresas Odebrecht, que aparece com oito contratos. Em seguida, aparecem as empresas Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Carvalho Hosken, Queiroz Galvão, OAS, Inverpar e CCR, cada uma delas com dois contratos envolvendo grandes projetos.

De fato, a concentração de grandes contratos com estas empresas não se restringe à Olimpíada, como mostra o estudo do Instituto Mais Democracia, realizado no ano de 2013, no âmbito da pesquisa Donos do Rio - Quem são os Proprietários do Brasil?. Este estudo constata que existe uma concentração dos contratos envolvendo grandes projetos em quatro empreiteiras, consideradas pela pesquisa como as “quatro irmãs”: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa. Conforme afirma João Roberto Pinto, pesquisador do Instituto Mais Democracia,

Se tomarmos 16 dos maiores empreendimentos/obras no Rio, em sua grande maioria no setor de mobilidade urbana no Rio de Janeiro, verificamos que em praticamente todos eles há a participação de, pelo menos, duas delas – com as exceções para a Linha Amarela e Rio-Teresópolis, sob o controle da OAS; e para a Supervia, que administra a rede de trens na região metropolitana da cidade, controlada pela Odebrecht²⁹.

Cabe questionar a razão do privilégio a estas grandes empresas, no contexto da promoção de um megaevento que é, em última instância, um negócio privado que envolve muitos recursos, interesses e lucros para seus empreendedores. Nesse sentido, caberia indagar se as intervenções relacionadas à Olimpíada não expressariam a transferência de recursos públicos para certos grupos privados, que seriam protagonistas da coalização de poder do projeto de neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro.



²⁹ Cf. PINTO, João Roberto Lopes. Donos do Rio. Artigo no site do Instituto Mais democracia. Disponível em <http://maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/>, acessado em julho de 2014.

BOX 11

A VIOLAÇÃO DO DIREITO À INFORMAÇÃO E A FALTA DE TRANSPARÊNCIA DO PODER PÚBLICO

Em junho deste ano, a ONG Artigo 19 lançou o estudo “Rio 2016: Violações ao acesso à informação no caso do BRT Transolímpica”. A proposta da pesquisa foi analisar a transparência dos órgãos públicos em relação às obras do BRT Transolímpica, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, tendo como base a Lei de Acesso à Informação, a LAI (Lei nº 12.527/2011). O resultado do estudo mostra, no entanto, um cenário de absoluta falta de transparência do poder público em relação ao empreendimento, que é apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro como um dos maiores legados das Olimpíadas de 2016 para a cidade. No total, 54 solicitações de informação foram feitas a órgãos dos governos municipal, estadual e federal. Menos de 80% das solicitações foram devidamente respondidas. Em setembro de 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro informou ter arquivado os pedidos de recurso que cobravam as informações, sem qualquer justificativa.

A obra está prevista no Plano de Legado da prefeitura, o que significa que, mesmo não diretamente relacionada à realização dos jogos, foi viabilizada através deles. Além disso, o BRT Transolímpica vai ligar os dois principais centros esportivos da Olimpíada – do Parque Olímpico da Barra ao Complexo de Deodoro. Regiões da Zona Oeste foram transformadas em um canteiro de obras permanente, com o objetivo de acelerar o andamento da implantação do BRT. Trata-se de um projeto grandioso, responsável pela remoção de centenas de famílias e por significativas alterações no espaço urbano e no meio ambiente. Contudo, apesar da insistência e do cumprimento dos processos legais exigidos pela LAI por parte da equipe envolvida no relatório, durante três meses de trabalho, as principais informações relativas à obra foram negadas. Entre as solicitações feitas, que permaneceram sem resposta dos órgãos municipais e estaduais, responsáveis diretos pelo empreendimento, estão detalhes sobre a licitação e o contrato para realização das obras com as construtoras, o plano de remoções, o detalhamento das mudanças de traçado do corredor de ônibus por onde circulará o BRT e o licenciamento ambiental do mesmo.

O estudo foi feito em um período de três meses, de março a junho de 2015. A análise da aplicação da Lei de Acesso à Informação foi dividida em duas partes. De início, foram analisadas as informações divulgadas nos sites dos órgãos envolvidos no empreendimento, como parte da transparência ativa. Nesse momento, as irregularidades já se multiplicavam, pela ausência de informações básicas previstas na lei, linguagem de propaganda no lugar da informação em si, direcionamento errado para formulários online de registro de pedidos que não funcionavam, indicação de telefones cujo atendimento demorava mais de duas horas, sem sucesso na resposta, entre outros.

Em seguida, 54 solicitações de informação foram enviadas às três esferas de governo, municipal, estadual e federal, para testar a transparência passiva dos órgãos, ou seja,

àquela relativa à resposta do poder público às questões específicas levantadas por cidadãos e cidadãs. Cada uma delas foi feita, respeitando as exigências de cada órgão, sendo algumas delas abusivas, tendo em vista o que está previsto na LAI. Para cada pedido de informação foi entregue um formulário. Cada um deles foi protocolado separadamente. Em alguns órgãos dos governos municipal e estadual, houve pressão para que a solicitante explicasse o motivo da solicitação, fornecesse mais dados além dos previstos, entre outras exigências. Nenhuma dessas exigências estão previstas no conteúdo da LAI, que pretende garantir ao cidadão a possibilidade de requerer informações, sem apresentar motivos específicos.

Foi feito o acompanhamento da tramitação de cada pedido. Como o índice de resposta foi baixíssimo, em muitos casos foi necessária a abertura de um recurso em instâncias superiores, a fim de obter as informações. Na maioria dos casos, sem sucesso. Por fim, foi realizada uma consulta com moradores das localidades afetadas por remoções relacionadas às obras. A consulta foi realizada em junho de 2015 e trouxe à tona um cenário de incertezas e desrespeito aos direitos básicos das pessoas, confirmando o quadro de falta de transparência encontrado pela equipe da pesquisa.

Negação do Acesso à Informação Desrespeita a Constituição

O resultado final do estudo apontou um quadro grave de limitação ao acesso à informação e desrespeito à lei federal por parte dos órgãos governamentais. No entanto, as características nas esferas municipal, estadual e federal foram distintas. Nos órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, os procedimentos para o acesso às informações por parte da sociedade são desrespeitados desde o momento da tentativa de registro de um pedido. O cenário é inaceitável. Houve casos como o da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) que foi questionada sobre o detalhamento do plano de remoção de famílias para a construção da Transolímpica. Mesmo notoriamente conhecida como responsável pela marcação de casas para retirada de famílias dos locais, a SMH respondeu que não possuía informações, num claro desrespeito à LAI.

Outro exemplo importante é o do Instituto Estadual do Ambiente, Inea, responsável pelas licenças ambientais para o empreendimento. Foram solicitados documentos específicos sobre a Transolímpica, mas o Instituto forneceu documentos inteiros, sem qualquer orientação para o seu entendimento. A solicitante foi obrigada a analisar mais de quatro mil páginas para encontrar as informações necessárias para o estudo. Ao final, o órgão negou acesso a uma parte das cópias. O procedimento é completamente irregular.

No caso do governo federal, é importante salientar que o site <http://www.acaoainformacao.gov.br/> representou um avanço na aplicação da LAI. Qualquer indivíduo pode ter um login e registrar seus pedidos por ali, sem que seja necessário protocolar as solicitações presencialmente. Da mesma forma, é possível acompanhar toda a tramitação online. Essa foi uma grande diferença encontrada no estudo, em

relação ao panorama na cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, o acesso completo à informação foi um desafio até mesmo no caso dos órgãos federais. Muitos deles responderam se eximindo da responsabilidade, afirmando apenas que a solicitante deveria buscar outros órgãos, sem dar o apoio necessário. Como um exemplo, na esfera federal, foi possível ter acesso a documentos, como o contrato entre o BNDES e a Prefeitura do Rio de Janeiro para construção da Transolímpica, por meio do Ministério das Cidades. Porém, quando perguntando sobre o acompanhamento da obra, a resposta se limitou a indicar órgãos da Prefeitura que deveriam dar esta informação.

O conteúdo do relatório é uma prova de que a Lei de Acesso à Informação não foi implementada no município do Rio de Janeiro.

A transparência ativa, que exige a publicação espontânea de documentos, como é o caso de contratos e licitações referentes à Transolímpica, está sendo completamente desrespeitada. Os canais de comunicação existentes levam a links, caminhos e números que não esclarecem sobre os principais dados. Os telefones disponibilizados podem demandar horas de espera, sem que haja qualquer resposta. E, quando o cidadão ou cidadã busca os órgãos e protocola uma solicitação oficialmente, o conteúdo normalmente é insatisfatório – ou, como na maior parte dos casos, inexistente.

Por que os BRTs foram escolhidos como principal projeto de mobilidade para o Rio de Janeiro? Como foi feito o processo de licenciamento ambiental da obra do BRT Transolímpica? Onde estão os dados sobre a licitação? Tendo em vista o grande número de remoções de famílias que moram na área onde será construído o empreendimento, há um plano para acompanhar estas remoções? Quais são os números finais desses impactos sociais e ambientais? Estas são algumas das perguntas que permaneceram sem resposta, mesmo após três meses de trabalho da equipe envolvida na construção do relatório.

A obra é de responsabilidade do governo municipal, garantida por recursos públicos e de alto impacto na população e no meio ambiente, o que por si só faz necessário um amplo debate com a sociedade civil. Não há razões para o sigilo sobre as informações básicas do BRT Transolímpica, que deveriam estar ao alcance de todos. Mas as conclusões da pesquisa mostram que, na prática, a situação encontrada é muito diferente. O resultado é a exposição de um quadro crítico de falta de transparência e de restrição à informações públicas sobre uma obra que já está modificando o espaço urbano e a vida de seus moradores, sob a justificativa da preparação para um megaevento esportivo.

Foi possível concluir que, mesmo as pessoas diretamente afetadas pelas obras, como moradores de comunidades como a Vila Autódromo e Vila União de Curicica, não possuem acesso às informações mais básicas sobre a obra. Desde o traçado definido para a implantação do corredor de ônibus até o processo de remoções e reassentamentos das pessoas em outros locais, a falta de informações e de canais

efetivos para o diálogo com a população aparece como uma das irregularidades mais graves. Em Vila União, mais de 300 famílias foram removidas de suas casas para dar lugar às obras do BRT Transolímpica, no entanto, quando questionado publicamente sobre as remoções em torno da Olimpíada, o prefeito Eduardo Paes insiste em afirmar que a única comunidade afetada é Vila Autódromo, atravessada pelas vias de acesso ao Parque Olímpico¹. Quando interessa ao seu capital político, Eduardo Paes apresenta a obra como um dos maiores legados dos Jogos Rio 2016, no entanto, na hora de assumir o ônus, o discurso é outro.

O resultado da pesquisa mostra também que, no caso de receber uma negativa a um pedido de informação, o cidadão/ cidadã fluminense não tem muitas alternativas. O que pouca gente sabe é que, no ano de 2012, o atual prefeito Eduardo Paes revogou o decreto municipal que dava à Controladoria Geral do Município (CGM) a responsabilidade pelo julgamento de recursos em segunda instância. No lugar da CGM, foi nomeada uma única funcionária, responsável por todos os recursos relativos à Lei de Acesso à Informação. Essa mesma funcionária foi também nomeada pelo prefeito para responder em última instância aos pedidos através da LAI, ou seja, a mesma pessoa dá o parecer sobre sua própria decisão. Trata-se de uma ilegalidade que contradiz o texto da lei federal.

Embora os maiores problemas apresentados no documento sejam referentes às esferas municipal e estadual, é injustificável a omissão dos órgãos federais, tendo em vista a relevância das obras do BRT, no bojo da realização dos Jogos Olímpicos, um dos maiores eventos esportivos já realizados no país. Frente às inúmeras denúncias já feitas por diferentes organizações e coletivos em defesa dos direitos humanos, é alarmante a situação de omissão e ocultamento de informações por parte dos órgãos públicos.

Se não há informação, fica comprometida a efetiva participação popular no debate sobre o tema e, portanto, qualquer possibilidade real de incidência da população no processo decisório. A falta de transparência encontrada fere o direito de acesso à informação, fundamental na vida dos cidadãos e cidadãs envolvidos/as nos processos de remoções e impactados pela reorganização espacial da cidade, em decorrência da obra do BRT Transolímpica. Cabe ressaltar que a efetivação da Lei de Acesso à Informação não é apenas um direito em si, mas trata da efetivação de todos os demais direitos, tais como o direito à moradia digna, à educação, saúde e à própria garantia de transparência nas administrações públicas em todas as esferas, possibilitando mecanismos de controle social aos cidadãos e cidadãs de uma cidade.

O relatório “Rio 2016: Violações ao acesso à informação no caso do BRT Transolímpica” pode ser encontrado na íntegra na página principal da ONG Artigo 19. O link: <http://artigo19.org/blog/relatorio-rio-2016-violacoes-ao-acesso-a-informacao-no-caso-do-brt-transolimpica/>

¹ A mais recente declaração nesse sentido foi dada em entrevista à BBC Brasil: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150815_entrevista_eduardo_paes_hb_jp. Acesso em 19 ago 2015.



10. Iniciativas de Resistência do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas

Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, um conjunto de organizações e lideranças populares vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização dos chamados Megaeventos Esportivos, a saber: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. Este é um modelo que tem sido reproduzido em cidades-sede de eventos esportivos como Atenas, na Grécia e, Cidade do Cabo, Johannesburgo, entre outras cidades na África do Sul, Beijing, na China, entre outras, que tendo como exemplo as transformações urbanas ocorridas em Barcelona, na Espanha, decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, se tornou um exemplo a ser copiado.

Para se contrapor a esse modelo e denunciar as diversas violações de direitos que vêm sendo praticadas em nome dos megaeventos no Rio de Janeiro - expostas neste Dossiê - assim como nas demais cidades-sede dos jogos da Copa 2014 - movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos pela ações arbitrárias da prefeitura vêm se mobilizando para resistir aos processos de mercantilização da cidade e pressionar para estabelecer uma ampla e democrática discussão sobre qual deve ser o real legado desses megaeventos.

Nesse sentido, o Comitê Popular Rio vem atuando para fortalecer as lutas sociais através da realização de plenárias quinzenais, cursos de formação para lideranças populares, produção de material informativo, divulgação de denúncias e realização de atos públicos. Destaca-se aqui as atividades mais marcantes, realizadas entre 2011 e 2012¹, e as principais atividades realizadas a partir de 2013, principalmente aquelas voltadas para a denúncia de violações de direitos relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e à Olimpíada 2016:

2011 e 2012

Ato 25 de março de 2011: mobilização do Comitê Popular Rio pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbana. Passeata no centro do Rio de Janeiro, com representantes de movimentos sociais e de comunidades atingidas.

¹ A listagem completa das atividades realizadas entre 2011 e 2012 pode ser consultada na versão anterior deste Dossiê, disponível https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf

Abril de 2011: *apresentação de denúncias à Relatora Especial das Nações Unidas para o direito à moradia adequada*, Raquel Rolnik. Realização de visitas às comunidades vítimas de remoções forçadas, e ameaçadas, e entrega de dossiê com denúncias relativas ao Direito à Moradia. Reconhecendo as violações de direitos, a Relatora encaminhou às autoridades federal, estadual e municipal, carta solicitando “um fim aos despejos planejados até que um canal de diálogo e negociação pudesse ser assegurado com as comunidades atingidas”. Essa denúncia não teve nenhum retorno, e prosseguiu a situação de falta de informação, diálogo com os atingidos e negociações justas.

18, 19 e 20 de maio de 2011: *missão do Relator do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca*, Orlando Júnior, com participação da Relatora Especial da ONU para moradia adequada, Raquel Rolnik. Missão realizada em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana, Núcleo da Terras e Habitação da Defensoria do Rio de Janeiro, Pastoral das Favelas, GT Conflitos do Conselho das Cidades. Na missão foram registradas denúncias de casos de violação do direito à cidade e a luta pela exigibilidade do direito à moradia e à cidade, além de debatida a proposição de um espaço institucional de mediação de conflitos. A missão apontou a falta de transparência nas ações do poder público e a truculência nas remoções. Elencou como ações necessárias a garantia da indenização justa, englobando o valor do solo urbano independente da situação fundiária, e a opção de reassentamento na mesma área. Apontou ainda a necessidade de divulgação dos projetos, realização de audiências com as comunidades envolvidas e imediata suspensão dos despejos.

30 de julho de 2011: *ato unificado “Você Pensa que a Copa é Nossa?”*. Reuniu mais de 700 pessoas para manifestação de denúncia das remoções causadas em decorrência das obras para a Copa e Olimpíadas, a falta de transparência e participação popular nos projetos, o esbanjamento do dinheiro público com crescente endividamento e a elitização do esporte. A passeata partiu do Largo do Machado até a Marina da Glória, local onde ocorria o sorteio dos grupos das eliminatórias da Copa do Mundo de 2014. Os manifestantes entregaram às autoridades do governo, presentes na solenidade da Copa, uma carta com as reivindicações do movimento. Neste dia foram realizados atos em diversas cidades-sede da Copa, organizados pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP).

11 de novembro de 2011: *entrega de Carta sobre remoções aos membros do Comitê Olímpico Internacional – COI*. Inicialmente foi solicitada uma reunião com o COI, por ocasião de visita agendada para novembro de 2011, com grupos da sociedade civil do Rio de Janeiro, incluindo entidades do Comitê Popular Rio e vítimas de remoções forçadas. O COI negou-se a realizar a reunião. Durante a agenda de visitas, vítimas de remoções forçadas conseguiram entregar uma carta e DVD, expondo casos de desrespeito à moradia sob pretexto das Olimpíadas.

25 de novembro de 2011: *debate público Copa: Paixão, Esporte e Negócio*. Debate na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com o jornalista Juca Kfoury, a urbanista professora da USP Ermínia Maricato, e o escritor e historiador Luiz Antonio Simas, sob mediação de Inalva Mendes Brito, moradora da Vila Autódromo, comunidade ameaçada de remoção localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Com participação de 300 pessoas, o debate e os vídeos, com as falas dos palestrantes na íntegra, tiveram grande repercussão.

26 de novembro de 2011: *manifestação na Feira Internacional Soccerex*. Ato em feira que reúne empresários, cartolas e ex-jogadores de futebol do mundo todo, contra a elitização do futebol brasileiro e pela saída do presidente da CBF Ricardo Teixeira por denúncias de corrupção.

3 de dezembro de 2011: *ato “O Maraca é Nosso”* Manifestação contra a privatização do estádio e apropriação privada dos recursos públicos ali investidos em nome dos megaeventos. Somam-se cerca de R\$ 400 milhões gastos entre 1999 e 2006, defendidos como necessários para a Copa 2014. Em 2010 inicia-se uma nova reforma, praticamente uma reconstrução, com valor superior a R\$1 bilhão. Denuncia-se também: a elitização do futebol, restrição à formas tradicionais de torcer, descaracterização do patrimônio arquitetônico e cultural e remoções de moradias populares no entorno do estádio sob o argumento da necessidade da construção de estacionamentos.

12 de dezembro de 2011: *Ato Nacional de Lançamento de Dossiê e Portal*. Lançamento nas 12 cidades-sede da Copa e Olimpíadas do Dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”, que reuniu informações sobre as violações nas áreas de: Moradia, Trabalho, Informação, Participação e Representação Popular, Meio Ambiente, Acesso a serviços e bens públicos, Mobilidade e Segurança Pública. No Rio de Janeiro, o Dossiê foi entregue à Prefeitura junto com a entrega simbólica do “legado” da Copa, representado por entulhos de demolição de casas que foram removidas de forma truculenta para as obras dos Megaeventos. Simultaneamente foi lançado o Portal Popular da Copa – www.portalpopulardacopa.org.br.

16 de abril de 2012: *debate Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos*. Mais de 100 pessoas lotaram o auditório do IPPUR/UFRJ, na Cidade Universitária. O evento contou com a presença do Deputado Estadual e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, Marcelo Freixo, do professor do IPPUR-UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles, Orlando Santos Júnior, e foi mediado por Clara Silveira, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). O debate foi o pré-lançamento do dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro.

19 de abril de 2012: *lançamento do Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. O evento foi realizado no Clube de Engenharia e contou com a participação da relatora da ONU para direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, com o presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), Altair Antunes Guimarães, e com o professor Orlando Santos Junior, representante do Comitê Popular da Copa e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. Os presentes receberam uma cópia impressa do dossiê acompanhada de um DVD com imagens e vídeos dos abusos cometidos pelo poder público. Dossiê disponível em <http://bit.ly/DossieRio2012>.

3 de junho de 2012: *protesto “O Maraca é Nosso!”*. Em meio a escândalos sobre a íntima relação que mantém com empresários do Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral teve que enfrentar a mobilização de torcedores contra a privatização do Maracanã. Um protesto no domingo quis, além de impedir a concessão para a iniciativa privada, a garantia de setores populares no estádio e o respeito à forma de torcer do brasileiro. Os torcedores fizeram barulho e deram cartão vermelho para o governador Sérgio Cabral, em frente a sua casa, no bairro do Leblon.

19 de junho de 2012: *lançamento da segunda edição do Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. O evento aconteceu na atividade dos Comitês Populares da Copa na Cúpula dos Povos da Rio+20, um debate com a presença Orlando Santos Junior (IPPUR/UFRJ), Marcelo Edmundo (CMP), Thiago Hoshino (Ancop) e Robson Aguiar (Resistência Urbana), com a mediação de Leandro Uchoas, jornalista que visitou as 12 cidades-sede da Copa.

20 de junho de 2012: *ato de solidariedade na Vila Autódromo*, no contexto da Cúpula dos Povos, no dia da abertura da Rio+20. Cerca de 2 mil pessoas ocuparam a Avenida Embaixador Abelardo

Bueno, a aproximadamente 500 metros do Rio Centro, onde estavam sendo recepcionados os chefes de Estado para o início da Conferência da ONU.

1º de julho de 2012: *lançamento da campanha #RioSemRemoções.* Foram criadas imagens que mostravam a ligação da Vila Autódromo com esportes do dia a dia das pessoas. Petição, manifesto, história, vídeo, imagens e depoimentos de apoio à luta da comunidade estão disponíveis no site <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/>.

13 de agosto de 2012: *protesto no Aeroporto do Galeão chegada da bandeira olímpica.* O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro esteve no aeroporto para recepcionar o Prefeito Eduardo Paes, que chegou com a bandeira olímpica. O objetivo era chamar a atenção contra as remoções de comunidades de baixa renda da cidade sob o argumento dos grandes eventos esportivos. O grupo tentou entregar para o prefeito o troféu remoção, feito de restos de tijolos e vergalhões, mas ele saiu pela porta dos fundos junto com o governador do estado, Sérgio Cabral.

16 de agosto de 2012: *lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo.* Equipes da universidade, moradores e apoiadores da Vila Autódromo estiveram na porta da Prefeitura para o lançamento do Plano Popular, que prova que a urbanização custaria apenas 35% do total para a remoção da comunidade. Eles se reuniram com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que não se comprometeu com a urbanização e a permanência da comunidade e não disse qual seria o motivo da remoção.

25 de setembro de 2012: *debate “O Maraca é Nosso?” na UERJ.* O evento reuniu cerca de 300 pessoas para debater o futuro do estádio. Contou com a presença do jornalista da ESPN Mauro Cezar Pereira e dos pesquisadores Erick Omena (IPPUR/UFRJ) e Chris Gaffney (EAU/UFF), sendo mediado por Gustavo Mehl, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Houve ainda a exibição do curta-metragem “Geral” e uma exposição de fotos da Aldeia Maracanã, que ocupava o prédio histórico do antigo Museu do Índio, vizinho ao estádio. O evento foi realizado pelo Comitê Popular da Copa com o apoio da Faculdade de Serviço Social e do Diretório Central dos Estudantes da UERJ.

8 de novembro de 2012: *ato na Audiência Pública de concessão do Maracanã.* Mais de 600 pessoas estiveram presentes na audiência pública entre os grupos atingidos. Logo no início foi lida uma carta do grupo por Gustavo Mehl, membro do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro: “Há uma questão de maior relevância que precede qualquer debate sobre modelo de concessão: qual deve ser a natureza da gestão do Complexo do Maracanã -- se pública ou privada. Portanto, exigimos que seja convocada uma nova audiência para debater o destino do Maracanã, e decidirmos se sua gestão continuará pública ou se ela será privatizada via concessão. É fundamental que a população participe deste debate previamente. (...) Nós cobramos respeito à nossa voz e estamos aqui para afirmar qual o Maracanã que queremos: um espaço público que sirva ao esporte, à saúde, ao lazer, à cultura e à educação da população, como tem sido durante anos”.

1º de dezembro de 2012: *ato em diversas cidades do Brasil.* Os Comitês Populares da Copa organizaram, em todo o Brasil, manifestações para chamar atenção à série de violações de direitos e questionar as leis de exceção criadas na preparação do país para os grandes eventos. Os protestos aconteceram no mesmo momento em que os grupos da Copa das Confederações FIFA 2013 foram sorteados no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo.

1º de dezembro de 2012: *no Rio de Janeiro, ato unificado contra a privatização e as demolições do*

complexo do Maracanã. Concentradas na Praça Saens Peña, na Tijuca, Zona Norte da cidade, cerca de 1.500 pessoas partiram em passeata até a estátua do Bellini, popular ponto de encontro das torcidas cariocas em frente ao Maior do Mundo, para gritar contra a privatização e as demolições do complexo do Maracanã.

2013

Janeiro de 2013: *campanha #AldeiaViva contra a destruição do antigo prédio do Museu do Índio,* que chegou a ser cercado pela tropa de choque. O governador anunciou em 28 de janeiro que o prédio não irá mais abaixo, mas a luta continua para que ele seja gerido pelos indígenas e que seja criado um centro de referência dos povos originários.

19 de janeiro: *debate e roda de samba no Pico do Santa Marta.* O objetivo foi refletir sobre o modelo de cidade que está sendo implantado no Rio de Janeiro e seus impactos sobre as favelas cariocas, além de reforçar laços de solidariedade e resistência contra a remoção do pico do Santa Marta. Foi produzida uma reportagem sobre uma casa-fantasma construída na porta da liderança do local, Vitor Lira. Disponível em <http://bit.ly/14fPIAw>.

26 de janeiro: *o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro teve acesso a detalhes do projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro para o entorno do Maracanã.* O plano previa a construção de um parque de 85.500 m² de extensão na área onde pretendia reconstruir o Parque Aquático Júlio de Lamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros. O complexo esportivo, assim como o antigo prédio do Museu do Índio e a escola, seriam preservados. Dois dias depois o governo anuncia que não destruirá o Museu do Índio, mas ainda pretende demolir os equipamentos.

31 de janeiro: *ato contra a demolição do Célio de Barros.* Contou com a presença da campeã olímpica Maurren Maggi e de promessas para a Olimpíadas de 2016, como Rosângela Santos. No dia 9 de janeiro, sem nenhum aviso prévio, o Célio de Barros amanheceu com as portas trancadas. Centenas de atletas e projetos sociais de iniciação ao esporte ficaram paralisados e competições e eventos foram suspensos. Na atividade, foi assinada uma carta contra a demolição do Estádio Célio de Barros que foi entregue ao Ministério dos Esportes e à Presidência da República no início de fevereiro.

22 de fevereiro: *missão ao Largo do Tanque.* Após denúncias de violação de direitos humanos no processo de remoção de moradores no Largo do Tanque, em Jacarepaguá, integrantes do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas estiveram no local. A partir da visita foram articuladas reportagens no jornal O Dia, O Globo e no canal de televisão ESPN. Mais informações disponíveis em <http://bit.ly/W2OJ3w>.

28 de fevereiro: *lançamento de Consulta Pública Popular do Complexo do Maracanã,* para os donos do complexo - a população como um todo e especialmente seus usuários - serem ouvidos sobre o futuro do estádio e dos equipamentos no seu entorno, na construção de uma alternativa à proposta de privatização do governo do Estado. Três mesas durante a tarde e noite, com parlamentares, atingidos pelo processo de privatização, jornalistas e membros do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

A fala da jovem atleta Monica Lages do Amaral, de 19 anos, da Seleção Brasileira Juvenil de Saltos Ornamentais, emocionou a todos e repercutiu na imprensa: “Estou há treze anos treinando diariamente. Tão perto das Olimpíadas na minha cidade, que pode ser a minha primeira, o

processo vai ser interrompido. Querem passar a gente para o (Parque Aquático) Maria Lenk, mas lá não tem estrutura para os saltos. Só que não há ninguém preocupado com isso além da gente. O foco para 2016 não está em medalhas, mas no dinheiro”. <http://consulta.omaracaenosso.org.br/>

4 de março: *Comitês Populares da Copa na 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU*, em Genebra. Esteve presente na sessão Giselle Tanaka, representando a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que fez uma breve exposição sobre as remoções forçadas no contexto da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil. Na intervenção foi pedido que o Conselho recomendasse ao governo brasileiro parar com as remoções forçadas e, em parceria com as comunidades afetadas, criar um plano nacional de reparações e um protocolo que garantisse os direitos humanos em caso de despejos causados por grandes eventos e projetos. Veja a fala de Tanaka em <http://youtu.be/IEAheBRIAzg>.

16 de março: *caminhada “A Cidade é Nossa!”*. Cerca de 500 pessoas se reuniram para caminhar da Praça Saens Peña, na Tijuca, para o estádio do Maracanã. O ato teve o objetivo de denunciar o processo de privatização de diversos espaços públicos da cidade, como a Marina da Glória, a área de proteção ambiental próxima a praia da Reserva e o Maracanã. No entorno do estádio, estava prevista a destruição da Escola Friedenreich, da Aldeia Maracanã, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare para a construção de lojas, bares e estacionamentos para servir a um shopping gerido pela empresa ganhadora da licitação.

16 de março: *lançamento do álbum de figurinhas O Maraca é Nosso!* No dia do ato foi lançado o álbum de figurinhas da campanha O MARACA É NOSSO!, uma petição pública lúdica onde as pessoas podem aderir à campanha, criar a sua própria figurinha e entender de forma simples o que está acontecendo no complexo do Maracanã. O endereço: www.omaracaenosso.org.br.

3 de abril: *participação na calourada da UFRJ*. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas esteve presente na mesa de debates sobre megaeventos e remoções forçadas no prédio da reitoria, na Ilha do Fundão, e no IFCS, no Centro da cidade, na manhã da quarta-feira 30 de abril.

11 de abril: *ato contra a privatização do Maracanã*. O governo do estado quer entregar o Maracanã no dia 11 de abril no Palácio Guanabara. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas convocou todas as pessoas e todos os movimentos, organizações, diretórios estudantis, sindicatos, partidos e grupos de luta da cidade para dizer NÃO à privatização do Maracanã, às demolições arbitrárias no entorno, à venda de nossa cidade, às relações escusas de governo e empresas, à violação de direitos em nome da Copa e das Olimpíadas e à falta de investimentos devidos em saúde, educação, moradia, transporte e outros serviços públicos fundamentais.

27 de abril: *ato “Maraca pra Quem?” no jogo de reabertura do Maracanã*. Centenas de pessoas estiveram na porta do Maracanã na partida de reabertura do estádio entre os amigos do Ronaldo e os amigos do Bebeto. Pais, alunos e professores da Escola Friedenreich, atletas e usuários do Parque Aquático Júlio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros (ambos fechados) e torcedores indignados marcaram presença. O protesto acabou com violência gratuita da polícia militar, que não respeitaram nem mesmo as crianças que estavam no local, como está documentado em diversos relatos e vídeos.

30 de abril: *nota pública da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa - “Copa pra quê? Democracia e segurança pra quem?”*. Leia o trecho: “Conclamamos o povo atingido a se contrapor a esta Copa do Mundo que viola os direitos historicamente conquistados e favorece os interesses

da FIFA, dos grandes empresários do capital e de políticos a eles associados. Copa para quem? Os impactados somos todos nós”. Disponível em <http://bit.ly/18ER44J>.

1º de maio: *Ato contra a privatização da cidade, dos bens e dos serviços públicos*. Organizado por movimentos sociais, organizações, diretórios estudantis, sindicatos e associações de luta do Rio de Janeiro, o Primeiro de Maio de 2013 teve sua concentração na Praça Afonso Pena, na Tijuca, com uma caminhada até o Maracanã, um dos maiores símbolos da cidade que sofre processo de privatização. Em todo o país não é muito diferente. Vivemos hoje uma onda de privatizações e de apoio irrestrito às ações de empreiteiras e outras grandes empresas. Mais de mil trabalhadores estiveram nas ruas no Rio de Janeiro para deixar claro que não concorda com o avanço da mercantilização na educação, saúde e na vida.

2014

09 de janeiro: *ato de um ano de fechamento do Célio de Barros*. Atletas, alunos e demais usuários do Célio de Barros estiveram em frente ao estádio, no complexo esportivo do Maracanã, para lembrar do primeiro ano sem o seu principal local de treinamento. Eles fizeram um ato batizado de “Sem-teto do atletismo rumo às Olimpíadas de 2016”, exigindo que a pista seja imediatamente reconstruída com padrão internacional.

22 de janeiro: *lançamento do informativo O Saci*. Jornal impresso de tiragem de 1000 exemplares, para distribuição gratuita de forma prioritária nas áreas atingidas pelos megaeventos esportivos na cidade, e em locais de grande circulação do centro da cidade: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2781>.

19 de fevereiro: *oficina 2014 é ano de se Mobilizar: Venha para a Oficina do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas*. A oficina foi divulgada amplamente com objetivo de trazer para o Comitê todos aqueles que se identificam com sua luta contra os impactos dos megaeventos no país. Foi feita uma apresentação das ações e campanhas, e apresentadas as propostas para receber contribuições. Estiveram cerca de 200 pessoas presentes, muitas das quais se comprometeram a participar regularmente das plenárias, e se envolver nas atividades do Comitê.

09 de março: *1 Corrida e Caminhada pela reabertura do Estádio Célio de Barros*. Os “sem-teto do atletismo”, movimento formado por atletas, técnicos e figuras históricas do esporte, organizaram uma corrida para denunciar a destruição do estádio e cobrar sua reconstrução e reabertura.

09 de março: *BlocAto Copa que Pariu!*. Ato realizado logo após o carnaval, em parceria com o bloco Nada Deve Parecer Impossível de Mudar e o coletivo Ocupa Carnaval, que caminhou da praça Saens Peña rumo ao estádio do Maracanã. O ato buscou um caráter mais lúdico, ao som de marchinhas de carnaval com conteúdo político, estandartes e alegorias.

05 de abril: *Protesto Político-Cultural “Golfe Para Quem?”* Apoio na divulgação de participação no protesto organizado pelo movimento Golfe Para Quem, contra construção do Campo de Golfe Olímpico na Área de Preservação Ambiental (APA) de Marapendi, e pelo embargo imediato das obras pelo Ministério Público, seguindo parecer de seu Grupo Técnico Ambiental.

25 de abril: *intervenção na exibição da Taça do Mundo da FIFA*. Em parceria com o coletivo RUA – Juventude Anticapitalista, membros do Comitê estiveram no estádio do Maracanã, onde estava

sendo realizada a exibição, de modo a posar para fotos ao lado da taça com camisetas do Comitê e cartazes com slogans críticos à Copa e à FIFA.

27 de abril: *início da Copa Popular – Etapa Santa Marta.* No ano da Copa do Mundo no Brasil, o Comitê Popular promoveu um campeonato de futebol alternativo reunindo brasileiras e brasileiros que ficaram de fora da “festa” da FIFA. Nosso objetivo era reunir atingidos pelos megaeventos esportivos, dando oportunidade para a troca de experiências e trazendo visibilidade às violações e, principalmente, às resistências. Tudo isso através de um campeonato de futebol – masculino e feminino – que recuperasse o caráter verdadeiramente popular do esporte.

A Copa Popular desse ano foi dividida em etapas, com final prevista para início de junho. Além dos jogos, a etapa na comunidade Santa Marta contou com uma oficina de camisetas e roda de samba ao final da competição.

1 a 3 de maio: *1º Encontro dos Atingidos por Megaeventos e Megaempreendimentos.* Em Belo Horizonte/MG, cerca de 600 pessoas se reuniram para trocar experiências de resistência e formar alianças visando à elaboração de estratégias frente às violações sistematicamente sofridas. Ao final do Encontro, foi produzida uma carta aberta à sociedade brasileira com as pautas e demandas dos atingidos sistematizadas após os dias de discussão.

O Comitê Popular do Rio de Janeiro montou uma delegação de 40 pessoas – dentre elas estavam lideranças de comunidades atingidas por processos de remoção, da luta contra os impactos da TKCSA, moradores de ocupações urbanas e parceiros da campanha “Maraca é Nosso”, como um representante do Estádio de Atletismo Célio de Barros.

7 de maio: *Primeira Plenária de Preparação para a COPA NA RUA.* Em um esforço de construir os atos durante a Copa do Mundo da FIFA de maneira coletiva e democrática, o Comitê Popular convocou uma primeira plenária ampliada para dar início a discussão e ao planejamento dos atos. Desse primeiro encontro, foi construído um grupo diversificado, contando com a participação tanto de membros do Comitê, como das demais organizações sociais que se responsabilizaram em realizar outras plenárias e organizar os atos de abertura e final da Copa do Mundo.

11 de maio: *II Corrida e Caminhada pela Reconstrução do Célio de Barros.* Na data que marcava 1 ano e 4 meses do fechamento do Estádio de Atletismo Célio de Barros, os “sem-teto do atletismo” marcaram presença mais uma vez em frente ao Estádio, de modo a denunciar sua destruição e cobrando sua reconstrução e reabertura.

15 de maio: *Ato Unificado 15 M.* O Comitê participou do ato realizado no centro da cidade no 15 de maio, data escolhida como “Dia Internacional de Lutas Contra a Copa”. Em todo o país, foram observados atos em 15 cidades.

25 de maio: *Copa Popular – Etapa Salgueiro.* Realização de mais uma etapa da Copa Popular, dessa vez na comunidade do Salgueiro.

6 de junho: *apresentação Pública do Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro.* Após o lançamento para uma coletiva de imprensa no início da tarde, o Comitê Popular realizou uma apresentação pública do Dossiê e seus principais dados durante o evento do Manifest que aconteceu na Cinelândia, região central da cidade atravessada por centenas de pessoas ao longo do dia.

6 de junho: *Manifest – Território LIVRE da FIFA.* No último amistoso da seleção brasileira

antes da Copa, o Comitê Popular realizou uma transmissão pública do jogo para se contrapor às FunFests que serão realizadas pela FIFA. Em plena praça pública, região da Cinelândia, sem os mandos e desmandos da FIFA e seus patrocinadores, o Comitê colocou em xeque a dicotomia que vem sendo imposta entre gostar de futebol e se manifestar. Além da transmissão do jogo, sem mostrar a logomarca da Globo e com uma narração alternativa, no intervalo foi realizada a apresentação pública do Dossiê. Para finalizar a atividade, música na praça ao som dos DJs da Festa Maracangalha e do Samba Brilha, bloco de resistência cultural e política que tradicionalmente desfila na Cinelândia.

8 de junho: *Copa Popular – Etapa Final Morro do Pinto.* Através da parceria com o coletivo Ocupa Copa, a etapa final da Copa Popular, para além das partidas finais do campeonato, contou ainda com oficina de camisetas, distribuição de cachorros-quentes e frutas para os atletas, bateria do bloco Nada Deve Parecer Impossível de Mudar e uma intervenção artística do grupo Dissidências. Para marcar o encerramento do campeonato, o Comitê distribuiu camisetas aos atletas com as pautas de nossa luta, além da premiação, também realizada nas demais etapas.

16 de junho: *Medalha Pedro Ernesto e Debate “Copa pra Quem?”* O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro recebeu a medalha Pedro Ernesto do mandato do vereador Renato Cinco. A entrega da medalha foi procedida de um debate na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro com a participação do próprio Comitê, além de Renato Cinco, Marcelo Freixo, Vladimir Safatle e Mandla Hector Mndebele, que atuou na articulação dos atingidos da Copa da África do Sul de 2010.

18 e 25 de junho: *panfletagem em dias de jogos do Brasil no Maracanã.* Objetivo era difundir informações a respeito da Copa do Mundo para os torcedores que estavam indo aos jogos.

14 de agosto: *debate “De Barcelona ao Rio: O mito das Olimpíadas como desenvolvimento social”.* As Olimpíadas são vendidas não apenas como um megaevento esportivo, mas como uma chance de revitalizar e desenvolver a cidade-sede. Porém, o marketing olímpico esconde quem são os atingidos e os beneficiados por essas transformações. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro organizou debate sobre o modelo de desenvolvimento, que teve como marco as Olimpíadas de Barcelona, em 1992, com Miquel Fernández González, Pesquisador do Observatori d’Antropologia del Conflict e Urbà, da Universidade de Barcelona, entre outros convidados.

9 e 10 de setembro: *missão de campo sobre violações dos direitos dos camelôs.* As dificuldades enfrentadas pelos vendedores ambulantes do Rio de Janeiro foram documentadas em uma missão feita pelo Comitê Popular, em parceria com a Plataforma Dhesca Brasil. Foram colhidos depoimentos sobre as violações sofridas por esses trabalhadores, como a perseguição constante e a violência da Guarda Municipal, a dificuldade de conseguir de volta as mercadorias apreendidas e também as irregularidades no cadastro realizado pela Prefeitura do Rio. As informações coletadas foram utilizadas na elaboração de um dossiê.

24 de setembro: *ação em frente ao Parque Olímpico.* A construção do Parque Olímpico, principal área de competição das Olimpíadas, ao lado da Vila Autódromo, é o principal motivo para a remoção dessa comunidade. Na manhã desse dia, houve uma ação em frente à entrada principal da obra, num “café da manhã” para denunciar todas as violações que a construção desse parque está causando à comunidade.

27 de setembro: manifestação na Vila União de Curicica. Uma das comunidades mais ameaçadas de remoção por causa das Olimpíadas, a Vila União de Curicica se mobilizou para resistir. Moradores, que fazem parte do Comitê Popular, se organizaram e realizaram um ato nesse dia. O primeiro ato desse tipo na comunidade contou com cerca de 200 pessoas, que caminharam pelas ruas denunciando as ameaças da prefeitura para remover as casas para passar o traçado da TransOlimpica, corredor expresso para carros e ônibus.

7 de outubro de 2014: ato no encerramento do Festival de Cinema do Rio. O Estádio de Remo da Lagoa é um patrimônio do Estado, privatizado sem licitação na década de 90 e, desde então, destinado a usos distintos daqueles originalmente previstos, ou seja, a prática do esporte. Como forma de chamar atenção para as constantes reformas no estádio para o estabelecimento ali do Shopping Lagoon, com restaurantes e salas de cinema, atletas, militantes do Comitê Popular e demais usuários do equipamento, levaram faixas e distribuíram panfletos na sessão de encerramento do Festival relatando o caso.

7 de novembro de 2014: lançamento Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. Lançado depois da Copa do Mundo, o dossiê nacional, produzido de forma coletiva, trouxe junto com a leitura crítica sobre as transformações das cidades em nome dos megaeventos, um balanço do que foi a Copa do Mundo e seus impactos nas cidades. O lançamento foi realizado em um grande debate, com a fala de atingidos não só do Rio de Janeiro, mas a participação de militantes de outros Comitês que compõe a ANCOP.

16 de dezembro: ato na entrega do prêmio Brasil Olímpico. A maior premiação do esporte nacional contou com uma ação do Comitê e outros movimentos. Em frente ao Teatro Municipal, os manifestantes colocaram faixas e entregaram panfletos, assim como questionaram autoridades como Aldo Rabelo e Luiz Fernando Pezão. O ato, puxado pelo Comitê, contou com a participação: Associação dos Atletas e Amigos do Célio de Barros - AACB; Associação dos Veteranos do Atletismo - AVAT; Comissão pelo Júlio Delamare; Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro - FECIERJ; Movimento Golfe para quem?; e Movimento SOS Estádio de Remo.

2015

17 de março de 2015: lançamento do Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro. Realizado junto com a Plataforma Dhesca Brasil, esse relatório é o produto da missão de recolhimento de denúncias de violações cometidas contra os trabalhadores camelôs na cidade olímpica. O lançamento do relatório foi feito em um debate, que contou com a fala de integrantes do Comitê, camelôs e um professor universitário.

28 e 29 de março: missão dos equipamentos esportivos. Para documentar os problemas causados pelas obras dos equipamentos esportivos que serão utilizados nas Olimpíadas, uma equipe de membros do comitê visitou e conversou com atletas e usuários dos equipamentos, assim como outros militantes sobre os problemas ligados a obras como: Complexo do Maracanã, Campo de Golfe Olímpico, Estádio de Remo da Lagoa e Marina da Glória. O material serviu de base para um dossiê dos equipamentos (ainda a ser lançado) e para uma série de vídeos (em lançamento).

1º de abril de 2015: ato de fechamento da entrada da Vila Autódromo. No popularmente conhecido “Dia da Mentira”, moradores da Vila Autódromo, militantes do Comitê e demais apoiadores, fecharam o acesso da comunidade logo pela manhã, como forma de protestar pela transformação

de terrenos vazios das casas demolidas pela prefeitura em um grande estacionamento para os trabalhadores da obra do Parque Olímpico, somando mais um ataque às condições de vida dos moradores que resistem na Vila Autódromo.

9 de abril de 2015: entrega dos dossiês de Vila União de Curicica e dos Camelôs à órgãos públicos. Moradores de Vila União, camelôs e militantes do Comitê protocolaram a entrega desses dossiês em uma série de órgãos públicos: gabinete do prefeito Eduardo Paes, comissão de direitos humanos da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ao Núcleo de Terras e de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Rio) e ao Ministério Público Estadual.

17 de abril de 2015: audiência Pública sobre a Marina da Glória no Ministério Público Federal. Audiência pública promovida pelo MPF para debater as obras na Marina da Glória. O objetivo era coletar informações para instruir inquérito civil público instaurado para apurar a regularidade do projeto. O Comitê Popular da Copa e Olimpíada participou em conjunto com outras entidades e movimentos (Associação de Usuários da Marina da Glória, Aterro Vivo, FAM-Rio) que lutam em defesa da preservação ambiental e do projeto arquitetônico original da Marina da Glória como parte indissociável do Parque do Flamengo, patrimônio público tombado pela União. Ao Comitê coube expor e denunciar a expansão ilegal da Marina da Glória fora de sua área de concessão, com destruição de patrimônio público e fechamento de acesso ao mar na área do Calabouço.

18 de abril de 2015: missão à Vila Autódromo. Integrantes do Comitê realizaram uma visita à comunidade para recolher denúncias de violações ao direito à moradia. As demolições de casas da comunidade e a visita constante de funcionários da prefeitura tem sido mais uma forma de pressão contra aqueles que resistem na comunidade, juntamente com o comprometimento do acesso aos serviços básicos, como água e luz, prejudicados pelas obras de demolição das casas feitas sem o cumprimento das exigências previstas.

18 de abril de 2015: lançamento do Dossiê sobre as Violações ao Direito à Moradia na Vila União de Curicica. O lançamento do dossiê foi realizado na casa de um dos moradores da comunidade de Vila União, com um café da tarde e roda de conversa. Estiveram presentes, além dos moradores, integrantes do Comitê Popular, da Pastoral de Favelas, parlamentares e demais apoiadores.

4 de maio: audiência pública da Marina da Glória.

2 de junho: audiência pública sobre a Vila Autódromo e a Vila União de Curicica, com lançamento do dossiê. Realizada na Câmara de Vereadores, a audiência contou com a presença dos moradores das comunidades, assim como outros atores da sociedade civil, como o Comitê Popular. Foi também o momento de lançamento do dossiê do Comitê sobre as violações ocorridas na Vila Autódromo

26 de maio de 2015: audiência Pública sobre Vila União de Curicica. Integrantes do Comitê Popular estiveram presentes na audiência pública sobre as remoções na comunidade de Vila União de Curicica e distribuíram cópias do dossiê de violações de direitos humanos na comunidade para os parlamentares presentes.

2 de junho de 2015: audiência pública sobre Vila Autódromo e Vila União de Curicica. Integrantes do Comitê Popular acompanharam as reuniões de construção da audiência pública, juntamente

com moradores das comunidades e demais apoiadores. No dia da audiência foi lançado o *Dossiê sobre as Violações ao Direito à Moradia na Vila Autódromo*, Rio de Janeiro.

2 de junho: *reunião ampliada para construção de ato das Olimpíadas*. Com a participação de mais de 100 pessoas, o Comitê realizou uma reunião com diversas organizações e movimentos para debater uma estratégia de atuação para as Olimpíadas. Da reunião surgiu a plenária “*Olimpíadas para quem?*” que construiu um manifesto conjunto e promoveu o ato no dia 5 de agosto.

8 de junho de 2015: *vigília na Vila Autódromo*. No dia 3 de junho, a tentativa de cumprimento de uma ordem de desapropriação na comunidade acabou com seis moradores feridos e teve grande repercussão na imprensa pelo grau de violência utilizado. Uma nova ordem de desapropriação estava marcada para segunda-feira, 8 de junho. Como forma de evitar novo episódio de violência, foi organizada uma vigília na comunidade, na qual integrantes do Comitê Popular e outros parceiros se juntaram aos moradores. A vigília se desdobrou ao longo de todo dia, com a ida de imprensa e muitos apoiadores à comunidade ao longo de todo dia.

5 de julho: *ato no Parque do Flamengo*. O local conhecido atualmente como Calabouço abriga antigos clubes de remo na extremidade do Parque do Flamengo, extensa área pública e bem cultural tombado tanto na esfera municipal quanto federal. Em seus tempos áureos, o Calabouço abrigou regatas e campeonatos de remo. Mas, desde 2006, a área vem sofrendo com a privatização. Em 2009, foi fechado o acesso público ao mar, na chamada Rampa do Calabouço. Na ação ocorrida desse dia, o Comitê Popular e outros movimentos conseguiram reabrir a rampa para acesso público.

7 a 9 de julho: *II Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa Francisco*. Este encontro, na Bolívia, reuniu cerca de 1.500 representantes de Movimentos Populares, com o tema: Terra, Trabalho e Tato. Reunindo lutadores pela reforma agrária, urbana e pelo Direito ao Trabalho de todo mundo, o encontro resultou entre outros documentos, na Carta de Santa Cruz, resultado dos três dias de trabalho. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas esteve no encontro por meio de representantes da Central de Movimentos Populares (CMP), que faz parte do Comitê. Eles foram testemunhas de um momento muito importante da organização popular e do histórico discurso do Papa Francisco. O Apoio inicialmente pedido para participação na plenária Nacional da CMP em Salvador foi utilizado nesta viagem devido a sua importância e ao cancelamento da plenária e sua transferência para Outubro de 2015.

5 de agosto: *ato de um ano das Olimpíadas*. Para marcar um ano das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Comitê junto a outros movimentos realizou um grande ato, que saiu da Prefeitura do Rio em direção à sede do Comitê Organizador do Jogos. Com a participação de cerca de 400 pessoas, o ato marcou publicamente o descontentamento da população com a forma como os jogos estão sendo organizados, assim como também houve o lançamento de um jornal com os 16 pontos defendidos pelo Comitê para as Olimpíadas Rio 2016.

8 de agosto: *participação no ato “Baía Viva”*. O Comitê fez parte do Festival Baía Viva, pela preservação da Baía de Guanabara, que vai ser utilizada nas competições de Vela das Olimpíadas 2016. Além de ter membros participando ativamente na construção de todas as atividades do festival, o Comitê organizou uma roda de conversa sobre os impactos do megaevento no Rio de Janeiro.

15 de agosto de 2015: *Festival Cultural #OcupaVilaAutódromo*. Construído ao longo de semanas e

contando com o apoio de diferentes coletivos, o Comitê Popular esteve junto na organização do festival cultural na Vila Autódromo, evento realizado como forma de reafirmar a resistência dos moradores que desejam ficar e trazer ainda mais visibilidade para sua situação. Foram diversas atividades que ocorreram ao longo de todo dia, tais como exibição de filmes, lançamento de livro, shows e projeções, com barracas de comidas e artesanatos feitos por moradores.





11. Propostas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas: por uma cidade para todas as pessoas, com justiça social e democracia

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio, em suas ações de mobilização, reforça a defesa dos seguintes direitos, que vêm sendo sistematicamente violados pelo Estado e pelos promotores privados dos megaeventos, em associação com os agentes públicos:

1. Fim das remoções em todas as comunidades do Rio de Janeiro, como Vila Autódromo, Vila União de Curicica, Indiana, Santa Marta, Horto e tantas outras, com reparação para todos os atingidos e atingidas, em especial as crianças que ficaram sem escolas, tratamento médico e atividades de lazer, e a construção democrática de uma Política Habitacional com foco nas necessidades da grande maioria da população e, principalmente, daqueles que historicamente foram desassistidos pelo Estado.

Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro acentuaram, de forma mais violenta os desrespeito ao Direito à Moradia na cidade. Segundo dados oficiais, entre 2009 e 2013, foram removidas 20.299 famílias, o que representa cerca de 67 mil pessoas. Para se ter uma ideia, isso corresponde a remoção de mais de 10 casas por dia durante quatro anos. Esse número assombroso pode ser ainda maior, já que o acesso à informação é outro direito constantemente violado. Esse quadro alarmante compõe o cenário de graves violações de direitos na “cidade olímpica”, associado a processos violentos de remoção, como temos visto ao longo dos primeiros meses de 2015. Famílias removidas com base em decretos ilegais, ameaças e coerções constantes, interrupção de serviços urbanos básicos como forma de pressão, demolições noturnas e violência física constituem a Política Habitacional do Rio de Janeiro hoje, guiada pelos interesses do mercado imobiliário em limpar áreas centrais já consolidadas e abrir novos caminhos de expansão para seus empreendimentos. O fim de todas as remoções deve ser imediato, mas também a construção de uma Política Habitacional ampla, participativa e democrática que garanta o direito à moradia digna para toda população do Rio de Janeiro, com especial atenção para as necessidades das crianças (escolas, tratamento médico e atividades de lazer).

2. Fim da perseguição da Prefeitura do Rio aos camelôs, com revisão e ampliação das licenças com participação e controle social. Retirada da Guarda Municipal da fiscalização

No contexto dos megaeventos, a Prefeitura do Rio estabeleceu a política do Choque de Ordem e investiu na militarização da Guarda Municipal (GM) para lidar com os camelôs e a população em situação de rua. O Prefeito Eduardo Paes apresentou um decreto permitindo o uso de armas menos letais pela Guarda Municipal, violando a Lei Orgânica do Município, sendo alvo de duas Ações do Ministério Público, uma pedindo a suspensão do uso dessas armas pela Guarda Municipal e outra por improbidade administrativa por ele e seu ex-secretário Rodrigo Bethlem transgredirem as normas municipais, ferindo a dignidade humana, no trato com a população em situação de rua. Cabe registrar que o ex-deputado e ex-secretário da SEOP (Secretaria Especial da Ordem Pública), Rodrigo Bethlem, está sendo alvo de várias acusações de desvio de recursos pela justiça. Durante a sua gestão à frente da secretaria, ele foi responsável por promover um desastrado cadastramento de camelôs, sem cumprir a norma que determina a participação de uma comissão de ambulantes, aumentando a perseguição ao comércio ambulante na cidade. Nesse cenário, é fundamental, desmilitarizar a Guarda Municipal e não permitir que haja desvio de funções, atribuindo a ela a fiscalização do comércio ambulante. A Guarda Municipal deve voltar a exercer o papel constitucional para a qual foi criada, de cuidar e proteger o patrimônio público. Por fim, é necessária a participação dos trabalhadores em todas as etapas do cadastramento, que deve ser refeito, e a ampliação dos espaços de trabalho nos espaços públicos.

3. Reconstrução e reabertura do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare, com administração pública e uso coletivo

O Célio de Barros e o Júlio Delamare sofreram com a destruição e reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e a privatização do complexo que reúne o conjunto de equipamentos esportivos e culturais ao seu redor. No projeto original, estes equipamentos históricos e de uso público dariam lugar a shoppings e estacionamentos. Por causa das manifestações populares contra esta decisão, os equipamentos tiveram sua demolição cancelada, mas encontram-se semi-destruídos e fechados até hoje, impedindo atletas de treinar. Até a inauguração do Engenhão, era no Célio de Barros que ocorriam as principais competições estaduais e nacionais de atletismo. O Parque Aquático Júlio Delamare, por sua vez, possui a única piscina de saltos ornamentais adequada ao esporte de alto nível no Estado. Chegou a ter dez mil alunos em suas piscinas, que hoje estão secas, impedindo seus usuários de exercer atividades físicas, inclusive idosos e deficientes necessitados de fisioterapia. Além de receber competições nacionais, tanto o Célio de Barros como o Júlio Delamare atendiam à população da cidade e poderiam perfeitamente serem utilizados na Olimpíada de 2016, até para treinamento das equipes. Os dois equipamentos, no entanto, encontram-se sem condições de uso e não se sabe quando serão reconstruídos. É fundamental a apresentação de um plano de recuperação e modernização dos dois estádios e a entrega desses equipamentos no menor prazo possível à população, garantindo sua gestão pública, com a participação das organizações sociais e esportivas e o controle social, de forma que seu uso coletivo seja preservado.

4. Por um Maracanã público e popular

O estádio símbolo do esporte e da cultura no país, tombado pelo IPHAN, foi praticamente demolido para a construção de uma “arena” nos moldes exigidos pela FIFA. O processo se

notabilizou pelo autoritarismo e pela falta de participação popular e foi caracterizado como “um crime” pelo Conselho do IPHAN, órgão responsável pela sua preservação. A demolição e reconstrução do Maracanã custaram mais de um bilhão de reais financiados pelos cofres públicos beneficiando empreiteiras como a Odebrecht, que hoje integra o consórcio vencedor do processo de privatização de sua gestão. As cifras e as circunstâncias em que foi assinado o contrato apontam prejuízos ao Estado e levantam suspeitas de favorecimento, cartelização e corrupção. Para além das denúncias de irregularidades e da perda de características arquitetônicas, o “Novo Maracanã” sepultou algumas de suas características principais: deixou de ser o “maior do mundo”, reduzindo drasticamente sua capacidade de público; deixou de ser palco emblemático das nossas manifestações festivas, limitadas e impossibilitadas pelos parâmetros europeus de “arenas”; e, como símbolo de todo esse processo, deixou de ser palco democrático de participação e encontro popular da cidade, com suas novas áreas VIP’s e seus preços de ingressos que inviabilizam a entrada das camadas mais pobres da população. Todo esse processo também prejudicou os clubes de futebol, que passaram a contar com um estádio de cara manutenção, além de terem de dividir o resultado de seus jogos com o famigerado Consórcio. Por conta disso, exigimos o fim da privatização do Maracanã e a garantia do uso popular do estádio. Para isso defendemos a implementação de uma nova forma de gestão, baseada em controle social com a participação direta de todos os usuários dos equipamentos instalados no seu entorno (entre os quais, destacam-se a Escola Friedenreich, o estádio de atletismo Célio de Barros, o parque aquático Júlio Delamare, a Aldeia Maracanã, os torcedores, a UERJ, entre outros).

5. Reflorestamento da APA de Marapendi, com interrupção imediata das obras do campo de golfe olímpico e das torres de luxo no local

A Área de Proteção Ambiental de Marapendi existe desde 1991. Em 2012, um projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo aprovou a exclusão de uma área de 58,5 mil metros quadrados da APA, área esta que até então era uma Zona de Conservação de Vida Silvestre, o que impedia a realização de obras no local. A mudança aprovada pela Câmara Municipal teve como objetivo alegado permitir a construção de um campo de golfe para as Olimpíadas de 2016. No entanto, as reais intenções do projeto divulgado como um equipamento para as Olimpíadas de 2016 envolvem uma manobra para beneficiar a especulação imobiliária da região, uma vez que a autorização da prefeitura para destruição da área também inclui a permissão de construção de 22 torres de 22 andares no local, cujo gabarito – alterado no mesmo processo que excluiu áreas da Reserva – era de 6 andares até então. Movimentos afirmam que houve uma compensação excessiva na parceria público privada (PPP), posto que o lucro com as torres ultrapassaria a faixa de R\$1 bilhão enquanto a construção do campo custará apenas cerca de R\$ 60 milhões. É insustentável a construção de um Campo de Golfe em área de preservação ambiental. Um clube já existente que abriga competições internacionais – o Itanhangá Golf Club – se disponibilizou a fazer as adaptações necessárias para receber o evento, não havendo razão para um novo campo de golfe. Defendemos a interrupção imediata das obras do campo de golfe olímpico e das torres de luxo no local, com a revisão da Lei Complementar e o reflorestamento da APA de Marapendi com vegetação nativa.

6. Pelo direito de se manifestar sem criminalização e violência institucional, com a libertação e absolvição de todos os presos políticos.

Diversas manifestações populares contra as violações de direitos humanos e o descaso do poder público, ocorridas durante o processo de preparação da Copa do Mundo de 2014, foram

violentamente reprimidas pela polícia, que inclusive utilizou, em diversos casos, a Lei de Segurança Nacional para criminalizar os manifestantes. Nesse processo, constatou-se diversas ilegalidades, incluindo provas forjadas, e a violência institucional do Estado contra os cidadãos. No Rio de Janeiro, existem 23 jovens processados pela Justiça, sendo que um deles ainda permanecia preso em maio deste ano. Nesse contexto, é fundamental a libertação e a liberdade de todos os presos políticos criminalizados pelas manifestações durante a Copa do Mundo de 2014. Além disso, é fundamental garantir a liberdade de opinião e o direito à manifestação pública como direitos democráticos fundamentais.

7. A desmilitarização da cidade, com o fim da polícia militar e da ocupação das favelas, justificada como uma suposta segurança para megaeventos. Pelo fim do extermínio da população negra. Contra a violência policial, sobretudo aquelas dirigidas a crianças e adolescentes residentes em favelas e periferias da cidade.

A política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro vem dando suporte para o projeto de cidade voltada para o mercado. Dessa forma, age para garantir a execução das obras necessárias para abrigar os megaeventos que a cidade recebeu - e ainda receberá - além de promover a gentrificação das áreas turísticas com uma política de segurança pública atrelada aos cartões postais da cidade. A instalação das UPPs em territórios cruciais, criaram “bolsões de segurança” para o desenvolvimento do capital, o que na verdade vem se apresentando cada vez mais como bolsões de controle da população pobre. Vemos crescer a militarização em todas as regiões da cidade e com ela o extermínio da população negra jovem, maior alvo das execuções pela polícia. As crianças e adolescentes são particularmente afetadas neste processo de violência policial. A proposta de “segurança pública” se esgota cada vez mais ao percebemos os impactos da militarização na vida das pessoas das áreas afetadas por tais políticas. A ocupação das favelas transforma toda sua dinâmica social, colocando principalmente as mulheres negras em situação de vulnerabilidade, as mesmas mulheres que veem seus filhos serem assassinados pela Polícia Militar nas ruas de suas casas e que resistem diariamente a essa realidade. Desmilitarizar a cidade é encontrar outra lógica de segurança que não seja baseada na violência para lidar com os problemas sociais de uma metrópole como o Rio de Janeiro.

8. Esporte como educação, saúde e lazer, não como negócio

Em 2016 o Brasil recebe os Jogos Olímpicos e a expectativa dos dirigentes, COB e patrocinadores é terminar os jogos com o país entre as 10 primeiros colocados no ranking de medalhas, batendo o seu recorde nessas competições. Porém, a mais valiosa das medalhas já perdemos, independente do que venha acontecer: A oportunidade de usar o jogos, para o desenvolvimento do esporte como política pública de educação, formação e gerador de saúde para população, especialmente para os mais jovens e pobres. É comum se ouvir que não existe uma política pública esportiva, mas esta existe, porém na direção inversa do que diz a nossa Constituição no seu artigo 217, inciso II, que determina a destinação prioritária de recursos públicos para o desporto educacional. O que vemos, no entanto, é o incentivo e investimento quase absoluto voltado para o esporte de alto rendimento em detrimento do esporte como instrumento de educação, apenas para contabilizar algumas medalhas a mais, inexistindo um legado esportivo social depois dos jogos. Os patrocínios das empresas estatais e privadas são exemplares desta inversão, ao mesmo tempo que investem milhões em nossos atletas de ponta, destinam nada ou quase nada na estrutura esportiva das escolas públicas e centros esportivos de base. Obviamente, isto é funcional para diversos políticos que se utilizam da falta de estrutura pública para criar

centros sociais e esportivos, como as Vilas Olímpicas utilizadas como currais eleitorais. Enquanto vigora esta perversa política esportiva brasileira, diversas pesquisas apontam que investimentos em esportes tem potencial para diminuir gastos públicos em saúde e melhorar a qualidade de vida da população. São mais que conhecidos os benefícios do esporte para a educação. Nesse sentido, é fundamental mudar essa lógica do esporte como negócio e transformar o esporte em um direito fundamental ao bem estar humano.

9. Todos os terrenos remanescentes de obras públicas devem ser utilizados para construção de habitações de interesse popular e bens comuns de uso da população

Diversas obras públicas estão sendo realizadas para preparar a cidade para a Olimpíada de 2016. No final deste processo, a cidade herdará diversos terrenos remanescentes dessas obras. Neste contexto, é preciso lutar para que estes terrenos não sejam destinados para a iniciativa privada ou para o mercado imobiliário. É fundamental garantir a função social destes terrenos, destinando-os para a construção de habitação de interesse social ou para a construção de bens de uso coletivo (tais como praças, parques, escolas, equipamentos culturais e postos de saúde).

10. Fim da privatização e elitização do Estádio de Remo da Lagoa e da Marina da Glória

Apesar da existência de uma Lei em vigor (905/57, do antigo Distrito Federal), que preserva o uso da área para o desenvolvimento do esporte, o Estádio de Remo foi privatizado e transformado em centro elitista de consumo, com cinemas, bares e restaurantes. O espaço foi cedido sem licitação para empresários ligados a família Marinho, inclusive com participação acionária de empresa sediada no Uruguai. Existe ação civil pública ajuizada há mais de dez anos pelo Ministério Público, com o auxílio da Federação de Remo, para ser julgada no Superior Tribunal de Justiça. Atualmente o Estádio de Remo da Lagoa está sendo descaracterizado como praça esportiva pública e referência do remo em nossa cidade. No caso da Marina da Glória, sem ter sido apresentado em Audiência Pública, ou divulgado de qualquer outra forma, o IPHAN aprovou um novo projeto que, na prática, é um “destombamento” do Parque do Flamengo, pois o projeto passa ao largo das premissas que lhe deram origem. O espaço de acesso público ao mar, na Marina da Glória, no Parque do Flamengo, deveria propiciar ao cidadão comum do Rio de Janeiro acesso à esportes náuticos, até então limitados apenas a elite que pode pagar altos preços para guarda de embarcações nos clubes náuticos. Com a privatização da Marina da Glória, a nova administração da BR Marinas fechou o acesso público ao mar, elitizando ainda mais o acesso aos esportes náuticos. O novo projeto também deveria respeitar o projeto original da Marina da Glória, integrado harmoniosamente ao Parque do Flamengo, propiciando ao cidadão comum, atividades de esporte e lazer a baixo custo. Eventuais pequenas reformas para acolher as necessidades das provas de vela durante a Olimpíada também deveriam levar em conta a posterior utilização da área para educação ambiental. Inerente à criação do Parque do Flamengo, o espaço seria propício para levar a educação e a ciência aos muitos visitantes e usuários da Marina (Pública) da Glória. É fundamental por um fim a privatização do Estádio de Remo da Lagoa e da Marina da Glória, implantar um modelo de gestão pública com controle social, e garantir o imediato acesso público ao mar na Marina da Glória.

11. Pelo Fim da PPP do Porto Maravilha e do Parque Olímpico. Por um Projeto Popular na Zona Portuária e na Parque Olímpico

A Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, criada por meio da Lei Complementar nº 101 de 2009, abrange 5 milhões de metros quadrados e está situada no coração do centro da cidade. Associada a esta operação urbana, foi instituída a maior Parceria Público-Privada (PPP) do Brasil, assinada entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de capital misto criada pela prefeitura, e a concessionária vencedora da licitação pública, a Porto Novo S/A (formada pela construtora OAS LTDA, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.). A Porto Novo vai administrar, por regime de concessão administrativa, os serviços e obras de revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região do Porto do Rio de Janeiro por 15 anos. No âmbito desse projeto de renovação urbana, são implementadas ações relacionadas à modernização da infraestrutura urbana, saneamento ambiental, redes de informática e telecomunicações, entre outros serviços, visando a promoção de empreendimentos comerciais e residenciais de média e alta renda. Além disso, ocorreram diversas ações de ameaças de remoções aos moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa, situadas no âmbito do Projeto Porto Maravilha. No caso da região da Barra da Tijuca, em novembro de 2011 a Prefeitura lançou um edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do Parque Olímpico, que inclui a Vila dos Atletas. A concessão prevê que, após a realização dos jogos, 75% da área de 1,18 milhão de m² seja destinada a empreendimento habitacional de alto padrão a ser comercializado pela concessionária, o que já está em curso por meio da venda dos apartamentos do empreendimento Ilha Pura. Associado à Parceria Público-Privada do Parque Olímpico e a construção dos BRT Transcarioca e Transolímpica, está a tentativa de remover a Comunidade Vila Autódromo e uma série de violações de direitos humanos nos processos de destruição de parte das casas desta comunidade. A promoção da renovação urbana por meio de uma PPP representa a subordinação da gestão desses espaços urbanos à lógica do mercado, tendo em vista que as empresas gestoras passam a tomar decisões vinculadas à eficácia econômica e à maximização do lucro de seus investimentos, vinculados à valorização imobiliária e dos certificados de potencial construtivo (CEPACS), como no caso do Porto Maravilha. É fundamental, a quebra destes contratos de PPP, a instituição de um conselho gestor formado pelo poder público e por organizações da sociedade civil, a garantia do direito à moradia a todos os moradores quem vivem nessas áreas, em especial os moradores do Morro da Providência e da Pedra Lisa (no Porto Maravilha) e da Vila Autódromo (na Barra da Tijuca/Jacarepaguá), e a promoção de um plano de habitação de interesse social que garanta que os novos empreendimentos imobiliários sejam destinados a moradores de baixa renda, de forma a cumprir sua função social.

12. Esporte não se pratica no esgoto. Pela despoluição da Baía de Guanabara, das lagoas Rodrigo de Freitas e de Jacarepaguá

Há um ano das Olimpíadas os planos de despoluição prometidos pelo governo Eduardo Paes não chegam nem perto de serem cumpridos. O legado de 80% de despoluição da Baía de Guanabara já foi abandonado pelas autoridades e hoje se fala em uma média de apenas 40%. Os atletas têm de enfrentar a poluição e o mau cheiro para praticarem seus esportes náuticos tanto na Baía de Guanabara, como na Lagoa Rodrigo de Freitas e no complexo Lagunar de Jacarepaguá. Nas lagoas da Barra, Marapendi e Jacarepaguá os impactos da ocupação sem o devido saneamento afetam a proliferação de algas, que podem levar à eutrofização das lagoas. Na Rodrigo de Freitas, a mortandade de peixes já é um problema que faz parte da rotina. A Baía de Guanabara é um ecossistema impactado há anos pela indústria do petróleo e pela poluição orgânica proveniente do despejo de esgoto. No contexto olímpico ainda vemos a ampliação de empreendimentos

potencialmente poluidores como o Comperj e das atividades portuárias. Quem sente na pele esses impactos são os pescadores e pescadoras artesanais, que têm de conviver com a redução constante de seus espaços de pesca, e toda a comunidade do entorno, que fica provada da utilização desses espaços como forma de lazer. Além disso, toda a área da APA de Guapimirim é ameaçada pela qualidade das águas da Baía. É urgente que se garanta saneamento básico para todas as comunidades do entorno da Baía de Guanabara, assim como na área da bacia de Jacarepaguá e da Lagoa Rodrigo de Freitas.



13. Contra as privatizações dos serviços de transporte coletivo e a concentração dos investimentos nas áreas de interesse do mercado imobiliário. Transportes públicos de qualidade para todos(as) com tarifa zero.

A revolução nos transportes prometida pela Prefeitura na verdade significa a privatização dos serviços, o encarecimento das passagens e a concentração dos investimentos em alguns espaços, em especial, na Barra da Tijuca (BRTs), na Zona Sul (metrô) e na Área Central (VLT), subordinando os serviços de transporte coletivo ao mercado e aos interesses imobiliários (e turísticos). Enquanto isso, os serviços dos trens e barcas continuam muito precários, não há investimentos na integração metropolitana, em especial entre o Rio de Janeiro, o Leste Metropolitano e a Baixada Fluminense e os serviços de ônibus são muito ruins em diversos bairros periféricos da cidade. Assim, cabe rever as licenças da Fetranspor, do Metrô Rio, da Supervia e da Barcas S.A, de forma a garantir um transporte público de qualidade, com tarifa zero para os(as) passageiros(as), garantindo a universalização do direito à mobilidade.

14. Readmissão imediata dos garis e professores demitidos injustamente por lutarem por seus direitos e por uma cidade mais justa. Lutar não é crime e greve é um direito.

Nas recentes greves de garis e professores da rede municipal, lideranças dos movimentos sindicais vinculados a estas duas categorias foram injustamente demitidos por lutarem por melhores condições de trabalho e por uma cidade mais justa. Mais uma vez, o Estado criminaliza

os movimentos sociais e sindicais bloqueando suas legítimas manifestações e reivindicações. É preciso reverter este quadro, readmitir imediatamente os demitidos, garantindo o direito de greve destas categorias.

15. Pelo fim do recolhimento forçado de crianças e adolescentes em situação de rua no contexto dos Megaeventos esportivos como forma de “limpeza das ruas”. Por políticas públicas que respeitem seus direitos.

No contexto de preparação das Olimpíadas, presencia-se uma ativa política de limpeza da população das ruas, impactando em especial crianças e adolescentes em situação de rua, por meio do seu recolhimento compulsório forçado para abrigos municipais e/ou instituições do DEGASE. Mesmo não havendo nenhum envolvimento em ato infracional. Tal estratégia foi adotada como forma de mantê-los afastados dos principais centros turísticos da cidade durante o evento. Após o fim da Copa muitos desses grupos foram sendo liberados aos poucos e passaram a relatar os abusos sofridos para profissionais que atuam na área. É preciso respeitar os direitos das crianças e adolescentes e instituir políticas públicas de promoção da inclusão social. É sabido que o recolhimento compulsório tem sido feito de forma violenta pela Polícia Militar, Guarda Civil e Prefeitura, especialmente nos períodos que antecedem os megaeventos esportivos. De acordo com organizações sociais que atuam neste campo, existiu tanto no período anterior como durante a Copa do Mundo um grande número destas operações que resultaram em inúmeras violações de direitos, incluindo o desaparecimento de muitas crianças e adolescentes sem que tenha havido nenhuma ação do estado para investigar estes casos. É preciso respeitar os direitos das crianças e adolescentes e instituir políticas públicas de promoção da inclusão social e proteção integral para todas as crianças e adolescentes, em especial aquelas que estão em situação de vulnerabilidade.

16. COI é igual à Fifa. Pelo fim da “Lei da Copa”, que também vale para a Olimpíada. Contra o projeto de Cidade Olímpica das Violações de Direitos. Por uma cidade justa e democrática.

Se o mais recente escândalo da FIFA só veio confirmar o que todos já sabiam, o Comitê Olímpico Internacional conseguiu criar uma outra imagem. Contudo, assim como a FIFA, o COI usa o esporte para alcançar seu único interesse, o lucro. Por exemplo, a Lei Geral da Copa e das Olimpíadas garante que FIFA, COI e seus respectivos patrocinadores não paguem um único centavo de impostos. COI = FIFA. O esporte é do povo, e não um negócio. Todos os projetos vinculados às Olimpíadas são impostos e implementadas sem qualquer participação das comunidades afetadas e da sociedade em geral. Além disso, não há transparência sobre a dívida pública que está sendo contraída pela Prefeitura e dos seus impactos sobre as finanças do município para os próximos anos. É fundamental denunciar o atual projeto de cidade olímpica, promotor de desigualdades sociais e de violações de direitos humanos. Por um projeto de cidade fundado na justiça social e na participação democrática. Neste sentido, é preciso fortalecer os processos democráticos de tomada de decisão envolvendo o contexto de grandes eventos, garantindo a maior participação popular no que tange a definição das prioridades de investimento, especialmente reconhecendo o conhecimento e as experiências vindas das comunidades e dos grupos mais vulneráveis

Chega de violações! Vamos as ruas denunciar e lutar por uma cidade para todas as pessoas, com justiça social e democracia.



BOX 12

VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS DO PONTO DE VISTA DO DIREITO INTERNACIONAL

O Estado Brasileiro ao longo do tempo tem firmado tratados e pactos internacionais e assumido compromissos com outras nações que levam em consideração diversos temas de direitos humanos. Dentre estes temas estão os direitos humanos e a prevenção de despejos e deslocamento de pessoas, dos quais já existe o comprometimento do Brasil em ver respeitados os direitos fundamentais individuais e sociais de pessoas e de coletivos na defesa do direito à moradia e na prevenção de despejos.

A Constituição brasileira enfatiza a primazia da legislação de direitos humanos e a competência do governo federal para legislar sobre direito agrário, direito urbanístico e para executar políticas públicas fundiárias urbanas e rurais, com base no princípio do direito à propriedade que deve cumprir sua função social. Além disso, os cidadãos brasileiros são sujeitos de direito internacional aptos a exigir processualmente a promoção e o cumprimento de seus direitos humanos junto aos organismos internacionais de proteção.

Dessa forma, é que esses documentos internacionais atestam que a posse da terra é elemento central do direito à moradia, pois sem segurança da posse – independentemente se formal ou informal – as pessoas vão estar em permanente ameaça de despejo ou deslocamento forçado, e outras formas de perda da posse serão sempre iminentes. A *Campanha das Nações Unidas pela Segurança da Posse* reconhece este tema como complexo ao estabelecer que:

“a segurança da posse deriva do fato do direito ao acesso e uso da terra e da propriedade ser subscrito por um conjunto de regras, e de que este direito é justiciável. A posse pode ser afetada por uma variedade de formas, dependendo do arcabouço constitucional e legal, das normas sociais, dos valores culturais e, de alguma maneira, da preferência individual. Em resumo, uma pessoa ou família terá a segurança da posse quando eles estiverem protegidos contra a remoção involuntária de suas terras ou residências, exceto em circunstâncias excepcionais, e somente pelos meios de um conhecido e acordado procedimento legal, o qual deve ser objetivo, equitativamente aplicável, contestável e independente. Estas circunstâncias excepcionais devem incluir situações em que a segurança física da vida e da propriedade estiver ameaçada, ou quando as pessoas a serem despejadas tenham ocupado a propriedade mediante força ou intimidação”¹.

O Brasil é signatário dos seguintes tratados e convenções internacionais de direitos humanos que estabelecem regras relativas ao direito à terra, à moradia e à propriedade: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Pacto Internacional de Direitos

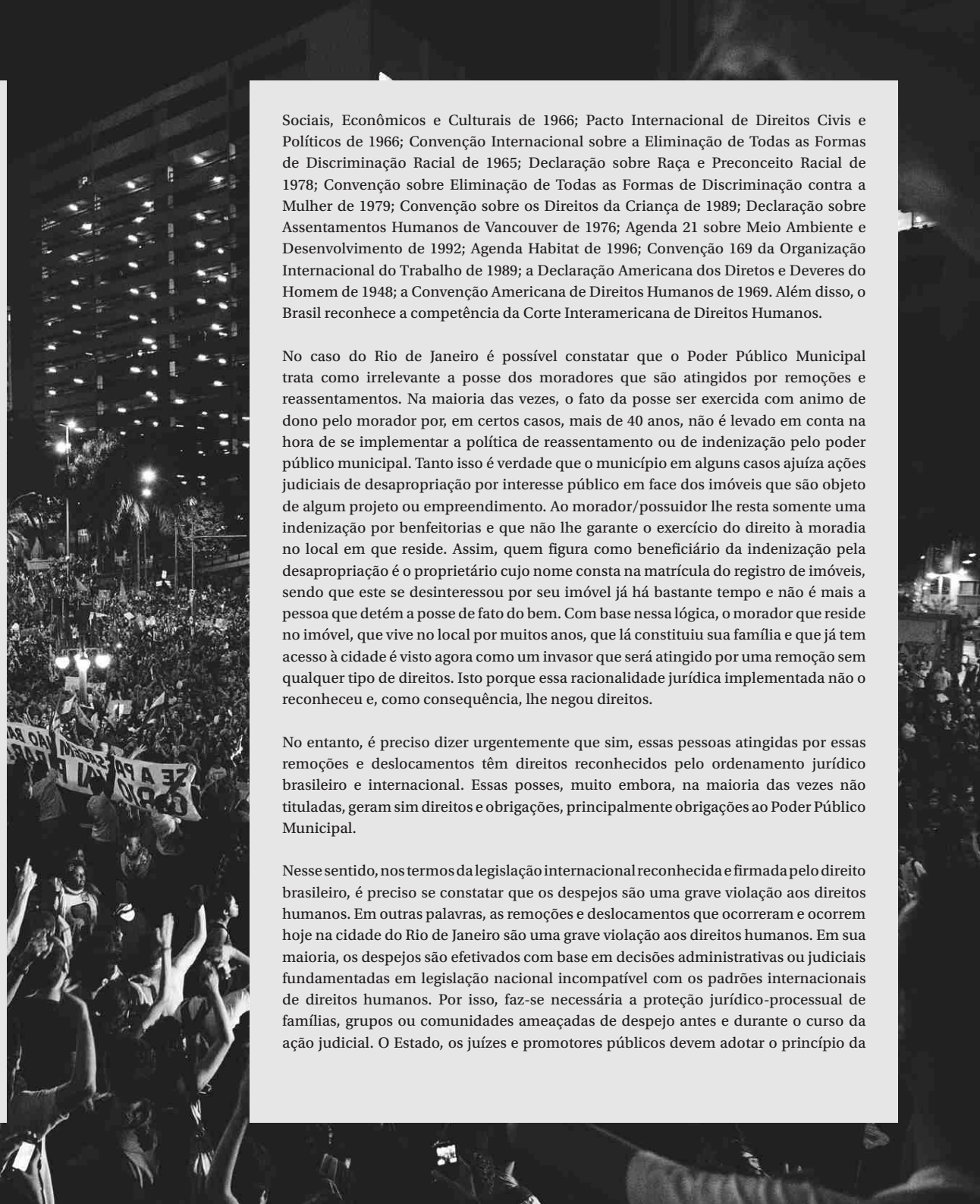
¹ UNCHS (1999). *Implementing the Habitat Agenda: Adequate Shelter for All, Global Campaign for Secure Tenure*, UNCHS, Nairobi.

Sociais, Econômicos e Culturais de 1966; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965; Declaração sobre Raça e Preconceito Racial de 1978; Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979; Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver de 1976; Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992; Agenda Habitat de 1996; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948; a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969. Além disso, o Brasil reconhece a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No caso do Rio de Janeiro é possível constatar que o Poder Público Municipal trata como irrelevante a posse dos moradores que são atingidos por remoções e reassentamentos. Na maioria das vezes, o fato da posse ser exercida com animo de dono pelo morador por, em certos casos, mais de 40 anos, não é levado em conta na hora de se implementar a política de reassentamento ou de indenização pelo poder público municipal. Tanto isso é verdade que o município em alguns casos ajuíza ações judiciais de desapropriação por interesse público em face dos imóveis que são objeto de algum projeto ou empreendimento. Ao morador/possuidor lhe resta somente uma indenização por benfeitorias e que não lhe garante o exercício do direito à moradia no local em que reside. Assim, quem figura como beneficiário da indenização pela desapropriação é o proprietário cujo nome consta na matrícula do registro de imóveis, sendo que este se desinteressou por seu imóvel já há bastante tempo e não é mais a pessoa que detém a posse de fato do bem. Com base nessa lógica, o morador que reside no imóvel, que vive no local por muitos anos, que lá constituiu sua família e que já tem acesso à cidade é visto agora como um invasor que será atingido por uma remoção sem qualquer tipo de direitos. Isto porque essa racionalidade jurídica implementada não o reconheceu e, como consequência, lhe negou direitos.

No entanto, é preciso dizer urgentemente que sim, essas pessoas atingidas por essas remoções e deslocamentos têm direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional. Essas posses, muito embora, na maioria das vezes não tituladas, geram sim direitos e obrigações, principalmente obrigações ao Poder Público Municipal.

Nesse sentido, nos termos da legislação internacional reconhecida e firmada pelo direito brasileiro, é preciso se constatar que os despejos são uma grave violação aos direitos humanos. Em outras palavras, as remoções e deslocamentos que ocorreram e ocorrem hoje na cidade do Rio de Janeiro são uma grave violação aos direitos humanos. Em sua maioria, os despejos são efetivados com base em decisões administrativas ou judiciais fundamentadas em legislação nacional incompatível com os padrões internacionais de direitos humanos. Por isso, faz-se necessária a proteção jurídico-processual de famílias, grupos ou comunidades ameaçadas de despejo antes e durante o curso da ação judicial. O Estado, os juízes e promotores públicos devem adotar o princípio da



precaução² nas ações de despejo, reintegrações de posse, desapropriações com pedido de imissão de posse e reivindicatórias de propriedade, que envolvam comunidades pobres e grupos vulneráveis.

A prática dos despejos ou deslocamentos, portanto, constitui uma violação grave aos direitos humanos, em particular ao direito a uma moradia adequada, de acordo com a Resolução 1993/77 da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Tal como sinalizado, ao se definir a proteção da segurança da posse, o CDESC estabelece que isto implica garantir uma proteção legal contra os despejos³. No mesmo texto se afirma que devem existir recursos de apelação jurídica destinadas a evitar despejos ou demolições planejados mediante a emissão de mandados dos tribunais e procedimentos jurídicos para obter indenização depois de um despejo ilegal.

A Corte Interamericana depreende que o artigo 1º da Convenção Interamericana cria a obrigação de respeitar e garantir os direitos humanos ali previstos⁴. A obrigação de garantir compreende que os Estados devem prevenir, investigar e punir qualquer violação aos direitos assegurados na Convenção e, se possível, buscar restaurar os direitos violados e assegurar compensação aos danos resultantes destas violações. Adicionalmente, as leis internacionais de direitos humanos estabelecem que todos os direitos humanos geram, no mínimo, quatro obrigações ao Estado, quais sejam, as obrigações de respeitar, proteger, promover e garantir esses direitos⁵. A obrigação de respeitar estabelece que o Estado deve abster-se de interferir no pleno gozo dos direitos humanos; a obrigação de proteger determina a proteção dos seres humanos contra atos de terceiros, incluindo atores não-estatais, mediante a aplicação de leis e a provisão de remédios legais⁶. No caso *Velásquez Rodríguez v. Honduras*, a Corte entendeu que o Estado tem a obrigação de proteger as pessoas no âmbito de sua jurisdição de atos praticados por terceiros em detrimento aos direitos humanos e o não oferecimento desta proteção constitui uma clara violação da obrigação do Estado⁷.

No caso da proteção contra despejos forçados, os princípios das leis internacionais de

2 O princípio da precaução afirma a necessidade de se prevenir situações de risco ou conflito que possam produzir danos sérios ou irreversíveis, requerendo a implementação de medidas que possam evitar estes danos.

3 Comitê DESC. Observação Geral nº 4 (1991), parágrafo 8.

4 Corte Interamericana de Direitos Humanos, *Caso Velásquez Rodríguez*, paras. 165 and 166, *Julgamento de 19 Julho 1988*, Series C, No. 4.

5 *Sendo um Estado Parte ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o governo do Brasil está legalmente obrigado a respeitar, proteger e garantir o direito à moradia adequada e o direito à propriedade, incluindo a proibição da prática de despejos forçados, conforme assegurado no artigo 11(1). Além disso, é também obrigado a não interferir nos casos em que as pessoas gozam do direito à moradia, bem como a proteger essas pessoas contra despejos praticados por terceiros.*

6 *Amici Curiae do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) em apoio ao Grupo Interdisciplinar por los Derechos Humanos. Relatório n. 75/01, Caso 12.266, El Aro, Ituango vs. Colombia (10 Outubro 2001).*

7 *Corte Interamericana de Direitos Humanos, Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, para. 166, Julgamento de 19 Julho 1988, Series C, No. 4.*

direitos humanos reconhecem que a obrigação do Estado deve ter efeito imediato. O Comentário Geral do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece que “a realização progressiva dos direitos previstos no Pacto Internacional de DESC não pode ser mal interpretada como um limite à obrigação de assegurar o pleno conteúdo destes direitos” e que “qualquer medida deliberadamente regressiva deverá ser cuidadosamente considerada e deverá ser justificada com relação à totalidade dos direitos previstos no Pacto Internacional”⁸. Como os despejos forçados constituem uma medida regressiva, eles constituem uma violação ao direito à moradia adequada, a menos que sejam justificados com base no Pacto⁹.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos considera os despejos forçados uma violação aos artigos 11 e 21 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (caso *Massacres de Ituango vs. Colômbia*) e também uma violação ao artigo 26. Além disso, a Corte tem utilizado outros instrumentos internacionais de direitos humanos para interpretar o conteúdo da proibição de despejos forçados, tais como a Convenção 169 da OIT.

Como pôde ser constatado no Rio de Janeiro, os despejos e deslocamentos realizados se dão por força das obras e empreendimentos em andamento por ocasião dos mega eventos esportivos na cidade (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Como é sabido, o direito internacional se debruçou sobre esse tema dos megaeventos e já produziu várias diretrizes a serem seguidas pelos governos quando da realização desses empreendimentos nestas localidades que os receberão.

Dessa forma, é o que fica claro do documento “Princípios Básicos e Diretrizes sobre os Despejos e o Deslocamento Gerados pelo Desenvolvimento”¹⁰. Nele, o relator especial para Moradia Adequada, Miloon Kothari, prevê uma série de diretrizes necessárias para serem tomadas por ocasião da realização dos megaeventos esportivos. Dentre essas várias diretrizes está a que se refere à participação das comunidades e pessoas ameaçadas nos projetos a serem desenvolvidos e que venham a acarretar a sua remoção. É a diretriz de número 37 que diz o seguinte:

*“Todos que venham a ser afetados devem participar dos processos de planejamento e desenvolvimento urbanos e rurais, os quais devem incluir:
a) um aviso apropriado a todas as pessoas que possam vir a sofrer despejos,*

8 Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Comentário Geral n. 3, *A natureza das obrigações dos Estados Partes (Art. 2, para.1 do PIDESC) (Quinta sessão, 1990), para. 9, UN Doc. HRI/GEN/1/Rev.1 at 45 (1994).*

9 *Amici Curiae do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) em apoio ao Grupo Interdisciplinar por los Derechos Humanos. Relatório n. 75/01, Caso 12.266, El Aro, Ituango vs. Colombia (10 Outubro 2001).*

10 *Documento A/HRC/4/18 de 5 de fevereiro de 2007. Anexo A do Relatório do Relator Especial sobre Moradia Adequada, como parte do direito a um nível de vida adequado, Miloon Kothari em APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 60/251 DA ASSEMBLÉIA GERAL, DE 15 DE MARÇO DE 2006, TITULADA “CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS” apresentado perante o CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS em seu Quarto período de sessões.*



com a realização de audiências públicas sobre os planos e as alternativas propostas; b) difusão eficaz e antecipada de todas as informações pelas autoridades competentes, em particular, os registros de terra e os planos de reassentamento propostos, com medidas dirigidas para proteger especialmente grupos considerados vulneráveis; c) um prazo razoável para o exame público, a formulação de comentários e/ou objeções ao plano proposto; d) oportunidades e medidas que facilitem a prestação de assessoramento jurídico, técnico ou de outro tipo às pessoas afetadas, de modo a esclarecer seus direitos e opções; e e) celebração de audiências públicas que deem às pessoas afetadas e aos seus defensores a oportunidade de impugnar a decisão pelo despejo, e/ou apresentar soluções alternativas, formulando suas exigências e prioridades de desenvolvimento.”

Essa diretriz basicamente determina a necessidade de garantia de participação da comunidade afetada no processo de construção do projeto a ser implementado, obrigando a autoridade a fornecer todas as informações necessárias sobre o projeto, possibilidade de discussão de alternativas que não seja a de atingir essas comunidades, garantia de assessoramento técnico para compreensão do projeto, por exemplo.

Essa, inclusive, é a recomendação da Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (PFDC), a de nº 4, que num importante documento¹¹ estabeleceu oito recomendações a serem seguidas pelos Poderes Públicos quando da realização das obras dos megaeventos esportivos, conforme segue abaixo:

“seja contemplada a participação popular em todas as fases dos procedimentos de remoções, deslocamentos e reassentamentos da população garantindo-se a mediação antes dos ajuizamentos das ações judiciais ou mesmo quando já ajuizadas ações, evitando-se a utilização da força policial e quando esta se fizer necessária, seja realizada por pelotão capacitado a lidar com esse público.”

Com base ainda no relatório apresentado pela Relatora Especial para a Moradia Adequada das Nações Unidas, Raquel Rolnik, perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ficou expressamente recomendado que:

“As autoridades estatais e locais devem se abster de realizar despejos forçados como preparativo de megaeventos. Quando os despejos se justificarem, devem ser feitos com plena observância das disposições pertinentes do direito internacional em matéria de direitos humanos e em concordância com os procedimentos indicados na Observação geral nº 7, e nos princípios e orientações básicas sobre os despejos e desalojamentos originados do desenvolvimento.”¹²

Assim, conclui-se que o ordenamento jurídico internacional optou seguramente pela garantia do direito à moradia digna das comunidades atingidas por obras de grande

¹¹ Recomendação 07/2011 da PFDC.

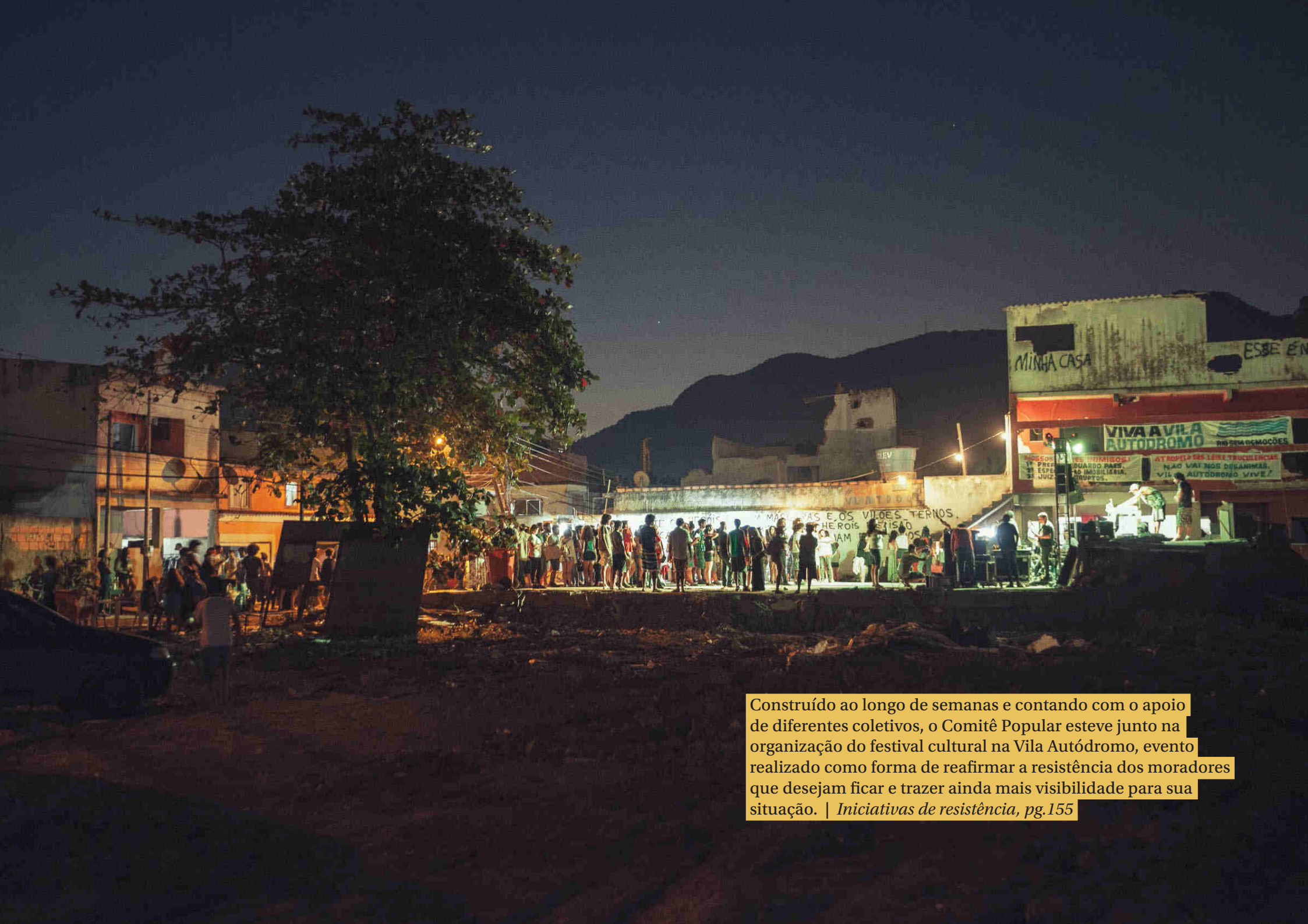
¹² Recomendação contida no parágrafo 74 do documento.

impacto. Isto porque, todos os documentos citados elevam como última alternativa a remoção, quando garante a possibilidade de discussão do projeto a ser realizado, entre outras medidas, sendo que no caso da remoção esta somente deverá acontecer quando existir local digno para reassentamento das pessoas atingidas ou indenização justa e que garanta direito à moradia digna.



COMITÊ OLÍMPICO
BRASILEIRO
MAIS RESPEITO
COM AS TRADIÇÕES
DA LAGOA: PESCA/REMO





Construído ao longo de semanas e contando com o apoio de diferentes coletivos, o Comitê Popular esteve junto na organização do festival cultural na Vila Autódromo, evento realizado como forma de reafirmar a resistência dos moradores que desejam ficar e trazer ainda mais visibilidade para sua situação. | *Iniciativas de resistência*, pg.155

(...) ao lado desse projeto de desenvolvimento e de cidade [que reforça padrões, valores e desigualdades de uma sociedade marcadamente patriarcal e racista, reafirmando privilégios de uma minoria masculina, de meia idade, heterossexual e com estabilidade econômica e trabalhista], surgem resistências, enfrentamentos e propostas alternativas. Enquanto sofrem com alterações na cidade – que têm impactado principalmente a Zona Oeste, região com mais mulheres chefes de família – as mulheres se organizam para lutar contra essas violações de direitos humanos. | *O protagonismo das mulheres*, pg.123





O Dossiê é uma publicação do Comitê Popular Da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Colaboradores desta edição

André Mantelli
Andrea Florence, *Terre des Hommes*
Andrea Rodriguez, *Universidade de Dundee/Escócia, Reino Unido*
Caio Guimarães Rocha Lima
Camila Nobrega
Campanha contra o Muro de Apartheid na Palestina (*Stop the Wall*)
Christopher Gaffney
CMP - *Central de Movimentos Populares*
Cristiano Muller, *Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES*
Demian Castro, *Observatório das Metrópoles*
ETTERN/IPPUR - *Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza*
Giselle Tanaka, *ETTERN/IPPUR*
Hertz Viana Leal, *IFCS-UFRJ*
Inalva Mendes Brito, *Comunidade Vila Autódromo*
Isabel Lima, *coordenadora da ONG Justiça Global*
Juciano Martins Rodrigues, *Observatório das Metrópoles*
Julia Bustamante, *PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*
Juliana Farias, *pesquisadora UERJ*
Justiça Global
Larissa Lacerda, *IPPUR/UFRJ*
Lena Azevedo, *pesquisadora da Justiça Global*
Mandato Vereador Reimont
Marcelo Edmundo, *CMP*
Maria de Lourdes, *MUCA - Movimento Unido dos Camelôs*
Mariana Werneck, *Observatório das Metrópoles*
Mario Campagnani, *Justiça Global*
Mayara Jaeger
Natália Damazio, *advogada da ONG Justiça Global*
Observatório da Prostituição - *LeMetro/IFCS-UFRJ*
Observatório das Metrópoles / IPPUR
Orlando Santos Junior, *Observatório das Metrópoles / IPPUR-UFRJ*
PACS - *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*
Patrícia Ramos Novaes, *Observatório das Metrópoles*
Renato Cosentino
Sérgio Domingues, *MOPAT*



Apoio

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
15 ANOS no BRASIL

taz. die tageszeitung

Terre des Hommes
International Federation

Fotografias | _ Luiz Baltar (*capa, contracapa e pgs. 3, 5, 6, 9, 11, 13, 18, 39, 100, 110, 111, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 128, 138, 146, 149, 151, 153, 190, 191*) _ André Mantelli (*pgs. 10, 16 maior, 42, 53, 54, 62, 63, 65, 109, 122, 124, 125, 127, 154, 167, 168, 179, 181, 182, 183, 187, 189*) _ Demian Castro (*pgs. 14, 15, 16, 41, 66, 91, 93, 94, 185*) _ Bruno Carelli (*pg. 99*) _ Raoni Nazário Dias (*pg. 137*).

Ilustrações | _ André Mantelli (*pgs. 90, 175, 177*) _ Mariana Werneck (*pg. 86*)

A green wall is covered with a large, intricate collage of white paper. The collage features various elements: a small rectangular piece of paper at the top center; a larger piece of paper on the right side with printed text including 'HOME', 'TIA RUA DA', 'TO', 'E', 'ENT C', 'ENTRADA', 'DATA: 14', 'NOMARCO', 'LIC', 'E LIM', 'ALI', 'ASSI'; a piece of paper at the bottom with the name 'JULIANA' and the date '14/07'; and several handwritten letters and symbols on the left side, including 'J', 'A', 'B', 'E', and 'DE'. The collage is layered and textured, with some parts appearing to be torn or layered over others.

COMITÊ POPULAR
COPA & OLIMPIADAS **RiO**

rio.portalpopulardacopa.org.br